POSTAIS

Revista do Museu Correios

Ano 2 - n. 5
jul./dez. - 2015

Dossiê Documentos Fundadores

Bernardo de Barros Arribada
Candida Malta Campos
Diego A. Salcedo e Karla Bronsztein
Documentos do correio-mar do Reino
Luiz Guilherme Machado
Márcio Alves Roiter
Marileide Meneses Silva
Mauro Costa Silva
Romulo Valle Salvino
Tida Carvalho

Imagens capas - Prédio dos Correios -
Vale do Anhangabaú/SP

POSTAIS

Revista do Museu Correios

Editor
Romulo Valle Salvino

Conselho editorial
Adeilson Ribeiro Telles
Andre Henrique Quintanilha Ronzani
Larissa Gauch Gomes Viana
Maria de Lourdes Torres de Almeida Fonseca

Projeto gráfico
Juliane Marie Tadaieski Arruda
Virgínia de Campos Moreira

Diagramação e arte
Juliane Marie Tadaieski Arruda
Virgínia de Campos Moreira

Capa
Virgínia de Campos Moreira

Núcleo de pesquisa e documentação
Anna Priscilla Martins da Silva Campos
Bernardo de Barros Arribada
Camila Alves Sena
Jair Nazareno Xavier
Jomanuela Nascimento Santos
Maria do Socorro Nobre da Silva
Miguel Angelo de Oliveira Santiago
Renata Assiz dos Santos
Roberto Rocha Neto

Núcleo administrativo
Angela Oliveira Laborda
Douglas Teixeira Nunes Santos
Luciléia Gomes Silva Belchior
Marcelle dos Reis Freitas
Marco Antonio de Sousa
Maria da Glória Guimarães

Agradecimentos
ASCOM - Diretoria Regional dos Correios em São Paulo;
Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/ USP
Fundação Portuguesa das Comunicações

A Revista Postais é uma publicação semestral do Museu Correios.

As opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Museu Correios
Setor Comercial Sul, Quadra 04, número 256
70304-915 Brasília - DF
Telefone: (61) 3213 5000
e-mail: museu@correios.com.br

P857 Postais : Revista do Museu Nacional dos Correios. – N.1
([jul./dez. 2013])- . – Brasília : Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Departamento de Gestão Cultural. 2013--
v. : il. ; 18cm.
Semestral
A partir do N.3, o subtítulo da publicação passou a ser Revista do Museu Correios.

ISSN 2317 - 5699

1. História Postal Brasileira. 2. Telegrafia. 3. Museologia. Patrimônio Histórico e Cultural. 4. Ação Cultural. 5. Artes. I. Empresa Brasileira de Correios eTelégrafos, Departamento de Gestão Cultural.

CDD 656.81
CDU 656.8(09)(081)

POSTAIS

Revista do Museu Correios

Ano 3 Número 05
Brasília 2015

06 Carta Editorial

08 Luís Homem e a Criação do Ofício de Correio-Mor do Reino em 1520
Luiz Guilherme Gonçalves Machado

36 Patrimonialização e venalidade no provimento de ofícios no império português: uma abordagem preliminar do caso do correio-mor e seus cargos auxiliares (séculos XVI-XVIII)
Romulo Valle Salvino

76 Pindorama modernista – influência indígena no Art Déco brasileiro
Márcio Alves Roiter

98 A visibilidade das religiões nos selos postais comemorativos brasileiros do século XX
Diego A. Salcedo
Karla P. Bronsztein

124 O lance das cartas
Tida Carvalho

142 Rio de Janeiro: espaço polifônico
Marileide Meneses Silva

168 Um Varal no Litoral - O Telégrafo brasileiro no século XIX
Mauro Costa da Silva

192 Coleção telegráfica do Museu Correios como fonte documental para a história das comunicações no Brasil – o telégrafo Bréguet
Bernardo de Barros Arribada

208 O eixo da Avenida São João e a sede dos Correios em São Paulo
Candido Malta Campos

253 Ordenações Filipinas

256 Documentos do correio-mor do Reino

266 Documentos do correio-mor do mar

Carta Editorial

Os Correios são uma das mais antigas instituições brasileiras. Ao longo de sua história, essa entidade centenária que hoje tem a personalidade de uma empresa pública ocupou e amealhou inúmeros edifícios em todo o país, bastante significativos tanto do ponto de vista histórico quanto arquitetônico. Por isso, a *Postais*, desde o seu primeiro número, vem dando uma especial atenção a esse rico patrimônio, por meio de artigos que buscam abordá-lo por diferentes ângulos.

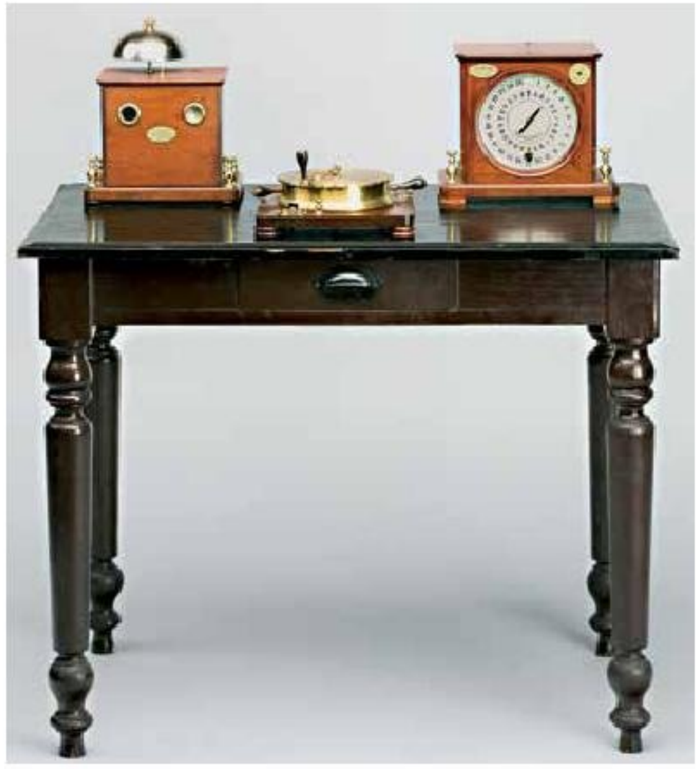
Não poderia ser diferente nesta edição, lançada justamente quando se aproximam do fim as obras de restauro da fachada de um dos mais significativos Palácios de Correio, aquele que foi projetado e construído em São Paulo pelo escritório Ramos de Azevedo. O prédio hoje abriga um Centro Cultural e a maior agência postal do Brasil, além de outra voltada especialmente para os filatelistas. Os trabalhos de restauração da fachada foram realizados sem que se interrompessem essas atividades, e o seu término marca, na realidade, o início de mais uma etapa, já que em 2016 deve continuar a atualização dos projetos que visam a transformar o imóvel em um dos mais importantes equipamentos culturais do país, sem que perca a sua utilização original de unidade comercial dos Correios.

Para marcar esse momento, o artigo de Cândido Malta Campos busca resgatar a trajetória desse imóvel tão importante para a memória dos Correios e Telégrafos, desde os seus primórdios, num período decisivo da urbanização da região central de São Paulo, ocorrida no início do século XX, até os dias atuais, de revalorização do patrimônio cultural por uma sociedade que pode ter no prédio dos Correios um exemplo de projeto plenamente sintonizado com a retomada consciente do centro histórico da principal metrópole brasileira.

Além desse trabalho, a *Postais* prossegue na sua atividade de trazer outros, que também auxiliem o resgate e a divulgação da história dos serviços postais e telegráficos. É com esse objetivo que Luiz Guilherme Machado ilumina aspectos da vida do primeiro correio-mor do Reino, Luís Homem, e que Romulo Valle Salvino busca novos subsídios para a história dos correios na Idade Moderna. Mauro Costa da Silva, por sua vez, prossegue com seu trabalho de esclarecer

significativas passagens da expansão dos serviços telegráficos brasileiros em seus primeiros tempos. Ainda no universo da telegrafia, Bernardo de Barros Arribada aproxima-se de uma importante peça do acervo do Museu Correios, o telégrafo Bréguet, para mostrar que, a despeito de raridade e da beleza das linhas desse equipamento, ele é mais que um objeto-fetiche, mas permanece como documento importante de uma grande mudança tecnológica.

A *Postais* também não poderia deixar de lado a filatelia, essa prática e esse saber tão ligados à história dos Correios. A revista tem procurado se aproximar desse universo por meio de abordagens não tradicionais, que ressaltem a produção filatélica em seus aspectos culturais e ideológicos. Assim, Diego A. Salcedo (que já vem se tornando um frequentador assíduo e sempre generoso de nossas páginas) e Karla P. Bronsztein fazem, neste número, uma incursão pela história de como o selo postal representou as diversas religiões ao longo do século XX. A conclusão não deixa de ser polêmica, já que atribui a forte presença de selos com temática católica no período posterior à década de 1980 a um esforço midiático da própria Igreja Católica. O debate está aberto, e o assunto certamente voltará a frequentar estas páginas.



Telégrafo Bréguet
1855
Foto: Fundação Portuguesa das Comunicações.

O mundo das artes, em suas várias manifestações, tem sido outra recorrência nas páginas da revista. Assim, nesta edição, Márcio Alves Roiter, procura analisar a influência da estética marajoara na produção Art Déco brasileira; Marileide Meneses Silva reflete sobre as representações da cidade do Rio de Janeiro nas crônicas de Nelson Rodrigues; Tida Carvalho faz uma *trip* pelas cartas que Leminski, "o epistoleiro mais rápido do oeste", enviou a Régis Bonvicino.

O número se encerra com um dossiê composto por alguns documentos relacionados à história dos serviços postais luso-brasileiros em seus primórdios. Há de se constatar a pouca divulgação e a dificuldade de acesso de eventuais pesquisadores a esses documentos, guardados em arquivos ou apenas publicados em meios há muito esgotados ou de difícil circulação no Brasil. A *Postais* vem procurando sanar parcialmente essa lacuna, por meio da publicação de algumas fontes de pesquisa, seja em fac-símile, seja, como agora, por meio de transcrições. O atual dossiê se insere nesse esforço. Ele anuncia também um projeto maior do Museu Correios, que é a veiculação sistemática de documentos relativos aos períodos colonial e imperial, que deverão ser reunidos posteriormente em livro a ser disponibilizado digitalmente, também distribuído em forma física para bibliotecas e universidades brasileiras.



Correio do início do século XVI

Luís Homem e a Criação do Ofício de Correio-Mor do Reino em 1520

Luís Homem and the creation of the *Correio-Mor* (Post Master) *do Reino* appointment in 1520

Luiz Guilherme G. Machado

Resumo/Abstract

Este trabalho busca contribuir, a partir de fontes primárias do século XVI, com o resgate de informações biográficas sobre o primeiro Correio-Mor do reino de Portugal, Luís Homem

Palavras-chave: História postal. Correio-mor. Luís Homem.

Based on primary sources of the 16th century, this article seeks to contribute to the effort of recovering biographical information on Luís Homem, the first holder of the Correio-mor [Post Master] appointment in the kingdom of Portugal.

Keywords: Postal history; Post Master; Luís Homem.

Contar a história do primeiro Correio-Mor de Portugal é falar dos principais acontecimentos históricos daquele tempo, nos quais Luís Homem participou direta ou indiretamente.

Antes de ter sido nomeado para este ofício em 1520, o primeiro Correio-Mor do Reino já tinha desempenhado outras importantes funções, as quais foram determinantes para o reconhecimento da sua competência. Desconhece-se a sua origem, mas existe a possibilidade de ele ter sido filho de Pedro Homem, que foi Estribeiro-Mor de D. Manuel quando ainda era Duque de Beja, bem como irmão de Francisco Homem, que o sucedeu no cargo já durante o seu reinado. (FREIRE, 1944) Esse cargo tinha a função de gerir os *"moços de estribeira"* donde provinham justamente os mensageiros oficiais da casa real. Por volta de 1512, Luís Homem era criado do Rei D. Manuel, não possuindo por essa altura qualquer outro estatuto social, mas somente a especialidade de *"Bombardeiro"*[1] (PORTUGAL, Corpo Cronológico, Parte 1ª, Maço 13, Doc. 40). De facto, muito antes de se tornar mensageiro real pela Europa afora e em especial na Flandres, foi também soldado no longínquo Oriente, onde desempenhou – ainda que involuntariamente – o papel de correio de boas novas por se encontrar na Índia a 25 de Novembro de 1510, quando Afonso de Albuquerque conquistou definitivamente a Cidade de Goa.

1.Bombardeiro era um artilheiro de bombarda, pequeno canhão.



Ilustração da Nau Flamenga comandada por Lourenço Lopes.

Embarcado na armada comandada pelo Capitão-Mor Gonçalo de Sequeira, composta por sete naus e que em Março desse ano de 1510 partira de Lisboa com destino à Índia para o comércio das especiarias (CORREIA, 1974, 1975; GÓIS, 1926), Luís Homem irá chegar a Cananor em 8 de Setembro do mesmo ano (COMENTÁRIOS..., 1973),

justamente quando o Governador Afonso de Albuquerque se preparava para retomar a Cidade de Goa, depois de uma primeira tentativa frustrada de conquista no início daquele ano. Como Condestável de Bombardeiro, Luís Homem fazia parte da tripulação da Nau "*Flamenga*", pertencente ao mercador português Tomé Lopes (FREIRE, 1920) e a outros armadores (PORTUGAL, Corpo Cronológico, Parte 1ª, Maço 13, Doc. 40). Provavelmente esta terá sido a nau que fora comandada por Lourenço Lopes (FREIRE, 1920), um comerciante português estabelecido na Flandres, que por sua vez era sobrinho de um outro Tomé Lopes de Andrade, Feitor em Antuérpia e posteriormente Feitor da Casa da Índia, além de Embaixador de D. Manuel junto à Corte de Brabante (FREIRE, 1920), de quem o futuro Correio-Mor será mensageiro quando da sua missão naquela Corte, conforme veremos mais adiante.

A julgar pela qualificação de Luís Homem como comandante dos bombardeiros daquele navio, sem dúvida alguma que poderia ter sido muito útil na reconquista de Goa, mas tal não aconteceu. Durante a reorganização das forças para um novo ataque àquela cidade, Afonso de Albuquerque procurou auxílio nas armadas recentemente chegadas de Lisboa. Para além da frota capitaneada por Gonçalo de Sequeira, em que vinha o nosso futuro Correio-Mor, chegara uma outra composta por outras quatro naus sob o comando de Diogo Mendes de Vasconcelos, que tinha por destino o porto de Malaca. (CASTANHEDA, 1979; CORREIA, 1974, 1975; GÓIS, 1926).

Num Conselho reunido em Cochim por Afonso de Albuquerque, houve grande divergência de opiniões entre os capitães-mores das armadas e os outros comandantes dos navios – inclusive com o célebre circum-navegador Fernão de Magalhães – quanto à posição a ser tomada, tanto em relação ao projeto de reconquista de Goa – defendida por Albuquerque – como em relação ao cumprimento das instruções régias no tocante aos objetivos daquelas armadas.[2] Ficaria contudo estipulado que a Armada de Malaca, comandada por Diogo Mendes de Vasconcelos, auxiliaria Afonso de Albuquerque naquela empresa, tendo-lhe o Governador da Índia prometido que o auxiliaria na viagem até

2. Cf. Ata do Conselho de 10 de Outubro de 1510. In: CARTAS..., 1898.



Afonso de Albuquerque.

Malaca depois daquela missão, o que de facto veio a ocorrer no ano seguinte, altura em que o mesmo Afonso de Albuquerque acabaria por conquistar também aquela estratégica cidade asiática. (COMENTÁRIOS..., 1973; CORREIA, 1974, 1975; GÓIS, 1926)

Quanto à armada comandada por Gonçalo de Sequeira – onde se encontrava o nosso futuro Correio-Mor Luís Homem – o seu comandante, bem como os outros capitães dos navios, recusaram-se a participar no projeto. Alegaram como principal razão o facto de naquela viagem a armada ser composta exclusivamente por naus de mercadores e que devido ao contrato que tinham com os seus feitores, os quais representavam nessa viagem, não queriam atrasar os negócios nem participar numa empresa que poria em risco o objetivo principal daquela missão, a qual visava somente a aquisição das preciosas especiarias. (CASTANHEDA, 1979; COMENTÁRIOS..., 1973; CORREIA, 1974)

Esta atitude veio indispor Afonso de Albuquerque com Gonçalo de Sequeira (COMENTÁRIOS..., 1973), tendo o governador sentenciado que mesmo antes da armada se abastecer das especiarias, teriam eles conhecimento da conquista e seriam os portadores da notícia para o Reino, pois "[...] que nestas naus havia de mandar recado a El-Rei que ele ficava descansando dentro na Cidade de Goa". (CORREIA, 1975, Vol. II, p. 138). Afirmou ainda Albuquerque, que eles arcariam com a responsabilidade de perderem uma oportunidade de servirem ao seu soberano, acrescida da vergonha de não participarem de um tão grande feito (COMENTÁRIOS..., 1973). O governador – de espírito mais guerreiro do que comercial – chegou ainda a queixar-se ao monarca: "[...] se Vossa Alteza quer ser rico, não venham cá naus de mercadores para o negócio da Índia, naus há nela que abastem se lhe mandardes muitas lanças e muitas armas [...]". (CARTAS..., 1898, Tomo I, p. 24-25). Bem gostaria D. Manuel de seguir esse conselho, chegando a responder "[...]que assim se fará, prazendo a Deus [...]". (CARTAS..., 1898, Tomo I, p. 432). Contudo, a debilidade financeira da Coroa frente ao audacioso projeto do tráfico indiano, já não podia dispensar

o patrocínio decisivo dos particulares no lucrativo comércio asiático. (ALMEIDA, 1993)

Reconquistada definitivamente a Cidade de Goa em 25 de Novembro de 1510, confirmou-se a profética previsão de Afonso de Albuquerque, tendo a Armada de Gonçalo de Sequeira e com ela o nosso futuro Correio-Mor do Reino, acabado por trazer a Lisboa os maços de cartas com as notícias da importante conquista, bem como sobre outros assuntos e as providências tomadas a respeito do império oriental que então se construiria e que agora já possuía a sua sede. (CARTAS..., 1898; CORREIA, 1975)[3]

Chegando a Portugal em meados do ano de 1511[4], Luís Homem viajará em seguida para a Flandres, possivelmente para acompanhar as especiarias pertencentes à Coroa trazidas na viagem e que eram na sua maior parte negociadas naquela região através da Feitoria Portuguesa de Antuérpia. Isto é o que se poderá deduzir de um mandado de D. Manuel datado de 18 de Agosto de 1512 (PORTUGAL, Corpo Cronológico, Parte 1ª, Maço 13, Doc. 40), no qual se refere a chegada de Luís Homem a Lisboa, vindo da Flandres, donde trazia a fazenda real, que deveria consistir no produto da venda de parte daquelas mercadorias.

Neste mesmo documento, fica patente o valimento que Luís Homem já possuía junto ao monarca, pois para além da confiança nele depositada para trazer o seu dinheiro, D. Manuel ordenava ao Feitor e mais Oficiais da Casa da Índia, que pagassem logo a Luís Homem em pimenta o que lhe ficasse líquido dos trinta e quatro quintais que trouxera na nau em que fora à Índia, para que ele a pudesse levar consigo à Flandres onde era novamente enviado a serviço do rei. (PORTUGAL, Corpo Cronológico, Parte 1ª, Maço 13, Doc. 40)

Este pagamento em pimenta correspondia à sua "*quintalada e camarote*", a que Luís Homem tinha direito em virtude da sua viagem ao oriente e que era uma forma de incentivo dado pela coroa a quem participasse no grande projeto das navegações dos descobrimentos. Consistia isso numa parte do soldo pago sob a forma de licença de importação para a



Comércio de Especiarias.

3.Cf. sumários das Cartas da Índia de Afonso de Albuquerque e Outros, que trouxe Conçalo de Sequeira. In: CARTAS..., 1898, Tomo I, p. 419-430.

4.Cf. carta de D. Manuel ao Bispo de Segóvia. In: CARTAS..., 1898, Tomo III, p. 20-21, e ainda: Carta de D. Manuel I ao Rei de Aragão, D. Fernando, sobre a Tomada de Goa, edição e notas de Virgínia Rau e Eduardo Borges Nunes, Lisboa, 1968. Neste último trabalho, ficou comprometida a análise que os autores fizeram desta desconhecida carta ao Rei de Aragão, por terem consultado unicamente os dois primeiros tomos das Cartas de Afonso de Albuquerque, passando dessa forma desapercebida a missiva endereçada ao Bispo de Segóvia, publicada no tomo III, que complementava as notícias anunciadas naquela carta ao Soberano Espanhol.

metrópole de uma certa quantidade de especiarias, compradas com o seu próprio dinheiro, mas livre de frete. Estas mercadorias eram arrumadas em câmaras reservadas à tripulação do navio e que variavam de tamanho conforme a categoria do tripulante. No caso de Luís Homem, como Condestável de Bombardeiro, teve ele direito de trazer cinco quintais e duas arrobas de pimenta. Porém, tendo comprado também os lugares das *quintaladas* de outros onze tripulantes do navio em que viajava, totalizou o direito a trinta e quatro quintais, que após abater a quebra de 10% e o "*quarto e vintena*" (correspondente aos direitos de alfândega), se traduziram num valor líquido de vinte quintais, duas arrobas e vinte arráteis de pimenta (cerca de 1 tonelada), que ele próprio levará para a Flandres. (GODINHO, 1982)



Imperador Maximiliano I

Note-se, que a concessão dada a Luís Homem de poder levantar a sua parte em pimenta era uma excepção. A partir de 1504, com o monopólio real, entrou em vigor um novo regime comercial e todas as especiarias descarregadas em Lisboa passaram obrigatoriamente a dar entrada na Casa da Índia, que por sua vez as negociava a preço único. Somente depois de vendidas, é que era entregue a cada mercador o valor em dinheiro correspondente ao que lá tinha depositado (GODINHO, 1982). Dessa forma, Luís Homem obteve o raro privilégio de poder negociar diretamente na Flandres o preço da sua mercadoria, conseguindo assim uma melhor remuneração do seu investimento.

Nessa época, a Cidade de Antuérpia era já o principal centro distribuidor das especiarias e dos produtos coloniais portugueses no norte da Europa, onde Portugal tinha uma importante comunidade de mercadores reunidos em torno da Feitoria Portuguesa, que servia como uma representação comercial e diplomática da coroa naquela região. Os portugueses formavam uma das principais "*nações*" estrangeiras naquela cidade, possuindo vários privilégios e isenções outorgados pela casa reinante dos Habsburgos. Será neste ambiente de intenso tráfego comercial que se estabelecerão as mais estreitas relações diplomáticas entre a Corte Portuguesa e a Casa da Áustria. Tais relações terão ainda como consequência um constante intercâmbio de correspondência epistolar entre Portugal e a

Flandres, em que Luís Homem também veio a participar como mensageiro real.

Será nesse contexto que D. Manuel enviará em finais de 1514 à Corte do seu primo direito, o Imperador Maximiliano de Habsburgo (eram ambos netos do Rei D. Duarte), o Feitor da então opulenta e poderosa Casa da Índia, Tomé Lopes de Andrade, com amplos poderes sobre a Feitoria Portuguesa de Antuérpia.[5] Esta missão tinha como objetivo negociar com os grandes potentados do comércio e das finanças alemães (Fugger, Hochstetter e Welser), o fornecimento de cobre para suprir as necessidades das Armadas da Índia e do comércio oriental. Visava também tratar de questões políticas junto ao Imperador relativas às negociações sobre o casamento da Infanta D. Leonor, sua neta, com o Príncipe herdeiro Português, D. João e da irmã deste, D. Isabel, com o seu outro neto e futuro Imperador, o Arquiduque Carlos de Áustria. (GÓIS, 1926)

Tomé Lopes de Andrade – já referenciado no início deste artigo – tinha sido Feitor em Antuérpia entre 1498 e 1505, justamente no tempo em que chegaram àquela cidade os primeiros navios portugueses carregados de especiarias asiáticas e quando por isso ali se firmou o primeiro contrato de venda daquele produto na região, no ano de 1503 (ALMEIDA, 1993; FREIRE, 1920). Mercador experiente e arguto diplomata, era muito considerado na Corte de Brabante e foi por isso para aí enviado como Embaixador entre 1509 e 1511, tendo negociado o importante acordo que concedia o estatuto de *"nação mais favorecida"* (FREIRE, 1920, p. 95-96) aos portugueses residentes naquela cidade, ficando igualmente garantida uma casa para sede da Feitoria, mediante uma doação da municipalidade de Antuérpia[6].

Quando da sua chegada à Augsburgo em Maio de 1515, Tomé Lopes refere em carta a D. Manuel, que:

> Quando passei por esta cidade para ir ao Imperador, os governadores dela e assim os Fugger, Hochstetter, Welser e todas as outras companhias e mercadores, me fizeram muita



Jacob Fugger

5. Cf. alvará publicado por FREIRE, 1920, p. 104.

6.Cf. doc. XXVII. In: FREIRE, 1920, p. 170-171.

> honra e me enviaram muitos presentes; e assim o fizeram quando tornei com o Imperador. (FREIRE, 1920, p. 104)

Nesta mesma carta, numa clara alusão ao prestígio que Portugal alcançara na cena internacional daquele tempo, concluía:

> O Imperador toma grande passatempo em saber das cousas da Índia e dos reis que são sujeitos a Vossa Alteza, e há por mui grande feito a guerra de África, assim no Reino de Fêz, como no de Marrocos, sobre que muito me tem perguntado tudo. Os senhores e povos não falam em nenhuma cousa tanto, como em estas conquistas de Vossa Alteza. (FREIRE, 1920, p.105).

Já em Agosto do mesmo ano de 1515, Tomé Lopes comunicava a D. Manuel que aguardava a chegada do Imperador, que vinha de Viena, para se despedir[7] e seguir para Bruxelas, onde se avistaria com o neto de Maximiliano, o Arquiduque Carlos de Áustria, soberano dos Estados de Brabante e herdeiro presuntivo do trono de Espanha, por ser o filho mais velho de Joana *"a Louca"* e esta a única filha dos Reis Católicos.

7.Cf. Doc. LV. In: FREIRE, 1920, p. 221.

No entanto, pouco depois, a 23 de Janeiro de 1516, o Rei Espanhol, Fernando o Católico, viria a falecer, causando grande apreensão na Corte Portuguesa, manifestada através das cartas régias datadas de 1º de Fevereiro daquele ano e enviadas aos governadores das diferentes fortalezas do Reino, para que as guardassem e velassem com toda a segurança e cuidado (FREIRE, 1920). A sucessão ao trono de Castela revelou-se uma questão delicada visto a herdeira direta, Joana a *"Louca"*, estar internada em Tordesilhas como incapaz e o seu jovem filho e herdeiro Carlos, então soberano de Brabante, se encontrar em Bruxelas. Pelo testamento do falecido rei, ficava nomeada uma regência para governar em nome do seu neto, o Arquiduque de Áustria, até a sua chegada a Castela para ser jurado em Cortes conforme a tradição espanhola. Contudo, os acontecimentos precipitaram-se e Carlos, estando ainda em Bruxelas, apressou-se em tomar o título real espanhol em Março

desse mesmo ano de 1516, para assim poder negociar em melhores condições a paz com Francisco I, Rei de França, que viria a ser o seu principal rival no cenário europeu daquele tempo. Tal atitude causou algum descontentamento e apreensão em Espanha, resultantes da expectativa sempre adiada da sua vinda para tomar posse e residir naquele Reino, facto que só viria a ocorrer em 7 de Fevereiro de 1518. Nesse clima de instabilidade e incerteza, o Rei D. Manuel procurará saber através dos seus servidores na Flandres e em Castela de todas as notícias relacionadas com o desenrolar dos acontecimentos, de forma a levar a bom termo a sua política europeia justamente num momento em que o seu império colonial se encontrava em grande expansão noutras partes do mundo (FREIRE, 1920). E é neste cenário que surgirá novamente Luís Homem como elo de ligação entre a Corte Portuguesa e os seus correspondentes no estrangeiro.

Em Bruxelas, os contactos estabelecidos por Tomé Lopes com o jovem Rei Espanhol e os seus mais próximos Conselheiros, nomeadamente o Monsenhor de Chièvres, Guilherme de Croy, o Grão Chanceler de Borgonha, Jean Le Sauvage, e em especial um dos Secretários daquele monarca, o *"português"* Cristóvão Barroso (GÓIS, 1926), revelar-se-ão de uma enorme importância naquela conjuntura. A confirmar este facto, veja-se a carta de um dos correspondentes de D. Manuel na Flandres, Rui Fernandes de Almada, onde se afirma que o enviado português, Tomé Lopes, "[...] tem grande crédito com estes que governam, ajudou aqui a muitos, é grande amigo do Conde Dom Fernando[8] e assim de todos [...]." (BARATA, 1971, p. 182-183).

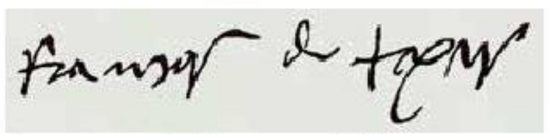
Num primeiro momento, foi intenção de D. Manuel que o seu enviado à Corte de Brabante retornasse o mais depressa possível a Portugal, depois de prestar as condolências ao novo rei pela morte do seu avô e de saber quando seria sua intenção de vir a Castela tomar posse do seu novo reino[9]. Ocorreu, porém, que o secretário do soberano espanhol comunicasse a Tomé Lopes que o novo monarca teria também muito gosto com os casamentos em perspectiva, notícia esta que o enviado português transmitiu imediatamente

8. Conde Dom Fernando de Andrade, nobre castelhano que o Rei Carlos I de Espanha acolheu muito bem quando da sua visita à Bruxelas para lhe prestar vassalagem, sendo então nomeado Capitão Geral de Castela.

9.Cf. minuta da carta de D. Manuel para Tomé Lopes. In: FREIRE, 1920, Doc. LVII, p. 222.



Francisco de Taxis



Assinatura de Francisco de Taxis

a D. Manuel, através do futuro Correio-Mor Luís Homem, que rapidamente partiu para Portugal com as importantes novidades. (PORTUGAL, Fragmentos, Minutas de Cartas Régias, Maço 1, nº. 88).

Para uma maior diligência na sua viagem, Luís Homem irá aproveitar a estrutura montada por Francisco de Taxis, Mestre dos Correios da Corte do Imperador Maximiliano e o primeiro representante de uma família que se transformará em sinónimo de *"correios"* por toda a Europa (DELÉPINNE, 1978). Tendo sido encarregue pelo Imperador de criar uma rede de ligação postal dentro das fronteiras do vasto império da Casa dos Habsburgos, Francisco de Taxis havia já organizado por volta de 1516 várias carreiras de postas centralizadas em Bruxelas, donde partiam correios com alguma regularidade para Viena, Roma e Madrid. Essas carreiras consistiam numa série de cavalariças dispostas ao longo do caminho (postas), onde um Mestre chamado de "Posta" tinha como obrigação ter sempre pronto um certo número de cavalos para serem alugados aos correios ou a viajantes, os quais, por sua vez, eram revezados e substituídos nas postas seguintes. Luís Homem seguirá justamente pela carreira de Madrid, tendo percorrido sessenta e oito mudas de postas entre Bruxelas e Burgos, ao custo de um cruzado cada uma. Em Burgos adquiriu um cavalo por quinze cruzados, seguindo então até Almeirim, onde se encontrava a Corte Portuguesa.

Luís Homem gastou ao todo no caminho – com mais cinco cruzados para a despesa da sua pessoa – oitenta e oito cruzados, dos quais uma parte lhe tinha adiantado Tomé Lopes em Bruxelas. Esta quantia foi mandada saldar por carta régia de 11 de Abril de 1516, pela qual D. Manuel ordenou a Silvestre Nunes, então Feitor na Flandres, que pagasse a ambos o que lhes era devido.[10]

Entretanto, Tomé Lopes, que adoecera gravemente, ficará "[...] aguardando cada hora por Luís Homem [...]"(BARATA, 1971, p.182-183)[11]. Embora tentando voltar à Flandres o mais rapidamente possível com a correspondência real, o futuro Correio-Mor do Reino

10. Cf. Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte 1ª, Maço 20, Doc. 8.

11.Cf. Carta de Rui Fernandes ao Rei D. Manuel, de 6 de Maio de 1516. In: BARATA, 1971, p. 182-183.

atrasa-se, levando aproximadamente dois meses para chegar a Antuérpia, pois "[...] veio ter à Baiona e esteve aí muitos dias aguardando por tempo, e daí veio ter a Inglaterra e disse veio por terra [sic] até esta Vila [...]." (PORTUGAL, Corpo Cronológico, Parte 1ª, Maço 21, Doc. 82). Na sua chegada encontrou Tomé Lopes moribundo, mas ainda em condições de lhe passar uma declaração a 20 de Junho do mesmo ano de 1516, do gasto de mais vinte cruzados que teve na sua viagem, "[...] no qual caminho e passagem fez muito mais despesa [...]" (PORTUGAL, Corpo Cronológico, Parte 1ª, Maço 21, Doc. 82).

Tomé Lopes veio a falecer uma semana depois, a 28 de Junho, dando origem a que não fossem entregues as cartas do Monarca Português ao jovem Rei Espanhol e nem aquela para os seus conselheiros, caso que muito desconsolou D. Manuel, pois "[...] bem nos provera serem dadas nossas cartas ao menos por não passar tantos dias sem serem lá sabidos nossos recados [...]" (PORTUGAL, Fragmentos, Minutas de Cartas Régias, Maço 1, Doc. 88). Esta decisão fora tomada por Lourenço Lopes, já nosso conhecido, sobrinho do falecido Feitor da Casa da Índia e antigo comandante da Nau Flamenga da Armada de Gonçalo de Sequeira – a mesma em que Luís Homem servira como Condestável de Bombardeiro – que julgou melhor recambiar a correspondência para Portugal, tendo em vista a delicadeza da situação. D. Manuel, compreendendo a atitude de Lourenço Lopes, o fez suceder ao seu falecido tio nessa missão tornando a enviar Luís Homem à Flandres com as mesmas instruções e cartas que enviara a Tomé Lopes, assim como ao Rei de Castela e a seus Conselheiros, em 20 de Julho do mesmo ano de 1516 (PORTUGAL, Fragmentos, Minutas de Cartas Régias, Maço 1, Doc. 88). Nelas, D. Manuel respondia ao Secretário do Rei Espanhol, o "português" Cristóvão Barroso, que sobre os casamentos projetados entre os príncipes de ambas as coroas,

> [...] por este negócio ser da qualidade que vedes e de tanta importância, que convém ser praticado e falado por pessoa de que tanta confiança se tenha como o caso o requer [...] E a

> pessoa que assim havemos de enviar, temos já ordenada e se despacha e faz prestes, para logo após este se partir. (PORTUGAL, Fragmentos, Minutas de Cartas Régias, Maço 1, Doc. 88).

Tratava-se de Pedro Correia, do Conselho do Rei, Fidalgo da Casa Real e Senhor de Belas, descendente de antigos servidores da família de D. Manuel enquanto Duques de Beja e amigo pessoal de Afonso de Albuquerque (FREIRE, 1920). Para além de Pedro Correia, como Embaixador, faziam parte da comitiva João Brandão (que fora e tornaria a ser Feitor em Antuérpia) como Escrivão da Embaixada, bem como Luís Homem, que iria servir como Correio. Recomendou D. Manuel a Lourenço Lopes, que auxiliasse o embaixador no que fosse necessário.[12]

12. Cf. Doc. LXIV. In: FREIRE, 1920, p. 227.

Tendo partido a Embaixada de Lisboa somente a 15 de Outubro de 1516, ocorreu neste meio tempo um facto que julgamos determinante no desenrolar desta missão diplomática. Aproximadamente um mês antes da partida, a 8 de Setembro, nascera o Infante D. António, décimo filho do Rei D. Manuel com a sua segunda mulher, a Rainha D. Maria, que tendo sido baptizado dois dias depois e sem cerimônias "[...] por o Infante estar doentinho [...]", veio a falecer logo a 1º de Novembro seguinte.[13] Damião de Góis relata na sua Crónica de D. Manuel, que

13. Cf. Relações de Pero de Alcáçova Carneiro, Conde da Idanha, do Tempo que Ele e seu Pai, António Carneiro, Serviram de Secretários (1515 a 1568), Ed. de Ernesto de Campos de Andrada, Lisboa, 1937, p. 195.

> [...] a Rainha Dona Maria ficou tão mau tratada do parto do Infante Dom António, que até à hora da morte nunca se mais achou bem porque se lhe gerou uma apostema dentro nas entranhas, sem em toda a medicina haver cousa que lhe pudesse dar saúde, pelo que procedendo esta má disposição com que se lhe acrescentavam de dia em dia gravíssimas dores, faleceu em Lisboa nos Paços da Ribeira aos sete dias do mês de Março do ano do Senhor de mil quinhentos e dezassete, em idade de trinta e cinco anos. (GÓIS, 1926, p.49)

Assim sendo, quando da partida da Embaixada de Pedro Correia, já se perspectivava na Corte a possibilidade de uma nova viuvez de D. Manuel, facto este que veio a ocorrer seis meses depois, ainda durante a permanência da embaixada na Flandres, que só viria a

concluir-se em 15 de Abril daquele ano de 1517. (FREIRE, 1920)

Pedro Correia e a sua comitiva tinham seguido por terra até Paris, onde se avistaram com o Rei de França, Francisco I, que recentemente assinara em Noyon, a 13 de Agosto de 1516, o almejado tratado de paz com o novo Monarca Espanhol, Carlos I. Em seguida continuaram a viagem até ao seu destino, a Corte de Bruxelas, onde finalmente chegaram a 8 de Janeiro de 1517. (FREIRE, 1920).[14] Lá, o Embaixador Português escreveu a 13 de Janeiro a sua primeira carta relatando as conversações iniciais que tivera com algumas personagens que se encontravam naquela Corte e na qual constava que em relação aos casamentos em perspectiva, "[...] todos hão por certo que eu não venho à outra cousa senão a isso e estão mui ledos com a minha vinda [...]." (FREIRE, 1920, p. 225). Cristóvão Barroso (Secretário do Rei Espanhol e principal interlocutor do assunto), acrescentava ainda "[...] que se eu nisso não falar, que mo não hão de cometer nem tocar, pela vergonha que cá entre eles é as mulheres cometerem os homens [...]."(FREIRE, 1920, p. 225).



Rei de França Francisco I

Na realidade, tal observação significava muito mais que apenas um escrúpulo protocolar ou social. A posição dos negociadores flamengos era no sentido de procurarem uma forma vantajosa de iniciarem as difíceis discussões sobre os dotes dos casamentos e de valorizarem ao máximo a aliança que surgiria entre as duas Coroas com aqueles enlaces. Por outro lado, essa postura traduzia também uma atitude de afirmação política por parte da Casa de Habsburgo face à sua crescente posição na Europa, que em breve se expandiria para o resto do mundo. Não obstante, as instruções de Pedro Correia eram no sentido de esperar pela oferta espontânea da mão de *"Madama Leonor"*, tendo em vista os contactos já efetuados com o falecido Tomé Lopes e do longo tempo em que se vinha trabalhando nesse assunto. Além de que, assinalava também o embaixador na sua carta, a concretização desse casamento passaria por uma elevada despesa pecuniária com os intermediários do negócio, pois "[...] este uso de se fazerem as cousas por dinheiro, anda cá mui praticado [...]" (GÓIS, 1926, Parte VI, p. 73). Pedro Correia tivera informações de pessoa muito próxima ao Imperador Maximiliano, que em relação aos casamentos ele "[...] desejava muito de se

14. Cf. Doc. LXII. In: FREIRE, 1920, p. 225.

fazerem e que seria bem Vossa Alteza dar XXX mil cruzados a Chièvres por consentir nisso [...]"(FREIRE, 1920, Doc. LXII, p. 225-226).

Noutra carta de 5 de Fevereiro de 1517, o Embaixador Português, relatando a sua primeira audiência com o jovem Soberano Espanhol que ainda não completara 17 anos de idade, observava que "[...] os negócios de cá todos são na mão de Chièvres e do Chanceler [...]", (FREIRE, 1920, Doc. LXII, p. VII) sendo somente através deles que se resolveria algum assunto. Dessa visita, comentava ainda o Embaixador que



Rei de Espanha Carlos I

> [...] El-Rei tem mui boa disposição de corpo e é gentil homem de rosto, pero na boca tem alguma desgraça por não chegar bem um beiço ao outro; fala mui pouco e a meu parecer não tem a língua bem despejada; não entende em negócios senão quando alguma hora o Chièvres chama e faz estar em algum; sua ocupação principal é brincar com flamengos sem querer que castelhanos nisso entrem, antes me dizem que lhe aborrecem; não fala nada espanhol nem creio que o entende, senão se for algumas poucas palavras. (FREIRE, 1920, Doc. LXV, pp. 229)

Em relação à almejada noiva, descreve ainda que

> Madama Leonor não é mui formosa nem lhe podem chamar feia, tem boa graça e bom despejo, e parece-me de condição branda e avisada; não tem bons dentes e é pequena de corpo, e pareceu ainda mais porque cá não trazem chapins que passem da altura de dois dedos; é grande dançarina e folga de o fazer. (FREIRE, 1920, Doc. LXV, pp. 229)

A estas considerações, acrescentava Pedro Correia enfaticamente que

> [...] toda esta Corte há por cousa mui certa que eu não venho a al senão a seu casamento e falam nisso publicamente, tendo sabido que ela e todos os de sua casa o desejam quanto é razão, e parece-me que ficariam mui desconsolados se soubessem como a isso não são vindos. (FREIRE, 1920, Doc. LXV, pp. 229)

Logo em seguida, a 8 de Fevereiro, o Embaixador teve a sua primeira entrevista com o Imperador Maximiliano na Cidade de Antuérpia, na qual o Imperador nunca se referiu ao assunto dos casamentos em causa. Assim, depois destes primeiros contactos e não havendo da parte daquela corte nenhum sinal claro sobre o início das negociações, determinou Pedro Correia "[...] não deter mais Luís Homem [...]." (FREIRE, 1920, Doc. LXVIII, p. 233). Para isso tinha já ordenado ao Feitor de Flandres, Silvestre Nunes, que lhe entregasse cem cruzados "[...] como lhe já outras vezes foram dados para fazer o dito caminho [...]" (FREIRE, 1920, Doc. LXIII, p. 227). Partindo para Portugal no dia 9 de Fevereiro de 1517, o futuro Correio-Mor chegará a Lisboa por volta do dia 26 de Fevereiro.


Madame Leonor.

D. Manuel, avaliando a reacção do Rei de Castela, dos seus Conselheiros e do Imperador à Embaixada que enviara, resolveu responder a Pedro Correia que "[...] vendo como por ele ou da sua parte vos não foi falado no negócio dos casamentos nem também o Imperador, pois aí se acertaria [...]." (FREIRE, 1920, Doc. LXXII, p. 236), ordenava "[...] que vós não façais lá mais detenção nem falais em cousa alguma tocante aos ditos casamentos [...]." (FREIRE, 1920, Doc. LXXII, p. 236). E que no caso de haver por parte de algum dos conselheiros régios alguma insistência em iniciar as negociações depois dessa notícia, que então "[...] trabalhareis o que puderdes de saber de vosso, pela melhor maneira que vos parecer, o que se fará no **dote.**" (FREIRE, 1920, Doc. LXXII, p. 236, grifo nosso), acrescentando "[...] que pois tanto se afirma a vinda Del-Rei este Verão à Castela, ele devia folgar de trazer consigo Madama Leonor, sua irmã, porque ordenando Nosso Senhor neste casamento se entender, estivesse cá mais perto." (FREIRE, 1920, Doc. LXXII, p. 236).

Munido dessas instruções e de outras cartas com que o Rei D. Manuel mandava o seu Feitor em Antuérpia recompensar pecuniariamente e através de promoções em cargos, várias personagens que auxiliaram aquela embaixada, retornou Luís Homem à Flandres em 3 de Março de 1517. Tendo chegado à Bruxelas a 17 do mesmo mês (FREIRE, 1920),

levou ao todo somente 37 dias na sua missão de levar as correspondências e voltar com as respostas, como vemos pela carta do Escrivão da Embaixada, João Brandão, de 30 de Março de 1517:

> Senhor, por um correio que daqui partiu sete ou oito dias há, escrevi a Vossa Alteza tudo o que até aqui era passado e entre outras algumas cousas lhe escrevi como Luís Homem chegara a esta Vila de Bruxelas a 17 dias deste mês de Março, às 8 horas do dia; e por conta acháramos que não pusera no caminho que pouco mais de catorze dias e meio, se partiu a dois dias de Março como me o secretário escreveu, ainda que ele diz que ele partira a 3 do dito mês. Como quer que seja, fez mui grande diligência segundo cá dizem todos os que sabem de postas e isto pelo mal aviamento que tem em Portugal, porque doutra feição, não seria muito ir em dez dias se tivesse o aviamento que tem por França, porque em cinco dias vai uma posta daqui a Burgos que são trezentas léguas. E por ele recebemos todas as cartas que nos por ele mandou Vossa Alteza, as quais mui bem vimos e entendemos e em todo, Senhor, se fará como manda e ordena. (PORTUGAL, Corpo Cronológico, Parte 1ª, Maço 21, Doc. 72)

Apesar dessa eficiência, Luís Homem irá reclamar cerca de um ano depois, que Pedro Correia tinha mandado descontar do seu salário "[...] certo tempo que gastei em vir cá a Portugal com cartas a Sua Alteza, o qual tempo ainda me devem [...]." (FERREIRA, 2008). A verdade, porém, é que ao ter demonstrado mais uma vez a sua vocação para o serviço postal, virá em breve a ser recompensado pela sua dedicação e fidelidade à coroa.

Entretanto, as novas instruções de D. Manuel para que regressasse a Portugal a embaixada que enviara, causaram uma surpresa geral, a começar pelo próprio Embaixador Pedro Correia, que escreveu: "[...] ainda que sempre me pareceu que Vossa Alteza não voava de boa vontade esta perdiz, algum tanto estava descuidado de me mandar assim ir sem passar mais avante no negócio [...]." (PORTUGAL, Cartas Missivas, Maço 2, Doc. 155), acrescentando que quando falou da sua ida ao poderoso Monsenhor de Chièvres e ao Chanceler Le Sauvage, "[...] ficaram tão enleados que não puderam dissimulá-lo [...]." (PORTUGAL, Cartas Missivas, Maço 2, Doc. 155). Rui Fernandes de Almada, que acabava

de ser nomeado Escrivão da Feitoria de Flandres, escreveu também: "Aqui soube do descontentamento que estes homens todos têm por Vossa Alteza mandar ir o embaixador, porque certo eles sempre cuidaram que ele vinha ao que todo mundo presumia [...]."(FREIRE, 1920, Doc. LXXXIII, p. 247) e que somente "[...] eles aguardavam a vinda de Luís Homem para que se abrisse caminho [...]" (FREIRE, 1920, Doc. LXXXIII, p. 247).

Esta notícia foi provavelmente bem recebida por Francisco I de França, conforme a opinião de Pedro Correia, que observara nas conversações que tivera naquela Corte o desagrado com os casamentos planeados, pois em França estariam mais interessados em enfraquecer as novas alianças do Rei de Espanha do que propriamente incentivá-las (FREIRE, 1920, Doc. LXXVIII, p. 241-242). Contudo, por uma ironia do destino, D. Leonor, que viria a ser Rainha de Portugal, através do terceiro casamento de D. Manuel, foi também Rainha de França. Após enviuvar do Rei Português, viria a contrair novo casamento em 1530, justamente com Francisco I. Seria este enlace uma das consequências do Tratado de Paz das "Damas", assinado em Cambraia entre os eternos rivais: Carlos V e aquele Soberano Francês.


Rei de Inglaterra Henrique VIII

Depois de despedir-se dos Monarcas Habsburgos e seguindo as instruções que recebera, retornou Pedro Correia com a sua comitiva a Portugal, passando primeiramente por Inglaterra, para cumprimentar Henrique VIII em nome de D. Manuel e em seguida novamente por França, para mais uma vez se avistar com Francisco I (FREIRE, 1920; Torre do Tombo, Cartas Missivas, Maço 2, Doc. 155). Terminava assim a tão pouca conhecida embaixada portuguesa aos principais soberanos europeus daquele tempo (FREIRE, 1944). Para Luís Homem, essa missão diplomática serviu para demonstrar mais uma vez as suas capacidades como mensageiro real, além da oportunidade de tomar conhecimento mais preciso do serviço postal montado pela Família Taxis, que lhe viria a servir de exemplo quando da tentativa de montar uma estrutura semelhante em Portugal.

Entretanto, o recado de D. Manuel ao seu sobrinho Carlos para que levasse consigo a sua irmã Leonor a Castela, foi prontamente atendido. A notícia do falecimento da Rainha Portuguesa D. Maria e a surpresa causada pelo retorno inesperado da embaixada de Pedro Correia, teriam contribuído para que a Corte Castelhana não perdesse mais uma oportunidade de aprofundar a sua aliança com o seu poderoso vizinho e assim retomar a estratégia de construção de uma futura União Ibérica. Por seu lado, D. Manuel também aspirava ao mesmo fim, além de desejar contribuir para uma paz duradoura na península e poder continuar com a sua expansão ultramarina, que nessa época se encontrava no auge.

Quando o jovem Rei Espanhol prestou juramento às Cortes reunidas em Valhadolide, em Fevereiro de 1518, D. Manuel enviou como Embaixador àquela Corte o seu Camareiro-Mor, Álvaro da Costa, para lhe prestar homenagem e negociar o casamento, que ao contrário do que se esperava, já não seria o do seu filho, mas sim o dele próprio. Esse desfecho foi tão surpreendente – conforme nos relata Frei Luís de Sousa nos seus "Anais Del-Rei Dom João III" –, que sobre a reviravolta e final desenlace destas negociações:

> [...] sendo o mandado público dar-lhe parabéns da vinda, foi o secreto que trabalhasse para si, matrimónio com a Infanta D. Leonor sua irmã; e foram os poderes que lhe deu tão largos e sem limite, que primeiro se soube em Portugal estar concluído, que começado. (SOUSA, 1844, p. 16)

No entanto e apesar de ter prevalecido essa versão na historiografia portuguesa sobre o inesperado desfecho desse casamento, já que originalmente o enlace seria com o sucessor de D. Manuel, o Príncipe D. João, a verdade é que a proposta de casamento com o próprio Rei Português foi originalmente sugerida pela Corte Espanhola. De acordo com as instruções recebidas por D. Miguel da Silva – Embaixador Português em Roma e encarregado de obter junto ao Papa Leão X, a Bula de Dispensação para aquele casamento, exigida por causa da consanguinidade dos noivos –, D. Manuel afirmava claramente que a iniciativa da oferta partira de Castela. Através da carta régia de 29 de Maio de 1518, informava

o Rei Português ao futuro Bispo de Viseu, D. Miguel da Silva, que Álvaro da Costa, ao visitar o Rei Espanhol, "[...] se ofereceu lhe ser lá falado em casamento da Infanta Dona Leonor, sua irmã, **connosco.**" (SILVA, 1865, p. 10, grifo nosso) Argumentando o monarca, que "por nos parecer pelos impedimentos que havia e até agora há nos casamentos de meus filhos [...], quisemos nisso entender e aceitar o quanto da parte de lá nos foi falado e requerido." (SILVA, 1865, p. 10). Acrescentando ainda, que comunicasse ao Papa que "[...] folgamos de entender neste casamento para que fomos requerido, quando para outras cousas se nos apresentaram grandes impedimentos" (SILVA, 1865, p. 10). Seria esta uma solução de consenso para ambas as Coroas, apesar do mal estar gerado nalguns setores mais próximos do Príncipe D. João, postura essa bem exemplificada pelo caso de D. Luís da Silveira – seu Conselheiro e futuro Conde de Sortelha – que acabou sendo desterrado da Corte por D. Manuel, por haver patenteado o seu desagrado (SOUSA, 1844).



Papa Leão X.

Não ficariam por aí os entendimentos sobre esse casamento. O Embaixador Álvaro da Costa confirmara a D. Manuel a ideia já ventilada por Pedro Correia, de que seria necessário fazer uma considerável despesa com os Conselheiros do Rei Espanhol para a viabilização daquele enlace. Assim sendo, D. Manuel instruiu o seu Embaixador em Castela por carta régia de 28 de Abril do mesmo ano de 1518, que

> [...] posto que em nossas cousas não tenhamos este costume como sabeis, pero pelo que nisso vos temos mandado que fizésseis e tendes feito e falado com o Chanceler, e pelo ponto em que este negócio já está e porque mais prestes se conclua, nós havemos por bem de a Chièvres e ao Chanceler, fazermos mercê de vinte mil cruzados. (REGO, 1975, p. 205-206)

Entretanto, haveria ainda mais uma outra despesa significativa, sendo agora para com o célebre Papa Leão X, que naquele tempo se achava empenhado em obter maiores recursos para poder concluir a Basílica de São Pedro e também decorá-la com a arte mais preciosa. Teria sido esta, aliás, uma das razões da reacção de Martim Lutero contra a venda de

novas indulgências para aquele fim. Porém, a ela não pôde escapar D. Manuel, ao requerer através do seu Embaixador em Roma a tal Bula de Dispensação tão necessária à legitimidade do seu casamento.


Casamento de D. Manuel com D. Leonor

A instrução do Rei Português fora para que D. Miguel da Silva gastasse "[...] até oito ou dez mil cruzados se tanto se houver mister despender nisso [...]", contudo "[...] vós, como sempre nos servis tanto a nosso prazer, vede se isto se pode fazer grátis ou ao menos com pouca cousa". (SILVA, 1865, p. 11). Sobre a entrevista para o pedido daquela Bula pelo futuro Bispo de Viseu ao Papa Leão X, o Embaixador Português narrava que

> Sua Santidade não se espantou nada porque havia quatro ou cinco dias que o Núncio lhe escrevera fumo disto, mas mostrou tanto prazer que cuidei certo que me havia de despachar tornando-me em cima dinheiro. (SILVA, 1865, p. 16).

De facto, D. Miguel relatava que o Papa "[...] respondeu-me que era contente e que a dispensação se fizesse, mas que aparelhasse muitos mil ducados [...]"(SILVA, 1865, p. 16), ao que respondera o embaixador: "[...] que cria que Sua Santidade zombava e me queria fazer estimar mais a graça, pois se me em falar de siso e pedia quinze mil ducados, então de siso mais pedia que me fazia medo." (SILVA, 1865, p. 16). Depois de muita negociação,

> [...] por derradeiro desceu a quatro mil, jurando-me de verdade que por menos um real a não havia de haver e dizendo-me que lhe mostrasse a carta de Vossa Alteza e que me prometia de me quitar dois mil ducados da comissão que por ela me dava," (SILVA, 1865, p. 17) o qual o embaixador ponderou que não lhe podendo mostrar a carta que me tanto mais larga comissão dava [...] não me pareceu desserviço de Vossa Alteza aceitá-la a Bula e acerca da paga disse que eu não tinha mais de três mil; que aprouvesse a Sua Santidade os mil descontar da dívida que me devia. Foi disso contente e assim houve a Bula (SILVA, 1865, p. 17).

Informava ainda D. Miguel, que a remeteria à Corte de Castela por um correio expresso, conforme as ordens recebidas e que "[...] se for com tamanha presteza como aqui foi despachada e mandada, bem irá, que nunca se viu em um mesmo dia haver o correio e despachar Bula, e despachar outro [...]" correio. (SILVA, 1865, p. 17)

Finalmente e depois de tantas peripécias, consumou-se o casamento em Novembro daquele ano de 1518. Porém, foram prematuramente logrados os intentos iniciais do Rei Português devido ao seu falecimento três anos depois, a 13 de Dezembro de 1521. D. Manuel chegou ainda a ter uma filha desse casamento, a cultíssima Infanta D. Maria, personagem importante do Renascimento Português do séc. XVI e possível musa inspiradora de Camões (RODRIGUES, 1910), falecida em 1577.

No entanto, cerca de um ano antes, em Évora, por carta régia datada de 6 de Novembro de 1520, ordenava D. Manuel:

> [...] que havendo nós respeito aos serviços que temos recebidos e ao diante esperamos receber de Luís Homem, Cavaleiro de nossa Casa, e por ser pessoa que no Ofício de Correio-Mor de nossos Reinos nos saberá bem servir e assim a todos mercadores e pessoas que quiserem enviar cartas de umas partes para outras, e com todo recado, fieldade e segredo que para tal caso cumpre, e querendo-lhe fazer graça e mercê: temos por bem e o damos novamente, daqui em diante, por Correio-Mor em nossos Reinos. (PORTUGAL, Chancelaria de D. Manuel I, Livro 37, fl. 98)

Culminava dessa forma o processo iniciado anos antes, quando Luís Homem servira como soldado no Oriente e depois como mensageiro real pela Europa afora, vendo agora os seus serviços recompensados através de um novo estatuto social. Passava não só a ter um título de nobreza, como Cavaleiro da Casa Real, mas recebia ainda um ofício público inédito em Portugal e claramente inspirado no modelo da Família Taxis. Conforme

afirmava D. Manuel na mesma carta régia: "[...] queremos e nos praz que ele tenha com o dito ofício, todos os privilégios, graças e liberdades que os Correios-Mores tem nos outros reinos onde os há e soi de haver." (PORTUGAL, Chancelaria de D. Manuel I, Livro 37). Para uma melhor compreensão deste importante diploma, especificaremos a seguir os seus principais dispositivos.

Quanto às suas obrigações, Luís Homem teria que

> [...] dar continuadamente em nossa corte e assim ter por si pessoa que por ele esteja na nossa Cidade de Lisboa, e de ter sempre todos os correios que forem necessários para irem a quaisquer partes que seja, assim com cartas nossas, como de quaisquer mercadores e pessoas que lhas quiserem dar. (PORTUGAL, Chancelaria de D. Manuel I, Livro 37)

Entretanto e como remuneração desse trabalho, "[...] levará por isso o preço que se com cada pessoa concertar segundo a disposição do tempo e os lugares para onde as tais cartas houverem de ir e o tempo em que quiserem que lhas levem."(PORTUGAL, Chancelaria de D. Manuel I, Livro 37).

Para garantia do monopólio postal, especificava que

> [...] nenhum mercador nem pessoa outra, não poderá fazer correio que leve cartas para nenhuma parte de que se haja de levar porte, senão por mão do dito Luís Homem, salvo se quiserem mandar suas cartas por outras pessoas que não sejam correios, podê-lo-ão fazer (PORTUGAL, Chancelaria de D. Manuel I, Livro 37).

Ou seja, não se impedia a troca de correspondência em geral, somente se salvaguardava o ofício específico de "mensageiros correios", franqueando, por assim dizer, os "moços de recados". Alertava-se, porém, "[...] *sob* pena de qualquer que os ditos correios fizer, pagar cem cruzados por cada vez, a metade para a nossa câmara e a outra metade para o dito

Luís Homem." (PORTUGAL, Chancelaria de D. Manuel I, Livro 37).

Como proventos do seu ofício, Luís Homem

> [...] levará aos correios que assim fizer, o dízimo do que houverem de portes das ditas cartas, como se costuma levar nas outras partes, e será obrigado de os encaminhar e fazer agasalhar, e lhe arrecadar e fazer bons seus portes, de maneira que não possam perder nenhuma cousa. (PORTUGAL, Chancelaria de D. Manuel I, Livro 37)

Por outro lado, como acima foi referido, "[...] este dízimo levará aos correios que ele tiver somente, e os mercadores poderão dar suas cartas e enviá-las por quaisquer pessoas que quiserem, não sendo os próprios correios que o dito Luís Homem tiver." (PORTUGAL, Chancelaria de D. Manuel I, Livro 37).

E para o bom funcionamento das carreiras de postas que seriam criadas, ordenava ainda El-Rei D. Manuel:

> [...] e assim nos praz para melhor aviamento dos ditos correios, que nos lugares de nossos reinos onde parecer ao dito Luís Homem que são necessários cavalos de postas, haja em cada lugar até dois homens obrigados a terem os ditos cavalos e de os darem aos ditos correios por seu dinheiro; e estes queremos que sejam escusos de todos os encargos do concelho, como se tivessem disso privilégios por nós assinados e passados pela nossa chancelaria. (PORTUGAL, Chancelaria de D. Manuel I, Livro 37)

Especificando ainda, que "[...] estes homens privilegiados, serão nos lugares que nós, por nosso regimento, ordenarmos." (PORTUGAL, Chancelaria de D. Manuel I, Livro 37)

Com a sucessão de D. João III ao trono português, após a morte do Rei D. Manuel em 1521, Luís Homem foi confirmado no ofício pela carta régia de 2 de Agosto de 1525. (PORTUGAL, Chancelaria de D. João III, Livro 8) Nesse novo diploma especificou-se melhor que:



Correio a cavalo – século XVI (Fonte: Fundação Portuguesa das Comunicações)

> [...] nenhum correio que de fora vier de qualquer partes que sejam, não se apeará nem dará nenhumas cartas a nenhuma pessoa, sem primeiro ir buscar o dito Correio-Mor ou a pessoa que por ele servir e a ela dará as ditas cartas para ela as dar a quem vão, ora sejam para mim ou para qualquer outra pessoa assim em minha corte, como na cidade de Lisboa, dos quais correios se forem de dentro de Espanha, levará de apresentação de cada um, dois reais de prata ou três vinténs por eles, e se for de fora de Espanha, lhe pagarão um cruzado cada um. (PORTUGAL, Chancelaria de D. João III, Livro 8, fl. 94).

Numa perspectiva histórica-institucional, em que consistiria então, o ofício de Correio-Mor? Antes de mais nada, num ofício de natureza pública e burocrática. Ou seja, através da criação e provimento dos mais diversos e variados ofícios públicos por parte dos soberanos portugueses durante o Antigo Regime (entre os séculos XV e XVIII), procurava a coroa, então em franco processo de centralização política, delegar poderes e funções em áreas em que o poder real ainda não poderia se organizar e expandir de maneira satisfatória, por não ter ainda uma estrutura funcional suficientemente ampla. Surgia dessa forma, a génese da moderna burocracia. Os ofícios públicos, então criados, tinham um carácter de património em que a pessoa que o servia possuía a sua "função", caracterizada "[...] como um conjunto de direitos e deveres exercitáveis no interesse público" (HESPANHA, 1982, p. 394). A ideia do monopólio postal na mão de um único indivíduo, vinha suprir a necessidade embrionária de uma estrutura de correios organizada para servir o público em geral e aos mercadores em particular, abrindo caminho para o seu desenvolvimento. Por outro lado, constituía uma solução racional por parte do Estado, tendo em vista a impossibilidade da coroa em arcar com o ónus da criação de uma infra-estrutura postal pública permanente, permitindo dessa forma o recurso à iniciativa de particulares para superar as lacunas da sua administração. O provimento dos ofícios públicos corresponderia também, ao reconhecimento régio da dedicação e fidelidade dos seus vassalos mais prestimosos e serviria como compensação de serviços relevantes prestados à coroa.

No entanto, há que chamar a atenção para um outro facto da maior importância. A criação do ofício de Correio-Mor não surgia de uma necessidade premente de melhoramento do serviço de comunicações da coroa, conforme se poderia presumir dentre as obrigações de Luís Homem e que consistia em "[...] ter sempre todos os correios que forem necessários para irem a quaisquer partes que seja, **assim com cartas nossas**, como de quaisquer mercadores e pessoas que lhas quiserem dar". (PORTUGAL, Chancelaria de D. Manuel I, livro 37, fl. 37v, grifo nosso) De facto, a coroa já possuía naquela época um serviço para o transporte das suas correspondências praticado pelos "Moços de Estribeira", cuja responsabilidade estava a cargo de um alto funcionário da Casa Real, o Estribeiro-Mor, como já foi dito no início deste artigo. Nesse tempo, os moços de estribeira supriam praticamente toda a necessidade de "correios" da coroa, sendo Luís Homem uma excepção por não ter pertencido ao seu número, apesar de poder ter sido filho e irmão de um Estribeiro-Mor. Já Luís Afonso, seu sucessor no Ofício de Correio-Mor do Reino após o seu falecimento em 1532, foi escolhido dentre os moços de estribeira que serviam a casa real e cuja função exercia pelo menos desde 1514. (PORTUGAL, Corpo Cronológico, Parte 1ª, Maço 16, Doc. 25). Assim, em primeiro lugar, mais do que suprir uma necessidade do Estado, a criação do ofício de Correio-Mor veio preencher uma lacuna na organização do serviço postal regular para um público mais diversificado, vindo posteriormente complementar e melhorar as necessidades de comunicação da própria coroa portuguesa.



Entrega de Carta.

Referências

ALMEIDA, Marques de. **Capitais e capitalistas no comércio das especiarias.** Lisboa: Ed. Cosmos. 1993.

BARATA, Maria do Rosário de Sampaio Themudo. **Rui Fernandes de Almada:** diplomata português do século XVI. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Históricos. 1971

CARTAS DE AFONSO DE ALBUQUERQUE. Tomo II. Lisboa. 1898.

CASTANHEDA, Fernão Lopes. **História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses.** Porto: Lello & Irmão. 1979.

COMENTARIOS DE AFONSO DE ALBUQUERQUE. Tomo I. Lisboa. 1973.

CORREIA, Gaspar. **Asia de João de Barros.** Segunda Década. Lisboa. 1974.

_____.**Lendas das Índias.** v.II. Porto: Lello e Irmão. 1975.

DELÉPINNE, Berthe. La Poste Internationale en Belgique sous les Grands Maîtres des Postes de la famille de la Tassis. In: UNE POSTE Europeenne avec Les Grands Maitres des Postes de la Famille de la Tour et Tassis. Catálogo de Exposição. Paris: Musée Postal, 1978.

FERREIRA, Godofredo (col.). **Documentos dos Séculos XIII a XIX relativos a Correios.** Vol. 1. Lisboa: FPC – Fundação Portuguesa das Comunicaçãoes. 2008.

FREIRE, Anselmo Braamcamp. **Notícias da feitoria de Flandres.** Lisboa: Ed. Arquivo Histórico Português. 1920.

_____. **Vida e obras de Gil Vicente:** Trovador, Mestre da Balança. Lisboa: Ocidente, 1944.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **Os descobrimentos e a economia mundial.** v.III. Lisboa: Ed. Presença. 1982.

GÓIS, Damião de. **Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel.** Parte III. Coimbra: Ordem da Universidade. 1926.

HESPANHA, Antonio Manuel. **História das Instituições.** Coimbra: Ed. Almedina. 1982.

PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais. Torre do Tombo. **Cartas Missivas. Manuscritos.** 1502-1646. Disponível em: http://digitarq.arquivos.pt/DetailsForm.aspx?id=3908168

_____. **Chancelaria de D. Manuel** I. Lisboa. Manuscritos. 1496-1521. Disponivel em: http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3859357.

_____. **Chancelaria de D. João III.** Lisboa. Manuscritos. 1521-1557. Disponivel em: http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3882048.

_____. **Corpo Cronoloógico.** Lisboa. Manuscritos. 1161-1699. Disponivel em: http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3767258.

_____.. **Fragmentos. Minutas de Cartas Régias.** Manuscritos. c.1500-1700. Disponível em: http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4567507.

REGO, A. da Silva. **As gavetas da Torre do Tombo.** vol. XI. Lisboa: Centro de Estudos Ultramarinos. 1975.

RODRIGUES, José Maria. **Camões e a Infanta D. Maria.** Coimbra: Imp. da Universidade. 1910.

SILVA, Luiz Augusto Rebello da. **Corpo diplomático português.** Tomo II. Lisboa: Academira Real das Ciencias. 1865

SOUSA, Frei Luiz de. **Anais Del-Rei Dom João III.** Publicado por Alexandre Herculano. 1844.

Luiz Guilherme G. Machado
Licenciado em Museologia pela Universidade do Rio de Janeiro e Pós-Graduado em História pela Universidade de Lisboa.

Correio a cavalo (séc. XVI).
Quadro a Óleo de José Pedro Roque.
– Fundação Portuguesa das Comunicações

Patrimonialização e venalidade no provimento de ofícios no império português: uma abordagem preliminar do caso do correio-mor e seus cargos auxiliares (séculos XVI-XVIII)

Patrimonialization and venality in the official appointments of the Portuguese empire: a preliminary approach to the Correio-mor [Post Master] case and his assistants (16th to 18th centuries)

Romulo Valle Salvino

Resumo/Abstract

O artigo busca estudar o caso do correio-mor em Portugal e na América portuguesa a partir das descobertas de recentes pesquisas sobre os mecanismos de provimento dos ofícios no Antigo Regime, tendo como referencial os conceitos de venalidade e patrimonialização.

Palavras-chave: Correio-Mor. Bandeirantes. Correio Marítimo.

This article approaches the Correio-mor [Post Master] case in Portugal and the Portuguese America, based on findings of recent researches on the appointment mechanisms of the monarchic regime. The references of the study are the concepts of venality and patrimonialism.

Keywords: Portuguese monarchy. Official appointments; Post Master.

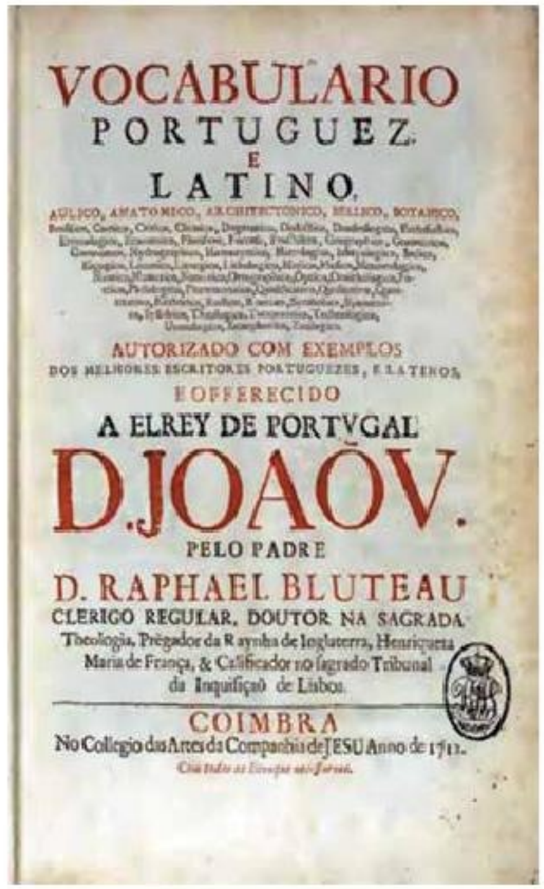
Introdução

Não é objetivo deste artigo aprofundar-se nos mecanismos de provimento dos cargos e ofícios durante o Antigo Regime português - sistema complexo em que se cruzavam fatores diversos, como a economia das mercês, o reconhecimento de méritos pessoais, as distinções típicas de uma sociedade corporativa, as influências das redes clientelares e interesses os mais variados. Não se procura aqui nem sequer aprofundar a abordagem dessas figuras chamadas por certa historiografia de "patrimonialização" e "venalidade", pois são muitos os desdobramentos possíveis de um tema cujo estudo requer o esmiuçamento de vários casos particulares e um grande apuro metodológico. O que se pretende com este texto é tão somente apropriar-se de alguns elementos de pesquisas publicadas até o momento para aproximar-se de um caso específico, quase sempre colocado à margem: o dos ofícios ligados ao correio-mor.

Tal escolha é fruto da percepção de que tais mecanismos – a patrimonialização e a venalidade – podem fornecer pistas para a melhor compreensão de determinados desdobramentos históricos, referentes ao malogro da implantação do correio-mor nas conquistas americanas. Algumas possíveis motivações de certos agentes envolvidos nesses episódios, ainda obscuros, poderiam talvez ser parcialmente explicadas à luz desses mecanismos. É óbvio que, no caso, tais hipóteses não almejam fornecer uma explicação exclusiva e nem mesmo a mais importante; todavia, dentre outros fatores, podem contribuir para uma compreensão mais matizada de alguns eventos, razão que parece suficiente para a sua abordagem.

Pensar a respeito da patrimonialização dos cargos de correios pode permitir, por exemplo, uma visão mais clara dos possíveis motivos de a coroa ter postergado por décadas a reapropriação do serviço postal, apesar de essa retomada já ter sido sugerida pelo menos desde o início do século XVIII. Pode contribuir também na busca de uma explicação plausível para as barreiras colocadas a uma possível entrada do correio-mor na América. As possíveis ocorrências de venalidade no preenchimento de posições auxiliares do serviço postal, por outro lado, talvez possam lançar alguma luz sobre os motivos da omissão do titular do maior cargo postal do reino quando dos embates sobre efetivação de seus assistentes nas conquistas americanas.

Contudo, além desses motivos, que são os que mais me interessam para um trabalho específico sobre as tentativas de implantação do correio oficial na América Portuguesa, as páginas que se seguem talvez possam oferecer uma pequena contribuição – mesmo que esse não seja o seu intuito maior – para que se conheçam algumas das variáveis envolvidas no provimento dos ofícios no Antigo Regime, na medida em que a história dos cargos postais, por um lado, alinha-se com padrões então vigentes e, de outro, parece afrontá-los, dando pistas sobre os seus limites e alternativas.


VOCABULARIO
PORTUGUEZ
E
LATINO,
AULICO, ANATOMICO, ARCHITECTONICO, BELLICO, BOTANICO,
AUTORIZADO COM EXEMPLOS
DOS MELHORES ESCRITORES PORTUGUEZES, E LATINOS,
E OFFERECIDO
A ELREY DE PORTVGAL
D. JOAÕ V.
PELO PADRE
D. RAPHAEL BLUTEAU
CLERIGO REGULAR, DOUTOR NA SAGRADA
Theologia, Prègador da Rainha de Inglaterra, Henriqueta
Maria de França, & Calificador no Sagrado Tribunal
da Inquisiçaõ de Lisboa.
COIMBRA
No Collegio das Artes da Companhia de JESU Anno de 1712.

Folha de rosto do Dicionário Bluteau. (1728).

Patrimônio, patrimonialização

Inicialmente, é importante acentuar que, como lembra Stumpf (2014, p. 614) o termo "patrimonialização", corrente em certos estudos sobre o provimento dos cargos e ofícios no Antigo Regime, não era usado na Idade Moderna. O substantivo em questão, ou o adjetivo "patrimonializado", dele derivado, remetem a um conceito ou categoria atualmente

usado para tentar compreender um fenômeno que naquela época ainda não tinha nome, apesar de corresponder a uma dada realidade social e cultural, talvez por parecer intrínseco, quase natural ao exercício dos cargos[1].

Roberta Stumpf (2014, p. 614) aponta, basicamente, duas modalidades de preenchimento dos ofícios no regime luso:

> [...] a concessão precária do ofício, em que se concedia temporariamente o exercício ou a função (por vezes denominada "em serventia") e outra, comumente referida como "em propriedade", cuja concessão era vitalícia e tendencialmente hereditária [...]

"Tendencialmente hereditária" porque apesar de essa característica não derivar de um dispositivo formalmente expresso encontrava respaldo nos costumes, vale dizer no direito consuetudinário. Ainda de acordo com Stumpf, na Espanha era praticada a nomeação em "juro e herdade", que dava aos cargos caráter perpétuo e transmissível por herança de forma automática, enquanto "[...] na monarquia portuguesa somente alguns cargos mais elevados eram concedidos dessa forma, vale dizer, transmissíveis aos filhos apenas com a confirmação régia e, mesmo assim, com muita raridade". (STUMPF, 2014, p.614). A concessão "em propriedade", no caso português, apesar de seu caráter vitalício, teria, assim, segundo a autora, uma hereditariedade apenas "semiautomática", por necessitar sempre do aval régio, seja nos casos em que o ato de provimento inicial incluía a possibilidade de transmissão para os descendentes, seja quando isso se dava apenas em atenção aos costumes.

Se na época não se falava em "patrimonialização", o Dicionário Bluteau (1746) registra a palavra "patrimônio": "[...] em rigor de direito, são os bens deyxados dos pays, & os que succeviamente se herdão na mesma família. **Tome-se também esta palavra por bens de qualquer natureza, & por cousas que se tem justamente adquirido** [...]" (grife-se).

1, Os termos "patrimonialização" ou "patrimonializado" aparecem, por exemplo, nos trabalhos de Monteiro (2012), Stumpf (2012a) e Miranda (2012), dentre outros; De acordo com Stumpf (2014, p.614): "O termo "patrimonialização" não era utilizado à época. No entanto, pode-se dizer que uma parte dos atores de então tinha uma noção desta realidade, associando a propriedade de ofícios à sua transmissão hereditária".

O patrimônio não é, então, apesar do "pater" que é raiz da palavra, apenas aquilo que se recebe ou passa em herança. Bluteau, citando Cícero, faz questão de enfatizar isso: "Patrimônio differe de herança". O patrimônio é, nesse sentido, a propriedade justamente adquirida – seja por transmissão hereditária, conquista, compra, doação ou mercê.

É preciso não esquecer, assim, que o sentido, ou pelo menos os atributos legais, de uma propriedade na época, não eram exatamente os mesmos de hoje, e que se um patrimônio não era automaticamente hereditário, doável ou vendável, havia uma "expectativa social" de que fosse passado de pai para filho.

Como lembra Stumpf (2014, p. 624):

> [...] Ainda que não houvesse consenso sobre a matéria, a verdade é que os ofícios concedidos em propriedade não aparecem na documentação como se tratassem de um bem particular. Não constam, por exemplo, nos inventários [...].

Pelo menos em Portugal, tratava-se, portanto, de uma propriedade formalmente restrita ao súdito a quem fosse concedida, e que, como já mencionado, dependia, a princípio, da confirmação régia para que fosse transmitida em herança.

É justamente o trecho de um inventário, citado pela mesma autora, que pode esclarecer porque esses ofícios não eram, em regra, automaticamente objetos de partilha e de herança. No documento em questão, de modo surpreendente, violando a regra geral, a propriedade de um ofício consta da lista dos bens de raiz. Todavia, no mesmo processo surge também a seguinte ressalva do juiz, que por meio dela corrige a situação:

> [...] que não é de partilha e mandou que não viesse nela posto que saísse do dote da viúva **assim por não serem partíveis os ofícios nem a estimação deles por serem da mercê e data do príncipe que as pode tirar e extinguir sem que sua real fazenda fique obrigada**

> **a satisfação alguma** [...] (ANTT/Inventários Orfanológicos. Letra V, maço 16, n. 6, apud Stumpf, 2014, p. 625, grife-se).

A propriedade do ofício é, desse modo, objeto de uma concessão régia, fruto de uma economia específica (a das mercês) e limitada pela vontade do soberano. Se de um lado, porém, essa propriedade é pessoal, havia de outro, sem dúvida, a expectativa de que o ofício pudesse ser passado aos herdeiros, por um novo ato de graça do príncipe que o concedera – costume que, como veremos à frente, chegou a motivar litígios judiciários.

A regra era que os cargos fossem ocupados por tempo determinado, mas multiplicaram-se os casos de concessão em propriedade, isto é, em caráter vitalício. Stumpf (2014, p. 621) afirma que a incidência desse tipo de provimento concentrou-se mais nos cargos intermédios e aventa uma hipótese para isso:

> Sem dúvida que, não havendo um número suficiente de cargos mais importantes da monarquia para retribuir a tantos beneméritos, ao se conceder um cargo intermédio em propriedade, em vez de dá-lo em serventia (normalmente trienal), estava-se a se retribuir os serviços de forma mais honrosa e valiosa, inclusive pecuniariamente.

Embora, de modo geral, não houvesse previsão de hereditariedade nesse tipo de concessão, o "[...] herdeiro privilegiado, segundo o direito consuetudinário, poderia requerer a carta e se tornar o novo proprietário [...]" (STUMPF, 2014, p.621). É possível explicar essa tendência por dois motivos.

Primeiro, na lógica da sociedade estamental e corporativa, as virtudes dos pais eram, a princípio, transmissíveis aos filhos, razão por que se podia explicar a hereditariedade da nobreza e a própria continuidade no poder da linhagem real, ainda que essa dependesse,

pelo menos nominalmente da confirmação das Cortes. Se alguém tinha qualidades suficientes para assumir uma determinada função, por que o seu filho não a teria? Por esse motivo, eram comuns os casos de filhos buscarem a concessão de mercês, tendo por base a prestação de serviços pelos pais.

Depois, a possibilidade de transmissão do cargo aos filhos podia ser encarada como um incentivo a que os pais o bem servissem. Essa explicação aparece, por exemplo, em João Pinto Ribeiro, no clássico Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal:

> Era tẽçaõ dos principes Portuguezes obrigar com este favor, & esperanças, aque os pays q̃ elevados do amor dos filhos, se esforçassem a viver ajustadamente na goarda de seus regimentos, pera q̃ assi lograssem os vassalllos aquietaçaõ, & bons procedimentos dos officiaes, & a Republica fosse bem servida, que ninguem, sem esperança de premio se ajusta com obem publico. (RIBEIRO, 1642b, p. 32)

A concessão aos descendentes de cargos anteriormente ocupados pelos pais não se limitava aos ofícios intermediários. Nuno Gonçalo Monteiro (2012) mostra que alguns dos ofícios principais da monarquia eram monopolizados pelas grandes famílias aristocráticas. Alguns deles eram ligados àquela que António Manuel Hespanha chamou de "administração central"[2] ou pertenciam à administração da Casa Real. Segundo Monteiro (2012, p. 44) esses cargos podiam mesmo ser

> [...] doados em vida o**u excepcionalmente em juro e herdade.** Simplesmente, como os despachos nos mesmos acompanhavam os dos restantes bens da Coroa (onde se incluíam) e Ordens, a tendência era para se perpetuarem nas Casas, tal como os restantes bens. Desta forma, a maior parte dos ofícios antigos da Casa Real foram detidos com bastante continuidade ao longo da dinastia brigantina [...]. (grife-se)

2. Citem-se, nesses casos, por exemplo a doação em vida do ofício de Regedor da Casa de Suplicação (1510), depois atribuído muitas vezes a membros de uma mesma família, ou a doação do cargo de Governador da Casa do Porto à Casa dos Sousas durante o período filipino (cf. MONTEIRO, 2012, p. 45).


VZVRPAÇAÕ.
RETENÇAÕ.
RESTAVRAÇAÕ.
DE PORTVGAL.
EM LISBOA.
Na officina de Lourenço de Anueres. Anno de 1643.
Vendese em caſa de Lourença de Queirós Riveiro do Eſtado de Bragança.

Folha de rosto do livro Usurpação, Retenção, Restauração de Portugal.

Venal, venalidade

Contudo, sabe-se que a regra de os ofícios serem concedidos estritamente de acordo com a lógica da economia das mercês foi muitas vezes rompida por operações de compra e venda, explícitas ou não, o que coloca em cena aquilo que uma historiografia mais recente vem chamando de venalidade dos cargos e ofícios, bem como levanta questões relativas à legalidade e à moralidade dessas operações.

O mesmo Dicionário Bluteau, anteriormente citado, traz os verbetes "venal" e "venalidade". O primeiro deles, na visão do dicionarista, além de ter um primeiro significado, bastante neutro, "cousa que se vende" (BLUTEAU, 1746, p. 412), também possui outro, negativo: "[...] he muito usado no sentido metafórico & moral, falando em quem se deixa peitar, & em cousas de honra, ou sciencia, que se fazem só por dinheiro." (BLUTEAU, 1746 p.412). Assim, "homem venal" é o que "[...] está prompto para fazer qualquer cousa por dinheiro [...]" (BLUTEAU, 1746, p. 412) aquele, portanto, que se vende, que nesse sentido se iguala à coisa. Esse tom negativo, como veremos, de algum modo contaminava a percepção da venda de cargos naquela época. Dicionários de nossos dias continuam registrando as duas acepções e também apontam a segunda como figurativa (ver, por exemplo, o dicionário Houaiss).

Bluteau (1746, p. 412), por outro lado, apresenta "venalidade" como sinônimo de "venda". O dicionarista, depois de trazer à cena esse significado, completa-o com dois exemplos obviamente críticos: o primeiro deles é justamente "a venalidade dos cargos, officios, etc.", ao passo que o segundo é "a venalidade da justiça" (BLUTEAU, 1746, p.412). Mais à frente, o estudioso traz mais uma citação: "[...] he peste da Monarquia a venalidade dos méritos [...]" (BLUTEAU, 1746, p.412). Que esses exemplos tenham sido escolhidos por Bluteau, a par de alguma intenção crítica de caráter mais pessoal,

é um bom indício de que provavelmente eram correntes na época.

Na linguagem atual, essa sinonímia destacada por Bluteau entre "venalidade" e "venda" (ou seja, a operação de transmissão de um bem ou serviço mediante um determinado preço) praticamente se perdeu no uso corrente. Dicionários como o Houaiss e o Aurélio não a registram mais. O Houaiss (2001, p. 2.839), por exemplo, assinala que venalidade, "por uso", significa a "[...] condição ou qualidade do que pode ser vendido [...]". Boa parte deles coloca a ênfase na acepção de "qualidade daquele que se vende, prostitui ou se deixa corromper por dinheiro ou outros valores". Diz o mesmo Houaiss, por exemplo, que venalidade é a "[...] natureza ou qualidade do funcionário público que exige ou aceita vantagens pecuniárias indevidas no exercício de seu cargo [...]". Esse significado ecoa a concepção negativa do passado.

Por outro lado, o Bluteau não regista (embora possa ser resgatado por derivação a partir do verbete "venal"), esse significado atual de "[...] condição ou qualidade do que pode ser vendido [...]", bem mais próximo daquele adotado pela historiografia contemporânea para referir-se a um dos fenômenos que é objeto deste trabalho. Assim, quando Bluteau refere-se à venalidade dos cargos e ofícios, ele não está dizendo exatamente a mesma coisa que um historiador de hoje diz ao usar a mesma palavra. O historiador, ao utilizar o termo, traz à cena uma qualidade que, por determinadas razões históricas, em determinadas condições, foi atribuída a esses cargos ou ofícios, qual seja, a de ser vendável. Para o dicionarista do século XVIII, o sentido denotativo refere-se à transmissão de um bem a troco de dinheiro, enquanto para o historiador atual a palavra denota a qualidade de algo ser vendável. É no plano conotativo (metafórico e moral), porém, que Bluteau registra a aplicação do termo no terreno das "coisas de honra e ciência" ou "justiça". Enquanto para o historiador a palavra tem um sentido que se quer neutro, o dicionarista, nas entrelinhas, cerca-a de um tom negativo ao tratar de um sentido "muito usado" em sua

época. Sobre essa visão negativa, voltaremos um pouco mais à frente.

O fato é que a venalidade dos ofícios se trata de tema de estudo relativamente recente e sobre o qual não há um consenso terminológico, teórico ou metodológico. Observa-se, a princípio, um uso mais alargado do conceito pelos historiadores de língua espanhola e outro mais restrito por brasileiros e portugueses – na realidade, pelo menos até o momento, trata-se de uma preocupação mais da historiografia portuguesa que da brasileira, apesar de um relativamente intenso movimento de vendas de cargos das conquistas americanas em meados do século XVIII. Algumas das abordagens concentram-se nos casos estritos de operações envolvendo troca direta por dinheiro, enquanto outras, às vezes no caso de um mesmo autor (compare-se, nesse sentido, Stumpf, 2011 e Stumpf, 2012a) – em atenção seja a uma evolução das pesquisas seja a objetivos táticos diversos dos diferentes textos – estendem o conceito para aqueles provimentos em que o cargo ou ofício é concedido em troca de "serviços pecuniários extraordinários" (STUMPF, 2012a).

Em texto pioneiro sobre a venalidade de ofícios no Antigo Regime português, Francisco Ribeiro da Silva lembrava que na Europa da Idade Moderna

> [...] não sendo clara a distinção entre o que pertencia ao sector privado e o que competia ao domínio público, os ofícios do Estado e da Administração foram objeto de compra e venda e funcionaram como parte integrante dos bens patrimoniais transmissíveis por herança ou por doação [...] (SILVA, 1988, p. 203)

A prática parece ter sido característica de boa parte dos regimes europeus naquele período, tendo declinado apenas quando, ao longo do século XVIII, uma nova racionalidade administrativa veio a pautar novas formas de preenchimento dos cargos administrativos – ainda assim com permanências durante boa parte do século XIX. Enquanto duraram, a patrimonialização dos cargos e a venalidade em seu preenchimento parecem ter sido

elementos importantes do próprio funcionamento da "máquina administrativa".

As visões da historiografia sobre o fenômeno, por outro lado, são díspares: de acordo com Francisco Ribeiro da Silva (1988, p. 204), há os que o julgam "[...] um processo de deformação e enfraquecimento do Estado [...]", enquanto outros "[...] consideram que o acesso de novos elementos às funções públicas insuflou ventos de modernidade nesse mesmo Estado". A segunda visão pauta-se, em parte, pelas práticas venais terem garantido o acesso, por meio de determinados cargos, de elementos vindos das camadas inferiores aos processos de nobilitação, e pelo fato de a transmissão hereditária em favor das mulheres (ainda que não fossem elas que assumissem os ofícios, mas seus maridos) ter contribuído para novas formas de mobilidade social[3]. Ambas as visões, todavia, não deixam de padecer de certo anacronismo, por embutirem julgamentos de uma realidade completamente diferente da atual por meio da contemplação dos movimentos do passado com olhos do presente, ainda que a partir de diferentes ângulos.

Francisco Ribeiro da Silva baseia parte de seu estudo no trabalho de Roland Mousnier (1986), historiador que, ao tratar da venda explícita ou concessão de cargos mediante aportes pecuniários, distinguiu entre uma "venalidade pública" e outra "privada". A primeira acontecia sempre que o soberano "[...] vendeu um ofício, ou quando, por razões de penúria do Tesouro, em vez de dinheiro, pensão, gratificação ou indemnização, deu a alguém um posto público na pressuposição de que este o pudesse vender a um terceiro." (SILVA, 1988, p. 204). A segunda materializava-se

> [...] quando o proprietário de um ofício recebeu uma quantia em dinheiro ou um objecto de valor equivalente para se demitir em favor de quem lhe deu o dinheiro ou o objecto. Ou então quando alguém, não sendo embora detentor de um ofício, teve valimento para o conseguir para outrem, mediante alguma paga. (SILVA, 1988, p. 204)



Cocheiro da Mala-Posta (1798) . Reconstituição do pintor Alberto de Sousa.

3. Há pelo menos um caso em que uma mulher foi nomeada para assumir um ofício ligado às atividades postais em Portugal. Trata-se da nomeação, em 20 de dezembro de 1656, de D. Catarina da Cunha, viúva do correio-mor de Braga, Adriano de Teive e Almeida, para o mesmo cargo (conforme Arquivo Distrital de Braga, Chancelaria da Corte Episcopal, Liv. 16, f. 64, apud DOCUMENTOS, 2008, p. 238). Lembre-se que o correio-mor do arcebispado de Braga não era subordinado ao correio-mor de Portugal, tratando-se de ofício criado regionalmente e que somente em 1728 foi anexado àquele.

Ou seja, em linhas gerais, o que se estabelece aí é uma distinção entre uma venalidade praticada diretamente pelo soberano e outra entre particulares. De acordo com Mousnier (1986 apud SILVA, p. 203), essa última prática ter-se-ia tornado completamente legal apenas na França, por meio das *survivances* (século XVI) e a *paulette* (século XVII). Mas o próprio Francisco Ribeiro da Silva ressalta que a realidade era bem mais complexa: além da "legislação promulgada", a abordagem da questão deve levar em conta também "o direito costumeiro" e a "realidade efectiva" (SILVA, 1988, p. 204). Ou seja, haveria um jogo de forças entre a lei, os costumes e as práticas, com os dois últimos afrontando ou modificando a primeira. Como lembra António Manuel Hespanha (2006), no período em questão, uma lei geral podia ser limitada por normas particulares, como aquelas consuetudinárias. Determinados abusos, pela repetição, podiam ser defendidos como práticas ou costumes locais, configurando, portanto, um sistema sujeito a muitos deslocamentos. A percepção dessa complexidade e dos possíveis deslizamentos entre esses elementos de análise é crucial para aproximar-se dos casos ibéricos.

Percebe-se na historiografia uma diferenciação na abordagem do fenômeno em Espanha e Portugal. Francisco Ribeiro chega a se perguntar: "Mas terá existido uma venalidade em Portugal?" (SILVA, 1988, p. 204). No caso espanhol, embora não houvesse um substrato legal como em França, a venalidade era praticada largamente, inclusive quando se tratava de cargos principais. Em Portugal, por outro lado, ela parece ter sido bem mais limitada, ou pelo menos, na medida do possível, praticada às escondidas (STUMPF, 2011), o que contribuiu para certa rarefação de documentos sobre o assunto.

Roberta Stumpf defende que, se no caso português a venalidade régia não se marcava pela ilegalidade, era, entretanto, considerada imoral por parte dos contemporâneos. Francisco Ribeiro da Silva, no artigo aqui citado, demonstra, de forma brilhante, que embora a legislação portuguesa proibisse expressamente a venda de determinados cargos,

ela apresentava diversas ambiguidades e possiblidades de contornar as restrições. Percebe-se que os objetivos das proibições visavam mais à manutenção da autoridade régia e ao impedimento de transações diretas entre particulares que ao cerceamento das vendas em si. As exceções legais tinham como ponto em comum a necessidade de autorização régia prévia, o que certamente fornecia substrato legal a operações de venda realizadas diretamente pela própria coroa. Nesse sentido, é preciso lembrar que, apesar de se conhecerem casos de vendas de cargos já no século XVI, antes, portanto, da incorporação de Portugal à coroa dos Áustrias, a prática acabou associada aos supostos defeitos da monarquia espanhola.

É possível resgatar, nesse sentido, um texto clássico da chamada literatura autonomista, já citado aqui, a obra *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal*, de João Pinto Ribeiro, publicada em 1642. Nela, o autor dizia que

> [...] as vendas dos officios, ainda que fossem de justiça, paraticado já com tãta de mazia, & excesso que o vassallo deste Reyno, que não tinha dinheyro, não tinha merecimentos. Era ley inviolavel nascida, do antigo custume que sempre nisso goardavão os senhoresReys deste Reyno, que per fallecimento dos pays, que procederaõ bem em seus officios, se dessem a seus filhos [...] Porèm alterandosè este santo governo, porque faltava em os Reys de Castella o amor deseus vassallos, & aquelle glorioso titulo de pays da patria, os officios se tiravaõ aos filhos, & se vendiaõ, & davaõ a quem de todo os desmerecia, & levandoselhe o dinheyro, eraõ obrigados a jurar na chancelaria, que nada deraõ por elles., nem os pretenderaõ por interposta pessoa. Como se tanta facilidade, & perjuro taõ manifesto se pudesse enconder a Deus. Acrescentavase, a estas injustiças, a tirania de prohibir virem as partes com embargos à chancelaria, pera encontrarem tão errados provimentos, feytos em Madrid, mandando que se remetessem là pera dificularem, & tolherem aos queyxosos o remedio de sua justiça, & de se agravo. (RIBEIRO, 1642b, p. 31-32)[4]

Observa-se que o trecho coloca em oposição práticas venais e um direito costumeiro

4. Essa mesma passagem é referida por Machado, 2008. Em outro trecho, João Pinto Ribeiro reclama: "Do mesmo modo se procedia na distribuiçaõ das merces. Negavãose aos demais, e mayores merecimentos, e serviços, conçcediaõse aos q̃ melhor as pagavaõ, cõ q̃ a Republica se desfalecia de homẽs de valor, cõ seus trabalhos, & suores afizess respeytada, e gloriosa [...]"Vivião todos os vassalos suspensos, & cuydadozos, porque em nada seguardava apalavra, & não havia qu ẽ seguramente comprasse, requeresse, ou contratasse. Porque o officio, ou merce, que vos tinhão vendido, logo que que alguem dava mais por ele, lho concendião, não tornando o dinheyro ao primeyro comprador, & mandando-lhe que apontasse outra couza, em que se lhe satisfizesse [...]" (RIBEIRO, p. 33).

que, em certa medida, transformava os cargos em patrimônio, ao estabelecer que se deviam aos filhos. Desse outro lado, é possível verificar que, na abordagem da questão, somou-se uma razão política mais imediatista – o combate ao "usurpador" espanhol - à tópica cristã da superioridade das virtudes sobre as riquezas, também presente no caso. Esse último argumento, de natureza teológica, aparece, por exemplo, nas considerações de Diogo Camacho Aboim, em sua *Escola moral, política, cristã e jurídica*:

> [...] com as virtudes se adquirem as riquezas, mas com as riquezas não se compram as virtudes; donde bem pode ser rico o que é virtuoso, mas não é conseqüência que seja virtuoso, o que é rico [...] (ABOIM apud STUMPF, 2011, p. 333).

Apesar das restrições explicitadas pelos portugueses à venalidade no preenchimento dos ofícios, Roberta Stumpf aponta que

> [...] muchas mercedes regias fueron concedidas en Portugal y sus territórios conquistados mediante la venta. La Corona portuguesa com mucha frecuencia retribuyó a sus vassalos por servicios que implicaban dispendios pecuniários, ya que exigieron de los protagonistas "sacrifícios de suas vidas e fazendas", tal y como se refería em los documentos enviados al Conselho Ultramarino por súbditos residentes em la conquista americana. (STUMPF, 2011, p. 338).

Esses casos, entretanto, nem sempre são considerados exemplos estritos de venalidade, assim como acontece com aqueles em que mulheres obtiveram, como prêmio por serviços de parentes, a incorporação aos seus dotes de direitos de provimento de ofícios, como uma "moneda de cambio" (STUMPF, 2011, p.338) no mercado matrimonial. Stumpf, por razões metodológicas, com o objetivo de "[...] certificar la sustentabilidade de los argumentos comúnmente presentados por la historiografia portuguesa [...]" (STUMPF, 2011, p. 338), geralmente calcados num sentido menos abrangente de "venalidade", preferiu, em diversos estudos realizados até agora (2011; 2012a; 2012b; 2013), concentrar-se nas

operações realizadas pela coroa ou seus órgãos centrais que pudessem ser classificados como de venda estrita, ou seja, "[...] em los que el éxito em la concesión de mercedes dependió exclusivamente del dinero entregado por los súbditos, que así podrian estar compensando su falta de calidad o de servicios [...]". (STUMPF, 2011, p. 338). A pesquisadora busca, desse modo, "[...] la comprensión de la venalidade como alternativa de ascenso social a aquellos que dificilmente conseguirían llegar a los niveles superiores de la sociedade portuguesa del Antiguo Régimen por las vias 'tradicionales' [...]" (STUMPF, 2011, p. 338).

Operações de compra e venda não aconteciam apenas no provimento dos ofícios, mas também na concessão de títulos honoríficos, comendas e hábitos de ordens militares. Pode-se dizer mesmo que, no que se refere a Portugal, a ocorrência do fenômeno nesses casos vinha sendo estudada até recentemente de forma mais sistemática do que no dos cargos e ofícios, destacando-se, nesse sentido, entre outros, os trabalhos de Fernanda Olival (2001; 2003).



Correio a pé – século XVI (Fonte: Fundação Portuguesa das Comunicações)

As operações, na prática, nem sempre envolviam dinheiro propriamente dito, mas outras formas de remuneração. Maria Beatriz Nizza da Silva (2005, p. 75), por exemplo, conta uma história saborosa e muito ilustrativa, referente não a um ofício, mas uma honra: em 1696 foi concedido o foro de fidalgo cavaleiro a Garcia d' Ávila Pereira, senhor da Torre, em atenção a um requerimento de sua mãe, Dona Leonor Pereira Marinho. A extremosa progenitora conseguiu o título mediante a promessa de fornecimento ao rei de 20.000 quintais de salitre, o que não foi cumprido. Três anos depois, Dona Leonor propunha ao rei trocar o salitre por 60.000 cruzados, pagos em doze anos. O soberano aceitou o pagamento em nove anos, ajuste que foi objeto de escritura lavrada com o procurador da coroa.

Operações de transmissão de cargos intermédios entre particulares não eram

5. Na realidade, tanto as Ordenações Manuelinas (Livro I, Titulo LXXIV), quanto as Ordenações Filipinas (Livro I, Títulos XCVI e XCVII) vedavam a venda, trespasse ou arrendamento de ofícios sem a prévia licença régia.

incentivadas pela coroa portuguesa, que nunca abriu mão de seu controle sobre elas.[5] O objetivo disso, ao que tudo indica, era não só manter o poder régio sobre esses ofícios e garantir a qualidade dos seus ocupantes, mas defender os direitos, consuetudinários ou expressos, dos herdeiros. A venda, normalmente, era autorizada pela coroa quando estava em jogo um bem maior, como, por exemplo, a possibilidade de uma viúva empobrecida arrecadar dinheiro, se não tinha outros meios para isso. Muitas vezes, entretanto, o titular do cargo dele declinava em favor de um terceiro, provavelmente mascarando operações de venda, numa espécie de mercado secreto. Era possível também - e algumas vezes incentivado – o arrendamento, casos em que o arrendatário também era chamado de serventuário. Note-se que isso acontecia não apenas com os ofícios concedidos em propriedade, mas também com aqueles exercidos por prazo determinado, o que demonstra que a venalização nem sempre esteve ligada a uma noção mais estrita de propriedade, podendo ser "sublocados" direitos temporários.

Assim, tendo em vista esses deslizamentos e possibilidades, para efeito deste trabalho, ao analisar o caso do correio-mor, como meu objetivo é tão somente perceber determinados interesses comerciais ou compreender como os direitos decorrentes da patrimonialização do cargo podem ter condicionado até mesmo a ação do monarca, será utilizado um conceito mais amplo do que sejam essa "venalização" ou "venalidade" dos ofícios, abrangendo tanto as operações realizadas pela coroa, como aquelas empreendidas pelos próprios oficiais, em busca de quaisquer vantagens econômicas, seja na forma de um preço fixo, seja em rendas ou quaisquer outros ganhos a serem auferidos ao longo do tempo.

O correio-mor do reino

Em Portugal, o correio-mor começou em 1520 como um ofício da Casa Real, concedido inicialmente a Luís Homem, cortesão que já atuava antes como mensageiro do rei Dom

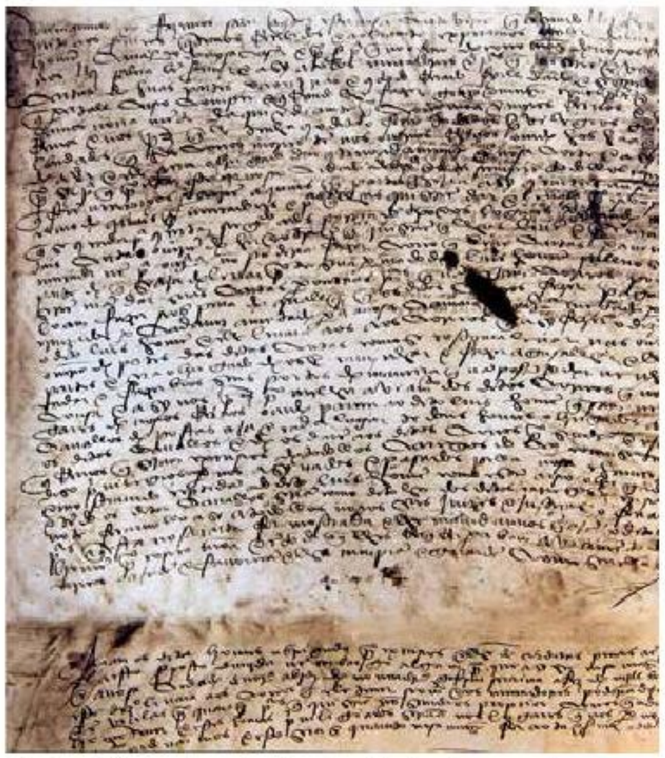
Manuel. Depois da morte dele, em 1532, o ofício foi passado para Luís Afonso, moço de estribeira do rei D. João III, dando início àquela que é chamada, às vezes, de "primeira dinastia postal" lusitana. Pelas duas gerações seguintes, até o final do século XVI, o cargo foi transmitido como dote das filhas dos correios-mores falecidos, de acordo com o já mencionado costume de os filhos ou genros herdarem determinados ofícios. A transmissão, no caso, foi garantida por meio dos chamados "alvarás de lembrança" – um tipo de documento em que o rei, ainda em vida do detentor de um determinado cargo, faz-lhe a promessa de provê-lo a um terceiro, normalmente filho ou genro[6].

Observa-se que o ofício em questão, no seu primeiro século, tinha caráter vitalício, sem que fosse oficialmente hereditário, mas assim foi transmitido de fato, por meio da concessão desses "alvarás de lembrança". Criava-se, desse modo, um costume que, certamente, ensaiava tornar-se regra e que, a qualquer momento poderia ser reivindicado caso se ameaçasse quebrar a corrente, mas a união das coroas ibéricas, como se verá, veio a trazer modificações nesse quadro.

A partir da observação desse caso concreto, é possível dizer que a vontade real se expressava de forma efetiva na emissão desses alvarás de lembrança e na posterior confirmação de seus termos pela nomeação do novo correio-mor. O poder régio era, assim, confirmado por esses atos, que também se lavravam de acordo com uma expectativa social consolidada, qual seja a de que a propriedade de um ofício bem exercido deveria ser confirmada para os herdeiros. O rei poderia violar tal esperança da família, mas ao fazê-lo, estaria faltando com o que se esperava ser uma das principais qualidades do soberano, a de agir de forma justa, de acordo com as regras gerais da sociedade corporativa, a menos que houvesse uma razão forte o suficiente para dar um novo rumo aos acontecimentos.

A união ibérica não trouxe qualquer ruptura ao quadro jurídico luso. Todavia, entre 1580 e 1583, durante a permanência de Felipe II (Felipe I em Portugal) na cidade de

6. Sobre o alvará de lembrança, ver Machado (2008) e Ferreira (1963, p. 21, 25, 27).



Carta Régia de criação do ofício de correio-mor do Reino, 1520. Pag 18.
Códice – Ano XII, Série II. Anual.
Número seis – Fundação Portuguesa das Comunicações. 2009

Lisboa, Juan del Monte, um representante do Correo Mayor de Castela, assumiu os serviços postais portugueses de forma abusiva, o que levou Manuel de Gouveia, então correio-mor, a mover-lhe ação judicial, da qual teve sentença favorável, seguida de um novo processo de liquidação, cujo resultado saiu em 4 de outubro de 1592. Manuel de Gouveia teve todos os seus direitos reconhecidos e Juan de Taxis, o Correo Mayor, foi obrigado a pagar-lhe nove mil cruzados a título de indenização pelos prejuízos causados (MACHADO, 2008; FERREIRA, 1963, p. 26).

Tal decisão é uma prova evidente da continuidade dos direitos do correio-mor português, de modo que era de se esperar que se mantivesse, inclusive, a forma de transmissão do cargo. Todavia, quando Manuel de Gouveia morreu, em 1595, o rei espanhol não tomou qualquer providência para a designação de um novo oficial. De acordo com Machado (2008), o serviço "[...] foi provisória e extra-oficialmente administrado por Cristóvão de Sousa Coutinho, a quem mais tarde veremos contestar a venda do ofício a outra pessoa por ser ele genro de Manuel de Gouveia [...]". Ainda de acordo com o mesmo pesquisador, nesse meio tempo, "[...] exerceram o cargo como empregados de Cristóvão de Sousa, o Tenente do falecido Correio-Mor, Simäo Luís, entre Agosto de 1598 e Agosto de 1600; e João Fernandes de Arões, de Agosto de 1600 a Agosto de 1606 [...]". Godofredo Ferreira (1963, p. 27-28) não chega a citar Cristóvão de Sousa; menciona tão somente Simão Luís e Fernandes Arões, afirmando o seu caráter interino. O certo é que foi um período de indefinição, em que o cargo oficial esteve formalmente vago.

É difícil dizer se, naquele momento, a coroa espanhola já pensava em vender o ofício ou em buscar meios para integrá-lo ao Correo Mayor, razão por que demorou em tomar uma decisão. Contudo, é bem provável que a demora no provimento já fosse um sinal claro de que se intentava uma mudança de rumos na condução do serviço postal. O que é certo é que a venda veio a se concretizar em 1606, oito anos depois da morte do antigo titular. De

acordo com Machado (2008), como uma provável forma de compensação, Cristóvão de Sousa Coutinho recebeu o cargo de Guarda-Mor da Casa da Índia. Godofredo Ferreira (1963, p. 28), por sua vez, afirma que "[...] talvez para atenuar o mal feito [...]" o rei concede nesse mesmo ano de 1606 a D. Antónia de Gouveia, uma das filhas do antigo correio-mor, "[...] *um lugar de freira dos de apresentação de sua Magestade,* que por sinal a agraciada não aproveitou, renunciando-o quarenta anos depois numa sobrinha [...]" (FERREIRA, 1963, p. 28, grifo do outor). Assim, tudo indica que, para exercer sua nova vontade, Felipe III não descurou de fornecer compensações aos herdeiros.

A carta de venda[7], datada de 19 de julho de 1606, tem algumas características notáveis. O valor estipulado foi de setenta mil cruzados, muito expressivo para a época, inclusive quando comparado com as quantias envolvidas em outras operações do mesmo tipo, mas pode parecer pequeno, quando se lembram algumas questões: primeiro, que o cargo foi passado para a família dos Mata em caráter permanente e hereditário, assegurando-lhe uma renda nada desprezível por várias gerações; depois que os rendimentos tinham sido calculados em nove mil cruzados para um período de apenas três anos de exercício, no já mencionado processo contra o Correo Mayor. No momento da venda, todavia, a situação financeira da coroa não era das melhores, e a oportunidade de perceber o valor acertado com os Mata deve ter parecido bastante vantajosa.

7. ANTT, Ministério do Reino, maço 634, apud MACHADO, 2008.

É interessante observar o seguinte trecho do documento:

> Que por justos respeitos de meu serviço, houve por bem mandar se vendesse o ofício de Correio-Mor de meus Reinos de Portugal e Algarves que vagou por falecimento de Manuel de Gouveia, **último possuidor que dele foi** [...] **e confiando eu de Luís Gomes da Mata, fidalgo de minha casa, que no dito ofício de Correio-Mor me servirá com a inteireza e satisfação que cumpre a meu serviço: hei por bem e me prás de lhe vender, como por esta presente carta lhe vendo,** o dito ofício de Correio-Mor dos ditos meus Reinos de Portugal e Algarves, pelo preço e condições seguintes [...] (ANTT, Ministério do Reino,

página 634, apud MACHADO, 2008, grife-se).

Nota-se que o texto não deixa dúvidas a respeito de o ofício ser um bem vendável e que, mais do que um "ocupante" ou usufrutuário, quem o exercia é identificado como "possuidor". A venda é realizada "por justos respeitos de meu serviço", em confiança, para quem "me servirá com a inteireza e satisfação que cumpre a meu serviço" – ou seja, pressupõe-se que não se trata de uma operação comercial qualquer, mas realizada com alguém com méritos e qualidades suficientes para bem servir o soberano.



Rei Felipe III da Espanha e II de Portugal. Fonte: (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Filipe_III_de_Espanha>). Acesso em 30/04/2015.

O caráter hereditário e irrevogável da venda, bem como a possibilidade de que o ofício pudesse ser revendido, sem qualquer autorização prévia do soberano, é evidente na continuidade do documento:

> Que o dito ofício de Correio-Mor vendo ao dito Luís Gomes da Mata com tudo o a ele anexo e pertencente, **para ele e para todos seus descendentes e para todos os que dele tiverem título, voz e causa, perpetuamente para sempre, jamais, livre e desembaraçado em posse pacífica, com todos os privilégios, graças, prerrogativas e ordenados** que tiveram as mais pessoas que serviram o dito ofício até o dito Manuel de Gouveia, último possuidor dele, de que se lhe darão os títulos necessários e se lhe entregarão os que tiveram seus antecessores e as provisões para que assim mesmo lhe fiquem por títulos do dito ofício.
> **E o dito Luís Gomes da Mata poderá vender o dito ofício, dar, doar, trespassar, vincular em morgado, dar em dote com todos os títulos e gravames que lhe parecer, sem para isso ter necessidade de me pedir licença, porque tudo poderá fazer com a venda, doação e renunciação sua** [...]
> O qual o dito ofício de Correio-Mor faço certo e seguro ao dito Luís Gomes da Mata e a quem dele tiver título e causa, **sem que agora nem em nenhum tempo lhe possa ser posto impedimento algum no uso e exercício e propriedade dele, e havendo quem o contradiga, o Procurador de minha Coroa será obrigado a defender a causa e segui-la até o Juiz de meus Feitos, até deixar em pacífica e quieta posse a propriedade ao dito Luís Gomes da Mata, ou a pessoa que em qualquer tempo que suceder,** este caso servir o dito ofício, sem que para tudo, nem parte, tenha necessidade de se acudir a dita causa por parte

> do dito Luís Gomes, nem pela dos que tiverem o dito ofício, senão que pela minha se acudirá a tudo como dito é. (ANTT, Ministério do Reino, página 634, apud MACHADO, 2008, grife-se).

Lembre-se que, de acordo com Roberta Stumpf, em passagem já aqui mencionada, o que distinguia os casos de hereditariedade de ofícios entre Portugal e Espanha era a necessidade de confirmação do soberano, sempre, no caso da monarquia lusa. A venda do ofício do correio-mor português aparece então como atípica – se não única, o que precisaria ser ratificado por novas pesquisas. O fato é que, apesar de o ofício ter ficado em posse da família dos Mata até 1797, são desconhecidos até agora quaisquer documentos de confirmação régia nos casos de transmissão, o que parece evidenciar que o disposto na carta de venda aqui citada foi cumprido à risca.

Da forma como foi lavrado, o documento, nesse sentido, procurou aproximar ao máximo a instituição do correio-mor português daquela do correo mayor espanhol[8]. Apesar de fugir às práticas dominantes em terras lusas, dava corpo a um ato juridicamente perfeito, como expressão da vontade régia e de um trato livremente instituído entre duas partes, de modo que, por quase dois séculos, foi assim respeitado.

Com o objetivo de assegurar a propriedade do ofício para o comprador, a carta de venda "[...] para maior seguridade do dito ofício [...]" mandava que

> [...] se entregue desde logo ao dito Luís Gomes por título dele, a desistência que tem feito o correio-Mor de Castela de qualquer direito que tenha ao dito ofício de Correio-Mor de Portugal, para que agora, nem em nenhum tempo, ainda que eu vá e assista nos meus Reinos de Portugal, possa perturbar a posse pacífica do dito ofício e o mesmo hei por bem que façam os herdeiros de Manuel de Gouveia. (ANTT, Ministério do Reino, página 634, apud MACHADO, 2008, grife-se).

Ou seja, no momento da emissão do documento, já haviam sido adotadas medidas para

8. Dentre outras passagens que confirmam essa aproximação do correio-mor português ao correo mayor espanhol, note-se a seguinte: "E ao dito Luís Gomes e as pessoas que sucederem no dito ofício, se **lhes darão os títulos dele sem pagarem em nenhum tempo chancelaria nem outro direito algum e se lhe darão seus títulos com tudo o mais que em razão do dito ofício está concedido, tem e goza o Correio-Mor de Castela, cujos títulos lhe ficarão também por título do mesmo ofício**" (grifo meu).

9. Diz Luiz Guilherme Machado (2008): "Apesar de numa determinada passagem da carta de venda atrás transcrita, Filipe II de Portugal ordenar a desistência 'de qualquer direito que tenha[m...] os herdeiros de Manuel de Gouveia', o facto é que num documento posterior a 1621, o genro deste ainda pleiteava por sua justiça perante o monarca espanhol [...]".

que o c*orreo mayor* declinasse de quaisquer direitos que julgasse ter sobre o exercício do cargo em Portugal. A determinação para os herdeiros de Manuel Gouveia é atípica e, como se sabe, não foi integralmente obedecida, tendo sido a venda objeto de contestação em pelo menos uma petição apresentada diretamente ao rei[9]. O fato é que, a partir da emissão dessa carta, o correio-mor passou a ser propriedade plena da família Mata.

A carta de venda estabelecia que o correio-mor e seus sucessores poderiam

> [...] nomear e prover os estafetas, mestres de postas e assistentes, e criar de novo em todo o reino os mais que lhe parecer sem contradição alguma e mudá-los de umas partes para outras, os quais não reconhecerão outro superior, senão o dito Correio-Mor ou aos que sucederem no dito ofício [...] [10]

Essa disposição entrava em choque com os direitos estabelecidos dos oficiais de correio anteriormente nomeados para outras regiões de Portugal, o que certamente despertou resistências. Confrontado com essa realidade, ciente da existência de tais cargos e que "[...] os servem algumas pessoas com voz de correos móres, por cartas que dizem ter mjnhas [...]"[11], o soberano emitiu nova determinação que estabelecia diferentes tratamentos para cada caso, a depender do teor das cláusulas de nomeação. Assim,

> [...] os que tiverem provisão minha firmada de minha Real mão, com clausula que diga que tenhão os ditos officios sem perjuiso do direito do meu correo mor, ou emquanto for minha vontade, estas taes provisões fiquem desde logo nullas e derogadas [...][12].

Por outro lado,

> [...] se algumas das ditas provisões não tiverem estas ou outras clausullas, senão que chãmente lhes foi concedida a merce para que a tenhão em sua vida por serviços que me ajão feito, estes taes ficarão servindo em sua vida somente e depois délla ficara o dito oficio incorporado no dito officio de correo mor [...][13]

10. ANTT, Ministério do Reino, maço 634, apud MACHADO, 2008.

11. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Filipe II, liv. 12, f. 383, apud DOCUMENTOS, 2008, p. 125.

12. Idem, ibidem.

13. Idem, ibidem.

A distinção adotada fala muito dos limites do poder régio diante da força dos contratos estabelecidos e dos mecanismos ideológicos e culturais orientadores da política das mercês. Com base nessa separação, o rei determinou ainda um prazo para que os ocupantes dos ofícios em lide apresentassem as provas de seus direitos, de modo que a questão pudesse se encerrar:

> [...] e mando ao meu Viso Rey de Portugal que logo faça meter de posse de todos os ditos officios ao dito Luis Gomes da Mata, e noteficar ás pessoas que ora servem os ditos officios que chamão de correos mores, que dentro de hum mez que se contara do dia da dita noteficação que se lhes fizer, vão ou enviem as ditas provisões, ante o juiz dos meus feitos que reside na cidade de Lisboa, para que vejão se conforme a ellas devem gozar da dita merce por seus dias, ou não, e se se declarar que algum deve gozar délla, a-de ser obrigado a reconhecer o dito Luis Gomes da Mata por correo mór com a penção, obrigação e encargo que dantes tinha, e não parecendo dentro no dito termo de hum mez, não serão ouvidos [...][14]

O fato é que, depois disso, há indícios de que se buscou uma composição entre o titular maior do serviço e os assistentes anteriormente nomeados. Sabemos que o correio de Braga, amparado pelo poder do arcebispo, não se curvou à determinação do soberano e desconheço, até o momento, os pormenores de como se resolveram, na prática, os casos de Porto e Aveiro, também mencionados na ordem real. O contrato firmado entre o correio-mor do reino, Luís Gomes da Mata, e Matias Homem Brandão, assistente em Coimbra, datado de 29 de agosto de 1606 (portanto, alguns dias depois do prazo fatal concedido pelo monarca) permanece, porém, como um documento precioso[15]. Nele, os dois oficiais afirmam divergir sobre a interpretação das cláusulas do documento de designação do assistente coimbrense e por "[...] por escusarem demandas duvidas e deferenças e pella incerteza, e dobro advento das ditas demandas, e por concervação da sua amisade, e por outros justos Respeitos [...]" acordam que

> [...] Mathias Homen [...] por este publico instrumento desistia de todo o direito e acção

14. Idem, ibidem.

15.Contrato entre o correio-mor do Reino, Luís Gomes da Mata, e Matias Homem Brandão, correio assistente em Coimbra, na sequência do alvará de 19 de Julho do mesmo ano que regula a situação dos correios assistentes nomeados antes da venda do ofício de correio-mor. Fundação Portuguesa das Comunicações, Arquivo Histórico, Documentos dos séculos XIII a XIX relativos a correios, vol. 2, f. 16-23, transcrição de F. P. C., A. H., Papéis referentes ao ofício de correio-mor do Reino de Portugal, transcrição do ms. n.º 1489 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, f. 112-122v, apud DOCUMENTOS, 2008, p. 127-133.

> que pella dita Carta e Provisão hé conste e as tinha e lhe pertençia no dito officio de correo asistente da dita cidade de Coimbra he assim mais do direito que pera o poder ter lhe pertencia e podia pertensser [...] e trespassava nelle Luis Gomes da Matta como correo mor destes Reinos de Portugal e nos que despois delle subçederem no ditto officio [...][16]

O antigo correio assistente de Coimbra aceita doravante "[...] pesuir o dito officio em seu nome [do correio-mor] como seu colono [...]". A partir dessa submissão, Luís Gomes da Mata

> [...] logo deu e outorgou e a elle Mathias Homen o dito officio de correo asistente em seu lugar Tenente da dita cidade de Coimbra pera elle Mathias Homem e o servir em dias de sua vida asim como o servia e lhe pertencia servir por sua carta, provisões, e portarias e asim como athé agora por ellas o serviu [...][17]

16. Idem, ibidem.

17. Idem, ibidem.

A confirmação de Matias Homem no posto, entretanto, é feita à custa de ele assumir a obrigação de um pagamento de mil e quinhentos réis a cada semana.

O contrato lavrado entre os dois oficiais trata-se, ao mesmo tempo, de um instrumento de tomada de posse por parte do correio-mor, de uma carta de designação do assistente em novas bases e de um documento comercial, em que se regulam pagamentos e até mesmo detalhes operacionais. Uma análise detalhada de seus termos, inclusive do ponto de vista jurídico, exigiria um outro trabalho. Todavia, a despeito de sua natureza contratual, de modo nenhum pode ser confundido com os contratos estabelecidos pela coroa ou por seus prepostos para a arrecadação de impostos ou exploração de determinados exclusivos comerciais. Trata-se de uma avença entre particulares, com bases jurídicas bem distintas daquelas presentes no recrutamento dos chamados contratadores – um contrato em que palavras como "pertencer" e "propriedade" surgem várias vezes, como para não deixar dúvidas da natureza patrimonial do ofício.

Luís Gomes da Mata dispôs do cargo de correio-mor no seu testamento, nos seguintes termos, inaugurando a transmissão hereditária e automática do cargo por quase dois séculos:

> Digo que eu sou Correio-Mor destes Reinos de Portugal e tenho carta patente de Sua Majestade do dito ofício, pelo que lhe dei e o servi com setenta mil cruzados, e pela licença e faculdade que tenho do dito senhor para nomear: nomeio nele, para depois de minha morte, a meu filho segundo, António Gomes da Mata [...] [18]

A força desse legado foi tal que, até onde a documentação até agora encontrada permitiu verificar, em nenhum momento ele sofreu contestação, fora o já mencionado questionamento realizado por herdeiros de Manuel Gouveia logo nos primeiros tempos depois da venda aos Mata. O cargo tornara-se, para todos os efeitos, uma propriedade, transmissível hereditariamente e cujos direitos não podiam ser legitimamente contestados, criando um embaraço para a sua retomada pela coroa quando, no século XVIII, surgiram as primeiras vozes a defender tal solução.

18. Arquivo Histórico Municipal de Elvas, Fundo da Família Gomes da Mata, MS 420, apud DOCUMENTOS, 2008, p. 135. No testamento, Luís Gomes da Mata explica ter escolhido esse filho para sucedê-lo no ofício de correio-mor porque ele o representara nos trâmites relativos à compra do cargo em Madri, bem como entrara com dinheiro próprio na operação.

O correio-mor das cartas do mar

Depois de o correio-mor ter passado às mãos dos Mata, aconteceriam mais duas operações de compra e venda relativas aos cargos maiores do correio português. A primeira se deu em 1657 – portanto já depois da Restauração –, quando da criação do correio-mor das cartas do mar, também vendido à mesma família. A segunda quando os dois ofícios retornaram às mãos da coroa em 1797.

A criação do correio-mor das cartas do mar parece ter buscado atender a duas necessidades. De um lado, a Guerra de Restauração interrompeu as ligações de Portugal

por terra com o restante da Europa. Na Idade Moderna, a preferência era que a comunicação postal se fizesse por terra, haja vista os perigos e a instabilidade dos prazos de transporte no mar. Com a interrupção, porém, foi necessário lançar mão da alternativa marítima para a comunicação e o abastecimento. De outro lado, as despesas com a guerra eram imensas, e a coroa buscou dinheiro por todos os meios possíveis. Em 27 de maior de 1651, por exemplo, o rei deliberava que

> [...] Em conformidade do que me representou o Conselho da Fazenda sobre os meios de se achar dinheiro para defesa do reino e suas conquistas nas guerras que se receiam de Holanda e Inglaterra; hei por bem se ponham éditos para se venderem Juros, Tenças, Lugares, Jurisdições ou qualquer outra coisa das que possui esta coroa e se vendam com efeito pelo preço justo, dando-me conta do que parecer necessário [...] [19]

19. ANTT, Ministério do Reino, livro 163, fl. 135. Apud MACHADO, 2008, s.p.

Diante da necessidade de recursos para auxílio à Índia, D. João IV deliberou em 5 de Agosto de 1653, que

> [...] parece-me bem que nesta monção de Setembro se aprestem para passarem em direitura à Goa, os galeões São Tomé e São Francisco **e para a despesa que se há de fazer com eles, consigno o procedido da venda do ofício de Correio do Mar, que o Conselho encarregará a um dos ministros dele para procurar compradores** e se ajuste com o que mais der e referindo no Conselho o último lance se me consulte, e se parecer por éditos se façam logo [...][20]

20. ANTT, Ministério do Reino, livro 163, fl. 60v.. Apud MACHADO, 2008, s.p.

O trecho acima transcrito dá a ideia de que já haveria um ofício de Correio do Mar, a respeito do qual se propunha a venda. Na realidade, mais ou menos na mesma época, em atendimento a um pedido dos homens de negócio de Lisboa, preocupados com o bom recebimento das correspondências que estavam vindo por mar, o soberano nomeara certo João Nunes Santarém como Assistente das Cartas de Ultramar. Em 12 de janeiro de 1654, porém, representantes dos três Estados reunidos nas Cortes representaram ao rei contra

21. ANTT, Cortes, maço 8 doc. 4.. Apud Machado, 2008, s.p. É interessante observar que tais críticas são extremamente semelhantes às que, nas décadas seguintes, fariam negociantes de Recife e Salvador oporem-se à criação do posto de assistente do correio-mor naquelas localidades.

a criação de tal ofício, que "[...] é de grande prejuízo[...]" e "[...] não serve de mais que de dilatar a data das cartas e papéis que vem de fora além de que, a pessoa que serve, abre os maços e põe portes excessivos nas cartas [...]"[20].

O certo é que, de início, a coroa não conseguiu concretizar a sua intenção de vender o ofício de "correio do mar", e uma das razões provavelmente, além da oposição das Cortes, foi a existência de um litígio judicial entre o correio-mor do reino, Luís Gomes da Mata e João Nunes Santarém pela competência de receber as cartas chegadas por via marítima. A pendenga foi julgada pela Relação, que em sua sentença deu uma no cravo e outra na ferradura: decidiu, de um lado, que "[...] Julgam que o dito ofício de Correio-Mor ou Assistente do Mar não pertence ao autor [ou seja, Luís Gomes da Mata] por sua carta e que o poderá requerer a Sua Majestade [...]" e, de outro, que

> [...] o réu [ou seja, João Nunes] não tem no dito ofício de Correio ou Assistente das Cartas que vem por mar, mais que uma comissão precária, a qual o dito senhor [ou seja, o rei] pode revogar e dispor do dito ofício como mais convenha a seu serviço[22].

22. PEGAS, Manuel Álvares. *Comentaria ad Ordinationes Regne Potugaliae...*, Tomo VII, Lisboa, 1701, p. 508, apud MACHADO, 2008.

Os próprios termos expressos nesses excertos parecem indicar que a sentença do Tribunal teria sido deliberadamente concebida para afastar as pretensões de João Nunes Santarém e pavimentar a venda do polêmico ofício ao correio-mor do reino. Mas Luís Gomes da Mata, ainda insatisfeito com o resultado, entrou com novo embargo, de modo que a sentença definitiva saiu apenas em 8 de novembro de 1656, depois da morte de D. João IV, mantendo a decisão anterior. A venda se concretizou depois ao próprio correio-mor do reino, com a emissão do regimento do ofício em 9 de junho de 1657 e da carta de doação em 26 de outubro do mesmo ano. Nessa última se lê que:

> Faço saber aos que esta minha carta de doaçam vir que **pella vtilidade publica de meus Reynos, & por outras justas causas, que a isto me moueraõ, ouue por bem annexar**

ao officio de Correo mór destes meus Reynos, que oje possue Luis Gomes da Matta fidalgo de minha caza, vinculado em Morgado de seus antecessores o officio de Correo mór das cartas do mar, & **de lhe fazer delle merce de juro, & herdade pera todo sempre, para que o sirua, logre, & possua sogeito aos mesmos vinculos, successoes, perpetuidade do dito Morgado, & sob as mesmas condiços, priuilegios, & liberdades da sua primeira carta, & prouizam,** assi a seu respeito, como de seus assistentes, **& isto por titulo oneroso de cõpra, & seruiço de oito mil cruzados** que constou por conhecimento em forma entregar a Antonio Rebello de Moura Thezoureiro mòr da Iunta dos tres estados, que lhe foraõ carregados a folhas 123. do liuro de sua Receita, **pera os gastos, & despezas do exercito do Alentejo, & por remuneraçam de seus seruiços, & dos seus predecessores feitos a minha coroa no dito officio de Correo mòr do Reyno, & fora delle**, & esta merce lhe faço de motu proprio, certa sciencia, poder Real, & absoluto, em que com os do meu concelho achey conuinha a creaçaõ do dito nouo officio não ser em outra pessoa senam na do dito Luis Gomes da Mata, por lhe naõ prejudicar ao primeiro, & ficar eu, & meus vassallos melhor seruido com esta vniam [...] (grife-se)[23]

23. SILVA, José Justino de Andrade e, compil. – Collecção chronologica da legislação portugueza: 1657-1674. Lisboa: Imprensa de F. X. de Sousa, 1856, p. 5-6, apud DOCUMENTOS, 2008, p. 240.

Chamam a atenção aqui diversos aspectos, alguns deles já mencionados antes neste trabalho. Mesmo onerosa, a concessão busca respaldar-se na lógica de recompensa dos serviços prestados ("por remuneração de seus serviços e de seus predecessores") e em uma questão de utilidade pública. O aspecto venal é justificado pela destinação do dinheiro ("para os gastos e despesas do exército do Alentejo" - e não mais para auxílio à Índia...). Note-se que o ofício é vinculado a um morgado já existente e concedido "de juro e herdade para todo sempre" – agora não por um rei espanhol, mas por um governante português, a rainha Luísa de Gusmão, em nome de seu filho D. Afonso.

O valor de venda é bastante baixo quando comparado àquele do correio-mor do reino, mas há algumas razões que podem explicá-lo: a previsão de rendas menores, as polêmicas em torno da necessidade do ofício e a inclusão no regimento de algumas obrigações que podiam importar altos custos, ainda que esses fossem depois ressarcidos pela coroa, como a de disponibilizar navios de aviso quando instado pelas autoridades da corte: "Querendo

eu, ou meus ministros, algøa embarcaçam, para mãdar algum auizo a qualquer parte, será obrigado a dalla prompta, com da os Correos da terra, pagandoselhe o que for justo de minha fazenda". [24]

O novo serviço também foi explorado pelos Mata até o final do século XVIII. Um decreto de Afonso VI datado de 27 de fevereiro de 1658 determinou que, no caso de nomeações de assistentes do correio-mor para as conquistas, essas deveriam ser submetidas antes ao Conselho Ultramarino, numa clara demonstração de que a coroa pretendia manter controle sobre o assunto. Com base no regimento que regulava o serviço, foram nomeados no final de 1662 os primeiros assistentes para o além-mar - Bahia, Rio de Janeiro, Cabo Verde, Ilha Terceira e Ilha da Madeira –, abrindo caminho para outras nomeações que aconteceram até pelo menos o início do século XVIII. O primeiro desses oficiais a efetivamente a assumir suas funções foi o do Rio de Janeiro, João Cavaleiro Cardoso, que tomou posse junto à Câmara local em 30 de julho de 1663.

Ainda em 1663, Agostinho Barbalho Bezerra foi nomeado como "correio-mor de mar e terra do Estado do Brasil", com monopólio sobre as correspondências trocadas na América portuguesa, isto é, entre as capitanias. A designação deu causa a uma disputa judicial com o correio-mor das cartas do mar, Luís Gomes da Mata, que reivindicava direitos sobre as trocas postais nas conquistas americanas, baseado nos fatos de que já tinha assistente em atividade no Rio de Janeiro e que mesmo as cartas enviadas entre as capitanias eram transportada por mar, incluindo-se, portanto, em sua jurisdição. O caso teve julgamentos diferentes no Tribunal da Relação e no Conselho Ultramarino, e Agostinho Barbalho jamais chegou a tomar posse, morrendo talvez sem conhecer o resultado do processo (cf. MACHADO, 2014, p. 14-21). É importante, todavia, ressaltar que, a despeito das divergências entre os órgãos centrais da administração portuguesa, ambas as decisões mantinham fora do exclusivo do correio-mor eventuais linhas de transporte de correios estabelecidas por terra na colônia. Não esquecer tal passagem é

24. Regimento do correio-mor das cartas do mar. Fundação Portuguesa das Comunicações, Arquivo Histórico, Documentos dos séculos XIII a XIX relativos a correios, vol. 2, f. 224-225, impresso avulso, apud DOCUMENTOS, 2008, p. 239.

importante para que se compreendam desdobramentos posteriores, entre 1728 e 1730, quando das vicissitudes enfrentadas pelo assistente Alves da Costa, cujo caso será tratado um pouco mais à frente.

De modo geral, os assistentes do correio-mor enfrentaram fortes resistências das Câmaras e homens bons locais, que alegavam ser o serviço dispendioso e desnecessário. Não cabe aqui alongar-se sobre esses embates, mas é notável neles a ausência de auxílio do correio-mor aos seus representantes, o que levou Luiz Guilherme Machado (2008) a levantar a hipótese de que

> [...] ele [o correio-mor] vendia as nomeações da assistência do seu ofício nas colónias aos interessados, ou seja, os Assistentes escolhidos compravam a carta de nomeação que o Correio-Mor se empenhava em requerer ao monarca. Uma vez comprada e referida carta, cabia aos Assistentes, já então serventuários do ofício, efectivarem a sua execução nos lugares determinados, arcando assim, com todo o ónus inerente a este sistema [...]

O pesquisador chama em apoio à sua suposição um fato relativo ao modo como cobravam os portes das correspondências:

> [...] ao Correio-Mor cabia-lhe somente os portes das cartas que conseguisse angariar junto aos navios que chegassem a Lisboa e aos Assistentes, o mesmo no sentido inverso. Assim, não ocorreria qualquer tipo de remuneração ou percentagem sobre qualquer diferença que pudesse haver na quantidade de cartas que circulassem entre aquelas colónias e a metrópole, como acontecia em relação aos seus Assistentes no reino, na qual, em épocas determinadas, se fazia o acerto das diferenças [...]. (MACHADO, 2008)

Comprovar essa suposição dependeria da descoberta de algum documento que a amparasse. Não se conhecem eventuais contratos entre o correio-mor e seus prepostos ultramarinos, a molde daquele lavrado com o assistente de Coimbra, e nem parece que eles fossem necessários ou desejáveis, haja vista que alguma operação de compra e venda, no

caso, seria sigilosa. Mas a hipótese não carece de consistência, quando se lembra que, depois de nomeado qualquer assistente para o ultramar, não haveria entre ele e o correio-mor uma prestação de contas sistemática como acontecia nos casos das trocas interioranas do reino.

Em pelo menos um caso, o de Salvador, é possível registrar a transferência, durante o século XVII, do cargo dentro de uma mesma família – do capitão Bartolomeu Fragoso Cabral para o seu filho homônimo. Nos demais casos, talvez em função das dificuldades em exercer de fato o ofício diante das resistências locais, ele não parece ter sido transmitido em herança na América portuguesa, até o início do século XVIII. Nesse momento, acontece algo singular diante da documentação até agora disponível: em 1710, é nomeado Antônio Alves da Costa como assistente no Rio de Janeiro, com poder de estender a sua atuação até as minas de ouro. A ordem da rainha, que determinava ao governador do Rio de Janeiro que desse cumprimento à nomeação, diz que:

> Donna Isabel Cafaro como tutora e administradora da pessoa e bens de seu filho menor Luis Vitorio de Souza Coutinho da Mata me reprezentou haver nomeado ao ajudante Antonio Alvares da Costa por assistente do; officio de Correo dessa Cidade; e que **em cazo que morra possa servir; a dita ocupassam seu filho Sebastiam; Alvares da Costa por ser; asim conviniente; a boa arecadassam das cartas; e fedellidade que convem haya nesta; matéria** [...]. (grife-se)[25]

25. Documento anexo ao: Requerimento de António Álvares da Costa a D. João V, em que pede a sua reintegração no lugar de correio-mor da cidade do Rio de Janeiro e Minas, que arbitrariamente lhe tirara o governador da capitania do Rio de Janeiro, Francisco Xavier de Távora. Fundação Portuguesa das Comunicações, Arquivo Histórico, Documentos dos séculos XIII a XIX relativos a correios, vol. 5, f. 49-90 e 43-48, transcrição de Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Brasil-Rio de Janeiro-CA, Cx. 25, D. 5780--5783. Disponível também na documentação do Projeto Resgate.

É *sui generis* a determinação de que o ofício deveria ser ocupado pelo filho no caso de morte do assistente primeiramente nomeado, numa espécie de oficialização do cargo como um patrimônio hereditário. Todavia, apesar desse ato inaugural que parecia auspicioso, mesmo tendo conseguido, ao contrário de tantos de seus pares na América portuguesa, o apoio das Câmaras em sua área de jurisdição, a história de Antônio Alves da Costa teve um final triste: impedido de exercer o seu ofício em 1715 pelo governador Francisco Xavier da Távora, acabou autorizado pelo Conselho Ultramarino, em 1728, a trabalhar



D. João V em 1707 (óleo atribuído a Pompeo Batoni.)

26. Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Brasil-Baía-LF, Cx. 21, D. 2387, apud DOCUMENTOS, 2008, 272.

apenas com as chamadas "cartas do mar", isto é, aquelas que chegavam por navio. A restrição, no caso, ecoa as discussões acontecidas mais de sessenta anos antes, quando do embate entre o correio-mor das cartas do mar e Agostinho Barbalho. Sem poder fazer o transporte de correspondências para as Minas Gerais, não se sabe até agora qual foi o fim de Alves da Costa.

Dois anos depois dessa decisão, em 1730, D. João V proibia terminantemente a atuação do correio-mor no interior das terras americanas:

> [...] não consintaes que se estabeleçaõ correyos por tera nessa Capitania porque este estabelecimento não pertence ao Corryo mor do Reyno, e das cartas do mar, porquanto eu hey de dispor delle como entender ser mais conveniente ao meu Serviço e bem dos meus Vassallos; o que vos hey por muy recomendado, e esta minha ordem farey registrar nos Livros da Secretaria desse Governo, remetendo-me certidaõ de como assim o executastes [...] (DOCUMENTOS, 2008, p. 328)

Frustrava-se, assim, qualquer outra iniciativa nesse sentido, embora a coroa continuasse a reconhecer os direitos dos Mata relativos ao tráfego transatlântico. Depois dessa ordem real, foram nomeados, pelo menos, mais um assistente do correio-mor para a vila de Santos (cf. ROSÁRIO, 1993, p. 31), em 1735, e outro para Recife, em 1738 (DOCUMENTOS, 2008, p. 331). Além disso, em 1733, D. João V também ordenou que nenhuma pessoa, de qualquer condição, nem mesmo os capitães dos navios, poderiam trazer "cartas fora da arrecadação" (cf. GARCIA, 1975, p.131). Esses são sinais de que o correio-mor do mar continuava atuante, ainda que os sacos de correspondência por ele fechados no reino pudessem ser recebidos nas conquistas por outros oficiais que não os assistentes, como acontecia, em Salvador, onde o meirinho do mar, pelo menos até determinada época, era o responsável pelo serviço, como consta de petição enviada pelos vereadores da Bahia ao rei em 1672.[26]

No conjunto, as decisões da coroa delineiam um cenário em que se procurou manter a atuação do correio-mor no que se refere às ligações marítimas, mas impedir a sua entrada no interior brasileiro. A designação inicial de Alves da Costa, com o insólito direito de estender linhas postais até as Minas, teria sido, assim, um passo precipitado, em falso, em relação ao quadro mais amplo. Uma hipótese plausível, nesse sentido, é que, considerada a força do direito costumeiro e a evidente patrimonialização hereditária do correio-mor, bem como os nascentes questionamentos ao monopólio privado, não tivesse interessado mais à coroa que os Mata pudessem estender seus direitos às terras americanas. A partir disso, a coroa decidiu manter o exclusivo postal para si, ainda que de fato não organizasse a exploração comercial do serviço sob sua égide (o que só viria a acontecer, como veremos, no final do século XVIII).



D. Luís da Cunha – Desenho de João Maria Caggiani.
Biblioteca Nacional de Portugal

A extinção do correio-mor: reafirmação dos direitos patrimoniais e do valor dos contratos

Unificados os dois ofícios, o do reino e o das cartas do mar, o monopólio legal do serviço somente foi recomprado pela coroa em 1797.

Ao longo do século XVIII, no entanto, começaram a surgir vozes questionando o fato de uma família ter o apanágio das atividades de correio, em consonância com um movimento mais amplo que ocorria na Europa neste momento, quando outros ofícios de mesma natureza foram reapropriados pelos governos de cada país. De acordo com Margarida Sobral Neto (2005, p. 39) "[...] na fase final do governo de D. João V e no início do reinado de José I o correio-mor foi alvo de críticas contundentes vindas de personalidades ´ilustradas´ que defendiam a recuperação do ofício pela coroa [...]".

D. Luís da Cunha, em seu *Testamento Político* - carta dirigida ao futuro D. José I no



2235434

TESTAMENTO POLITICO,

OU

CARTA ESCRITA

PELO

GRANDE D. LUIZ DA CUNHA

AO

SENHOR REI D. JOSE' I.

ANTES DO SEU GOVERNO,

O qual foi do Conselho dos Senhores D. Pedro II., e D. João V., e seu Embaixador ás Côrtes de Vienna, Haya, e de Paris; onde morreo em 1749.

LISBOA:

NA IMPRESSÃO REGIA. Anno 1820.

Com Licença da Commissão de Censura.

Vende-se na Loja de João Nunes Esteves, na Rua dos Ourives do Ouro N.° 234.

Página de rosto do livro *Testamento Político* escrito por D. Luís da Cunha.
Fonte: Google Books

final dos anos 1740 e que, embora somente tenha sido publicada no século XIX, circulou em sua época em várias cópias –, pregou, por exemplo, a necessidade de diversas reformas, dentre elas a do serviço postal, buscando o aprimoramento do correio-mor ou mesmo a sua compra pela coroa (CUNHA, 2010, 628). O mesmo D. Luís da Cunha já abordara o caso em suas *Instruções Políticas* (1736). Décadas mais tarde, D. Rodrigo de Souza Coutinho, o futuro conde de Linhares, preocupou-se com a questão do correio-mor, nas *Reflexões sobre a fiscalidade e finanças de Portugal* (1786), em que também defendeu a retomada pela coroa do exclusivo postal, agora de acordo com uma nova lógica econômica (ver GUAPINDAIA, 2013). Ainda que tivessem circulado por meios relativamente reservados, esses escritos materializavam o pensamento de uma vanguarda intelectual e política que, ao mesmo tempo em que propunha reformas, formava a opinião dos pares e buscava influenciar os superiores, certamente fazia eco a preocupações, discussões, demandas e queixas de setores mais amplos.

Foi o mesmo D. Rodrigo quem, ao tornar-se ministro e secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, uma década depois, teve oportunidade de conduzir a extinção do cargo secular. O último correio-mor, Manuel José da Maternidade da Mata de Sousa Coutinho, abriu mão de suas prerrogativas em troco de uma polpuda compensação. É interessante que o decreto que extingue o ofício se abra colocando em cena o direito real de agir em prol do bem comum:

> [...] evidente o Direito que Me assiste de revendicar para a Minha Real Corôa, por meio de huma justa indemnização, este Emprego Público, cuja alienação temporaria não podia de modo algum considerar-se como perpetua [...][27]

A busca do bem comum, estampada nesse direito real, não prescinde, porém, da "justa indenização" aos direitos particulares cerceados, que consistiu numa mescla de honras e compensações financeiras: título de conde de Juro; herdade com três vidas fora da Lei

27. Decreto que extingue o ofício de correio-mor do Reino, e condições que o correio-mor, Manuel José da Maternidade da Mata de Sousa Coutinho, aceitou voluntariamente para ceder o ofício à Coroa. SILVA, António Delgado da, compil. – Collecção da legislação portugueza...: legislação de 1791 a 1801. Lisboa: Typographia Maigrense, 1828, p. 366-367, apud DOCUMENTOS, 2008, p. 405.

Mental; conservação da honra de criado de sua majestade; renda permanente de quarenta mil cruzados anuais, vinculável em morgado, a ser paga em comendas, bens da coroa ou receitas do próprio correio; pensões vitalícias (mas não hereditárias) de quatrocentos mil réis para a mãe, irmão e irmãs do titular do cargo extinto, reversíveis para ele em caso de morte de qualquer uma dessas pessoas; avanço de postos em um Regimento de Cavalaria da Corte para o correio-mor e seu irmão [28]. Encerrava-se, no que refere ao serviço postal, uma era, com mais esse ato de compra e venda, criando-se, em seguida (1798), a Administração Geral dos Correios.

O que se percebe, no caso, mais uma vez, é que, ao contrário de certo senso comum e do que martelou parte da historiografia durante muito tempo, o poder real no Antigo Regime encontrava limites no poder dos contratos e dos direitos adquiridos. A menos que se transformasse em um tirano, deslegitimando a própria autoridade, o monarca deveria obedecer a esses limites. O bem comum deveria respeitar os bens particulares.

28. idem, p. 406

Para finalizar este artigo, etapa de uma pesquisa mais ampla, interessa lembrar um caso acontecido vários anos depois, mas que importa trazer aqui, por reforçar a percepção de traços importantes relativos à patrimonialização dos ofícios e sua relação com a política das mercês. Em 1821, depois do decreto de 28 de junho, que impunha contribuições extraordinárias sobre as comendas, o antigo correio-mor, agora Conde de Penafiel entrou com recurso junto às Cortes, solicitando isenção do pagamento dos tributos incidentes sobre as comendas que recebera como compensação pela perda do ofício postal. *O Diario das cortes geraes, extraordinarias e constituintes da nação portuguesa,* publicado em 1822, traz um parecer que resume os debates sobre o caso. Transcreve-se aqui um trecho que, apesar de longo, é significativo, parte de uma fala de defesa do pleito do Conde:

> Ao correio mór não se fez mercê nesta compensação: ele aceitou-a com violência, porque preferia a conservação do seu officio. Se o decreto diz, por justiça, e equidade: isso nada vale; porque o correio mór soffeu a lei, que lhe derão, e por isso não devem interpretar-se contra

ele as palavras, em que houver ambiguidade. Se o correio mór tivesse requerido a dimissão da propriedade com a compensação, que por ella se lhe deu, poderia suspeitar-se que tivesse sido beneficiado; mas ele nem a requereu, nem a queria, e até me parece , que no tempo do contrato ainda era menor.

Concluo, que **o officio de correio mór equivalia a uma rigorosa propriedade, havida legitimamente por justo preço: que tudo quanto a coroa deu pelo regate dela ficou substituindo a mesma propriedade: que as comendas sub-rogadas ao rendimento estipulado não estão no caso daquelas, que são dadas por mercê, nem são sujeitas a iguaes encargos;** e somente o são as geraes de todos os outros bens, havidos por contrato oneroso; e em consequencia estão obrigados aos tributos comuns, e de nenhuma sorte a uma collecta extraordinária, qual aquella, de que o Conde pede justamente, que se declare isento; ao que se lhe deve deferir.

He isto o que exige a justiça, e a observância da santidade dos contratos: e se o publico continuar a dar exemplos de falta de fé, iludindo indirectamente as obrigações contrahidas, já mais restabelecerá o credito, de que tanto precisa [...]. (DIARIO, 1822, p. 194, grife-se)

O episódio, além de evidenciar permanências culturais e os inevitáveis choques entre concepções pré-iluministas e liberais, traz à cena um exemplo de problemas jurídicos com que o estado português teve de se haver depois da Revolução do Porto. Mesmo em um momento de mudanças, antigos direitos tinham de ser preservados. A leitura de todo o parecer evidencia o embate entre as posturas mais conservadoras e as mais sintonizadas com os novos tempos, dando uma ideia do clima presente nas Cortes. Os deputados, todavia, abdicaram de tratar do caso, entendendo ser ele objeto do poder judiciário, para o qual o Conde de Penafiel deveria remetê-lo.

Não se sabe, neste estágio da pesquisa, se o fez; aqui isso não é o mais importante. O que importa é que o caso evidencia a persistência, ainda naquele início do século XIX, de traços e demandas vindos de um tempo mais antigo, num momento em que uma mudança iniciada já no século anterior, a partir do período pombalino, haveria de ganhar ainda mais força com as reformas liberais, rumo a um outro mundo, de busca de uma outra racionalidade administrativa, que a antiga patrimonialização dos cargos não poderia mais atender.

Referências

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Português e Latino.** Lisboa: Oficina Pascoal da Silva, 2ª Edição, 1746.

CUNHA, Luís da. Testamento político. In: ISÓCRATES et al. **Conselhos aos governantes**. 5. reimp. Brasília: Edições do Senado Federal, 2010.

DIARIO das cortes geraes, extraordinarias e constituintes da nação portuguesa. **Segundo anno da legislatura.** vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822.

DOCUMENTOS dos séculos XIII ao XIX relativos a correios. Coligidos por Godofredo Ferreira. Seleção, organização, revisão e índices de Isabel Sanches. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2008. 3 volumes. Inclui CD com o texto completo.

FERREIRA, Godofredo. **Dos Correios-Mores do Reino aos Administradores Gerais dos Correios e Telégrafos.** 3. ed. rev. ampl. Lisboa: CTT, 1963.

GARCIA, Rodolfo. **Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil (1500-1810).** 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1975.

GUAPINDAIA, Mayra. D. Rodrigo de Sousa Coutinho: pensamento ilustrado e a reforma dos Correios nos setecentos. **Postais**, vol.1, n.1, Brasília, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 2013.

HOUAISS, Antonio. **Novo dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MACHADO, Luiz Guilherme G. **História geral dos Correios portugueses nos séculos XVI ao XVIII.** [s.l.]: 2008. Disponível em: <http://historiapostal.blogspot.com.br>. Acesso em: 24 fev. 2013.

_____.O Correio-Mor de Mar e Terra do Estado do Brasil. **Postais**, Brasília, ano 2, nº. 2, p. 13-22, jan./jun. 2014.

MOURÃO, Maria da Graça Menezes. A criação do serviço régio do correio em Vila Rica. **Postais,** Brasília, ano 1, n. 1, p. 56-73, jan./jun., 2013.

NETO, Margarida Sobral. Os correios na Idade Moderna. In: NETO, Margarida Sobral.(coord.) **As comunicações na Idade Moderna.** Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005.

HESPANHA, António Manuel. Direito comum e direito colonial. **Panóptica,** Vitória, ano 1, n.3, nov. 2006, p. 95-116. Disponível em: <http:www.panoptica.org>. Acesso em: 15/02/2015.

MIRANDA, Susana Münch. Entre o mérito e a patrimonialização: o provimento de oficiais na Casa dos Contos de Goa (séculos XVI e XVII). In: STUMPF, Roberta G. CHATURVEDULA, Nandini (Org.). **Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas (séculos XVII e XVIII): provimento, controlo e venalidade.** Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Universidade de Lisboa, 2012.

OLIVAL, Fernanda. **As ordens militares e o Estado Moderno:** honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar, 2001.

_____.Mercado de hábitos e serviços em Portugal (séculos XVII-XVIII), **Análise Social,** Lisboa, vol. XXXVIII (168), 2003, 743-769

RIBEIRO, João Pinto. **Usurpação, retenção e restauração de Portugal.** Edição atualizada e seguida de notas por Fernando de Aguiar e Francisco José Velozo. Braga: Scientia & Ars, 1951 [1642a].

_____. Usurpação, retenção e restauração de Portugal. In: CRUZ, António. **Papéis da Restauração.** Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1967 [1642b]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5389.pdf>. Acesso em: 22/02/2015.

SILVA, Francisco Ribeiro da. Venalidade e hereditariedade dos ofícios públicos em Portugal nos séculos XVI e XVII. Alguns aspectos. **Revista do Centro de História da Universidade do Porto,** v. 8, p. 203-213, 1988.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na colônia.** São Paulo: Editora UNESP, 2005.

STUMPF, Roberta G. Venalidade de ofícios en la monarquia portuguesa: um balance preliminar. In: CASTILLO, Francisco Andújar; FUENTE, María del Mar Felices de la (ed.). **El poder del dinero:** ventas de cargos y honores en el Antiguo Régimen. Madrid: Biblioteca Nueva, 2011.

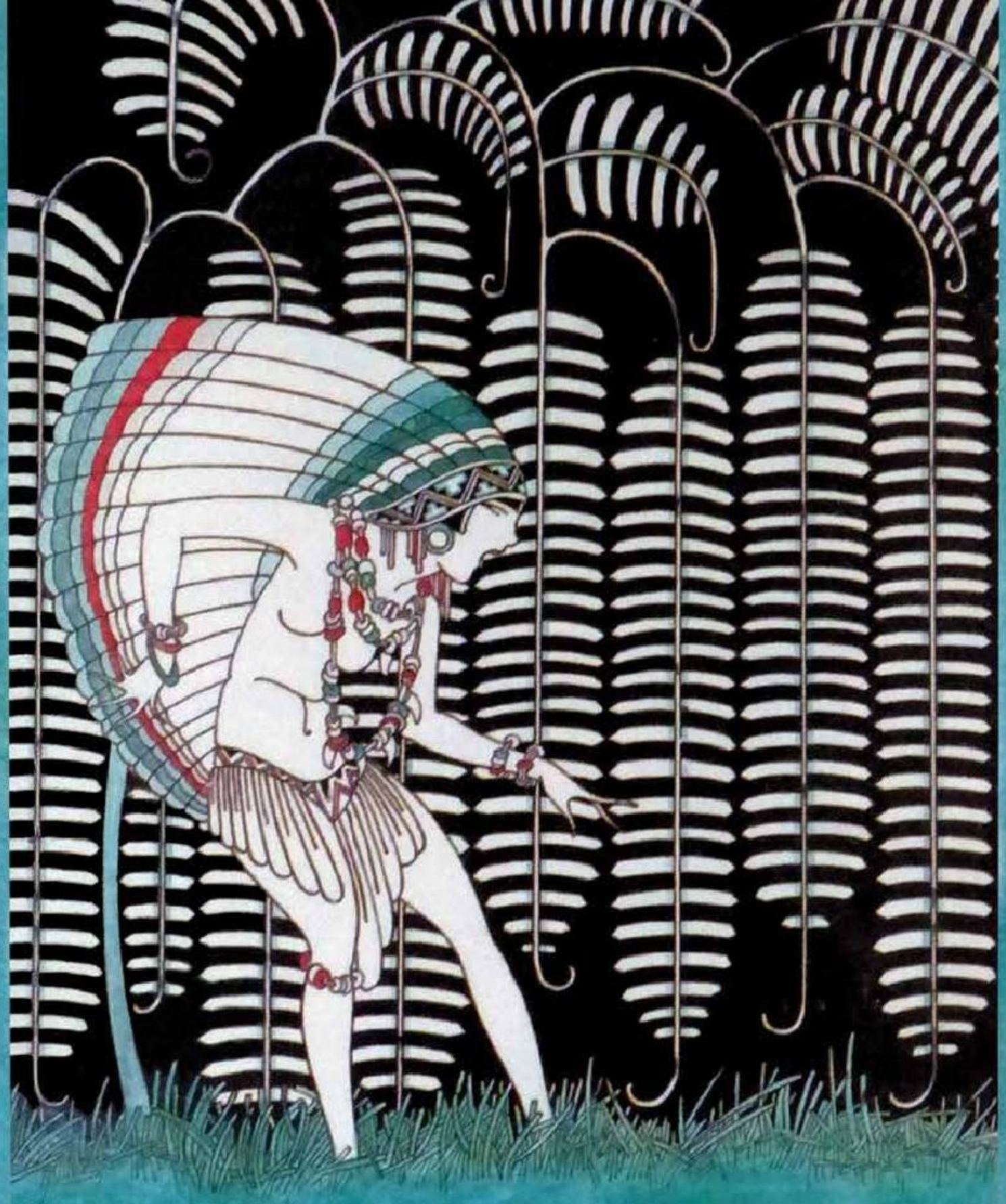
_____.Formas de venalidade de ofícios na monarquia portuguesa do século XVIII. In: STUMPF, Roberta G; CHATURVEDULA, Nandini (Org.). **Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas (séculos XVII e XVIII):** provimento, controlo e venalidade. Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Universidade de Lisboa, 2012a.

____.Venalidade de ofícios e honras na América portuguesa: um balanço preliminar. In: ALMEIDA, Suely de; SILVA, Gian Carlo de M.; SILVA, Kalina V.; SOUZA, George F. C. de (Orgs.). **Políticas e estratégias administrativas no mundo Atlântico (séc. XV--XVIII).** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2012b.

____.Movilidad social en la América portuguesa: la sangre, los servicios y el dinero. DÍAZ, María López (ed.). **Élites y poder em las monarquias ibéricas: del siglo XVII ao primer liberalismo.** Madrid: Biblioteca Nueva, 2013.

_____.Os provimentos de ofícios: a questão da propriedade no Antigo Regime português. **Topoi.** Revista de História, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 612-634, jul./dez. 2014. Disponível em: <www.revistatopoi.org> Acesso em: 08/02/2015.

Romulo Valle Salvino
Graduado em Administração Postal (ESAP), bacharel em História (USP), especialista em Literatura (PUC/SP), mestre em Comunicação e Semiótica (PUC/SP) e doutorando em História (UnB). Autor do livro Catatau, as Meditações da Incerteza (EDUC/FAPESP – São Paulo/SP, 2000), organizador da antologia Lindero Nuevo Vedado (Editora Quasi, Vila Nova de Famalicão/Portugal – 2002), entre outras publicações.



Índia", aquarela e nanquim sobre papel do artista gráfico carioca J. Carlos, década de 1920. Coleção Carlos F. de Carvalho.
Foto Beto Feliciano.

Pindorama modernista – influência indígena no Art Déco brasileiro*

Márcio Alves Roiter

A Modernist Pindorama: Indigenous influences on Brazilian Art Deco

Resumo/Abstract

Tendo como pano de fundo o desenvolvimento dos ideais modernistas, o presente artigo busca analisar a influência maciça da estética marajoara, civilização representante das origens brasileiras, em toda a produção Art Decó nacional, incluindo nos projetos arquitetônicos e nas emissões filatélicas, identificando seu papel no nacionalismo vigente nas décadas de 1930 e 1940.

Palavras-Chave: Art Deco; Arte Marajoara; Cultura Brasileira.

Against the backdrop of the development of modernist ideals, the present article analyzes the massive influence of the aesthetics of the Marajoara – a civilization that represents the Brazilian origins – on the entire national Art Deco production, including architectural projects and philatelic emissions, and identifies its role in the sense of nationalism of the 1930s and 1940s.

Keywords: Art Deco; Marajoara art; Brazilian culture.

* Pesquisa cuja primeira versão foi publicada na Revista Textos do Brasil, nº19 Culturas Indígenas em 2012, MRE-Ministério das Relações Exteriores.

Antes dos portugueses descobrirem o Brasil,
o Brasil tinha descoberto a felicidade.
Oswald de Andrade

Os acordes da abertura de *O Guarani* – quase um segundo Hino Nacional Brasileiro, peça obrigatória dos concertos na data nacional de sete de setembro, ouvida até em procissões religiosas – abrem com toda sua pompa e plumas de araras e tucanos nossos comentários sobre o genuíno Art Déco brasileiro[1]. Sons que remetem à busca de uma identidade nacional, à brasilidade das origens, e que segundo Lucio Costa (1997) "[...] contrapõem a nossa mais autêntica seiva nativa, as nossas raízes, à seara das novas ideias oriundas do século XIX [...]".

Se o Romantismo da segunda metade dos anos 1800 busca inspiração nas histórias, lendas e crenças dos verdadeiros donos do Brasil – os índios –, será nas décadas de 1920 a 1950 que a modernidade nacional se veste – ou tenta se despir das influências europeias – com temática indígena em total sintonia com a vanguarda intelectual tupiniquim. "Tupi or not Tupi", exclamava um dos principais mentores do Modernismo brasileiro, Oswald de Andrade[2]. Vem da pena de outro participante da Semana de Arte Moderna de 1922, o crítico e poeta Ronald de Carvalho, um protesto, publicado em 3/7/1921, em *O Jornal*:

> A Arte Decorativa no Brasil ainda está no seu primeiro balbucio. Apesar dos variados motivos que o artista pode colher nas lendas do nosso país e nos deslumbramentos da nossa natureza, ainda preferimos a imitação cômoda e amável da pacotilha estrangeira. Não costumamos olhar para o que temos à mão [...] Cumpre-nos, agora, desde que ninguém ouse disputar nosso título de campeões no preparo de maionese arquitetônica, variar o menu com outro manjar mais discreto. Por que não aproveitam nossos artistas os motivos ornamentais da fauna, flora, e da riqueza da indumentária nacional? Ainda não

1. "O Guarani", ópera de 1870, de Carlos Gomes (1836-1896), estreou no La Scala de Milão, consagrando seu autor, cuja estadia na Itália era custeada pela bolsa oferecida por D. Pedro II. Foi inspirada no romance de mesmo nome, de José de Alencar, publicado em formato de folhetim, entre fevereiro e abril de 1857. A ópera de Carlos Gomes pode ser considerada como a primeira manifestação artística brasileira a receber unânime aplauso mundial. E sua trajetória na vida do país a coloca como nosso primeiro item pop, extrapolando as salas de concerto.
A protofonia de "O Guarani" passou a fazer parte da memória coletiva brasileira popular em 1935, quando é criada a emissão radiofônica "Hora do Brasil", em cuja abertura ecoa a música de Carlos Gomes, num programa de uma hora de duração que ia ao ar de segunda-feira a sábado, com noticiário oficial divulgado pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda, a partir de 1937), em todas as estações de rádio do país. Mesmo depois da saída de Getulio Vargas, em 1945, o programa sobreviveu. Hoje, de segunda a sexta-feira, se chama "A Voz do Brasil", e vem tendo sua obrigatoriedade contestada.
A história contada por Alencar já entrara nas telas dos cinemas brasileiros em 1916, através de uma produção de Vittorio Capellaro, mas em 1920, outra apresentação, de Luiz de Barros e Alberto Botelho consagra o romance de Ceci e Peri, desta vez com cenas filmadas na propriedade de Henrique e Gabriella Bensanzoni Lage, hoje conhecido como Parque Lage. Diversas versões de "O Guarani" para o cinema são conhecidas, a última delas dirigida por Norma Benguell em 1997.

> exploramos convenientemente a maravilhosa terra que os nossos antepassados descobriram e povoaram. Precisamos, nesse passo, voltar as costas ao litoral, e olhar rosto a rosto a imensidade silenciosa dos sertões. Não está ali todo o Brasil, mas está um Brasil poderoso e deslumbrante que ainda não conhecemos. (CARVALHO, 1921)

Os clamores por Tupã de Ronald de Carvalho foram ouvidos, e em fevereiro de 1922[3] a brasilidade tenta se casar com a contemporaneidade, através da Semana de Arte Moderna. Uma estética absolutamente brasileira acaba emergindo, ainda na década de 1920, identificada por diversos sinônimos: Nativismo, Indianismo, Indigenismo e o curioso "matavirgismo" – a partir de mata virgem, cunhado por Mario de Andrade numa carta a Tarsila do Amaral[4] – são termos que tentam definir, antes de mais nada, um nacionalismo com todas as letras. Esse nacionalismo será tratado, paradoxalmente à luz do Art Déco, estilo europeu, sobretudo francês, consagrado na Exposição Internacional das Artes Decorativas e Industriais Modernas de Paris, 1925[5].

A marca principal do Art Déco era a geometrização de temas abstratos e figurativos, absorvendo parâmetros do Cubismo – que, desde 1907, com as *Demoiselles d'Avignon* de Picasso, já fora instaurado –, mas tornando estes traços palatáveis à burguesia emergente. Trata-se de estilo pleno de releituras de culturas exóticas – África, Japão, Tailândia[6] – e antigas – egípcia, grega, asteca, maia, inca – que ocupou no mundo um amplo espectro geográfico. Podemos dizer que foi o primeiro estilo verdadeiramente globalizado, a se aproveitar dos meios de comunicação modernos como o cinema, a imprensa, o rádio, o telégrafo, o telefone e a televisão, bem como dos novos meios de transporte modernos – os transatlânticos velozes, seus incipientes concorrentes do ar, os aviões (*flying boats*, barcos voadores) e dirigíveis. O mundo tinha pressa de informação, de estar *up to date*... De Xangai a Buenos Aires, de Paris a Tel-Aviv, do Rio a Nova York – na arquitetura, artes decorativas, moda, design, cinema, literatura, e até

2. Oswald de Andrade (1890-1954) é um dos atores principais da cena Nativista brasileira. Intérprete de um Brasil orgulhoso de suas origens, publica, no curso de sua vida, diversos manifestos com títulos que pretendem imediata compreensão, como o "Manifesto da poesia Pau-Brasil", editado no jornal Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, em 1924, e o "Manifesto Antropófago", de maio de 1928. Casado com a pintora Tarsila do Amaral, foram na década de 1920 a "realeza" do movimento Nativista brasileiro

3. A Semana de Arte Moderna de 1922, realizada em São Paulo, no Teatro Municipal, entre 11 e 17 de fevereiro, se hoje é considerada determinante no Modernismo brasileiro, à época não teve grande impacto. Foi uma ação entre amigos, patrocinada por ricaços paulistas que não queriam ficar atrás do que se fazia na Europa em termos de Arte Moderna. Mas sem dúvida nenhuma se tornou um marco na valorização dos temas nacionais, entre eles os derivados da cultura indígena. Dentre os expositores, em arquitetura, pintura, escultura, no entanto, só Vicente do Rego Monteiro apresentou trabalhos diretamente relacionados ao tema.



Pórtico atribuído a Correia Dias, Edifício Amazonas, projeto de Santiago e Kiritchenco, 1934, Rua Fernando Mendes, Copacabana, Rio de Janeiro. Foto Instituto Art Déco Brasil

na música, a busca de inovação e de progresso tecnológico definiu as primeiras décadas do século XX.

Um capítulo à parte merecem os *paquebots*[7], que disseminaram mundo afora o estilo Art Déco, verdadeiras embaixadas flutuantes de seus países de origem, com o melhor do progresso tecnológico nas máquinas e sistemas de funcionamento, com o melhor das artes decorativas, e, o mais importante, abertos ao público (mediante a compra de tíquetes) em cada porto em que atracavam. Eram essas visitações um belo reforço nas finanças das companhias marítimas. Os passageiros desembarcavam, e subiam a bordo os habitantes dos portos, ávidos das novidades, de câmera e bloquinho em mãos, e assim muitas casas e interiores surgiram obedecendo à estética dos transatlânticos. Não surpreende que tantos prédios espalhados pelo mundo reproduzam a estética *streamline* de *decks*, janelas de escotilha – em suma, a cartilha arquitetural dos navios.

O maior, o mais luxuoso, o mais rápido dos ícones da navegação Art Déco se chamou Normandie e entre 1938 e 1939 saiu da rota costumeira Le Havre (França) – South Hampton (Inglaterra) – Nova York e veio ao Rio trazendo norte-americanos que se dispuseram a pagar até 130 mil dólares pelas melhores cabines, num cruzeiro de Carnaval, esquecendo o inverno do hemisfério Norte em meio à folia carioca[8].

Mas voltemos à Taba. A maior ilha fluviocosteira do mundo, Marajó, na Amazônia brasileira, teve diversas fases de desenvolvimento, antes da chegada dos colonizadores portugueses. A mais importante, e que se estenderia de 400 a 1350, denominada Marajoara, deixou uma herança de artefatos finamente decorados, como urnas, vasos, bancos, esculturas, tangas, adereços e talismãs, em pedra, terracota, cerâmica e argila.

No início do século XX, as novas invenções – automóvel, avião, hidroavião – aliadas ao espírito aventureiro de muitos arqueólogos, historiadores, antropólogos, jornalistas,

4.Tarsila do Amaral (1886-1973) pode ser considerada a musa do Nativismo brasileiro na pintura das décadas 1920 a 1940. Do casamento com Oswald de Andrade, não só surgiu a marca "Tarsiwald", como retratos de um Brasil ancestral. Talvez seu mais conhecido óleo, o "Abaporu", hoje na coleção do Museu de Arte Latino-Americana de Buenos Aires, coleção Constantini, desde o termo indígena que o batiza, reflete a preocupação de Tarsila com o imaginário da selva brasileira. De um dicionário tupi-guarani foi retirado seu título: Aba: homem; poru: que come. E foi dele que o Manifesto Antropofágico se alimentou. Oswald de Andrade, que recebia a tela como presente de aniversário, em 11 de janeiro de 1928, exclamou: "Isso é como fosse um selvagem, uma coisa do mato". Tarsila aprendeu na sua temporada parisiense a valorizar as "Artes Primitivas", hoje denominadas "Artes Primeiras". Em seus contatos com Brancusi (de quem adquiriu uma escultura, "Prometheus", de 1911) Picasso, Léger, Lhote, Gleizes, Matisse – todos admiradores das "Artes Primeiras" – absorveu este apreço, e imediatamente o transpôs para sua origem, uma terra de índios, de rico folclore, um mundo mítico ainda inexplorado na década de 1920.

Mario de Andrade (1893-1945), poeta, escritor, crítico e pesquisador do folclore brasileiro, foi, ao lado de Tarsila e Oswald, um dos pilares do Modernismo brasileiro. Se o Nativismo tem um herói, esse seria Macunaíma, personagem central do livro de mesmo nome, editado em 1928. Definido pelo autor como "a aceitação sem timidez nem vanglória da entidade nacional", Macunaíma é uma rapsódia brasileira onde a muiraquitã (amuleto indígena) é também protagonista. As aventuras do "herói sem nenhum caráter", mistura das raças negra, branca e índia, em busca desse talismã percorrem as páginas deste que foi considerado o livro mais importante do nacionalismo modernista brasileiro.

comerciantes e até saqueadores, transformam Marajó num destino cobiçado[9].

Os objetos pré-cabralinos lá encontrados passam a alimentar o mercado de antiguidades. Museus, colecionadores e marchands do mundo inteiro voltaram sua atenção para os exemplares de uma arte em tudo semelhante à praticada pelos Incas – confirmando uma teoria de que os povos do Peru desceram o rio Amazonas, encontraram a Ilha de Marajó e ali desenvolveram a continuação da sua produção. Infelizmente, pouca coisa hoje resta no Brasil, excetuando-se as coleções do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista no Rio de Janeiro e no Museu Goeldi de Belém do Pará. Instituições que passaram a ser a Meca dos designers do início do século XX em busca de inspiração para o desenvolvimento de um Art Déco genuinamente brasileiro, raridade entre seus pares internacionais.

O governo do Presidente Getulio Vargas, de 1930 a 1945, incluiu no seu programa – sintonizado com outros governos totalitários da época, como a Itália de Mussolini e a Alemanha de Hitler – o "orgulho pátrio". Tal orgulho busca nas origens indígenas os parâmetros de um projeto de nação, de povo civilizado que doma a selva, progressista, ocupado na criação de uma potência emergente: o "Novo Brasil 1930-1938". É esta a inscrição do pórtico à entrada da Exposição do Estado Novo, em 1938[10].



Cartão Postal de 1935, inspirado nas Tangas Marajoaras, Folhas de Bananeira e Flores do Cacau.
Desenhista: Marino Pinheiro. Coleção Museu Correios

E provoca um fenômeno de massa! Na arquitetura[11] e na decoração das casas acontece uma verdadeira febre de objetos, móveis, luminárias, tapetes, vasos, enfim,

5. Exposição promovida pelo Ministério do Comércio e Indústria da França, aconteceu entre abril e outubro de 1925, ocupando grande área de Paris, e visitada por quase 16 milhões de pessoas. Com mais de 100 pavilhões, nacionais e estrangeiros queria mostrar ao mundo que os prejuízos da Primeira Grande Guerra eram passado. Com notável variedade de estilos entre seus pavilhões, assim mesmo pode ser cunhada a expressão Art Déco – um diminutivo do longo nome Exposition Internationale des Arts Décoratifs et Industriels Modernes. A partir dos anos 1960, com uma exposição no Museu de Artes Decorativas de Paris "Les Années 25" (1966) o termo passou a definir. os objetos, arquitetura, moda etc, que apresentassem características semelhantes, obedecendo à uma forte geometrização herdada do Cubismo, linhas aerodinâmicas, e temas privilegiando a natureza e a figura humana.

6. Em 1931, de novo em Paris, acontece a Exposition Coloniale Internationale, que consagra a vertente "exótica" do Art Déco. Além das colônias francesas de Além Mar, encontravam-se pavilhões de territórios exteriores belgas, dinamarqueses, italianos, dos Países Baixos, e até mesmo de Portugal. A grande ausente, Grã-Bretanha, se justificou diante dos gastos consideráveis com a participação, no ano anterior, na Exposição Internacional Marítima e Colonial de Antuérpia.

tudo aquilo onde se pudessem imprimir labirintos, zigue-zagues gregas e tramas geométricas derivadas dos desenhos indígenas.

Os selos, os cartões postais, e toda uma perspectiva nacionalista com inspiração nos padrões indígenas apareceria a serviço do governo Getúlio Vargas nas relações postais. Vargas se inspirava no processo do *new deal* do norte americano Franklin Delano Roosevelt. Após a crise do *crash* da Bolsa em 1929, Roosevelt desenvolveu um programa que criava parques, incentivava grandes construções,e, entre elas, sedes de agências dos Correios espalhadas por todo o país. Não podemos esquecer que foi neste período do século XX que os Correios puderam usufruir das novas invenções, como os aviões, os automóveis, os dirigíveis.

Vargas copiou o modelo norte americano, e a partir dos anos 1930 vamos encontrar agencias dos Correios, sempre em estilo Art Déco, espalhadas do Oiapoque ao Chuí.

Obedecendo ao programa de governo nacionalista, os selos, os cartões postais, e demais produtos dos Correios, deveriam alinhar-se dentro desta vertente, homenageando as origens brasileiras. Ainda que o Brasil não tivesse possuído fortes elementos de base, pictóricos, em sua cultura autóctone, como o México e o Peru, a cultura Marajoara não poderia jamais ser esquecida.

E é por isso que a safra de selos, cartas e cartões postais editados entre 1930 e 1940 é de extrema importância.

A televisão, quando se instala no Brasil, se chama TV Tupi, e sua logomarca é um indiozinho, um curumim, que anuncia o primeiro programa, a TV na Taba, em 18 de setembro de 1950.

A publicidade aborda constantemente a herança indígena brasileira através dos nomes das lojas[12], empresas e prédios que adotam nomenclatura completamente indígena, como até hoje podemos encontrar: Itahy, Itaoca, Hicatu, Itaiuba, Itacolomi, Ipu, entre outros.

7. Paquebot, segundo os dicionários, seria um vapor de transporte de passageiros e suas bagagens; da correspondência e às vezes de mercadorias. Podemos, a grosso modo, traduzi-la por transatlântico, grande navio... Em 1920 todos sabiam o que significava paquebot, até porque a palavra correspondente em português era muito parecida: paquete, hoje em desuso.

8. Foi a bordo do Normandie, ancorado no meio da Baía de Guanabara que – convidada pelo "Rei da Broadway" Lee Schubert, passageiro do cruzeiro, para um jantar no "Grill Room" – a maior artista brasileira dos anos 1930, Carmen Miranda, foi convidada a se apresentar em Nova York, a "fazer a América". Aceitou, meses depois assinou o contrato e partiu pelo SS Uruguay, para nunca mais voltar.

9.Expedições à Amazônia se tornaram, a partir desta época, favoritas dos aventureiros. Encabeçando uma longa lista, temos o ex-presidente dos EUA , Theodore Roosevelt. Em 1913, acompanhado pelo brasileiro Coronel Mariano da Silva Rondon, resolvem descer o Rio da Dúvida. Nessa expedição Roosevelt quase morreu, e muitos pereceram. Rondon, considerado o maior explorador da Amazônia, é o autor do lema relativo aos índios: "morrer se preciso for, matar jamais". Em 1925, à procura de uma cidade perdida, uma civilização altamente sofisticada – "Z" – e que supunha encontrar-se em plena Amazônia brasileira, o coronel britânico Percy Harrison Fawcett, conhecido como o último dos exploradores individualistas, desapareceu nas entranhas da floresta.

No entanto, a busca de uma identidade nacional para a arquitetura neste período, tratada sob influência indígena, encontra forte reação nos partidários de uma internacionalização – são os seguidores de Le Corbusier[13] , contrários a qualquer elemento decorativo, considerado supérfluo. E grandes discussões são deflagradas.

Um dos casos mais marcantes é o concurso para construção do Ministério de Educação e Saúde, em 1936. O projeto vitorioso, de Archimedes Memória e Francisque Cuchet[14] , de forte inspiração Art Déco-Marajoara, acaba não sendo construído, depois da pressão dos jovens Lucio Costa e Oscar Niemeyer sobre o Ministro Gustavo Capanema. Surge em seu lugar o prédio esboçado por Le Corbusier.

Semelhante situação ocorre na escolha do pavilhão brasileiro para a *World's Fair* de Nova York, em 1939. Um dos projetos preferidos pela imprensa especializada, como publicado em edição de novembro de 1938 de *A Casa*, de autoria da Roberto Lacombe e Flavio Barboza:

> [...] arquitetura sóbria, destacando nas grandes massas os motivos marajoaras, cujo espírito de brasilidade demonstra um característico de originalidade e beleza [...] (FEIRA INTERNACIONAL DE NOVA YORK, 1938)

Mas, finalmente, o pavilhão construído foi a opção *International Style*, de Lucio Costa e Oscar Niemeyer, que obteve imenso sucesso, diga-se. Por muitos considerado o retrato da nova arquitetura brasileira, o Pavilhão antecede em vários anos a inauguração do Ministério da Educação e Saúde, ícone desse amálgama de racionamentos do pós-guerra com as lições de Le Corbusier.



Biombo com gravuras de Vicente do Rego Monteiro do álbum "Quelques Visages de Paris", Paris: Imprimerie Jura. 1925. Coleção Berardo. Foto Mariana Salles Revelles.

10. Exposição montada na área da Esplanada do Castelo, Rio de Janeiro, e que celebra os novos projetos nacionais, incluindo maquetes dos novos ministérios, quase prontos. O pórtico repetia o do pavilhão da Alemanha – ao topo, no lugar da águia e cruz suástica germânicas, as armas da República brasileira – na Exposição Internacional das Artes e Técnicas Aplicadas à Vida Moderna, 1937, em Paris, e considerada a despedida do estilo Art Déco, pelo menos na Europa. No Brasil a duração foi muito maior, até meados de 1950. Durante o longo primeiro governo do ditador Getulio Vargas (ironicamente denominado, pelos EUA , "presidente permanente"), 1930-1945, as manifestações artísticas de cunho nacionalista, explorando as raízes indígenas se tornam extremamente comuns. Surgem artistas como a bailarina Eros Volúsia (1914-2004) capa da revista norte americana Life, em 1941, e que revolucionou a dança brasileira, acrescentando coreografias indígenas, africanas e do folclore brasileiro ao repertório do balé nacional. Importante mencionar a dedicação dos compositores eruditos aos temas nativistas, como Heitor Villa-Lobos (1887-1959), Oscar Lorenzo Fernandez (1897-1947) e Alberto Nepomuceno (1864-1920), entre muitos outros.

11. A corrente Indigenista na arquitetura brasileira acontece em todo o território nacional. Do Amazonas ao Rio Grande do Sul, com exemplos notáveis como, em Belo Horizonte, o Edificio Acaiaca, onde duas imensas cabeças de índio marcam os ângulos do grande prédio de esquina (arquiteto Lúcio Pinto Coelho, 1943).

12. Muitos exemplos: a loja de departamentos O Guarany, da rua Gonçalves Dias esquina com a rua do Rosário, no Rio, especializada em "camisas e chapéus, roupas para banho de mar, cama e mesa, perfumaria", as Ferragens Cacique, a Fundição Tupy, aguardente Ypioca, queijos Catupiry... Disputavam espaço com as denominações de origem francesa, onipresentes na vida brasileira das primeiras décadas do século XX.

13. Le Corbusier (1887-1965) confessa, entretanto, que para construir o "Cabanon" (tradução livre: barracão), sua casa de verão em Rocquebrune Cap-Martin se inspirou nos barracos das favelas brasileiras. E foi no Rio, em 1929 que viveu um tórrido romance de verão com Joséphine Baker. Ambos voltavam de temporadas em Buenos Aires, a bordo do Giulio Cesare, com destino ao Rio de Janeiro. Os cadernos de viagem e as cartas conservadas na Fundação Le Corbusier comprovam o affair. Se Le Corbusier não se dedicou ao Nativismo, chegou bem perto.

14. Archimedes Memória (1893-1960) foi o arquiteto carioca que mais se destacou na vertente eclética, aí incluídas diversas manifestações de cunho nacionalista. O neocolonial, abordado por ele e seu sócio Frances Francisque Cuchet em diversos projetos, como a sede do Clube Botafogo de Futebol e Regatas, ou o demolido Theatro Cassino no Passeio Público, conviveu com as construções de estilo eclético, cujos principais exemplos são o Palácio Tiradentes, hoje Assembléia Legislativa carioca, ou o Jóquei Clube da Gávea.

Em mais um caso de disputa pela representação no exterior de uma linguagem nacional, o Nativismo sai vitorioso durante a exposição *O Mundo Português,* em 1940, que ocupou grandes espaços à margem do rio Tejo, em Lisboa. O Pavilhão Brasileiro, projetado pelo célebre arquiteto português Raul Lino, recebe decoração interior em feérico estilo Marajoara, assinado pelo mesmo Roberto Lacombe, preterido para a *New York World's Fair*[15].

Desde o início do século XX, ainda sob os efeitos do Art Nouveau, nosso pintor e designer Eliseu Visconti (1866-1944), após freqüentar em Paris as aulas de Eugène Grasset, retorna ao Brasil disposto a inovar na Arte Decorativa local. Infelizmente sem muito sucesso, pois o gosto nacional era aquele denunciado por Ronald de Carvalho. Visconti utiliza temas de inspiração marajoara numa série de vasos, produzidos no ateliê Ludolf, e que só serão expostos em 1926, na Galeria Jorge, no Rio de Janeiro.

Muito natural que do Estado do Pará e do Estado do Amazonas surjam artistas com discurso nativista, e entre os principais estão Theodoro Braga (1872-1953) e Manuel Pastana (1888-?). São de Theodoro Braga vasos em metal trabalhado, repuxado, com técnica semelhante à produção do francês Jean Dunand, identificados por Pietro Maria Bardi e hoje nas coleções do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, explorando a temática Marajoara.

Theodoro Braga vai ao extremo de encomendar ao arquiteto Eduardo Kneese de Mello sua residência em São Paulo, nos anos 1930, como um painel de utilizações possíveis dos temas marajoaras, desde o exterior da casa até a decoração. Tudo se integra na mesma vertente Art Déco de influência marajoara: pisos em madeiras exóticas brasileiras, grades, móveis, papéis de parede, luminárias, objetos... Não sem razão foi por ele batizada de "Retiro Marajaora"[16].

Manuel de Oliveira Pastana foi discípulo de Theodoro, e ao lado de uma produção

voltada para o academicismo – como o imenso retrato do Almirante Tamandaré ainda hoje visível no prédio Art Déco do antigo Ministério da Marinha, na Praça Mauá, no Rio – pesquisou a flora e a fauna amazônica como ninguém, nos deixando diversos projetos de terrinas, móveis e luminárias, onde resquícios do Art Nouveau se encontram com a geometrização do Art Déco.

Um carioca que passou sua infância em Belém, Oswaldo Goeldi (1895-1961), filho do naturalista alemão Emilio Goeldi, considerado o pai da gravura moderna brasileira, nos legou importantes registros de uma arte comprometida com as origens indígenas brasileiras, sobretudo nas ilustrações para os mitos amazônicos de *Cobra Norato*, de Raul Bopp, em 1937. Para *Martim Cererê*, de Cassiano Ricardo, em 1945, repete suas imagens carregadas de mistério, densas, cheias de sombras, próximas do Expressionismo alemão, de onde Goeldi busca sua maior fonte de inspiração. Diz ele: "[...] eu não sou um selvagem. Eu teria que viver como eles para que a minha imitação fosse genuína [...]"[17]. (HERKENHOFF, 1995)

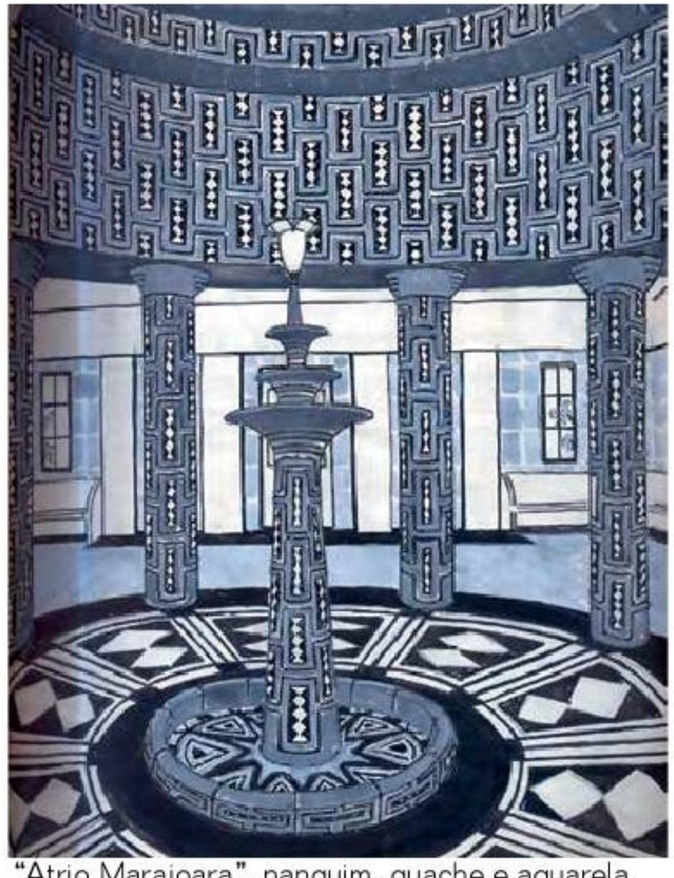
Mas é no Rio de Janeiro – capital federal nessas cinco primeiras décadas do século XX, da vigência do Art Déco Marajoara – onde encontramos os melhores exemplos do Nativismo brasileiro.

Um dos ícones da arquitetura Art Déco carioca é o Edificio Itahy, construído em 1932 e localizado à Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 252. O projeto de Arnaldo Gladosch (1903-1954) imprime feição *streamline* ao volume da fachada, mas presenteia a rua, o morador, *o flâneur* – e, porque não, a cidade –, com uma perfeita definição de Indianismo. O pórtico em cerâmica *e hall* social, desenhados por Pedro Correia de Araújo (1881-1955), trazem uma verdadeira aula de como casar modernidade e origens indígenas brasileiras. Uma índia-sereia-cariátide musculosa encima a porta em ferro batido, decorada com algas e tartarugas; o piso do interior em mosaico de cerâmica vitrificada imita ondas do mar, painéis de peixes, algas, cavalos-marinhos; habitantes dos rios e mares – afinal

15. Publicado com destaque na revista A Casa de novembro de 1938, ocupando seis páginas, o projeto de Roberto Lacombe e Flavio Barboza para a Exposição de Nova York de 1939, concorrente do escolhido, de autoria de Lucio Costa e Oscar Niemeyer, parecia o preferido pela redação desta publicação, muito conceituada à época.

16. Ver *The Jungle in Brazilian Modern Design*, artigo de Paulo Herkenhoff em The Journal of Decorative and Propaganda Arts, The Wolfsonian. Miami, 1995, pp. 256 e 257.

17. O Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém, e o Museu Nacional da Quinta da Boa Vista no Rio de Janeiro, são os locais incontornáveis para quem busca informação sobre a arte dos povos indígenas brasileiros, sobretudo os da cultura Marajoara.



"Atrio Marajoara", nanquim, guache e aquarela sobre papel - Álbum "Guarany", de August Herborth. Década de 1920. Foto Coleção Berardo

estamos em Copacabana! – completam o cenário.

Pedro Correia de Araújo é personagem ímpar na história das Artes Decorativas dessa primeira metade do século XX no Brasil. Nascido na França, filho de nobres pernambucanos exilados em Paris com a família real brasileira, estudou na Academia Ranson, onde conviveu com a vanguarda local, e, de volta ao Brasil, no início dos anos 1920, preferiu pesquisar nossas origens, assumindo sua brasilidade.

É também dele a decoração do pórtico e hall do Edificio Manguaba (1936, projeto de Chaves & Campelo Architectos e Engenheiros), à rua Gustavo Sampaio, 220, no Leme, que recebeu a seguinte descrição no *Guia da Arquitetura Art Déco do Rio de Janeiro,* organizado por Jorge Czajkowski (2000):

> [...] discreto edifício com proporções harmoniosas,varandas embutidas abauladas, corpos sacadose persianas 'Copacabana'. Na entrada eportaria, painéis cerâmicos dignos de nota, da autoria de Pedro Correia de Araújo[18].

Victor Brecheret (1894-1955), considerado o mais importante escultor do Modernismo brasileiro e do Art Déco nacional, aborda o tema nativista em diversas ocasiões. Nos relevos que decoram o edifício e, sobretudo, o Salão Nobre do Jockey Club de São Paulo, projeto art déco de Henry Sajous, lá estão os índios brasileiros, em contraponto aos painéis *La Conquête du Cheval,* em laca de Bernard Dunand, (filho de Jean Dunand, que recebeu a encomenda, mas depois de seu falecimento foi o filho Bernard quem os completou). No entanto, Brecheret, nos anos 1940 e 1950, aprofunda a pesquisa dos temas marajoaras, e em seus últimos anos de vida se transforma num porta-voz da arte marajoara[19].

Hildegardo Leão-Velloso (1899-1966), escultor, é um dos artistas que mais se destacaram na vertente nativista. Autor de monumentos art déco importantes na paisagem carioca, como o dedicado ao Almirante Tamandaré, na Praia de Botafogo (1937) e a Pinheiro Machado, na Praça Nossa Senhora da Paz, Ipanema (1931), de fatura quase acadêmica, mas

18. Tanto o Itahy, graças à atuação de um síndico, Sr. Flávio Willemsens, consciente do valor arquitetônico do projeto, e que não permite modificações como o gradeamento do imponente pórtico, quanto o Manguaba, que por pouco não é demolido nos anos 1990, salvo graças à intervenção do prefeito Luiz Paulo Conde, presidente de honra do Instituto Art Déco Brasil – são exemplos de resistência.

19. Brecheret e sua obra nativista já ganharam diversas exposições, como A Arte Marajoara de Victor Brecheret, em 2004, no Centro Cultural Correios RJ, e que havia acontecido no Japão em 2001; e A Arte Indígena de Victor Brecheret, em 2009, na Caixa Cultural RJ.

20. Henry Gonot, aluno de Edmond Lachenal (1855-1930), um dos principais renovadores da cerâmica art nouveau na França, ainda não mereceu o reconhecimento devido na história do design brasileiro da primeira metade do século XX. Foi em parte graças à atividade de Gonot que os objetos de inspiração Nativista se tornaram populares



Vaso manufatura Itaipava de Henry Gonot, cerâmica policromada. Petrópolis –RJ. 1936. Foto Nelson Monteiro.

onde os pedestais são importantes afirmações do Art Déco, Leão-Velloso se dedicou com afinco à corrente nativista.

Conseguiu popularizar sua produção através do ceramista Henry Gonot[20], o "francês" de Art Déco brasileiro, e dessa manufatura, assinados ou não por Leão-Velloso, saíram caciques, índias e tucanos em esculturas, pratos, vasos, placas – todos decorados com os temas e cores brasileiros.

São de Leão-Velloso os grupos em *stucco* em tamanho natural que decoram o terraço do Ministério da Fazenda, na Esplanada do Castelo, Rio de Janeiro, no início da década de 1940 – vizinho ao Ministério de Educação e Saúde, projeto apresentado em 1938, através de maquete na Exposição do Estado Novo, já citada. Mostram um índio lutando com o maior felino brasileiro, a suçuarana, (posteriormente editado em cerâmica *craquelée* pela Cerâmica Meriti) e, ao lado, uma índia com cobra sucuri[21].

É neste mesmo terraço onde se encontram os painéis em mosaico assinados por Paulo Werneck (1907-1987), artista do primeiro time, descrevendo cenas brasileiras, com matas e habitantes indígenas da "Terra Brasilis" em foco.

Paulo Werneck andou esquecido, mas felizmente começa a ser estudado e redescoberto. No Rio de Janeiro sua presença é inquestionável. Dezenas de painéis em mosaico decoram entradas e empenas de edifícios por toda a cidade, que pouca gente identificava como trabalhos de Paulo Werneck. Finalmente uma situação ultrapassada. Exposições viajando por todo o Brasil foram montadas, sua família tem contribuído para o conhecimento de um grande mestre que, antes de se destacar como artista do concretismo, dedicou-se aos temas nativistas, seja em mosaicos, como os do Edifício Maracati, no Leme, Rio de Janeiro – onde se tornou mais conhecido – ou nas ilustrações para a *Lenda da Carnaubeira* (1939) e para *O Negrinho do Pastoreio* (1941)[22].

21. Infelizmente o terraço do antigo Ministério da Fazenda hoje se encontra em péssimo estado de conservação, proibido à visitação, muito distante do tempo em que era uma das atrações da cidade, com o Ministro recebendo nos jardins suspensos todas as celebridades nacionais e internacionais.

22. Ver Modernism, revista norte-americana, de 2009, e Paulo Werneck Muralista Brasileiro, catálogo de exposição em 2008, Paço Imperial, RJ.

23. Não só artigos anunciaram a participação brasileira na Exposição de Paris 1925. Segundo nos conta Péricles Memória Filho, no livro Archimedes Memória – o Último dos Ecléticos, à página 64: "Em 1925, o Ministro da Justiça e Negócios do Interior João Luiz Alves escolhe e nomeia Archimedes (Memória) como representante do Brasil para a organização da Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas, a se realizar em Paris, com base no sucesso alcançado na Exposição do Centenário da Independência. Não se sabe o porquê, mas Archimedes não foi." Não houve pavilhão brasileiro, é bom que se esclareça.



Selo Postal comemorativo ao Tricentenário da Cidade de Cametá – PA. Gravado em Talho Doce por Walter de Freitas. Coleção Museu Correios.

Na história do Art Déco nativista brasileiro existem três personagens que não podem ser esquecidos: o pernambucano Vicente do Rego Monteiro (1899-1970), o português Fernando Correia Dias (1893-1935) e o alemão August Herborth (1878-1968).

Vicente do Rego Monteiro descobriu o Brasil nas longas temporadas parisienses, onde conjugava trabalho artístico com corridas de automóvel, e até de avião. Um modernista total, *avant la lettre!*

Se em 1925, durante a consagração do estilo Art Déco através da Exposição Internacional das Artes Decorativas e Industriais Modernas, o Brasil não teve um pavilhão – apesar de convidado e dos artigos publicados sobre o evento na *Illustração Brasileira*[23] –, foi com Vicente que deixamos nossa marca!

No auge da *saison* parisiense de 1925, entre 10 e 25 de julho, estreou no Théâtre des Champs-Elysées – templo modernista projetado por Auguste Perret em 1913, decorado com relevos de Bourdelle (dois deles fazem parte do acervo do Museu de Belas Artes do RJ) e iluminado por René Lalique – o balé *Légendes, Croyances et Talismans* des *Indiens de l'Amazone,* adaptado do livro de mesmo nome, com os desenhos de Vicente, uma verdadeira cartilha do Art Déco marajoara. Sucesso total, uma performance inesquecível da estrela do balé do momento, chamado Malkovsky, um russo que os Irmãos Martel[24], escultores do primeiro time, já haviam apresentado como ícone a ser consumido por todos, numa série de esculturas em cerâmica produzidas pela manufatura de Boulogne-Sur-Seine. Exposto em 1925, desde abril, quando começou a exposição, no pavilhão *Une Ambasse Française,* no hall do colecionador, esse retrato escultural de Malkovsky com certeza incentivou os franceses e estrangeiros presentes ao evento a lotarem a sala do Théâtre des Champs-Elysées.

Vicente ficou tão entusiasmado com o sucesso parisiense que imediatamente criou o *Quelques Visages* de Paris, listando os principais pontos turísticos de Paris, em gravuras (série de trezentas) editadas pela Imprimerie Juan Dura, tratados à maneira marajoara.

24. Os Irmãos Joël et Jan Martel, gêmeos nascidos em 1896, e que morreram ambos em 1966, renovaram a escultura francesa. Praticaram uma arte totalmente engajada na Modernidade, e cuja quintessência era Art Déco. Colaboradores e amigos dos principais arquitetos dos anos 1920-1940, tiveram seu ateliê e residência num hotel particulier construído por Rob Mallet-Stevens, ainda hoje de pé, na Rue Mallet-Stevens, no 16ème arrondissement de Paris. Durante a Exposição de Paris de 1925, além da escultura retratando Malkovsky se celebrizaram pelas "Abres Cubistes" (Árvores Cubistas), em concreto armado, no jardim do pavilhão de Mallet-Stevens.



Centro de mesa em cerâmica policromada, atribuído a Correia Dias. Petrópolis/RJ. Década de 1930. Foto Nelson Monteiro.

Vicente do Rego Monteiro, num humor bem brasileiro, apresenta o trabalho como sendo desenhos que ele encontrou em plena selva amazônica, nas mãos de um chefe indígena que, incógnito, visitara Paris há pouco.

Fernando Correia Dias aporta no Rio em 1914, e se torna um precursor, um verdadeiro mentor do estilo Marajoara-Déco. Exorta os brasileiros a olharem suas raízes e a abandonarem o artificialismo dos parâmetros europeus na prática das Artes Decorativas através do manifesto "O Nacionalismo na Arte", publicado em 1919, na Revista Nacional.

Começa importante produção cerâmica de vasos, pratos e *coupes* com a Companhia Cerâmica Brasileira, ao mesmo tempo em que trabalha diversas áreas do design como capas de livros, partituras musicais e ilustrações diversas.

Casa-se em 1922 com a poetisa Cecília Meireles, e a estimula a desenhar. Cecília deixou interessante obra nacionalista – não Marajoara, mas embebida de brasilidade. Defensora do folclore brasileiro, Cecília dirigiu o Serviço Nacional de Folclore.

Herman Lima, na *História da Caricatura no Brasil,* assim descreve a importância de Correia Dias:

Seu prestígio nas rodas intelectuais da cidade era grande, pelo seu feitio profundamente cordial e por sua fina sensibilidade, donde sua rápida e definitiva adaptação à vida brasileira, que lhe forneceria, com o tempo, o mais rico filão à inspiração e à arte, com o aproveitamento de motivos maravilhosamente decorativos da nossa fauna e da nossa flora. (LIMA, 1963)

Assim como Herman Lima, o antropólogo Paul Rivet, fundador e diretor do Museu do Homem, em Paris, numa visita ao Brasil, em 1928, visitando o ateliê de Correia Dias, e registrado numa edição de 1930 da revista *O Cruzeiro,* afirmou:



Selo Postal comemorativo ao 1º Congresso de Numismática Brasileiro. Desenhista: Bernardino S. Lancetta e Gravador: Mário Doglio. Coleção Museu Correios.


Grade em ferro e bronze "Indio caçando", por Pagani e Castier, nas portas da varanda da Casa Basbaum, projeto de Penna e Franca, 1939, Rua Urbano Santos, Urca, Rio de Janeiro. Foto Instituto Art Déco Brasil

> [...] entre as artes indígenas sul-americanas, a arte dos antigos habitantes da ilha de Marajó e do Baixo Amazonas permanece uma das mais misteriosas. Ela pode ser comparada em beleza às produções mais perfeitas das grandes civilizações andinas. Fazer renascer esta arte, torná-la conhecida no Brasil Moderno, religar o passado ao presente, numa bela tradição estética, é criar, ao mesmo tempo, uma obra artística, patriótica e científica. (CUNHA, 1930)

De Strasbourg, hoje França, mas território alemão antes da Primeira Guerra, chega ao Rio, em 1920, o professor emérito da Escola de Belas Artes de Strasbourg, August Herborth (1878- 1968). Ceramista importante, além de desenhista talentoso, Herborth é logo convidado pela Manufatura Nacional de Porcelanas, e em seguida estabelece contrato com a Companhia de Porcelana Brasileira, dispostas a reformular sua produção pelas mãos de um *designer* respeitado.

Muito bem sucedido em sua tarefa, Herborth recebe, em 1923, a cidadania brasileira. Mas o que o consagrará é a série de dezenove álbuns chamados Guarany, onde desenvolve um repertório de cerca de quatrocentos e setenta pranchas, em guache, aquarela e nanquim. São as mais diversas utilizações do vocabulário indígena aplicado a necessidades do design de móveis, vasos, tecidos e até arquitetura. Expõe o resultado dessas pesquisas, efetuadas sobretudo no Museu Nacional, na Escola Nacional de Belas Artes, profere conferências, escreve artigos, mostra aos brasileiros a importância das civilizações pré-cabralinas.

Herborth, respeitado artista, através de uma abordagem nacionalista, teve imediato sucesso em terras brasileiras, o que prova a encomenda, ainda no início dos anos 1920, pela Prefeitura de Curitiba, de desenhos de inspiração indígena para suas calçadas em pedra portuguesa até hoje existentes[25].

Tanto quanto Correia Dias, Herborth ainda não recebeu as devidas homenagens brasileiras. Seria o fato um comprovador da nossa falta de memória? Ou da nossa vergonha pela maneira com que os índios foram sendo sistematicamente dizimados? Interessante

25. Os álbuns Guarany, documento único do interesse de um artista europeu sobre a vertente Nativista do Art Déco, fazem hoje parte da Coleção Berardo de Art Déco, constituída pelo Comendador Joe Berardo, e até julho de 2012 sendo exibida na Casa das Mudas, Ilha da Madeira, na exposição Art Déco – Colecção Berardo, 'What a Wonderful World! Ver também: "August Herborth (1878-1968), ein Grenzgänger", por Arthur Mehlstäubler, na revista Keramos, números 203 e 204, 2009, Alemanha.



Cartão Postal de 1935 com estilização de Figura Zoomorfa e Frutos inspirados em Urnas Marajoaras, além de Flores Amazônicas. Desenhista: Marino Pinheiro. Coleção Museu Correios

notar que em vez de nomes indígenas dos prédios nas cidades brasileiras, e também "Brasil", "Amazonas", "Ceará", orgulhos nacionais, hoje todos têm nomes franceses ou americanos: "Manhattan", "Chateau Chambord", e por aí vai...

No texto de Paulo Herkenhoff, "Amazônia e Modernidade", encontramos o fecho para esse estudo abençoado por Tupã:

> Falava-se de índio e dançava-se sob o tantã da vanguarda parisiense. Há um perfil ético na arte modernista de dotar um projeto cultural para o país, de formular o homem brasileiro. O primitivismo no Brasil não é, como na Europa, uma busca do outro. Buscar o índio em cada brasileiro transformou, portanto, tal primitivismo na busca de um 'si mesmo' no outro. No Brasil, a busca modernista da história, de um passado significante, a selva – que em Hegel era espaço "fora da história" – encontrava na Amazônia, com sua herança arqueológica, a única possibilidade de história. (HERKENHOFF, 1992)





Bureau em imbuia e cadeira em couro lavrado, dos Anos 1930, da firma carioca de decoração Laubisch-Hirth, com inspiração Marajoara, procedente da coleção do Prefeito Luiz Paulo Conde, hoje Coleção Berardo. Foto Nelson Monteiro."

Referências

ACCIAIUOLI, Margarida. **Exposições do Estado Novo 1934-1940.** Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

ACHÉ, Suzete. Passeio Déco. **O Globo.** Rio de Janeiro. 14 nov. 1998.

ALMEIDA, Lívia. Reliquia Art Déco: reforma preserva prédios dos anos 30 em Copacabana. Veja Rio. **Veja.** Rio de Janeiro. 26 jul. 1995.

AMARAL, Aracy. **O modernismo à luz do Art Déco.** Minas Gerais. Suplemento Literário. UFMG. v.9, n. 406. jun. 1974. p. 6-7.

ANDRADE, Mario de. **Macunaíma**, o herói sem nenhum caráter. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

ARAUJO, Olivio Tavares de. Volta no tempo: crítica sobre a exposição 'Tempo dos Modernistas' no MASP. **Veja.** São Paulo. 1974.

ARTE PARÁ: FRONTEIRAS. Catálogo de exposição. Fundação Rômulo Maiorana. Museu do Estado do Pará. Belém, 1997.

AVANZI, Silvia. **Cerâmica Art Déco:** modernidade em terra e fogo. Casa e Jardim, São Paulo, 1997.

BARDI, Pietro. FIALDINI, Dan. LEIRNER, Adolpho. LEIRNER, Fúlvia. **Tempo dos Modernistass.** Catálogo de exposição. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo, 1974.

CADENA, Nelson Varón. **Brasil** – 100 Anos de propaganda. São Paulo: Edições Referência, 2001.

CAMARGOS, Márcia. **Entre a vanguarda e a tradição:** os artistas brasileiros na Europa (1912-1930). São Paulo: Alameda, 2011.

CANEZ, Anna Paula. **Arnaldo Gladosch.** Porto Alegre: Editora UniRitter, 2008.

CARVALHO, Ronald de. Duas Exposições de Pintura. **O Jornal.** Rio de Janeiro, 1921.

CASTRO GOMES, Angela Maria de (org.). **A República no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ Fundação Getulio Vargas, 2002.

CASTRO, Ruy. **Carmen, uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

COHEN, Jean-Louis. BENTON, Tim. **Le Corbusier, Le Grand.** Londres: Phaidon Press, 2008.

CORRÊA DO LAGO, Manoel Aranha. **O Círculo Veloso-Guerra e Darius Milhaud no Brasil.** Rio de Janeiro: Reler, 2010.

COSTA , Lucio. **Registro de uma vivência.** São Paulo: Empresa das Artes, 1997.

COUTINHO, Wilson. Rio Déco: seminário discute estilo que inseriu cenários hollywoodianos na cidade. **O Globo.** Rio de Janeiro. 6 abr. 1996.

CRISPINO, Luís Carlos Bassalo et alli. **As origens do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Belém: Ed. Paka-Tatu, 2006.

CRULS, Gastão. **Hiléia Amazônica:** aspectos da flora, fauna, arqueologia e etnografia indígenas. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958.

CUNHA, Vieira da. Crônica Brasileira – a obra nacionalista de Correia Dias. **O Cruzeiro.** Rio de Janeiro. 1930.

CZAJKOWSKI, Jorge (org.) **Anais do 1º Seminário Internacional Art Déco na América Latina.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo/Solar Grandjean de Montigny, 1996.

_____. **Guia da arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000.

DAMANTE, Hélio. Folclore de 'O Guarani'. **O Estado de São Paulo.** São Paulo. 10 out. 1970.

EFEGÊ, Jota. **Meninos, eu vi.** Rio de Janeiro: Funarte, 2007.

ESCOBAR, Vanessa. Art Déco no Rio: o estilo simétrico e sofisticado que ainda resiste. **O Globo.** Rio de Janeiro. 20 jan. 1980.

FEIRA INTERNACIONAL DE NOVA YORK. **A Casa.** Rio de Janeiro. nov-dez. 1938.

FERREIRA DE CASTRO. **A Selva.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

FONSECA, Rodrigo. Curumim sai da oca. **O Globo.** Rio de Janeiro,. 09 jul. 2009.

GALLO, Alberto. Da Arte Marajoara como decoração. **Revista de Arquitetura.** Rio de Janeiro. jul–set. 1934.

GARCIA, Cynthia. Art Déco brasileiro? **Casa Vogue**, São Paulo, 2004.

GONÇALVES FILHO, Antonio. Uma outra Tarsila. **O Estado de São Paulo.** São Paulo. 20 dez. 2011.

GRANN, David. **Z, a cidade perdida:** a obsessão mortal do coronel Fawcett em busca do Eldorado brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **Brésil Indien:** les arts des Améridiens du Brésil. Exposição na Galeries nationales du Grand Palais. Reunion des Musées Nationaux. Paris, 2005.

HERKENHOFF, Paulo. **Amazônia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1992.

_____. Design e Selva: O Caminho da Modernidade Brasileira. **The Journal Of Decorative and Propaganda Arts.** Brazil Issue. Miami: The Wolfson Foundation, 1995.

HORCADES, Carlos. MARTINS, Nelson. TABORDA, Felipe. **A tipografia na arquitetura do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Servenco/Index, 1986.

JENKINS, Roy. **Roosevelt.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

LEONIDIO, Otávio. **Carradas de razões, Lucio Costa e a arquitetura moderna brasileira.** Rio de Janeiro: Editora PUC. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

LIMA, Herman. **História da caricatura no Brasil.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.

LOGULLO, Eduardo. Art Déco Tropical. **Casa Vogue**, São Paulo, 2002.

MACHADO, Aníbal. **Goeldi.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955.

MARTEL, Joël et Jan. **Musée des Années Trente.** Boulogne-Billancourt: Gallimard/ Electa, 1996.

MEMÓRIA FILHO, Péricles. **Archimedes Memória** – o último dos ecléticos. Rio de Janeiro: Interage, 2008.

NA EXPOSIÇÃO DE CERÂMICA BRASILEIRA DE PAIM. **Para Todos.** Rio de Janeiro. jun. 1928.

O ART DÉCO BRASILEIRO, COLEÇÃO FÚLVIA E ADOLPHO LEIRNER. Catálogo de exposição. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2008.

PEREIRA , Roberto. **A formação do balé brasileiro:** nacionalismo e estilização. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. **Eros Volusia:** a criadora do bailado nacional. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Prefeitura, 2004.

PESTANA, Manoel. Arte Decorativa. **A Semana.** Rio de Janeiro. 2 jun. 1934.

POR UMA ARTE BRASILEIRA. **O Estado de São Paulo.** São Paulo. 28 jun. 1927.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros:** a pré-história de nosso país. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

REVISTA DE ANTROPOFAGIA. Edição fac-similar. Editora Abril Cultural. São Paulo, 1975.

RIBEIRO, Maria Izabel Branco. **A Arte Marajoara de Victor Brecheret.** Catálogo de exposição. Centro Cultural Correios. Rio de Janeiro, 2004.

RICHEMOND, Stéphane. **Les Salons des artistes Coloniaux.** Paris: Les Éditions de l'Amateur, 2003.

ROCHA, Mecenas. Teodoro Braga. **Folha do Norte.** Belém. 6 mar. 1945.

ROITER, Márcio Alves. As artes decorativas no Rio entre 1920 e 1945. In: Secretaria Municipal de Urbanismo/ Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro. **Anais do 1º Seminário Internacional Art Déco na América Latina.** Rio de Janeiro: Solar Grandjean de Montigny/ PUCRio, 1996.

_____. (org.) **A Casa Art Déco Carioca.** Rio de Janeiro: Espaço Cultural Península, 2006.

_____. Tupy or not Tupy. **Carioquice**. Rio de Janeiro. abr/ mai/jun. 2007.

_____. (org.) **Art Déco** – Coleção Berardo "What a Wonderful World!". Ilha da Madeira, Portugal: Centro das Arts Casa das Mudas, 2010.

_____. **Rio de Janeiro Art Déco.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

_____. A Influência Marajoara no Art Déco Brasileiro. **Revista UFG.** Dossiê Art Déco. Universidade Federal de Goiás. ano XII. n.8. 2010. p. 33-41.

ROUCHOU, Joelle. Linhas puras dos anos 20. Os cariocas redescobrem os objetos, a forma e a sensualidade Art Déco. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro. 18 nov. 1979.

RUFFINELLI, Jorge. CASTRO ROCHA, João (org.). **Antropofagia hoje?** Oswald de Andrade em cena. São Paulo: Realizações Editora, 2011.

SATURNI, Maria Eugenia (org.). **Catálogo Raisonné Tarsila do Amaral.** São Paulo: Base 7 Projetos

Culturais: Pinacoteca do Estado, 2008.

SCHAAN, Denise Pahl. **Cultura Marajoara.** Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009.

SCHWARTZ, Jorge. **Brasil, da antropofagia à Brasília.** São Paulo: Museu de Arte Brasileira-FAAP/ Cosac Naify, 2002.

_____. **Caixa Modernista.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. **Do Amazonas a Paris:** as lendas indígenas de Vicente do Rego Monteiro. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial, 2005.

SEIXAS, Heloísa. Art Déco, idiossincrasias e paixão. **Revista Florense.** 2004.

SOUSA, Gilda de Melo e. **O tupi e o alude:** uma interpretação de Macunaíma. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

TELLES, Denise. Arquitetura: edifícios de Copacabana, no estilo Art Déco estão entre os mais antigos da cidade: pela preservação das joias do Lido e do Bairro Peixoto. **O Globo.** Rio de Janeiro. 31 jul. 1997.

THE JOURNAL OF DECORATIVE AND PROPAGANDA ARTS. Brazil theme Issue. Miami: The Wolfson Foundation, 1995.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida:** uma interpretação da Amazônia. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.

Márcio Roiter
Presidente do Instituto Art Déco Brasil, pesquisador e curador de diversas exposições sobre o tema, no Brasil e no exterior. Conferencista nos Congressos Mundiais de Art Déco Societies de Nova York (2005), Melbourne (2007) e Montreal (2009), bem como na Miami Design Preservation League (2007) e na Americas Society de Nova York (2008). Em 2011, foi agraciado com o Prêmio Cultura, da Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro, na categoria Patrimônio Imaterial. Organizador do 11º Congresso Mundial da ICADS (International Coalition of Art Déco Societies), realizado no Rio de Janeiro em agosto de 2011.



Selo emitido em 1973
São Gabriel - Padroeiro dos Correios
Acervo - Museu Correios

A visibilidade das religiões nos selos postais comemorativos brasileiros do século XX[1]

Diego A. Salcedo
Karla P. Bronsztein

The visibility of the religions in Brazil's commemorative stamps in the 20th century

Resumo/Abstract

Este artigo analisa a forma pela qual as religiões são ilustradas nos selos postais comemorativos brasileiros, contribuindo para a construção e manutenção de suas representações. Foi considerado, para isso, a concepção deste artefato enquanto media e sua estreita relação com o discurso religioso. O corpus é composto por selos postais comemorativos brasileiros emitidos durante o século XX. A sua identificação e análise foi feita a partir do catálogo Rolf Herald Meyer (RHM). Entre o ano de 1900 e 2000, os Correios emitiram 2.354 selos postais do tipo comemorativo. A partir da observação e identificação de recorrências religiosas foram compilados 222 selos postais comemorativos. O estudo correlacionou a recorrente temática religiosa com o contexto histórico brasileiro, considerando o declínio do catolicismo como maioria religiosa no país e as representações das religiões nas mídias, a partir de dados quantitativos. A conclusão indica que o selo postal comemorativo brasileiro, durante o século XX, foi utilizado, em certa medida, na consagração e enaltecimento da visibilidade de personalidades, eventos e práxis católica, em detrimento às demais religiões.

Palavras-Chave: Brasil. Religião. Representação. Selos Postais. Visibilidade.

This article analyzes how religions are portrayed in the Brazilian commemorative stamps, as a contribution to the construction and maintenance of their representations. It considers the conception of commemorative stamps as a medium and its close relation to religious discourse. Its corpus examines Brazilian commemorative stamps issued during the 20th century. Their identification and analysis were based on the Rolf Herald Meyer (RHM) catalogue. From 1900 to 2000, the Brazilian Postal Service issued 2,354 commemorative stamps. From the observation and identification of religious recurrences, a total of 222 commemorative stamps were compiled. The study sought the correlations between religious themes and the Brazilian historical context, considering the decline of Catholicism as the major religion in the country and the representations of religions in the media, based on quantitative data. The article concludes that in the 20th century, Brazilian commemorative stamps were used, to a certain extent, to endorse and visibly praise Catholic personalities, events and practices, in detriment of the other religions.

Keywords: Brazil; Religion; Representation; Postal stamps; visibility.

1. Artigo originalmente apresentado no XVIII Congresso Internacional da Associação Lationamericana de Sociologia (ALA), Grupo de Trabalho sobre Religião, realizado em Recife, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no ano de 2011. No ano seguinte o artigo foi revisado e publicado na Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião - Horizonte, Campinas, v. 10, p. 233-254, 2012.

Introdução

A construção e manutenção de elementos religiosos é feita a partir de um conjunto de agentes em diversos, distintos e, por vezes, insuspeitos modelos de agenciamento. Assim, também é pertinente considerar que a representação desses aspectos seja constituída tanto pelas práxis religiosas, propriamente ditas, quanto pelas formas com que atores sociais externos a essa prática, como por exemplo, o Estado, constroem certa imagem das religiões. Ao considerar esse enfoque, o selo postal é entendido como um dos aparatos que contribuem para essa construção.

Este trabalho traz como peculiaridade a utilização do selo postal enquanto objeto de análise. Esta escolha considerou o fato de que os estudos e análises acerca da representação das religiões têm sido comumente realizados com base em suportes tradicionais à Academia, tais como: matérias de jornal, estudos de audiência, auto-representações (entendimentos outorgados pelos atores do próprio campo) e tecnologias de comunicação (TV, Rádio e Internet).

Sendo assim, a justificativa dessa escolha – de fato, desafiadora –, leva em consideração o entendimento do selo postal enquanto *media*.[2] Além disso, é um objeto ainda incipiente nos estudos das Ciências Humanas e Sociais, particularmente no Brasil,[3] não obstante os inúmeros estudos tratados pela Sociologia e Ciências da Religião em que o enfoque recaiu sobre outras tipologias *mediáticas*.

2. Consideramos o selo postal um media, com base na proposta teórica de Luhmann (2005, p. 9), ao afirmar que a "comunicação é isso que viabiliza, que dá suporte, que permite a produção de conteúdos (formas). Ela é medium [meio] e os diversos suportes comunicacionais, os media [meios]".

3. O selo postal não tem merecido a curiosidade e atenção por parte de pesquisadores brasileiros. Mas, é gratificante saber que quatro dissertações de mestrado constituem um olhar crítico sobre esse objeto ou sobre o seu uso: em 2001, Villani Junior defendeu a dissertação intitulada *Evidências empíricas de leilões na Internet: selos na e-Bay*, em Economia, na USP; em 2006, Helder Cyrelli de Souza defendeu a dissertação *Os cartões de visita do Estado: a emissão de selos postais e a ditadura brasileira*, em História, na UFRGS; em 2008, Luciano Mendes Cabral defendeu a dissertação intitulada *Selos, moedas e poder: o Estado Imperial brasileiro e seus símbolos*, em História, USS/RJ (publicado como livro, em 2009, pela Editora Apicuri); Diego Andres Salcedo defendeu a dissertação intitulada *A ciência nos selos postais comemorativos brasileiros: 1900-2000*, em Comunicação, na UFPE (publicado como livro, em 2010, pela Editora da UFPE).

A partir dessa realidade e do propósito dos trabalhos que vêm sendo realizados com e sobre o selo postal, remetemos a um questionamento essencial, sugerido por Mitchell (2005, p. 244, tradução nossa): quais problemas são pertinentes às construções sociais quando nos consideramos seres, essencialmente, visuais?

Selo Postal no Brasil

A relação entre o selo postal e a religião, apesar de uma aparente dissociação, é evidente por meio das emissões que remetem à práxis religiosa (selos com estampas de cultos, personalidades religiosas, igrejas e templos como veremos adiante). Nesse sentido, somos impelidos a refletir sobre o selo postal como um indício do passado no presente que, segundo Burke (2004, p. 20), "tanto deixa transparecer quanto omite". Não deixamos que olhares desatentos nos escureçam a visão, possibilitando, assim, não apenas uma relação face a face com a história, ou que os elementos verbo-visuais recriem-se, mas, sobretudo, que esses elementos existem e que não devem ser ignorados.

Como efeito do nascimento do selo postal na Europa (Inglaterra, 1840), e a expansão de sua utilidade para além desse continente deriva o início da utilização do mesmo no Brasil. No território brasileiro algumas atitudes e decisões, mesmo diante de revoltas espalhadas por toda nação, foram decisivas para a aceitação do selo postal. Como no caso inglês, várias são as perspectivas de leituras tanto político-econômicas, quanto sócio-culturais, sobre as causas prováveis que culminaram com a emissão do selo postal adesivo no Brasil.

Nos termos de Scott (1997, p. 735), seria adequado entender que o selo postal tem uma "densidade ideológica, por centímetro quadrado, maior que qualquer outra forma de expressão cultural midiática". O surgimento desse artefato teve como uma de suas causas as disputas político-econômicas. Podemos afirmar que, nesse sentido, um pequeno Brasil impele um grande Brasil por meio das estampas impressas nos selos postais.

Essa prática de exercer o poder, seja ele político ou econômico, não começou com os selos e nem com eles terminou. Um seleto grupo de pessoas cultas e elitizadas centralizavam as suas ideologias e visavam uma unidade política. Em 1° de agosto de 1843 os Correios do Império colocaram em circulação, na Corte, os três primeiros selos postais brasileiros, conhecidos como "Olho-de-Boi".

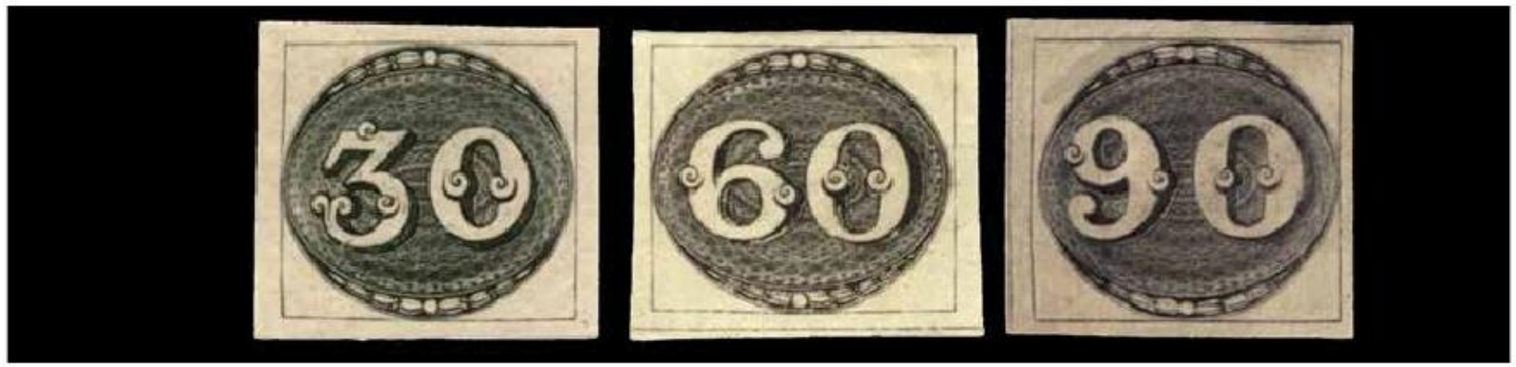


Figura 1 - Olho-de-boi, de 30, 60 e 90 Réis. 1° selo postal brasileiro (1843)
Acervo - Museu Correios

A expansão do comércio nacional internacional, as revoluções separatistas das colônias, os avanços tecnocientíficos, a explosão do uso de correspondências e o aumento do comércio estritamente filatélico, foram algumas das causas que impulsionaram os governos a olhar mais atentamente para os selos e verem ali uma possibilidade de instrumentalizar o potencial de propaganda e comunicação dos Estados. Esse foi o contexto de emergência do selo postal do tipo comemorativo.

Os elementos verbovisuais dos selos comemorativos foram sendo modificados paulatinamente. Talvez seja prudente e didático separar essas mudanças em dois momentos. De início, como afirma Marson (1989, p. 83) "predominam representações alegóricas e retratos oficiais de presidentes ou de pessoas notáveis". Alegorias estas que transmitem os símbolos materiais de novos regimes, em sua grande maioria repúblicas, como, por exemplo, afirma Scott (1998, p. 302, tradução nossa), em que "boa parte do

selo é devotado ao perfil da Marianne, símbolo de Liberdade, da República Francesa e do país França".

O momento seguinte pode ser identificado pelo acréscimo de recorrências temáticas que não aludiam, apenas, aos elementos verbo-visuais já mencionados. É a partir desse segundo momento que a possibilidade de identificação das recorrências temáticas mostra quantidade e qualidade satisfatórias à análise pretendida. As recorrências temáticas são as mais variadas possíveis: fauna, flora, esportes individuais e coletivos, espaços públicos e privados, instituições, encontros locais, regionais, nacionais e internacionais, tecnologias, brincadeiras, jogos, campanhas preventivas, campanhas publicitárias, conflitos, independências, minorias e personalidades. No Brasil, os primeiros selos comemorativos foram emitidos, em 1 de janeiro de 1900, por sugestão da Associação do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil, para celebrar os 400 anos da chegada dos portugueses ao país.

Conforme Salcedo (2008, p. 190) "as quatro imagens, de certa maneira, celebravam justamente um sentimento que os republicanos queriam que o povo percebesse. Uma trajetória de liberdade no Brasil, refletida através de quatro eventos significativos". Ou como sugere Marson (1989, p. 83) "punha-se em relevo que a República coroava uma trajetória de liberdade no Brasil". Tanto na Europa, como no Brasil, com o advento do selo postal comemorativo, o elemento *frase-motivo*[4] passou a ter igual ou maior valor representativo do que a *imagem-motivo*.



Figura 2 - Primeiros selos comemorativos brasileiros (1900)
Acervo - Museu Correios

4. Salcedo (2010, p. 16) sugeriu essas duas expressões: frase-motivo e imagem-motivo, como categorias de análise e estudo de selos postais.

Procedimentos Metodológicos

De modo a identificar e analisar a ilustração de religiões por meio dos selos postais comemorativos brasileiros, ao longo do século XX, utilizamos o Catálogo de Selos do Brasil RHM (1994, 2008). O catálogo RHM é a principal obra de referência brasileira no que diz respeito aos estudos dos documentos filatélicos. Nele são catalogadas as informações sobre todos os documentos filatélicos emitidos pelo Brasil, desde 1843 até os dias atuais, incluindo os documentos pré-filatélicos.

Para a leitura dos catálogos, alguns critérios foram estabelecidos, resultando numa primeira identificação dos selos postais que iriam constituir o nosso *corpus*: 1) Selecionar, apenas, o selo postal do tipo comemorativo. Excluímos da identificação todos os outros tipos de documentos filatélicos[5]; 2) Analisar todos os selos postais comemorativos emitidos a partir de 1900 até 2000 (inclui as emissões de 2000). Essa decisão coincidiu com o fato de que o primeiro selo postal comemorativo brasileiro foi emitido em 1900; 3) Considerar, apenas, um selo, quando este fizer parte de uma série e a sua imagem for igual em todos os outros selos da série; 4) Considerar, além das informações impressas nos selos, àquelas designadas pelos catálogos (Representações Temáticas), pelas quais os seus editores são responsáveis, e que foram lidas com o objetivo de complementar a experiência visual.

Para ampliar a nossa visão, em paralelo, nos debruçamos igualmente sobre os dados coletados pelo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) até o ano 2000, juntamente com algumas outras pesquisas brasileiras que evidenciam a atual formatação religiosa da população do país.

Com esses dados, o nosso intuito foi o de compreender e posicionar a evolução do fenômeno religioso brasileiro, desvendando também numericamente seus aspectos na atualidade e estabelecer um cruzamento com as informações levantadas na catalogação

5. Salcedo (2010, p. 201-202) lista as tipologias documentais filatélicas e suas definições.

dos selos. A nossa pretensão, todavia, não foi a de aprofundamento extremo em dados censitários, com apuradas análises de gráficos ou cruzamento de tabelas provenientes dos Censos demográficos brasileiros. Tal procedimento fugiria da intenção maior deste artigo.

É fato que os dados coletados e apresentados pelo IBGE serão usados no decorrer deste texto, juntamente com: a) as informações contidas no Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil (JACOB et al, 2003); b) os levantamentos realizados pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER)[6]; c) as pesquisas do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS) e d) Retratos das Religiões no Brasil do Centro de Políticas Sociais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (CPS/IBRE/FGV).

Todos estes dados, primários ou secundários, foram trabalhados no artigo de maneira a revelar, pelo menos de forma geral, a formação religiosa brasileira. Neste percurso utilizamos vários pesquisadores da Sociologia da Religião (Antoniazzi, 2003; Campos, 2004; Camurça, 2006; Jacob et al, 2003; Mariano, 2004; Oro, 1996 e Pierucci, 2006) para promover a reflexão complementar que nos revelaria o perfil religioso dos brasileiros. Tal procedimento foi feito a partir da intersecção dos dados numéricos revelados pelas pesquisas, principalmente as do IBGE, e os textos dos citados autores sobre estes números.

Estabelecidos os critérios iniciais de identificação dos selos postais, a partir dos catálogos, sugerimos uma categorização com o objetivo de atender à demanda do nosso trabalho. Assim, o corpus é constituído por selos postais comemorativos brasileiros, emitidos no século XX, com o motivo religioso enquanto foco de rememoração. Este, por sua vez foi dividido em cinco Classes: Monumento, Personalidade, Evento, Símbolo, Denominação, sobre as quais será feita a nossa interpretação. A seguir, mostramos um selo postal respectivo a cada Classe:[7]

6. Instituto de Estudos da Religião (ISER), organização não-governamental, que desenvolve projetos de pesquisa, formação e assessoria. Fundado em 1970 por teólogos e pesquisadores interessados nas relações entre religiosidade e transformação social.s.

7. A limitação de páginas do artigo não permite incluir todas as imagens dos selos postais. Por isso, para cada Classe, utilizamos um exemplo, que, ao mesmo tempo, serve como exemplo ilustrativo às análises.



MONUMENTO
Frase-Motivo: Basílica do Bom Jesus de Matosinho.



PERSONALIDADE
Frase-Motivo: Anchieta.



EVENTO
Frase-Motivo: Primeiro Congresso Eucarístico Nacional.



SÍMBOLO
Frase-Motivo: Natal



DENOMINAÇÃO
Frase-Motivo: Cinquentenário da chegada dos Irmãos Maristas ao Norte do País.

Acervo - Museu Correios

Análise e discussão

Entre 1843 e 2000, o Brasil emitiu 5.639 documentos filatélicos. Esse levantamento levou em consideração, apenas, as informações disponíveis nos Catálogos supracitados[8] . Do universo de documentos filatélicos emitidos pela ECT, entre 1843 e 2000, consideramos unicamente os selos postais comemorativos. Essa amostra soma 2354 selos. A partir da observação e identificação das recorrências dos elementos verbovisuais, dessa amostra, compilamos 222 selos. O Gráfico 1, a seguir, mostra o número total de selos, dividido por cada classe.

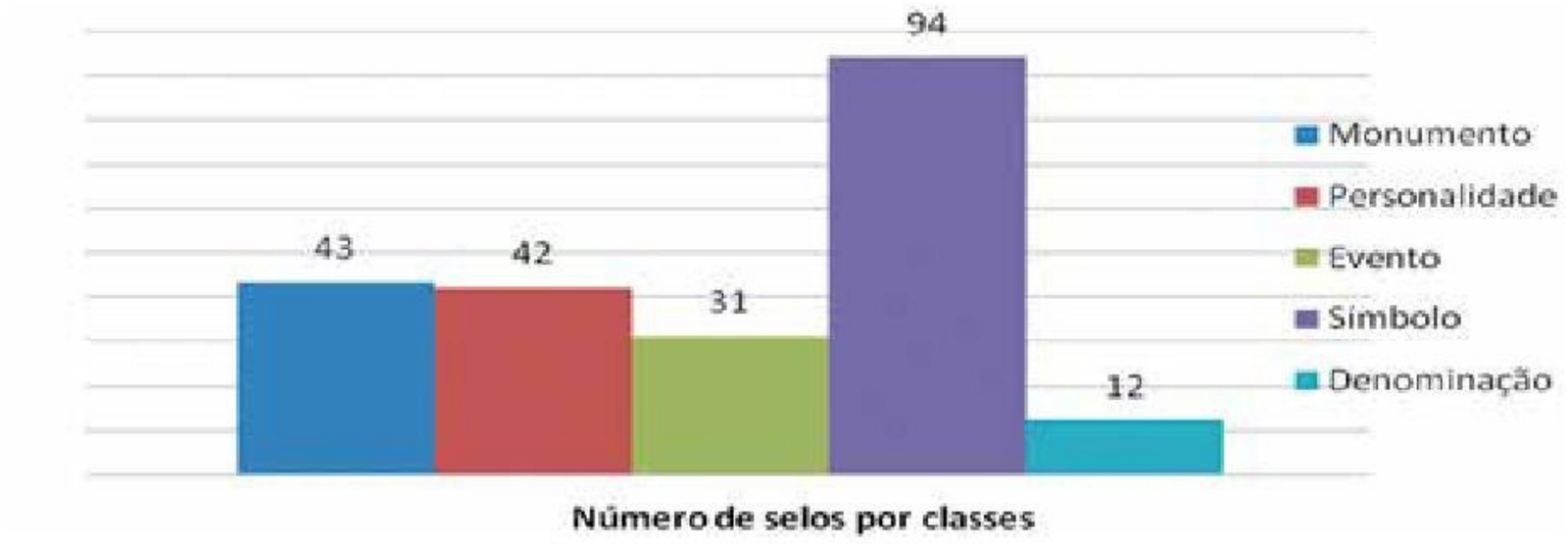


Gráfico 1 - Corpus (número total de selos por Classe)

Como pontuamos anteriormente, tal classificação serve para evidenciar, quantitativamente, que os símbolos religiosos, seguidos dos monumentos, ganharam, no último século, destaque na emissão dos selos postais com temática religiosa. Se considerarmos que a maior parte das religiões não tinha a riqueza simbólica, nem a aberta permissão para a construção de monumentos, como o catolicismo, não é de se estranhar que as emissões privilegiassem os elementos da religião majoritária brasileira.

8. É importante não perder de vista a possibilidade de o levantamento poder estar incompleto, uma vez que alguns tipos de documentos filatélicos não foram catalogados pelos Editores do Catálogo de Selos do Brasil. Sobre este problema, ver Salcedo (2010, p. 148-149).

Um aspecto do corpus revela-se interessante. Todos os Congressos Eucarísticos Nacionais (do 1°, em 1933 até o 12°, em 1991), e alguns internacionais (36°, em 1955 no Rio de Janeiro) tiveram selos comemorativos emitidos, durante o século XX, indicando a hipótese de que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil defendeu, junto à Comissão Filatélica Nacional, o enaltecimento das práticas ecumênicas por meio desse media.

Em paralelo, e no sentido de ampliar o enfoque do estudo, nos debruçamos sobre os dados coletados pelo IBGE até o ano 2000. Logo, a análise feita nos selos postais comemorativos emitidos a partir de 1900 até 2000 nos evidenciou, ainda, que com uma história escrita sob os "olhares e ditames de Roma", o Brasil religioso mesmo demonstrando em seus últimos Censos populacionais que não é mais assim tão católico como antes[9], aponta para uma mudança contínua, deixando de ser uniforme em termos religiosos.

O que parece evidenciar um Brasil "plural" quando observamos os dados levantados pelo IBGE, tão somente porque não se trata de poucas opções de crença, mas sim, como bem argumenta Antoniazzi (2003, p. 77), de indivíduos que não aderem mais às religiões institucionalizadas, reduzindo-as a sentimentos pessoais, íntimos, não acompanhados pela participação em comunidades ou instituições religiosas.

Obviamente a liberdade religiosa que assistimos nos últimos tempos e a estruturação da sociedade moderna, favorecem tanto o crescimento dessa pluralidade religiosa, quanto o abandono da religião formal. Antoniazzi (2003) lembra que Berger (1985), ressaltou que a sociedade moderna e urbana tem obrigado as pessoas, provenientes de sociedades tradicionais ou rurais, àquilo que ele chamava o "imperativo herético". Em outras palavras, a sociedade moderna vem exigir dos seus componentes uma "heresia": Eles não podem permanecer simplesmente na religião tradicional. Ou fazem a escolha de permanecer nela, mas em termos renovados, modernos, urbanos, ou passam a outra religião, também adaptada ao mundo moderno, não puramente tradicional (ANTONIAZZI, 2003, p. 78).

9. O surgimento e o grande crescimento de inúmeras igrejas evangélicas é uma realidade visível em todas as esferas da sociedade brasileira. De acordo com o Censo de 2000, o número de pessoas que se denominam evangélicas cresceu de 6,66%, na década de 80, para 15,41% . Ou seja, um aumento de mais de 100% em 20 anos.

Entretanto, ainda assim, adentrou o século XXI com 125 milhões de católicos declarados entre os 170 milhões de habitantes – ou seja, uma maioria esmagadora que justifica a ampla propagação de seus símbolos e monumentos. Outro aspecto que merece destaque está presente no crescimento das emissões observado na década de 80, conforme pudemos constatar no gráfico 2, a seguir. Exatamente no período onde o declínio do catolicismo começa a ser mais evidente.

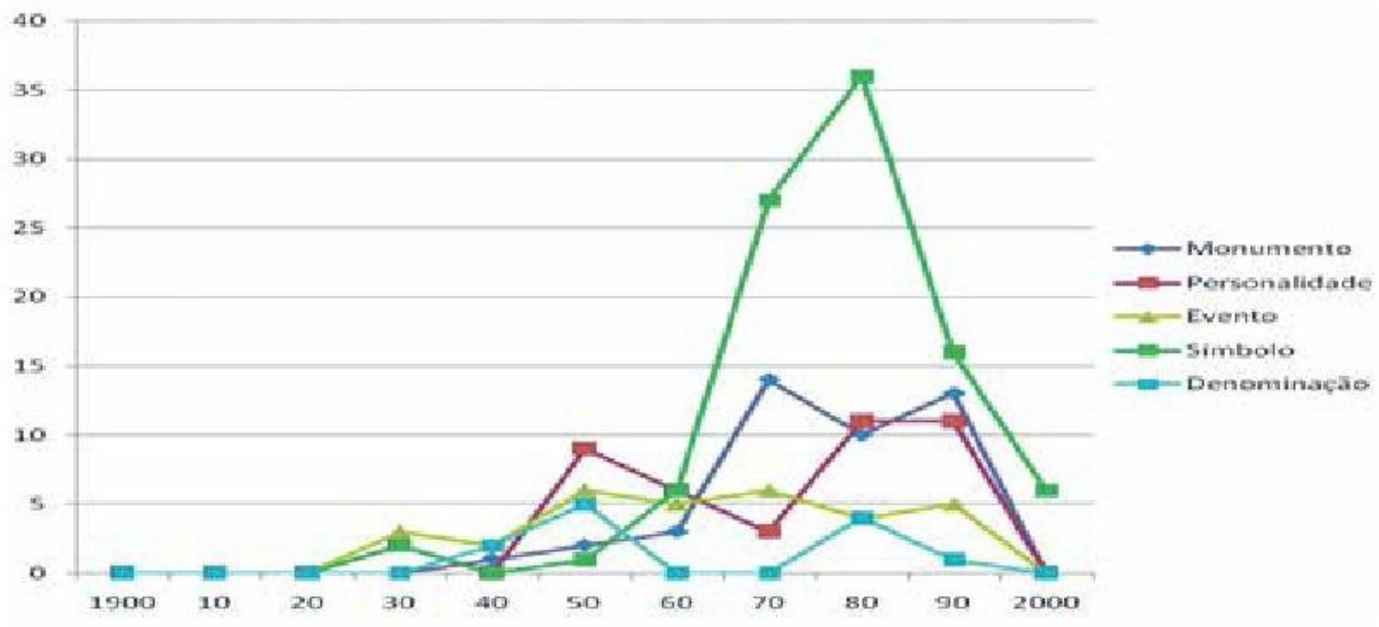


Gráfico 2 - Comportamento de selos postais das Classes por década

É nessa década que se observa o desenvolvimento das igrejas da terceira onda[10] ou neopentecostais[11] , que tiveram início na segunda metade dos anos de 1970, cresceram, ganharam visibilidade e se fortaleceram de maneira surpreendente no transcorrer das décadas seguintes. É precisamente este crescimento, demonstrado pelos dados do Censo do IBGE, que confere uma nova configuração demográfica e religiosa ao cenário brasileiro.

10. De acordo com Freston (1993) o pentencostalismo brasileiro pode ser dividido em três ondas de implantação de igrejas. A primeira é a década de 1910, com a chegada da Congregação Cristã (1910) e da Assembleia de Deus, em 1911, ambas na condição de grupos religiosos minoritários em terreno "hostil", caracterizaram-se pelo anticatolicismo, por radical sectarismo e ascetismo de rejeição do mundo. (MARIANO, 2004, p. 123). Nesse ponto, apesar da amplitude e diversidade do pentecostalismo, há consenso entre pesquisadores e sociólogos da religião acerca dessas primeiras manifestações no campo pentecostal brasileiro, sendo geralmente denominadas de pentecostalismo clássico - entre alguns autores, de pentecostalismo tradicional (BRANDÃO, 1980; ORO, 1996) ou histórico (HORTAL, 1994). Já a segunda onda é a dos anos 50 e início de 60, quando o campo pentecostal se fragmenta, a relação com a sociedade aumenta e três grandes grupos se destacam entre um número incontável de novas igrejas (FRESTON, 1993, p.66).

11. Diversos autores os têm designado de maneiras diversas (algumas das diferentes denominações segundo os autores: "agência de cura divina" (MONTEIRO, 1979), "sindicato dos mágicos" (JARDILINO, 1994), "pentecostalismo autônomo" (BITTENCOURT, 1994), "pentecostalismo de segunda e terceira ondas" (FRESTON, 1993), "neopentecostalismo" (MARIANO, 1995), "pós-pentecostalismo" (SIEPIERSKI, 1997). Entretanto, neste trabalho, assim os chamamos, porque é possível perceber que eles diferem muito dos pentecostais históricos e dos da segunda geração, além do que o termo neopentecostal vem ganhando terreno nos últimos anos entre os pesquisadores brasileiros para classificar as novas igrejas pentecostais. Encabeçado pela Igreja Universal, o neopentecostalismo é a vertente pentecostal que mais cresce atualmente e a que ocupa maior espaço na televisão brasileira, seja como proprietária de emissoras de TV, seja como produtora e difusora de programas de televangelismo (MARIANO, 2004, p.124). Do ponto de vista comportamental, é a mais liberal. Haja vista que suprimiu características sectárias tradicionais do pentecostalismo e rompeu com boa parte do ascetismo contracultural tipificado no estereótipo pelo qual os crentes eram reconhecidos e, volta e meia, estigmatizados. (MARIANO, 2004, p. 124).

Ainda é importante ressaltar que, historicamente no Brasil, é perceptível, desde certo tempo, um distanciamento entre o catolicismo nominal, fruto de uma tradição passada automaticamente de pais para filhos, do catolicismo praticante. De modo óbvio, a queda contabilizada pelo Censo no número de católicos romanos (ver Gráfico 3), se deu em maior parcela, nos que eram apenas herdeiros da tradição religiosa. O que na realidade não reflete uma grande perda, já que interessa muito mais a qualquer denominação, não necessariamente os que são contados nominalmente, mas os que, de fato, dela participam.

Para a própria Igreja católica torna-se muito mais relevante o conhecimento do quantitativo de seus membros efetivos, do que os dados numericamente impressionantes de uma nação tida por católica, resultados meramente enganosos de uma "pertença" aparente e formal, já que sempre existiu, de modo mais ou menos expressivo, a tendência da herança familiar religiosa transmitida de pais para filhos na esfera confessional, do tipo "ter nascido" numa família católica e, por isso, reproduzir suas práticas mais comuns como o batismo, a primeira eucaristia, a crisma e o casamento religioso, sem necessariamente, a dimensão relacional, ou de crenças efetivas e de frequência regular aos cultos romanos, de onde emerge a expressão "católico não praticante".

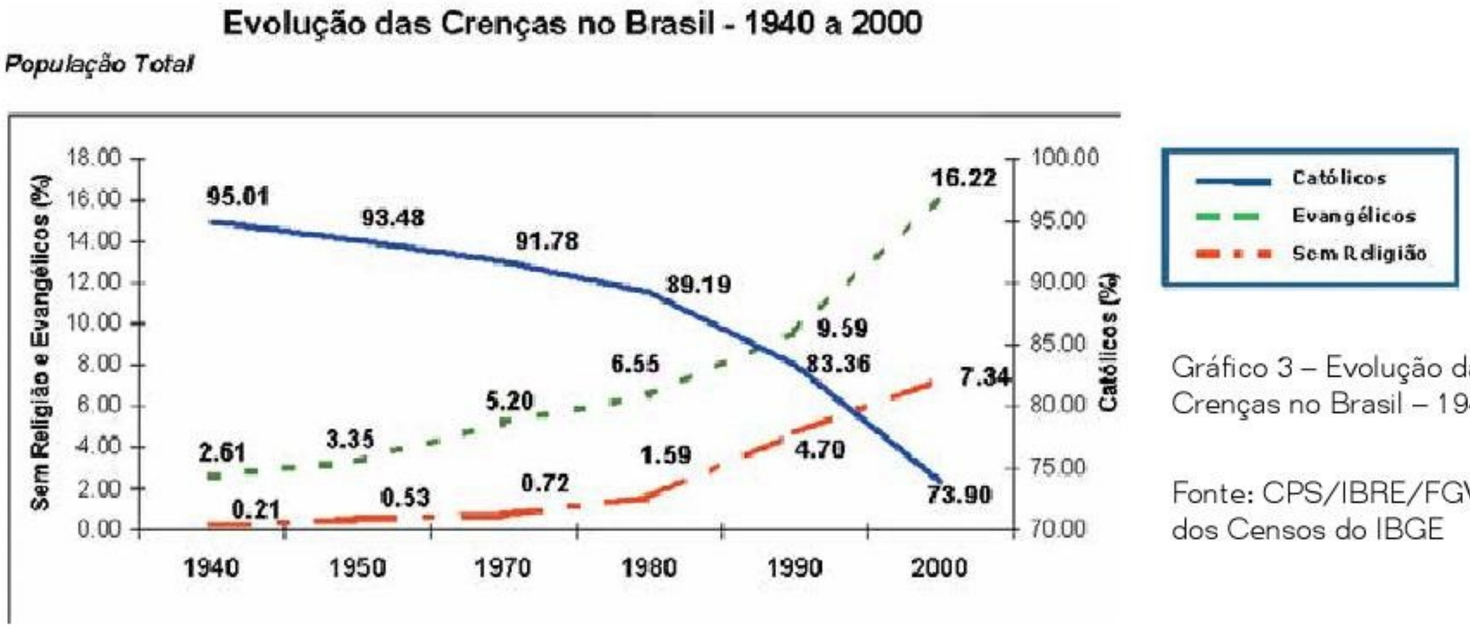


Gráfico 3 – Evolução das Crenças no Brasil – 1940 a 2000

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos Censos do IBGE

Com efeito, as peculiaridades de um Brasil religioso, cada vez menos católico, não são reveladas da noite para o dia. É verdade que tais variações são observadas de forma mais palpável depois de 1980, todavia, o movimento de redução do catolicismo está ocorrendo de forma significativa pelo menos desde a década de 40 (ver tabela 1), fazendo com que os cientistas sociais se interessem em refletir sobre qual é o conjunto de fatores, fundamentalmente, desencadeadores da instauração do processo de "descatolização" brasileira.

ANO	CATÓLICOS (números absolutos e %)	EVANGÉLICOS (números absolutos e %)	SEM RELIGIÃO (números absolutos e %)
1940	39.177.880 - 95,2 %	1.074.857 - 2,6 %	87.330 - 0,2 %
1950	48.558.854 - 93,7%	1.741.430 - 3,4%	274.236 - 0,3%
1960	93,1%	3.077.926 - 4,3%	-------
1991	121.800.000 - 83,8%	13.000.000 - 9,05%	8.100.000 - 4,7%
2000	124.980.131 - 73,8%	26.184.942 - 15,45%	12.492.406 - 7,2%

Tabela 1 - Católicos, evangélicos e sem religião – entre 1940 e 2000
Fonte: Cândido Procópio Ferreira Camargo e censo IBGE, 2000, apud Campos (2004, p. 129)

Uma questão que deve ser inicialmente considerada, parte da observação de que na atualidade, "não só as pessoas podem optar por uma outra religião, mas podem continuar optando por outras religiões". (PIERUCCI, 2004). O autor defende que a própria opção religiosa dessacraliza-se, na realidade torna-se um ato livre, podendo ser perfeitamente revisável com a mesma intensidade em que ocorreu a mudança.

Muito semelhante ao consumo de produtos nos dias atuais: a diversidade de mercadorias é tanta, que o auge do consumir reside na própria experimentação. Ou, em outras palavras,

se as promessas de satisfação não forem cumpridas, o consumidor muda rapidamente de marca em busca dos resultados que ele almeja. Com a religiosidade hoje, de acordo com Pierucci (2004), os vínculos tornam-se quase que exclusivamente experimentais.

Nesse sentido, Pierucci afirma que aqui não cabe perguntar simplesmente o que está acontecendo com o catolicismo. Afinal, desde seus primórdios, a Sociologia da Religião que se estrutura no Brasil, sempre foi alimentada e fomentada como uma sociologia do catolicismo em declínio:

> Em nosso país e em toda a América Latina, mesmo os estudos sociológicos sobre as religiões não-católicas, ao enfocar a expansão quantitativa ou qualitativa de uma outra religião, seja ela qual for, estarão fazendo sempre, pelo avesso, uma sociologia do catolicismo em declínio ou uma sociologia do declínio do catolicismo (PIERUCCI, 2004, p. 14).

Independente da sociologia do catolicismo em declínio, no panorama do Brasil religioso é possível observar, por meio de diversas análises – no nosso caso, das emissões que remetem à práxis religiosa de igual forma - muitas peculiaridades na formulação do quadro de crenças. Ou seja, na análise que fizemos dos selos postais do último século, observamos a rearticulação que temos assistido e contabilizado no campo religioso brasileiro, pois as emissões dos selos dialogam com particularidades que também devem ser observadas a partir da perda da liderança hegemônica católica romana.

Isto sugere, portanto, uma observação mais criteriosa do panorama religioso brasileiro e suas profundas e significativas mudanças, presentes nos contextos social, econômico e cultural do país, muito embora os aspectos econômicos e sociais sejam também desencadeadores de mudanças religiosas.

Contudo, em uma visão mais superficial e quantitativa, e considerando que, por conta do seu objetivo fim, neste texto não nos é possível contemplar em profundidade a complexidade da análise dos aspectos econômicos, culturais e sociais que desencadearam

específicas mudanças religiosas no panorama brasileiro, nos limitamos a observar a expressividade numérica das emissões de selos comemorativos com mensagens católicas a partir da década de 30, ancorados no que sugere Almeida e Vasquez (2003, p. 119):

> [...]os selos comemorativos emitidos durante a década de 30 sugerem grupos temáticos, sendo um deles ligados ao esforço de colaboração entre Igreja e Estado, uma estratégia que visava à ampliação da base de sustentação política do novo governo.

Ainda assim, é entre as décadas de 1960, 1970 e especialmente na década de 1980 (como expresso no Gráfico 4), que observamos um considerável aumento no número de emissões de selos comemorativos.

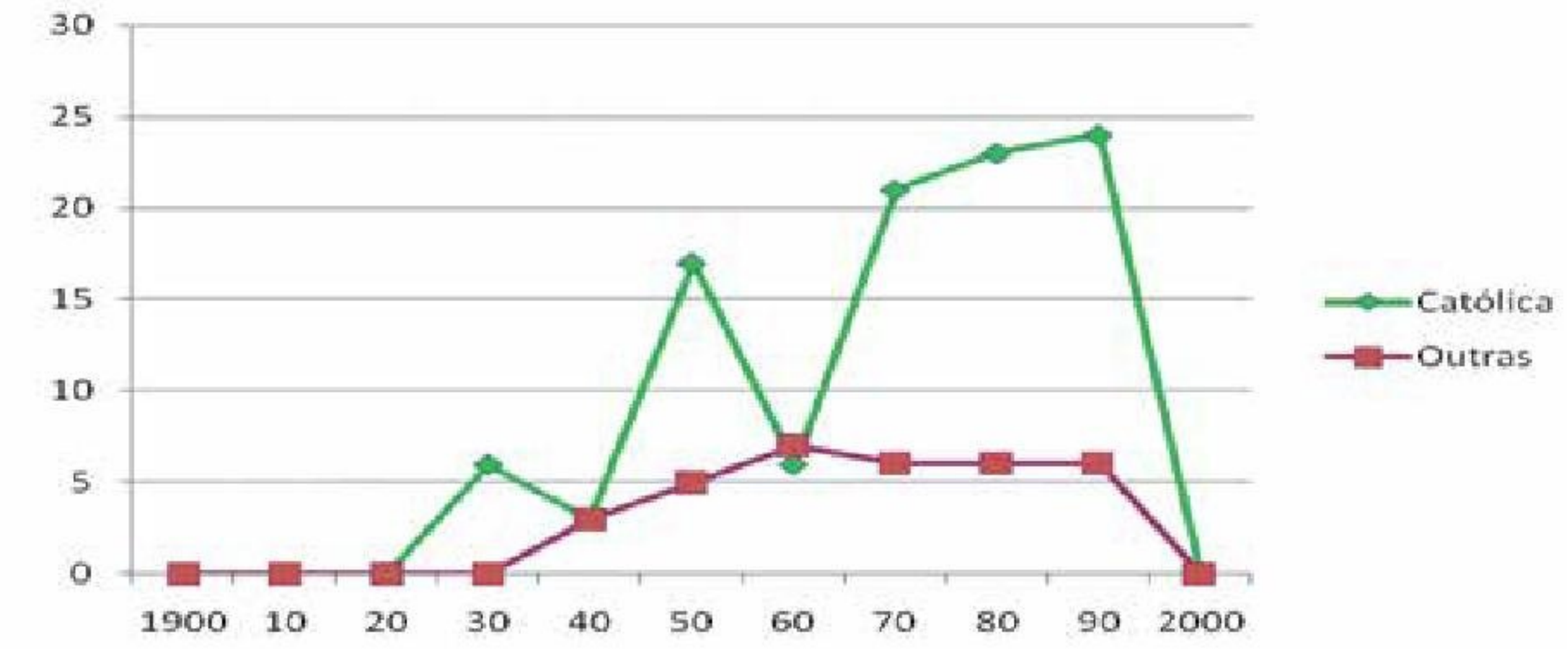


Gráfico 4 - Comportamento de selos postais por denominação religiosa em década

12. Os selos da Classe "Denominação" ilustram essa característica.

Outra questão a ser considerada está no fato de que, nos 222 selos da amostra, várias são as filiações religiosas e que, mesmo que consideradas comparativamente, em termos percentuais, inexpressivas diante do catolicismo, as religiões no Brasil, evidenciam uma pluralidade real[12]. Há uma ampla variedade delas na lista das religiões contabilizadas pelo Censo do IBGE, no entanto, elas estão distribuídas entre menos de 6 milhões de brasileiros, parcela pouco significativa num contingente de 170 milhões de pessoas, de acordo com o que revelam os dados do último recenseamento no Brasil:

RELIGIÃO	NÚMERO ABSOLUTO	%
Católicos	124.976.912	73,77
Evangélicos	26.166.930	15,44
Protestantes históricos	7.159.383	4,23
Pentecostais	17.689.862	10,43
Outros evangélicos	1.317.685	0,78
Espíritas	2.337.432	1,38
Espiritualistas	39.840	0,02
Afro-brasileiros	571.329	0,34
Umbanda	432.001	0,24
Candomblé	139.328	0,08
Judeus	101.062	0,06
Budistas	245.870	0,15
De outras orientais	181.579	0,11
Muçulmanos	18.592	0,01
Hinduístas	2.979	0,00
Esotéricos	67.288	0,04
De tradições indígenas	10.723	0,01
De outras religiosidades	1.978.633	1,17
Sem religião	12.330.101	7,28
Declaração múltipla	382.489	0,23
BRASIL(*)	169.411.759	100,0%

Tabela 2 - As religiões no Brasil em 2000

(*) Não inclui 387.411 casos de religião não declarada, que correspondem a 0,23% da população residente total de 169.799.170

Fonte: Dados do Censo do IBGE, 2000

Assim, entendemos as representações das religiões por meio do selo postal como partes constituintes dessa forma de organização social que, embora sejam quantitativamente pequenas se consideradas isoladamente, ratificam a grande diversidade e certa amplitude percentual de "crentes" em alguma religião. No nosso levantamento, por exemplo, tal diversidade ficou reduzida nas emissões postais a apenas 10 denominações durante o último século (como pode ser visto no Gráfico 5, a seguir), que corresponde à contabilidade das outras religiões fora da faixa representativa dos *católicos*, *evangélicos* e *sem religião* [13], no que se chamou de "outras religiões", que importam, juntas, o somatório de 3,6% da população.

13. Estes, de acordo com Pierucci (2004) podem ser definidos como os que estão desencaixados de qualquer religião, desfiliados de toda e qualquer autoridade religiosamente constituída. Ou seja, são os indivíduos que não se curvam a nenhuma autoridade religiosa, ou que estão transitoriamente desvinculados de alguma igreja determinada. Nem todos se localizam fora do espaço religioso; destes sem religião, boa parte circula facilmente pelo dilatado mercado das ofertas do sagrado.

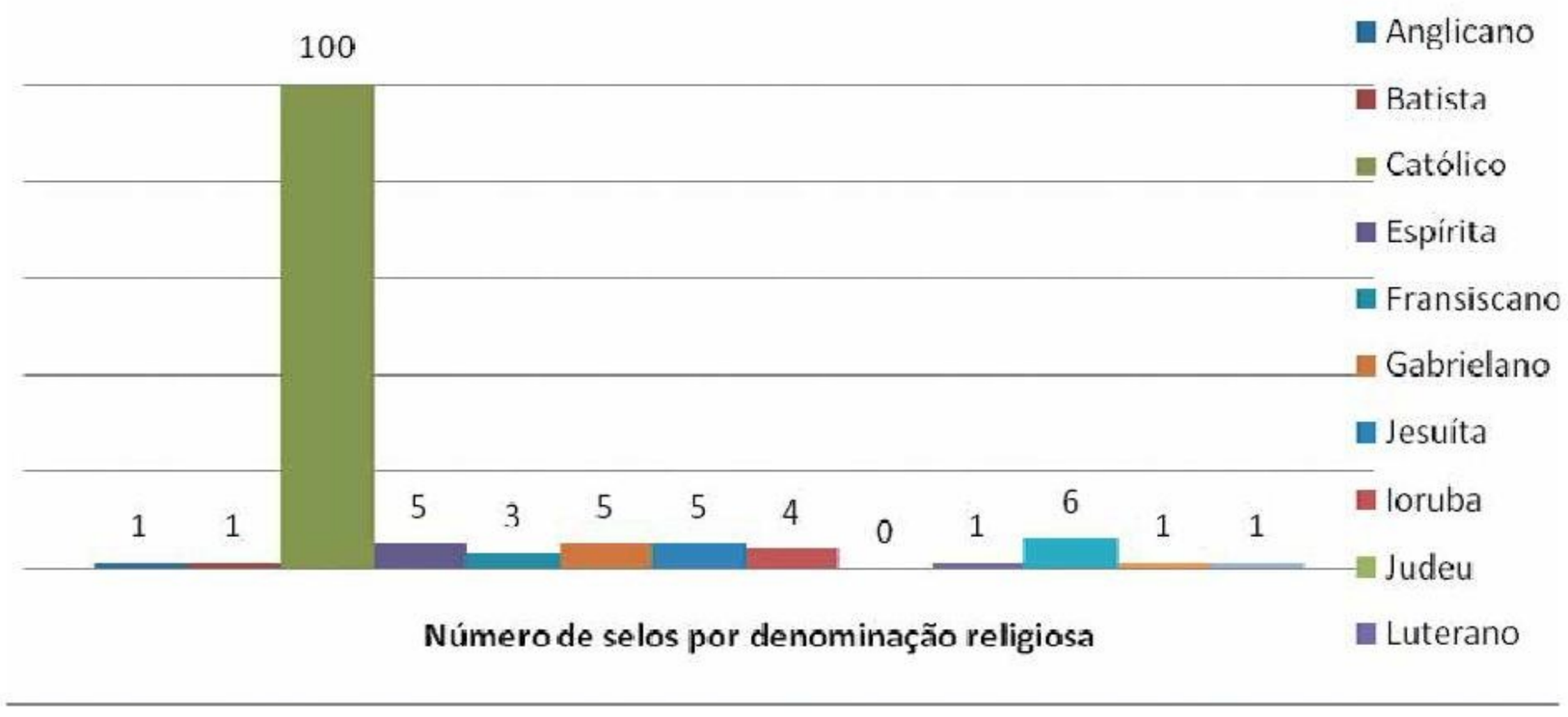


Gráfico 5 - Número total de selos por denominação religiosa

Estes, em ordem decrescente de fiéis, são: os espíritas kardecistas com 2,3 milhões de adeptos (1,4%) e 5 selos emitidos; as religiões afro-brasileiras (candomblé e umbanda) com 0,3% da população, agrupadas na nossa análise como os Iorubás, com a missão de 4 selos; as religiões orientais (destaque para o Budismo com 245 mil adeptos contra 181 mil das demais religiões orientais), e que não são representadas em selos postais no último século, mas empatam com as religiões afro-brasileiras nos mesmos 0,3%; o judaísmo vem em seguida com 101 mil confessos e o islamismo com 18,5 mil adeptos (apenas 0,1% da população brasileira), ambos sem qualquer representatividade na emissão de selos com motivos religiosos.

Fazendo uma comparação entre os dados do gráfico 5, com os dados censitários, é possível afirmar que a mensuração do perfil religioso brasileiro pode ser feita a partir de três blocos, conforme sugere Camurça (cf. 2006, p. 37). O primeiro deles agrupa o próprio catolicismo, religião majoritária no país, que passou de 121,8 milhões de membros computados pelo Censo de 1991 para 125 milhões em 2000, e que nos fez contabilizar 113 selos postais entre os 133 que faziam referência a alguma denominação religiosa (entre os 222 selos que formaram o *corpus*); O segundo grupo formado pelos evangélicos (protestantes, reformados ou renovados - pentecostais), que de acordo com os números deste último Censo quase dobraram sua quantidade, de 13 milhões em 1991, o que correspondia 9,05% da população, para 26 milhões, ou seja, um percentual de 15,45% da população, foram representados em apenas 3 selos (1 anglicano, 1 batista e 1 luterano) e mesmo que haja atualmente uma predominância pentecostal (que corresponde a 17 milhões do contingente, respondendo por 10,43% do percentual de evangélicos), eles não foram contemplados em nenhuma emissão. Por fim, o terceiro bloco, constituído pelos que se batizou de "sem religião", que passaram de 6,9 milhões para 12,3 milhões, ou seja, de 4,8% para 7,3%, podem ser contemplados em todos os outros selos comemorativos, mas que não se constitui como alvo desta análise.

Isso nos leva a refletir que, se a observação for feita apenas a partir dos grupos representativos citados acima, a nossa pluralidade religiosa resume-se a uma visão binária, como argumentou Pierucci (2006): "o gato comeu" a pluralidade de crenças no Brasil. O autor lembra que, há quatro décadas atrás, os três maiores grupos religiosos eram os católicos, os protestantes e os espíritas. No ano 2000, o perfil religioso brasileiro demonstrava que os maiores contingentes de adeptos estava entre *católicos, evangélicos e sem religião,* e em conformidade com o que diz Pierucci (2006), em seu texto "Cadê a nossa diversidade religiosa?", se for retirado do pódio o termo "sem religião", já que, como a classificação do IBGE mesmo pretende mostrar, não professam religião alguma, sobram apenas aqueles que se declaram ou católicos ou protestantes, ou seja, somente "cristãos", no sentido literal da classificação. E que estes partilham diversos símbolos em comum, como por exemplo, os símbolos do Natal ou da Páscoa, devidamente representados (para os dois grupos) nas emissões comemorativas dos selos postais[14] .

14. Ver o exemplo na Classe "Símbolo".

Considerações finais

Como pontuamos, este artigo identificou e analisou a forma pela qual as religiões são ilustradas nos selos postais comemorativos brasileiros, emitidos durante o século XX, contribuindo para a construção e manutenção de suas representações. Foi considerado, para isso, a concepção deste artefato enquanto media, a sua estreita relação com o discurso religioso e alguns dados censitários.

A partir do exposto, cabe ressaltar que a Igreja Católica, mesmo tendo investido nos meios de comunicação há mais tempo que as demais expressões religiosas e dominado a publicação de selos comemorativos com motivos religiosos desde o início do século passado, apenas nos anos 1980 passou a utilizar a mídia de forma mais ostensiva e a publicar mais selos denominacionais. Uma razão possível, para isso, pode estar relacionada

com a perda considerável de fiéis, como foi demonstrado na análise dos dados censitários para o mesmo período.

Ao contrário da constituição *Inter multiplices*[15], documento oficial da Igreja Católica elaborado no pontificado do papa Inocêncio VIII no século XV, que afirmava ser a mídia responsável por divulgar idéias contrárias à fé e aos bons costumes difundidos (BRONSZTEIN; ALVES, 2011), hoje é perceptível (não apenas com o grupo de selos postais comemorativos analisados) que, após um longo período de críticas e diálogos com os meios de comunicação, a Igreja Católica defende e utiliza tais recursos, considerando-os de fundamental importância para a evangelização e difusão das suas crenças. Inclusive, tendo o Papa João Paulo II, em sua encíclica *Redemptoris Missio*[16], afirmado que a mídia é o Areópago dos tempos modernos, ou seja, local ideal para o anúncio e a proclamação da fé católica.

Sob essa visão, e detentora de um conglomerado midiático que abrange três emissoras de televisão, além de editora de livros, revistas, jornais, internet e centenas de emissoras de rádios espalhadas pelo país, essa instituição não só investe em selos postais comemorativos para expressar a identificação do povo brasileiro com a presença da Igreja Católica, mas nas mídias massivas como um todo. O fato é que, em uma avaliação geral baseada em pesquisas já realizadas sobre o campo religioso brasileiro, é possível identificar como o catolicismo midiático tem sido hábil na concorrência pelo seu espaço no "mercado religioso" e na preocupação pela manutenção dos seus fiéis. A isso podemos acrescentar a utilização dos selos postais comemorativos brasileiros, ao consagrarem e enaltecerem a visibilidade de personalidades, eventos e da *práxis* católica, em detrimento às demais práticas religiosas.

15. Primeiro documento oficial da Igreja Católica sobre a imprensa, elaborado em 1487 no Pontificado do Papa Inocêncio VIII. Esse documento evidencia o caráter proibitivo, insistindo na autoridade da Igreja sobre o conhecimento. Para maiores informações, ver Puntel (1994).

16. Encíclica publicada em dezembro de 1990, dedicada ao tema da "urgência da atividade missionária" e da "validade permanente do mandato missionário". De acordo com Atos 17:16-33, Paulo fez um discurso no Areópago, chamando os atenienses da idolatria para o culto ao Deus verdadeiro (o Deus do cristianismo).

Referências

ALMEIDA, Cícero A. F. de; VASQUEZ, Pedro K. **Selos postais do Brasil**. São Paulo: Metalivros, 2003.

ANTONIAZZI, Alberto. As Religiões no Brasil Segundo o Censo de 2000. **Revista de Estudos da Religião**, n. 2, 2003.

BERGER, Peter. **O Dossel Sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.

BITTENCOURT FILHO, José. Remédio amargo. In: ANTONIAZZI, A. et al. **Nem anjos nem demônios**: interpretações sociológicas do pentecostalismo. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 224-33.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os deuses do povo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BRONSZTEIN, Karla P. ALVES, Maria L. Mega-Evenements et Spectacles Religieux: De nouvelles singularites dans la Societe de Consommation. CONFERENCE RELIGION AND ECONOMY IN A GLOBAL WORLD, 31. Aix-en-Provence (France), 2011. Mimeo.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. São Paulo: EDUSC, 2004.

CABRAL, Luciano M. **Selos, moedas e poder**: o Estado Imperial brasileiro e seus símbolos. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

CAMPOS, Leonildo S. Protestantismo brasileiro e mudança social. In: SOUZA, Beatriz Muniz de; MARTINO, Luiz Mauro Sá (Orgs.). **Sociologia da Religião e mudança Social**: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil. São Paulo: Paulus, 2004. p. 106-136.

CAMURÇA, Marcelo. A realidade das religiões no Brasil no Censo do IBGE-2000. In: TEIXEIRA, Fautino; MENEZES, Renata (Orgs). **As Religiões no Brasil: continuidades e rupturas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p. 35-48.

CATÁLOGO de selos do Brasil 1993. 4 v, São Paulo: RHM, 1994.

CATÁLOGO de selos do Brasil 2008. São Paulo: RHM, 2008.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil:** da Constituinte ao impeachment. 1993. Tese (Doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1993.

HORTAL, Jesus. Um caso singular de pentecostalismo autônomo: a Igreja Universal do Reino de Deus. In: CONGRESSO INTERNACIONAL "As novas religiões - missões e missionários". **Trabalhos apresentados.** Recife. 1994. p. 1-8. Mimeo.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Resultados de 2000.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000>. Acesso em: 12 ago. 2011.

JACOB, César Romero. HEES, Dora Rodrigues. WANIEZ, Philippe. BRUSTLEIN, Viollete. **Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. da PUC; Rio de Janeiro: Loyola, 2003.

JARDILINO, José R. Sindicato dos Mágicos: as religiões do espírito de orientação protestante no Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL "As novas religiões - missões e missionários". **Trabalhos apresentados.** Recife. 1994. p. 1-14. Mimeo.

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação.** São Paulo: Paulus, 2005.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostalismo:** os pentecostais estão mudando. 1995. Dissertação

(Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo. 1995.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados**, São Paulo. v. 18, n. 52, p. 121-138, 2004.

MARSON, Izabel A. **Selos comemorativos:** fragmentos da história do Brasil. São Paulo: Empresa das Artes, 1989.

MITCHELL, William J. T.. An Interview with W. J. T. Mitchell. In: DIKOVITSKAYA, Margaret. Visual culture: the study of the visual after the cultural turn, Cambridge: MIT, 2005. p. 238-257.

MONTEIRO, Duglas T. Igrejas, seitas e agências: aspectos de um ecumenismo popular. In: VALLE, E.; QUEIROZ, J. J. (Org). **A cultura do povo**. São Paulo: Cortez;EDUC, 1979. p. 81-117.

ORO, Ari Pedro. **Avanço Pentecostal e Reação Católica.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

PIERUCCI, Antonio F. Secularização e declínio do catolicismo. In: SOUZA, Beatriz M. de; MARTINO, Luiz M. Sá (Orgs.). **Sociologia da Religião e mudança Social:** católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil. São Paulo: Paulus, 2004. p. 13-21.

PIERUCCI, Antonio G. Cadê a nossa diversidade religiosa? In: TEIXEIRA, Fautino; MENEZES, Renata (Orgs). **As Religiões no Brasil:** continuidades e rupturas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PUNTEL, Joana T. **A Igreja e a democratização da comunicação.** São Paulo: Paulinas, 1994.

RETRATOS DAS RELIGIÕES NO BRASIL. Centro de Políticas Sociais do IBRE/Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: www.fgv.br/cps, consultado em 15.01.11.

SALCEDO, Diego A. Filatelia e memória: pequenos embaixadores de papel. In: VERRI, Gilda Maria Whitaker (Org.). **Registros do passado no presente**. Recife: Bagaço, 2008. p. 155-195.

_____. **A ciência nos selos postais comemorativos brasileiros:** 1900-2000. Recife: EDUFPE, 2010.

SCOTT, David. Stamp semiotics: reading ideological messages in philatelic signs. In: RAUCH, Irmengard; CARR, Geral F. (Eds.). **Semiotics around the World:** synthesis and diversity. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.

_____. D. Semiotics and Ideology in Mixed Mesages: the postage stamp. In: HEUSSER, Martin, et al. **The Pictured Word** - Word and Images: Interactions 2. Amsterdã: Rodopi. 1998. p. 301-313.

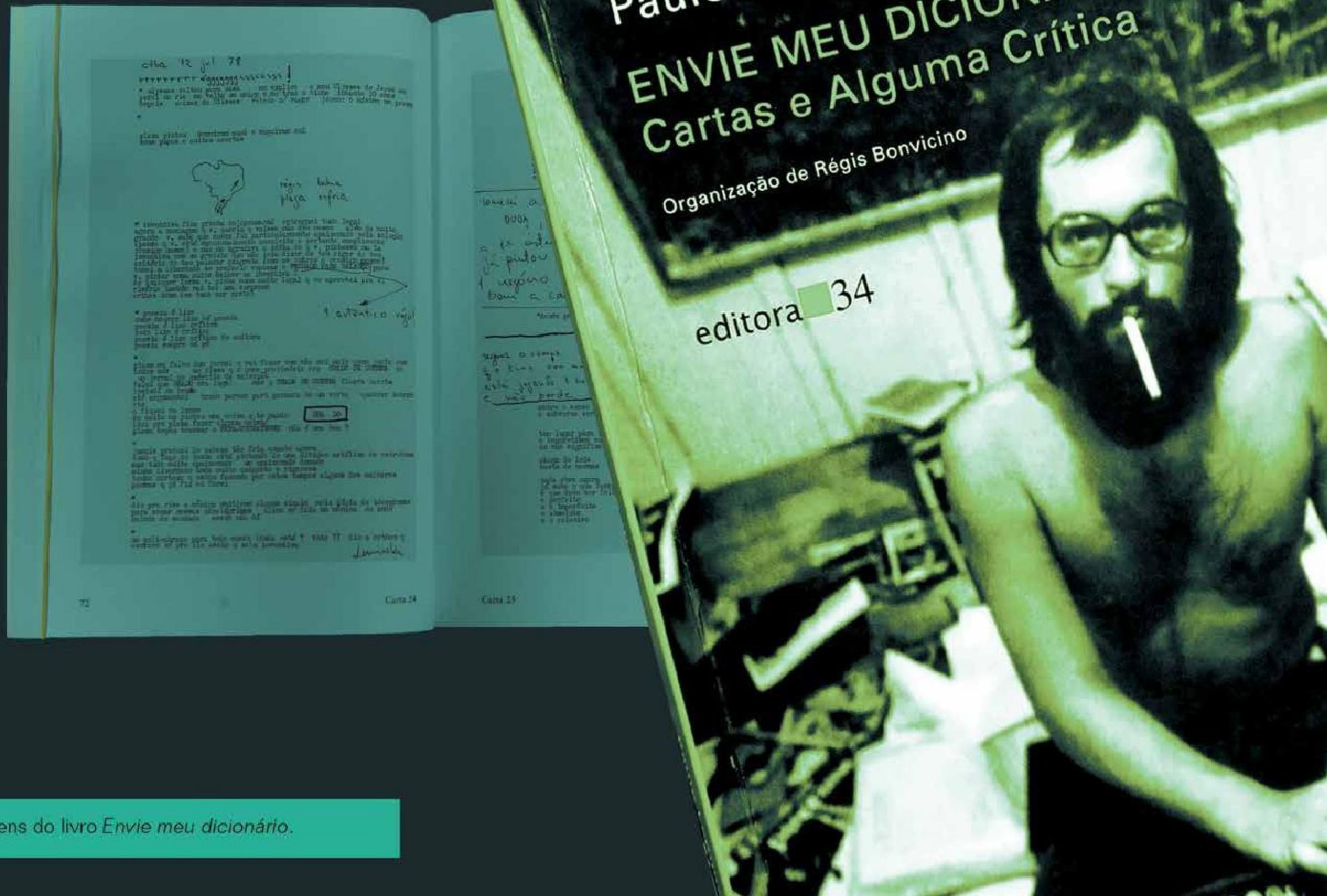
SIEPIERSKI, Paulo. Pós-Pentecostalismo e política no Brasil. Estudos Teológicos. São Leopoldo . v. 37, n. 1, p. 47-61, 1997

SOUZA, Helder C. de. **Os cartões de visita do Estado: a emissão de selos postais e a ditadura militar brasileira.** 2006. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2006.

VILLANI JUNIOR, Adhemar. **Evidências empíricas de leilões na Internet:** selos na e-Bay. 2001. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2001.

Diego A. Salcedo
Doutor em Comunicação pela UFPE. Professor no Departamento de Ciência da Informação da UFPE. Desde 2004 tem pesquisado e publicado sobre selos postais, colecionismo, memória, cultura visual, história postal e Filatelia. Alguns dos seus livros são: A ciência nos selos postais comemorativos brasileiros: 1900-2000 (EDUFPE, 2010); Pernambuco nos Selos Postais: fragmentos verbovisuais de pernambucanidades (O autor, 2010); Espelhos de papel: pelo estatuto do selo postal (Primeira Tese de Doutorado brasileira sobre o selo postal, UFPE, 2013); Bibliofilatelia: fontes de informação, colecionismo e memória (EDUFPE, 2015 – no prelo). A lista de todas as suas publicações podem ser acessadas nos seguintes links: (lattes.cnpq.br/6871433739604898) e (diegosalcedo.wordpress.com). Contatos com o autor: salcedo.da@gmail.com

Karla P. Bronsztein
Doutora em Sociologia pela UFPE. Professora no Departamento de Comunicação Social da UFPE e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFPE.



Imagens do livro *Envie meu dicionário*.

O lance das cartas

Tida Carvalho

The thing about letters

Resumo/Abstract

O texto aborda a prática epistolar como uma forma de escrita de si que desenha vínculos particulares entre a experiência e a linguagem. No caso das cartas trocadas entre Paulo Leminski e Régis Bonvicino, delineia-se uma conversa muito rica, metalingüística, sobre linguagem e na linguagem, que dilui as fronteiras entre comunicação e arte, entre poesia e vida, numa construção híbrida em que a tradição, ao encontrar o presente, constela-se em formas diferentes, em textos que transcendem a mera comunicação pessoal para se transformarem em literatura.

Palavras-chave: Paulo Leminski. Régis Bonvicino. Cartas. Poesia brasileira.

This text approaches the writing of letters as a form of writing about oneself that establishes particular links between experience and language. In the case of the letters exchanged between Paulo Leminski and Régis Bonvicino, a quite affluent and metalinguistic conversation is held on language and in language, dissolving the frontiers between communication and art, and between poetry and life, by means of a hybrid construction in which tradition, facing the present, constellates into different forms in texts that transcend the mere personal communication to become literature.

Keywords: Paulo Leminski. Régis Bonvicino. Letters; Brazilian poetry.



E se
acontecesse de
alguém mudar
não
o seu
modo de pensar
sobre tudo
mas
tudo sobre
o seu
modo de pensar?

Amy Ziering Kofman

Gostaria de escrever sobre a correspondência de Leminski com Régis Bovincino através somente de citações: das próprias cartas, dos poemas, de outros textos, como uma brisa/brasa através, como uma carta/mapa que enfileirasse as entrelinhas e as pós-linhas do livro *Envie meu dicionário* [1]. Quero escrever uma carta/texto/testamento/testemunho num momento em que as cartas já não são mais escritas *comme il fault*. Agora mandamos e-mails e afins, não vamos mais aos correios selar as cartas, tendo ido antes à papelaria para comprar blocos, envelopes, vocês se lembram?

Meu régis

tua carta me acordou me tirou o apetite me deu fome

1. A correspondência entre Leminski e Bonvicino teve, até o momento, duas edições diferentes. A primeira, com o título *Uma carta uma brasa através: cartas a Régis Bonvicino* (1976-1981), foi lançada em 1992 pela Editora Iluminuras. A segunda, que é a utilizada neste artigo e cujos dados constam nas referências finais, foi ampliada e organizada a partir dos fac-símiles das cartas.

estou despertíssimo ligadíssimo
tudo lindo

vamos às news (carta 14, p. 59)[2]

Cartas/poemas entre dicionários de palavras, sons, sentidos, livre pensar é só pensar. Mas não é. Nos meandros emaranhados do coração (Auden), uma carta uma brasa através, é quase romance epistolar. Nestas cartas, Leminski desenha seus vínculos entre experiência de vida e de linguagem. Na correspondência, delineia-se o campo literário, privilegiando temas como relações com outros escritores, comentários sobre eventos, conceitos estéticos da literatura, relações com outras mídias, profissões e meios de sobrevivência, laços de amizade/inimizade no meio literário, polêmicas, publicações, projetos e ambições.

No decorrer da correspondência vão se construindo filiações com o grupo concreto paulista, com os tropicalistas, o que se vê na referência das cartas, colmatando no livro de estreia de Leminski em uma grande editora, *Caprichos & relaxos*, no qual lemos comentários de Haroldo de Campos e Caetano Veloso. Suas opções tradutórias também são transcriadoras, o que o aproxima dos poetas concretos. Em seu *Catatau* encena-se um absurdo tropicalista, de uma prolixidade lisérgica, plena de paradoxos e alegorias. Na carta de número 8 (p. 45), Leminski escreve que não crê que o *Catatau* possa ser entendido ou explicado à luz do plano piloto, ou seja, a poesia concreta está no seu horizonte, mas não há, necessariamente, uma receita a ser seguida.

Este ousar, esta errância ecoam no poema "Volta em aberto":

Ambígua volta
e torno da ambígua ida
quantas ambiguidades
se pode cometer na vida?

2. Leminski normalmente começa todas as linhas de suas cartas com letras minúsculas, dando-lhe o formato de versos. Como não poderia deixar de ser, mantemos aqui essa opção. Quando o trecho transcrito tiver algo suprimido, inclusive no seu início, será usado o sinal [...]. Para a referência das citações, é indicada a numeração das cartas de acordo com a edição relacionada na bibliografia que acompanha este texto, acompanhada do respectivo número de página

Quem parte leva um jeito
de quem traz a alma torta.
Quem bate mais na porta?
Quem parte ou quem torna?

"Tua carta e o sol voltou" (carta 38, p. 100)... Em cada carta ou página de *Envie meu Dicionário,* encontramos jorros de energia ou de busca de interlocução, artigos, ensaios que vão e voltam:



> [...] aí mando ensaio último meu, síntese das coisas q tem me assediado lately. pensar: função da poesia de invenção numa sociedade aberta, democrática, quer dizer, popular, quer dizer de massas, quer dizer socialista. NADA ME INTERESSA MAIS EM TERMOS DE TRABALHO. (carta 38, p. 101)

Leminski viveu delícias e tormentos que procurou comunicar aos amigos, e é bonito ver isso nas cartas a Régis, é o que diz Caetano Veloso no prefácio a *Envie meu dicionário.* E é mesmo bonito de ver/ler para tecer uma conversa sobre a linguagem entre estes parceiros de correspondência e de diálogo da qual tomamos parte ao ler o livro. Tornamo-nos testemunhas de uma co-respondência, participamos de um intercâmbio, de um dar e tomar e somar. Percebemos os esforços em pensar certas coisas em relação à linguagem, à poesia, da maneira mais rigorosa. E para que as cartas sejam fortemente correspondidas, esperamos que apareça o maior número de leitores e bisbilhoteiros dispostos a seguir os protagonistas, os kamiquases da poesia da experiência e poesia/experiência. Criamos esse pacto à medida que lemos e nos fazemos perguntas, a eles e a nós mesmos, crescendo em nossa capacidade de pensar e pensar a linguagem. Assim catalisamos novas perguntas e novos percursos de leitura.

O jogo das correspondências, as datas não datas, o "nexo" da correspondência não são

uma simples troca de mensagens, mas um jogo complexo de tomada de posições ambivalentes, contraditórias às vezes, ricas de sentidos. As cartas/letras/poemas têm um e vários destinos. Nós, leitores, percebemos o sabor das palavras, numa sucessão de tons, ritmos, conversas que singularizam as cartas em *poiesis*.

Nessa arte da conversação, Leminski instala exercícios de crítica da própria e alheia poesia, pois, ao longo de sua vida literária, o poeta paranaense julgou-se um criador que se movimentava por meio da poesia, da canção, da crítica, da tradução e da publicidade. Seu critério absoluto era a metáfora da transmissão da lâmpada, uma necessidade de dizer em um verso que conhece e aprecia a tradição poética, mas que o fazer exige uma evolução, transformação, deglutição, transfiguração e reforma poética:

> [...] não programamos nossa coisa para produzir o mesmo tipo de efeito. é outra coisa. mudou o papo. a novidade a todo custo como um absoluto (uma obra vale pela inovação) não é a única coisa que se procura em arte. essa é a miragem dos concretistas. eu posso estar buscando outros valores, através de outras categorias de pensamento e apreciação... a revolução concretista - nossa reforma agrária poética - é uma revolução já deflagrada.... (carta 42, p. 110).



Para esse novo "novo", Leminski convoca Bashô:

> bashô disse: não siga os antigos.
> procure o que eles procuraram.
>
> eles procuraram a poesia. vamos procurá-la. a nossa moda. (carta 42, p. 111).

Prossegue dizendo que a poesia deve ir ao museu, ao disco, ao teatro, à publicidade:

> foi caetano e gil quem furou o papo do concretismo.

e veja q a revolução de caetano e gil dependeu enormemente do plano pragmático: do livro para o disco, para o show.

****

precisamos tirar a poesia da vertigem/miragem do novo.
novo, mais novo, mais, mais... (carta 42, p. 111)



Parece um "pairricídio", mas nem tanto...
Pensemos em Décio Pignatari, que ajuda o jovem poeta a se definir também hibridamente como centauro, "último concretista e primeiro sei lá o quê", "metade decadentes alexandrinos bizantinos/ e metade bandeirantes pioneiros Marcopolos/ Simbad/ Livingstones/ David Crockets", reencenando assim a mistura de passado e porvir, ambos em aberto, fantasmáticos, na configuração de uma identidade presente: "já consegui ver a fímbria de algo/ q já não é mais concretismo/ embora o pressuponha e o tenha deglutido".

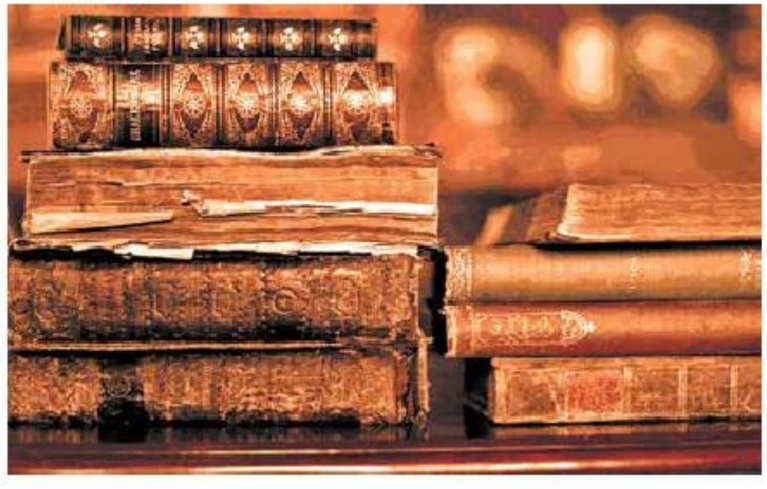
Essa mistura, em sua relação com uma historicidade de/em crise, e em função mesmo da utilização da metáfora da transmissão da lâmpada, polemiza com a ideia de relação com a tradição como transmissão do bastão, tal como formulada por Antonio Candido em sua definição do sistema literário brasileiro. Entre bastão e lâmpada, a diferença entre a afirmação do passado como presença e como estímulo a procurar algo ainda desconhecido - diferença que Leminski reconhece ainda nas palavras do mestre do hai-kai Bashô: "não siga as pegadas dos antigos,/ procure o que eles procuraram".

Este centauro me remete ao filósofo cínico Luciano de Samósata, que foi, dentre os autores da antiguidade clássica, aquele que mais influiu para a formação de um certo cânone literário. Seu contributo ainda permanece pouco estudado, não obstante

constituir uma clara tradição filosófica e ficcional na modernidade, a denominada "tradição luciânica". Escritores como Erasmus de Roterdan (*Elogio da Loucura*), Rabelais (*Pantagruel*), Swift (*Viagens de Gulliver*), Voltaire (*Micrômegas*), Thomas Morus (*Utopia*) e Machado de Assis (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*) foram assumidamente influenciados pela tradição da sátira menipéia luciânica, e fizeram amplo uso de vários recursos discursivos e estilísticos criados ou disseminados pelo filósofo. Sua obra constitui um dos maiores legados dos antigos à posteridade e, por meio dele, temos acesso a um conjunto de textos que se valem da derrisão como instrumento da criação e da crítica filosófica. Nascido em Samósata (125 -181 d.c.), província romana da Síria, Luciano escreveu sua obra durante o reinado de Marco Aurélio, e fora reconhecido por dar continuidade a um gênero satírico criado por Menipo de Gadara, o denominado diálogo satírico. Esse gênero híbrido caracterizava-se por mesclar harmoniosamente a comédia e o diálogo filosófico, gêneros absolutamente díspares, uma vez que o diálogo vindo da tradição platônica era visto como uma espécie de *sermo nobilis*, isto é, uma forma filosófico-discursiva sublime, enquanto que a comédia era considerada um gênero inferior. É bastante conhecida a autodefinição do hibridismo filosófico literário de Luciano: segundo ele, o diálogo satírico seria uma espécie de estética do hipocentauro, cujo andar não seria nem a pé, nem a cavalo.

Essa menção a Luciano me veio à tona como uma convergência de dois autores em tempos e espaços completamente diferentes, mas que se correspondem na construção híbrida, voraz da tradição ocidental, para fazê-la constelar de uma forma diferente, ambivalente, misto de centauro/hipocentauro que transmitem a lâmpada com centelhas a mais de luz e fogo.

meu reino é do outro lado do mundo
meu reino
meu mundo por um cavalo
por uma cabeça



um reino cavalar

meu cavalo?
só falta falar

este mundo
não me deixa reinar
neste reino me resta
ser vagabundo e ruminar

meu reino por um rumo
meu cavalo
só falta me montar

meu reino cavalga este mundo

- Logo ele que nunca soube caminhar!

(Carta 68, p. 173)

As origens concretas em Leminski são fecundas e multiplicadoras, nunca conservadoras:

> Minhas ligações com o movimento concreto são as mais freudianas que se possa imaginar. [...] A coisa concreta está de tal forma incorporada à minha sensibilidade que costumo dizer que sou mais concreto que eles: eles não começaram concretos, eu comecei [...]
> (LEMINSKI; BONVICINO, 1999, p. 208-209)

Neste texto sobre a correspondência de Leminski para Régis Bovincino convoco Walter Benjamin, para quem:

> [...] a origem é um turbilhão no rio do devir, e ela arrasta em seu ritmo a matéria do que está em vias de aparecer. [...] Ela pede para ser reconhecida, de um lado, como uma restauração,

> uma restituição, de outro lado, como algo que por isso mesmo é inacabado, sempre aberto. [...] Em conseqüência, a origem não emerge dos fatos constatados, mas diz respeito a sua pré e pós-história. (BENJAMIN, 1984, p. 43)

E aí vem Mallarmé, o mesmo que aparece numa leitura do concretista Haroldo de Campos datada de 1958. Nela é enfocada a articulação entre a ordem e o acaso no poema "Un coup de dés", evidenciando o "talvez" como um dos signos centrais de seu discurso: "A procura do absoluto, fadada por definição à falência, entrevê um êxito possível na conquista relativa sancionada por um talvez: a obra-constelação, evento humano, experiência viva e vivificante" (CAMPOS, 1991, p. 190). Conforme percebe Leminski, nessa mesma direção, "[...] sem abdicar dos rigores da linguagem, precisamos meter paixão em nossas constelações [...]" (Carta 8, p. 45).

A carta 44, à página 123, é um poema de 1978, no qual vemos a multiplicidade de vidas diversas na poesia:

> nascemos em poemas diversos
> destino quis que a gente se achasse
> na mesma estrofe e na mesma classe
> no mesmo verso e na mesma frase
>
> quando nos vimos, rima à primeira vista
> trocamos nossos sinônimos
> olhares não mais anônimos
> nesta altura da leitura
> nas mesmas pistas,
> mistas, a minha, a tua, a nossa linha



Estas correspondências, entre vida e linguagem, estabelecem uma relação semelhante com o que o leva a valorizar o texto do autor japonês Mishima, por ser "todo perfumado de parece-me".

É por esse caráter vital e combativo de guerrilha – estratégia proteica, plural, hesitante – que o trabalho com a linguagem se torna então, para Leminski, o principal e praticamente único assunto de uma escritura em princípio também determinada pelo vínculo imediato com a ação e a sensação cotidianas, as cartas. Numa delas confessa que "nunca fui muito bom nesse negócio chamado vida/ mas o tempo/ entre um poema e outro/ me ensinou umas coisinhas" (Carta 30, p. 84). Lugar promíscuo, de dissolução de limites, prolífico, de desdobramento e iminência de sentido, a linguagem significa errância e, no duplo sentido que esse conceito comporta, também significa o erro. Enquanto sobrevida, a guerrilha dos signos implica, principalmente, o erro que, em relação à vida e à presença plenas, a morte representa: "[...] tudo aduba. tudo treina. tudo bem [...]" (Carta 51, p. 149).

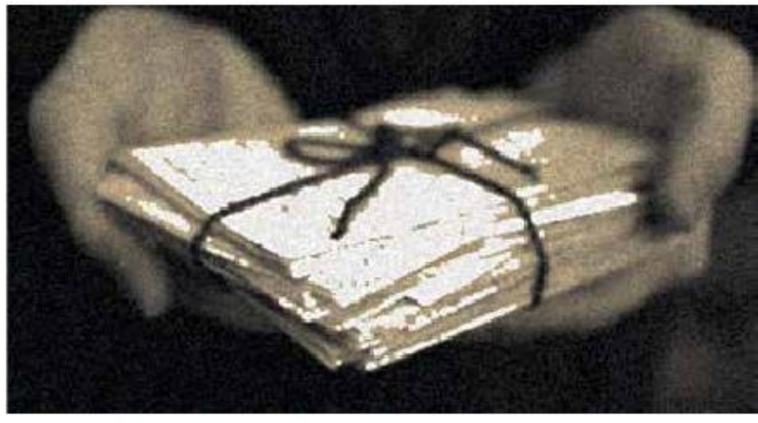
A escrita/carta tem como aposta a potência do significante *letter/lettre* que significa tanto "carta" quanto "letra", daí sua potência, da carta/letra, como possível literatura. Pensando em Foucault, em *O que é um autor?*, temos a correspondência como uma forma de escrita de si, apesar de destinada ao outro, o procedimento da correspondência entre artistas/poetas como um jogo de posições ambivalentes, e não como uma troca estática de mensagens entre remetente e destinatário.

A tensão entre morte/vida, fracasso/realização, informe/forma, desenvolvida nas cartas e depoimentos que analisamos, é emblematizada no romance-idéia *Catatau*. Desde a junção entre seu título, da ordem do informe, e sua definição como ideia, ele se mostra híbrido, instável, hesitante, "máquina de linguagem", excessiva em sua presença de pororoca, compósito de cartesianismo e tropicalismo em atrito, que, no entanto, encena apenas uma espera, um limiar, em suspenso.

Vou utilizar um trecho mais longo da carta 62, para tratar da correspondência entre o biográfico, o autobiográfico e a autoficção. Todos esses termos têm definições próprias, entretanto vou tratar deles sinestesicamente, como sons, cores e aromas que se

correspondem:

> *pau e alma!*
> caríssimos!
> (vocês sabem que os títulos nobiliárquicos em superlativo, tipo reverendíssimo, excelência altíssima, meritíssimo, alteza sereníssima, são de origem bizantina, passando ao ocidente através de Veneza, por sua vez, a sereníssima república. nada impede que a gente meta coração em velhas fórmulas).
>
> tirei cartão da biblioteca pública de curitiba. e sou feliz. biografias de poetas – estou lendo. qualquer um a que o tempo tenha concedido o nome de poeta. bilac. antero de quental. pessoa. augusto dos anjos. vitor hugo. nessa faina, varo as noites. estou com uma visão muito erotizada do ato de ler. o tesão do texto. quero ler VIDA mesmo quando leio… (p. 165)



De modo geral, autoficção seria uma nova forma de escrita autobiográfica, mais próxima desses tempos pós-modernos em que a narrativa dos fatos da vida do autor é feita através de uma linguagem própria do gênero romanesco. Neste caso de Leminski trata-se de uma escrita eivada numa leitura também artística. Nestas cartas, por exemplo, descortinamos fabulações, transferências (no sentido psicanalítico), de sentimentos, desejos, sonhos, frustrações e "viagens" do escritor. Uma reconstrução do vivido e do acontecido. Sua poesia/vivência é escrita no reinventar e no recriar suas experiências individuais de uma vida vivida no corpo a corpo consigo mesmo e com o outro, e com a linguagem, assim faz-se o texto.

> é a poesia que está dentro da vida, não o contrário… viver da e para a poesia é o mesmo q viver para a caça à raposa, o cultivo das orquídeas, o xadrez, etc.
>
> tem que ser outras coisas, um fudido ou um guerreiro, mas outras coisas. o certinho pequeno burguês só é bom para a gente poder se alfabetizar, comprar uns livros e uns discos, aprender um inglês e um francês… em poesia dá no nada, o nada q é a vida da classe média, essa classe a q pertencemos por nascimento não por escolha, q nem classe

> social é, acolchoado entre a classe dominante mesmo e os assalariados... (Carta 42, p. 113).

Parece que foi escrito hoje, para sair no jornal hoje, 15 de janeiro de 2015! Régis Bovincino, em nota à segunda edição das cartas, intitulada *Envie meu dicionário,* com a qual trabalho neste texto, aponta esta marca em Leminski, esses "sinais de vida", o diálogo entre a experiência pessoal do poeta e a cultura dos anos 70 e início dos 80:

> [...] a importância da obra de Paulo Leminski reside principalmente no fato de ter sido ele um dos poucos, na segunda metade deste século [XX], retomando Oswald de Andrade e Mário, a trabalhar, de modo radical, com a idéia de dissolução e de limite. Entre prosa e poesia; entre estamentos da cultura, como erudito e popular; entre áreas de conhecimento como história e filosofia; entre informação e comunicação; entre legível e ilegível, etc. (BONVINCINO, 1999, p. 9).

Podemos citar como exemplo a "IMPrevista de vulgarda", uma possível publicação de uma "vanguarda vulgar" para divulgar poemas que seriam "[...] mais ou menos sinais de vida [...]" [3] (Carta 33, p. 89).

É a poesia que está dentro da vida, o que significa relativizar o poder e os limites de ambas, e significa também admitir outras perspectivas de trabalho para o escritor e oferecer-lhe outras facetas de percepção do objeto literário, que se tornou diferenciado e híbrido. Não contam mais as respectivas purezas, são os processos de hibridização que contam. São as margens em constante contaminação que se adiantam como lugar de trabalho do escritor e de resolução (ou não) dos problemas da escrita criativa. Michel Foucault (1995, p. 20), em *A arqueologia do saber,* diz: "Não me pergunte quem sou eu e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever".

3. A citação transcreve imperfeitamente o datiloscrito/manuscrito de Leminski, aqui reproduzido.

É essa luta por liberdade e expressão o que sentimos nestas cartas, uma interlocução palpitante de significações, de afetos, o ser afetado pela linguagem, por seus modos de usar, um pulsar quase loquaz, que vibra, canta e trepida.

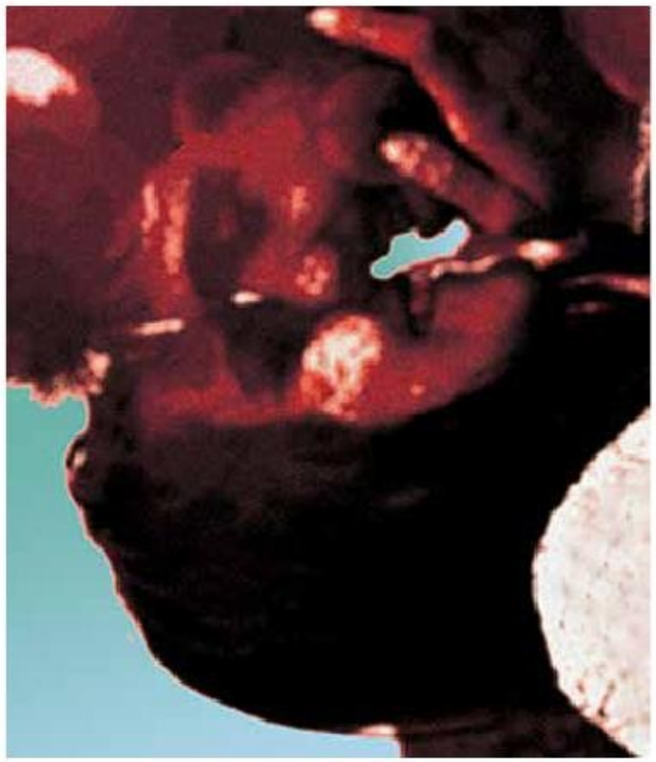
Diz Leminski: "viver é duro, mas é bom. (quando fraquejo, me lembro de Trotsky, meu exu, e viro hulk de novo (Carta 49, p. 131)". Traz à baila Cruz e Souza: "[...] gavita cruz e souza enlouqueceu [...]" (Carta 49, p. 136). Ao mesmo tempo, reconhece que essa força pode ser sua fraqueza, pois o caráter errante, pluralista, por isso vigoroso, de sua inteligência também o induz ao erro e à morte precoce, mesmo assim vale a pena, talvez seja uma maneira muito simplista de apurar o devir Leminski, ou dizer como Caetano Veloso, ecoando Noel Rosa, que "cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é". Mas

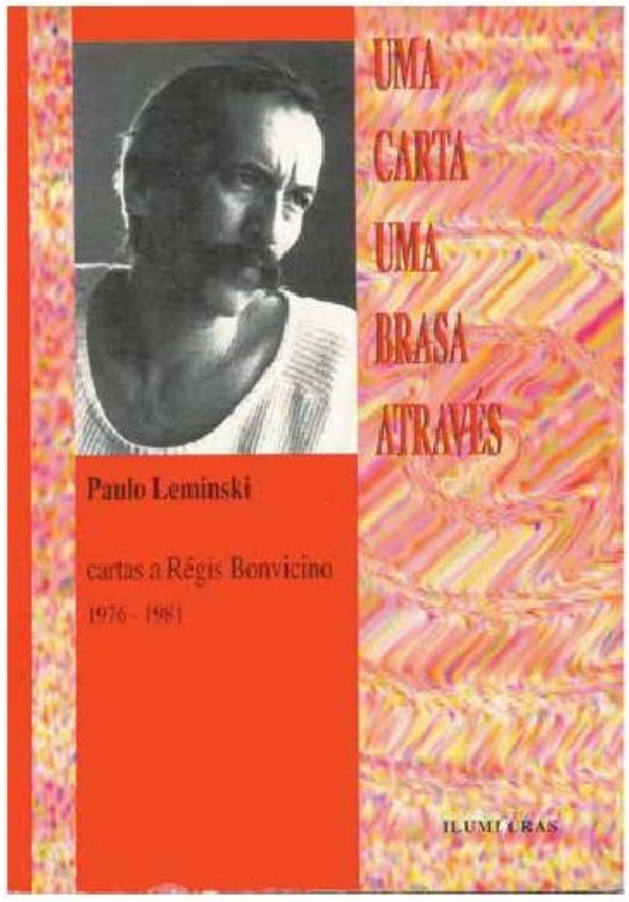
valeu

dois namorados
olhando o céu
chegam à mesma conclusão
mesmo que a terra
não passe da próxima guerra
mesmo assim valeu

valeu
encharcar este planeta de suor
valeu
encarar esta vida que podia ser melhor

valeu





Capa da primeira edição das cartas de Paulo Leminski para Régis Bonvicino.

esquecer as coisas que eu sei de cor
valeu
valeu
(Carta 50, p. 147).

A língua poética adquire o caráter de um experimento, do qual emergem combinações não pretendidas, ou não racionalmente previstas pelo significado - ou melhor, só em colisão, em discussão e atrito criam o significado. O vocabulário usual aparece com significações insólitas. Nesta correspondência quase poemas, na Carta 49 à página 137, Leminski, referindo-se a um livro que estava escrevendo, conta:

jaques brant viu os originais-esboços e disse que eu ia
eu estava reinventando os diálogos de platão.
já tem umas 25 pgs (uns 40 takes)

quero discutir tudo que me obseda: participação e poética,
hippies, drogas, Brasil, 3° Mundo, TUDO!

O livro a que se refere é *O doidão de pedra* ("um spaghettiwestern contracultural"). Híbridos íntimos, assim se dão os lances de dados dessas cartas, um mosaico de um tempo: anos 70/80, um *tableau vivant* de uma amizade e, sobretudo, o retrato de um apetite pela poesia: TUDO.

mautner esteve [em Curitiba] a semana passada

estivemos juntos dois dias
vai (com caetano e gil) lançar um órgão
chamado Ta-ta-ta (Carta 1, p. 31)

Notamos, ao longo da correspondência, a quantidade de pequenas e específicas publicações citadas – *Qorpo Estranho, Poesia em Greve*, jornal *Ta-ta-ta*, revista José (com dez números entre junho de 1976 e julho de 1978), a revista Através, o jornal *Pólo Cultural* (depois Pólo/Inventiva), a revista *Muda*, o suplemento cultural *Raposa* (ver BONVICINO,1999, p. 177). Tais revistas, muitas com contribuições de Leminski e outras tantas dirigidas por seus amigos, como o próprio Bonvicino, estabeleceram uma rede de relações objetivas no campo literário, demarcando uma posição, um lugar específico ocupado por Leminski e seus amigos-poetas.

Na edição que utilizamos para este trabalho, depois da correspondência de Leminski para Régis Bovincino, lemos diversos textos críticos, do próprio Bonvicino, de Boris Schnaidermann e Carlos Ávila, além das "Notas às cartas", de Tarso M. de Melo, bem como um texto final, uma pequena biografia do poeta, "Minha vida é administrar papéis", também de Tarso de Melo. Temos assim um volume de "Cartas" e "Alguma Crítica", um livro panorâmico, retrato do artista quando jovem e sempre jovem, pois se trata de um poeta/escritor de curta vida. São muitas as contribuições do livro, de apurada concepção gráfica que recupera as cartas em fac-símiles. Todos esses elementos são importantes na leitura, entretanto este texto quis contemplar o ato de escrever em cartas, a remessa temporal de ideias e desejos e decepções, numa permuta de impressões não necessariamente semelhantes, mas em efervescente contato e contínua troca simbólica e até mesmo física através dessa escrita que é também vida e, no caso de Leminski, poesia:

> eu me entrego muito fácil ao 1° impulso
> exatamente porque
> EU VIVO PARA FAZER POESIA
> (meu trabalho é secundário)

não quero ficar rico nem consumir
montei minha vida para me sobrar todo o tempo do mundo
para ficar olhando o sol se por
e pensar o que bem entender...
(Carta 56, p. 158).



O poeta Paulo Leminski

Referências

BENJAMIN, Walter. **Origem do Drama barroco alemão.** São Paulo Brasiliense, 1984.

BONVICINO, Régis. Nota à segunda edição. 1999. In: LEMINSKI, Paulo. BONVICINO, Régis. **Envie meu dicionário:** cartas e alguma crítica. Organização de Régis Bonvicino, com a colaboração de Tarso M. de Melo. São Paulo: Editora 34, 1999.

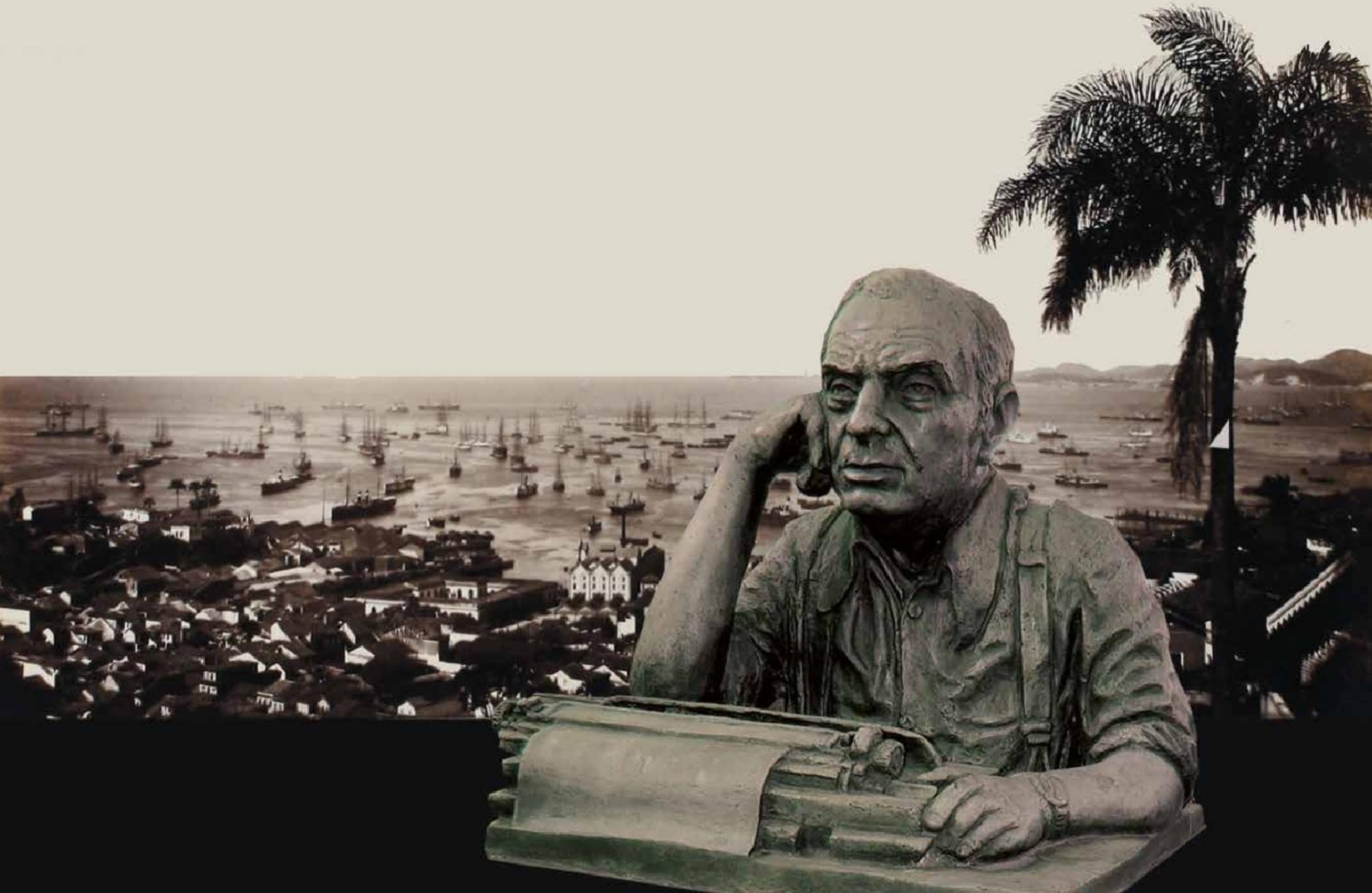
CAMPOS, Haroldo de. Lance de olhos sobre um lance de dados. In: CAMPOS, Augusto de. CAMPOS, Haroldo de. PIGNATARI, Décio. **Mallarmé** . São Paulo: Perspectiva, 1991.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

LEMINSKI, Paulo. BONVICINO, Régis. **Envie meu dicionário:** cartas e alguma crítica. Organização de Régis Bonvicino, com a colaboração de Tarso M. de Melo. São Paulo: Editora 34, 1999.

Tida Carvalho
Doutora em Literatura Comparada pela UFMG. Escreveu o livro *O catatau de Paulo Leminski: (des)coordenadas cartesianas* **(São Paulo: Ed. Cone Sul, 2000), com segunda edição em 2015 . Lumme Editora. É pós-doutora pela UFMG com pesquisas sobre Haroldo de Campos e Roberto Bolaño.**



Rio de Janeiro: espaço polifônico

Marileide Meneses Silva

Resumo/Abstract

Rio de Janeiro: polyphonic space

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre as representações da cidade do Rio de Janeiro nas crônicas de Nelson Rodrigues. Representações que se referem a um modo de vida que contrastava com a vida tradicional e conservadora, católica e patriarcal. Um modo de vida cotidiano moderno, convivendo lado a lado com os conflitos de valores e crenças. Nelson enxergava pelo "buraco da fechadura" o que não se queria ver, o que se escondia; enxergava os desejos contidos, os medos, as esperanças, a cidade, inevitavelmente, exposta pelos comportamentos.

Palavras-Chave: Rio de Janeiro; cidade; Nelson Rodrigues.

This article presents a reflection regarding the representations of Rio de Janeiro in the stories written by Nelson Rodrigues. These representations portrayed a way of living that contrasted with the traditional, conservative, Catholic and patriarchic life; i.e. a modern way of living that coexisted side by side with conflicting values and beliefs. Rodrigues peeped "through the keyhole" what society did not wish to see and kept hidden; he looked at the concealed desires, fears and hopes, and saw the city life inevitably exposed by the existing behaviors.

Keywords: Rio de Janeiro; City; Nelson Rodrigues.

Nelson entre a cidade real e cidade a imaginada

As cidades modernas trazem em si um misto de complexidade, de paixão e tragédias que ganham força significativa na escrita literária e traçam novos perfis de urbanidade tecida das calçadas, bares, ruas e becos.

Ao fazer da cena urbana uma multiplicidade de vozes, a narrativa reconhece e dá legitimidade à polifonia da cidade e aponta pistas a seguir na observação de uma identidade urbana com múltiplos acordes denunciadores de um labirinto no qual, muitas vezes, o sujeito se perde n(d)ela e de si mesmo. São essas vozes que retiram da sombra novos sujeitos que rasuram comportamentos e atribuem uma nova perspectiva de vida.

Ao entrar nesse labirinto e destrancar as portas da cidade, o texto literário assume o papel de guia, sugerindo observações e cenas do dia a dia, ao mesmo tempo em que desloca o sujeito para um emaranhado de signos e códigos, absurdos e contrários:

> Lê-se a cidade como um composto de camadas sucessivas de construções e 'escritas', onde estratos prévios de codificação cultural se acham 'escondidos' na superfície, e cada um espera ser 'descoberto e lido. (GOMES, 1994, p. 78).

Ler a cidade invoca a escrevê-la. Construir e desconstruir os discursos múltiplos que se apresentam para o leitor das cidades pode ser também o desafio de se criar

significados diversos para cada uma de nossas experiências urbanas e, dessa forma, arquitetar o que se poderia pensar como discursos imaginados, individuais e de acordo com a experiência do sujeito.

O fascínio pela observação – que em Nelson Rodrigues é hábito – pelo detalhe, pelo que está "por baixo dos panos", ou que só se percebe remexendo interiores, associa-se à ideia de voyeur como um invasor crítico das relações e interioridades humanas. Assim, o olhar de Nelson para uma cidade que parecia em ruínas tem uma função maior de que puro reconhecimento, ele quer ver a "alma", o lado não visto nas ruas e calçadas, quer o escondido, o não-revelado. Parece representar o que poderia ser o caos.



Selo em homenagem a Nelson Rodrigues. Brasil, 2004.
Acervo - Museu Correios

Aquilo que era visto com desprezo ou para o que não se tinha olhos (ou não se deixava ver em sua complexidade) passa a fazer parte do cotidiano de todo um conjunto social e é captado pelo observador, no mínimo, como um fenômeno exótico. Nesse aspecto, a rua é um dos quadros essenciais da vida carioca. Com sua animação, seu ruído, seus personagens, seus anônimos e suas celebridades, seus passantes, seus teatros, sua veemência, a rua é o charme do Rio como o é de Paris. É um espetáculo ao alcance de todos.

Nesse mundo – onde tudo pode se perder definitivamente, diante das exclamações da rua – é preciso reaprender a olhar, a repensar a natureza dos novos objetos a serem observados, a redimensionar o problema da aparência e da identidade da rua. É preciso ir além dela, ou melhor, entrar nas casas e sobradinhos que a compõem. É preciso observar perplexidades, espantamentos, *nonsense* e humor. Definitivamente, estamos diante de problemas inusitados colocados pelas novas formas de sociabilidade que a vida urbana evoca.

Essas novas formas de sociabilidade, do homem da primeira metade do século XX, apontam para cenas da vida carioca que registram o impacto da modernidade sobre a cidade, desestruturando e modificando costumes, hábitos e tipos populares. Numa sociedade estreitamente nutrida da vida das ruas e da vizinhança, das casas de porta e janela, e dos sobrados o homem vê-se diante de indagações para as quais não encontra resposta.

Deparamo-nos, então, com um fenômeno intrigante: o homem profere revolta, contradições e pasmo; está entregue ao destino, ao acaso, à família, à classe social à que pertence, ou aos seus próprios atos e às consequências inesperadas desses.

Mesmo depois dos turbulentos anos entre 1930 e 1940, o homem moderno está inserido num contexto histórico em que parte das pessoas não acredita mais em progresso e em igualdade de chances para todos: os conhecimentos tecnológicos e científicos não conseguem conter o pessimismo que passa a dominar o meio urbano. Acentua-se, portanto, o descrédito do homem em relação a ele e ao mundo. Existe, dessa forma, um tipo de experiência vital – experiência de tempo e espaço, das novas possibilidades da vida, que determinam um novo olhar para as coisas e seres.

Inicia-se uma era trágica devido ao aspecto destrutivo decorrente de revoluções e guerras, ao egoísmo crescente que marca o capitalismo, à falta de identidade representada por uma massa em busca de um destino único para todos. De um lado ou de outro, o homem perde a individualidade e encontra-se instável, vive cada minuto de forma incerta. O destino representado em escala social passa a ser a História. "Esta, que indicava o final das fatalidades pelo exercício da racionalidade, passa a ser a própria, pois detém o poder e a arbitrariedade" (DOMENACH, 1968, p. 161).

O trágico circula pelo cotidiano e, na Literatura, não se restringe ao teatro, expandindo-se a outros gêneros textuais. Ele está presente no cotidiano, na matéria viva das ruas, no desnudamento dos mistérios visíveis que se manifestam nas ruas, entre as multidões, nas casas, no dentro e no fora e, de alguma forma, são considerados comuns.

O ser moderno, em nossa análise – apoiada em uma visão bermaniana de "modernidade" – encontra-se em um ambiente que promete aventura, poder, mas que pode destruir tudo o que sabemos e somos. O homem passa de resposta à pergunta e não encontra respostas nele mesmo. Ele é o mistério a ser decifrado. O desafio é encontrar o eu escondido dentro de si.

O pensamento moderno, então, tende a considerar a multiplicidade de tudo o que existe, e também a aceitar relações variadas entre o homem e o mundo. A cada mudança, um novo olhar surge. Para tal revelação do olhar, as situações únicas e especiais não são necessárias, o todo se entrelaça em um emaranhado de ações. O escritor moderno faz desse cotidiano sua argamassa, sua matéria-prima e, ao mesmo tempo, apresenta, através das personagens, indivíduos em situações de profundo despertar e descoberta. Toda e qualquer superfluidade do dia a dia pode ser um elemento desencadeador de novos conflitos, de novo elemento de tragicidade que se desenrola no cosmopolitismo da cidade e que a literatura revela e expõe. Novos traços de modernidade, nova dinâmica social.

Modernidades Urbanas: traços de rasura

O melhor retrato da sociedade brasileira de Nelson Rodrigues talvez seja de dinamismo e de transformações, decorrentes dos processos acelerados de industrialização e urbanização que a delinearam. Sob a égide de intelectuais, essa sociedade encontra motivação para redimir-se de elementos de seu passado, ainda fortes no presente. Enfatizando a distância entre experiência vivida e a expectativa futura da vida, o perfil da sociedade em transformação atribui sentido à busca de um ideal moderno marcado pelo aperfeiçoamento do mundo social e pela ressignificação de valores, interesses, comportamentos e instituições. Mesmo que essa busca tenha se realizado, mais acentuadamente, de perspectivas sociopolíticas não simplesmente divergentes, como também concorrentes, os intelectuais atribuíram-lhe credibilidade não apenas

nas dimensões macro da vida social (atualizadas na experiência subjetiva cotidiana de sujeitos de carne e osso, cuja agência concorre por sua vez para mudanças na vida social), como também nas sociabilidades privadas.

Viver em uma cidade, no início do século, implicava tomar contato com novas experiências que se apresentavam e com expectativas que se projetavam de um grau de civilização desejado. Vive-se em meio às modificações que são entalhadas por seus governantes, e sonhadas e ficcionadas por seus intelectuais, no intuito de colocá-la à altura das grandes cidades. É o reflexo do progresso corrente no país e no mundo, principalmente reflexo do mundo europeu. O progresso é almejado como algo absolutamente necessário para todos, é a evolução do homem e da sociedade à luz dos padrões descobertos pela ciência. Uma nova arquitetura é proposta, uma urbanização começa a ser vivenciada de modo a atender e consolidar as mudanças.

Inevitavelmente e em meio às contradições que esse momento pode constituir, os habitantes da cidade deparam-se cada vez mais com as novidades que inauguram um eixo de inquietações importadas com o progresso e que descortinava a liberdade de ações futuras. Bondes, trilhos, fachadas, carros, dentre outros, passam a preencher o cenário.

Assim, vivenciar essa cidade pressupõe assistir também a seus movimentos, à mudança de seu cotidiano, à chegada de outras pessoas, enfim, conviver com novos elementos. As expectativas se multiplicam, através daquilo que se pretende alcançar como objetivo fundamental naquele momento, e também através de uma ideia ou protótipo de vida moderna que se expandiu em várias sociedades, a partir de fontes europeias.

Ainda nesse momento, ocorreram mudanças sociais e políticas tão profundas que, inevitavelmente, provocaram uma reação conservadora. Dessa forma, com a moralidade em discussão, os modos de vida sendo avaliados e a reelaboração estética e literária, a década de 1950 é marcada pelo otimismo e entusiasmo provocados pelas mudanças e, por outro lado, pelo temor conservador face às novas tendências.

Talvez uma das expressões mais contundentes dessa dualidade entre conservadorismo e mudança possa ser esmiuçada nas narrativas de Nelson Rodrigues que tanto se encanta, quanto expõe o cotidiano carioca como objeto de reflexão.

Nelson Rodrigues toma o Rio de Janeiro como modelo dessa modernidade que invade e rasura, que tanto constrói quanto destrói. O Rio das vitrines e dos automóveis é também o dos marginais, dos boêmios. Nelson revela em suas crônicas, folhetins, contos e romances a outra face da cidade vista. Seu palco e cenário é o Rio de Janeiro dos anos 50. Uma cidade em que conquistadores buscavam novas aventuras, flertavam em ônibus e bondes com mulheres espetaculares; época em que alguns carros circulavam nas ruas; em que os vizinhos vigiavam-se uns aos outros; e em que maridos e mulheres viviam sob o mesmo teto com as primas e os cunhados, numa volúpia incestuosa dissimulada. Uma cidade em que, como não havia motéis, os encontros amorosos se davam em apartamentos emprestados por amigos – cidade em que o proibido e furtivo eram tão atraentes e desejados, que se tornavam uma obsessão.



Avenida Central, Rio de Janeiro, c. 1905
Cartão postal antigo.

Ao observar a perplexidade do morador da cidade pela perda de referenciais que o guiavam, seja pelos caminhos percorridos pela cidade, seja pelas estreitas sendas da moralidade, Nelson Rodrigues coloca em cena espécies de peças teatrais, capazes de indicar os tipos em sua trajetória e comportamento no espaço público e no privado. Em sua obra, é possível ver o reflexo da vida carioca com suas mais variadas nuances de virtudes, vícios, amores e dores.

Por esse prisma, Nelson Rodrigues é um exemplo dessa maestria, de alma encantada pela vida da cidade, para quem as ruas e os interiores constituem os espaços de onde recolhe o dado cotidiano. Nelson é o fotógrafo da cidade, aquele que transforma o representante em representado e através do qual o objeto adquire forma. Ao mesmo tempo, pondera sobre os dilemas dos modos de vida e da moralidade que nele se embutiam. Assim, não raras vezes, em meio a suas crônicas, verificamos traços de um modo de vida moderno que vive e convive com modos de vida antigos e conservadores em clara ironia e crítica aos valores ainda cobrados naquele momento.

Assim, em um momento em que já se modificara a própria consciência do tempo, que passara a ser concebido como matéria abstrata, linear e dividido conforme as convenções sociais, humanas, Nelson tensiona os acontecimentos, transformando-os em "pura verdade", sua matéria de criação é o real. O autor é exemplo do sujeito que se embriaga com seu objeto numa rede de paradoxos (o solitário na multidão; o mais próximo e ao mesmo tempo o mais distante; o que conhece tudo e ainda assim surpreende-se com o mesmo, etc.). A cidade mora nele e ele nela.

Mais do que ninguém, Nelson foi da cidade e a cidade dele, também. E, em ninguém, a cidade foi tão rua, tão nua como em Nelson. Outros já haviam experimentado a rua em outras épocas; entretanto, a cidade não era tão ousada e transgressora como nele.

O Rio de Janeiro, portanto, é um lugar para o qual se vai, viaja-se. E tanto se viaja a pé e de ônibus quanto na imaginação, na ficção. Viaja-se em busca de sonhos, de amores, de sucessos; viaja-se porque nele tudo parece encantamento e modernidade.

É nessa cidade que Nelson Rodrigues está pronto a desvendar diferentes conexões da vida urbana e denunciar o grande enigma dos homens, das coisas, do ruído, do insuportável. Diante do novo complexo das relações humanas, o autor toma consciência do mistério e se lança a desvendá-lo, a sondar o insondável, a ver na cidade a estranheza, a perda de identidade na multidão de outros que se refletia numa perda da própria identidade.

No entanto, para se ler uma cidade, é necessário descobrir-lhe o corpo. Tarefa difícil, em se tratando da imensidão a ser explorada e conhecida. É preciso um olhar para o que está encoberto pela aparência, para o corpo do espaço privado, escondido, guardado por debaixo dos panos. Nelson levanta os lençóis, põe os pés nas soleiras, nos sótãos, invade alcovas e vai traçando o corpo da cidade através do inventário de sua população. Nelson viaja dentro desse lugar e dele extrai os mundos nele encontrados. A matéria-prima rodrigueana é feita de músculo e sangue, do arfar constante das emoções, da urbanidade. Nelson afunda as mãos nesse corpo e apalpa suas sinuosidades, traçando cartografias de comportamentos que são manifestados da Zona Norte à Zona Sul, faces distintas do Rio. Há, portanto, uma dupla obsessão de Nelson pelo que era tradicional e moral, pelo que era transgressor e bizarro, de cujas imagens recorta os aspectos mais chocantes e subterrâneos das relações humanas.

Além disso, para conhecermos a cidade e formular as imagens da experiência das novas formas de conviviabilidade, é necessário passear. Mas não se passeia como se marcha numa viagem, pois, na voz de Pechman (2002, p. 173) o passo de padre vai marcando o ritmo lento para uma nova forma de "viagem", aquela em que as paisagens não são nem árvores gigantescas, nem borboletas extravagantes, nem rios caudalosos. O passeio lento é no meio de uma paisagem humana que age e reage em contato com os outros

Por outro lado, é fundamental reavivar a imagem do voyeur, que registra o efêmero, o inconstante, o inexplicável, o que destapa o telhado das casas e se introduz no interior das famílias; o observador de costumes fixa um posto de observação na cidade para melhor conhecimento da paisagem humana. Assim, na tentativa de transformar a vida em arte, Nelson experimenta em si as sensações do moderno: concisão, intensidade, brevidade. Esse universo de valores é também o universo do qual deve emergir a obra de arte moderna. Assim, vida e obra passam, por vezes, a compor uma unidade indissociável.

No entanto, são justamente essas reflexões que esclarecem muitos aspectos de nossa história social e mostram que nem sempre a modernidade foi vivenciada com euforia.

Contrariamente, apresentou-se com frequência como algo ainda incompreensível para as consciências pensantes da época. No Rio, cidade-capital, o impacto dessas mudanças é vivenciado de maneiras distintas. De modo geral, os intelectuais se mostram cindidos entre o sentimento e o desencanto. O Rio era real e era, também, objeto ficcional, romântico, poético. Realidade e ficção, realidade e provocação. A cidade foi transformada num denso e vigoroso enigma a ser desvendado, seja à luz da narrativa, seja à lógica dos saberes cultos de então.

A percepção dessa dualidade já é anunciada por Nelson em textos anteriores, na década de 1920, no entanto, não estava tão estruturado como na década de 1950[1] , momento em que Nelson, como ninguém, soube experimentar as sensações e perplexidades do cotidiano, transformando-as em arte. Com seu *"Clic!"*, Nelson, fotógrafo de uma modernidade que se antecipou a ele, mas que tomou força no retrato do carioca – que poderia estar no Rio ou em qualquer outro lugar do mundo, porque o "canalha" não tem espaço delimitado em regiões – registra comportamentos que desfilam pelas ruas e multiplicam-se indefinidamente na imitação da sociedade.

Assim, a cidade aparece, frequentemente, no papel protagonista, capaz de desempenhar variados papéis na dramatização da modernidade. Assim, ora surge como prostituta, sugerindo a imagem degenerada da Revolução Francesa, ora como dama da alta sociedade que esconde das visitas as misérias da intimidade, depositando-as entre quatro paredes, nos porões ou no sótão da casa.

O aspecto contrastante entre luxo e miséria, que na obra de Nelson podemos associar ao subúrbio contrapondo-se à nova Zona Sul, é captado ironicamente pelo autor em sua criação literária: a cidade supercivilizada de luzes elétricas convive com as escuridões cinematográficas; automóveis de luxo desfilam nas avenidas em meio a batedores de carteiras, ruas esburacadas e avenidas de asfalto. É sob os pregões dos camelôs que viceja nossa tumultuada civilização.

1. Estamos nos referindo aqui a textos escritos por Nelson, na década de 1920,no jornal do pai e em reportagens policiais e que têm como *leitmotiv*, assim como na década de 1950, a cidade e os temas sobre moralidade e valores sociais.

O fenômeno urbano, assim assimilado, ganha especificidade histórica e ancora-se basicamente na existência de cidades povoadas por uma multidão de seres que, vindo de todos os cantos do país, passam a habitar as grandes capitais; multidão cuja qualidade básica é o individualismo, a experiência da destruição dos laços comunitários e a vivência da dissolução das referências socioculturais que orientavam o cotidiano dos indivíduos. Nesse sentido, a expressão literária rodrigueana surge como manifestação do desejo de desvendamento das novas formas da cultura que passavam, inexoravelmente, pela cidade e capta o processo de reelaboração da velha imagem da cidade e das formas tradicionais de interação social como condição fundamental para a construção de uma inteligibilidade do desconhecido que impedisse que a sociedade fosse devolvida ao caos. Para Stella Bresciani (1982, p.213),

> A imagem da cidade sofre uma reversão radical: ao invés do espaço fechado, restrito e defendido dos inimigos externos da cidade medieval, tem lugar a ocupação extensiva, a aglomeração populacional, os muros derrubados pela inutilidade e a convivência diária e ameaçadora do inimigo dentro dos próprios limites da cidade moderna.

A literatura toma a si a missão de traduzir os mistérios dessa cidade moderna, e o faz de tal maneira que exprime a realidade, melhor que os próprios *fait divers*, ela é realidade. O olhar para a cidade tornara-se êxtase e a percepção dos seus mistérios desafiavam. A cidade vis-à-vis exige tradução, precisa ser lida. A vida estava na rua: a rua provocava o olhar, era um rasgo de luminosidade para os escritores.

Antonio Candido, ao comentar o ensaio "Arlt: cidade real, cidade imaginada, cidade reformada" de Beatriz Sarlo, estabelece duas categorias de leitura que denomina "visões urbanas puras" e "visões urbanas impuras": as primeiras "provêm de um contato único com a cidade, sem ligação com o seu passado. A visão é pura, dessa forma, porque tem pela frente a cidade como se apresenta no momento da contemplação e nada mais, fruto de um único contato presente com a cidade, e a "visão impura" seria a que mistura a mirada urbana atual com outras miradas possíveis" (CANDIDO, 1993, p.240).

Essas visões urbanas puras e impuras na obra de Nelson surgem nas representações da cidade. Representações que se refiram ao passado, ao período que vai da *belle époque* ao entre-guerras e que se confunde parcialmente com a infância do autor na Aldeia Campista, Zona Norte do Rio de Janeiro. A cidade como era, a cidade das relações sociais ordenadas, a cidade dos valores só foi conhecida por meio de livros e da pesquisa em periódicos. Essa cidade pode servir para outra representação, a cidade contemporânea de Nelson, de sua vida adulta, cidade vivida e observada por ele nas ruas, no Maracanã, em bares e restaurantes, em festas, na redação dos jornais, no espaço público.

É importante lembrar que a singularidade dessas representações nos textos de Nelson não atribui a sua obra caráter de busca de identidade ou de consciência nacional. O que visualizamos é a cidade como referência central, como "lugar"[2].

Nessa perspectiva, a cidade rodrigueana é o Rio de Janeiro e outros rios de janeiro, ela é qualquer uma, e, sendo assim, nenhum cenário se faz necessário para localizar as identidades. Ela é o espaço polifônico formado pela variedade de vozes e é também o palco de uma guerra de acontecimentos e relatos. Ainda sob esse aspecto, Nelson sabe onde as cidades dentro da cidade começam ou terminam. A cidade ainda é cidade nela e além dela. Em Nelson se vislumbra a multiplicidade de identidades, locais e relatos que, a um só tempo, são todos e nenhum.

Assim, a cidade visível de Nelson é imaginária porque engloba todas as outras nela mesma. Isso não significa dizer que sua cidade não possui identidade, ao contrário, ela possui a "cara de todos", a profusão de movimentos e silêncios de humanidade.

Outra representação, frequente na obra desse autor, é a do espaço privado, a que se faz sentir nos corações e mentes dos indivíduos em suas relações mais íntimas. Todas essas representações, se analisadas em conjunto, são reveladoras da visão de mundo de nosso autor e de sua caracterização da cidade como palco privilegiado para a encenação dos dramas humanos.

2. "Se não houvesse espaço para os sinais identitários da cidade, o conceito de "lugar", segundo a visão de Marc Augé, seria substituído pelas cidades imaginárias, os "não-lugares" que podem ser, ao mesmo tempo, uma única cidade ou todas." (AUGÉ, 1994, p.74).

Nelson assume uma atitude crítica, retratando o jogo das relações que define a cidade e procura atuar sobre ela a partir do momento em que a conhece internamente, que a demonstra e a entende intimamente. A cidade, vista dessa forma, é fotografia do real, das relações cotidianas. Podemos dizer que é um lado "cara" de uma moeda da qual a sociedade insiste em apresentar o lado "coroa". Nelson vai, assim, deslocando a discussão para pontos dos quais escorre a baba gosmenta da sociedade. O olhar converte todo comportamento em cena de cinema, construindo o mundo em imagens que vão sendo reveladas.

Dessa forma, essa imagem cinematográfica, desenhada em sua obra, se aproxima da imagem efetiva de nossas cidades contemporâneas: tudo parece em movimento incessante, tudo parece em mutação permanente. Sua obra se funda na cidade e reflete o olhar para a cidade.

Uma luneta para Nelson

A visão – a simples visão –, ainda que timidamente ciente de seus limites e alcance limitado, supõe um mundo repleto, inteiro e denso, e acredita em uma finalização e numa totalidade. Toma esse como conjunto dos corpos ou coisas extensas que preenchem o espaço, e apóia, nas qualidades deste, a certeza da sua continuidade. Tudo se compõe, então, numa coesão compacta e lisa, tudo leva à integralidade.

No entanto, o universo do olhar tem outra dinâmica. O olhar não repousa, nem se satisfaz plenamente com a paisagem contínua de um espaço inteiramente articulado, mas se prende a espaços deixados pela descontinuidade, pelos estranhamentos desconcertantes. Nesse ponto, o olho se depara com fissuras e lacunas, divisões e alteridade, adequando-se a um espaço mais amplo, estilhaçado e dilacerado. Assim, rompe-se a superfície plana e clara antes oferecida pela visão, dando lugar a uma variação caleidoscópica, plurissignificativa que impede qualquer tipo de totalização. E o impulso questionador do olho tem origem

nesta descontinuidade, neste mundo incompleto e inacabado, ou do mundo que vai sendo fragmentado pelas impossibilidades do olhar, pela dificuldade de clareza e identificação pelo olhar: o perigo das aparências, o encantamento das perspectivas, a névoa opaca das sombras, os mistérios ocasionados pelas falhas, enfim, as oscilações e multiplicidade das significações, tudo que interfere ou impossibilita o poder de captar as representações pelo olhar. Por isso o olhar está em constante busca e mutação; não se atém ao superficial ou aparente, mas penetra, rompe e aprofunda, espreitando as pequenas aberturas deste mundo instável que induz e provoca a cada instante novas interrogações e respostas; esse mesmo olhar é o que provoca a dúvida sobre o que é olhado, sobre as imagens identitárias que surgem em relação ao real e sobre a constituição do próprio real. Nesse aspecto, o olhar reflete; é a própria interrogação. Pensa o próprio universo.

É a partir dessa perspectiva e de alguns elementos conceituais sobre cidade, identidade e representação que refletimos a obra de Nelson Rodrigues, mostrando como seus textos colocam em cena uma leitura da modernidade que permite pensar sobre as transformações que ela opera no olhar sobre a cidade e sobre as condições de produção da obra literária e o papel do artista. Se a cidade é a paisagem do flâneur, a rua é sua moradia. É ela que "conduz o flanador a um tempo desaparecido". Este não se alimenta apenas daquilo que lhe atinge o olhar, com frequência também se apossa do simples saber, ou seja, de dados mortos.

Para tanto, Nelson Rodrigues olha a realidade pelo "Buraco da Fechadura" (CASTRO, 1992). Sua obra transforma "o normal", "o cotidiano", em aparentes absurdos. Traz à tona a intimidade rejeitada e escondida de uma geração, de um povo, reflexo de sua própria intimidade "monstruosa", a intimidade do homem.

Sem ser um estilo gratuito e irresponsável, o cotidiano polêmico e apaixonado da obra de Nelson sustenta uma noção de realidade, tecida como um construto social e conflituoso através do qual percebemos o universo exagerado e polêmico da alma urbana e dele

mesmo. Daí que, longe de consistir num fenômeno definitivo diante de nós, para Nelson o que chamamos de real encerra um processo de intersubjetividades por meio do qual os homens delineiam a objetividade do mundo.

Nelson enxerga de forma perspicaz o que a classe média, tentava a todo custo esconder: a decadência da inteligência e a ascensão dos intelectuais subdesenvolvidos, "... cuja maior característica era o pânico de não parecer imbecil"; enxerga os desejos contidos, os medos e esperanças dessas gerações.

Suas peças, artigos e contos de jornais chocam porque revelam a verdadeira face das pessoas, retirando a máscara de um mundo falso - "O homem é o único ser capaz de se falsear" que se esconde atrás de preconceitos e pudores ridículos, causadores de tantas desgraças, de uma desgraça ainda maior: a perda da auto-estima e da dignidade.



Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, c. 1940.
Cartão postal antigo.

Nessa leitura rodrigueana visualizamos um povo que, ironiza-se, "... cuspia na própria imagem", mas que, da mesma forma, era narciso, embora soubesse "... que certos pudores e certos brios, exigiam um salário e as três refeições". E Nelson pode falar disso com propriedade, pois em sua vida passa por inúmeras humilhações, sofre muito e vive várias indignações. Sente na pele as dores do povo, as lágrimas do povo, a azeda e áspera vida do povo.

Nada a estranhar em se tratando o autor de um sujeito dotado de um senso agudo de observação, vivendo mergulhado em uma sociedade fortemente convencional é capaz de enxergar o que seus contemporâneos estavam impedidos de ver, por convenção, acomodação ou conveniência.

Reagindo a essa miopia, Nelson amplia cada vez mais o seu poder de enxergar, ali onde os outros veem apenas a superfície, o autor descreve, de forma peculiar, alguns traços do povo: o brasileiro é fascinado por qualquer ajuntamento, adora um atropelamento, uma batida, uma traição, um escândalo e um intelectual estrangeiro"; "racista por natureza", "... o brasileiro é um feriado, temos a alma do feriado".

Outra ponta desse desenho é que, na década de 50, a sociedade era pudica e não aceitaria ser exposta de forma tão aberta, mesmo tendo o leitor uma nova percepção sobre o universo que o circundava, sem tantas máscaras.

Em suas análises sobre essas transgressões, Nelson demonstra ser o moralista mais imoral que existiu e seus personagens e enredos retratam isso: a mulher que trai o marido com o melhor amigo ou com qualquer homem que encontrava em seus passeios; a solteirona frustrada, cheia de pensamentos libidinosos; viúvas sempre lindas, desejadas, mas extremamente honestas; o velho paquerador; o ébrio; o ciumento sem razão; o paspalho que é traído; a mocinha que se apaixona por um gorila; o pai que compra um marido para filha grávida; o oportunista. A obsessão por desejos, infâmias e incestos circulam suas histórias.

A perspectiva ficcional de Nelson Rodrigues possibilita não simplesmente invadir intimidades e mistérios, mas acima de tudo, uma ficção que fotografa a dimensão da alma do povo, que feito boca aberta, sem dentes, deixa escorrer "baba na gravata". Com ele, pela primeira vez, surgem canalhas, o povo brasileiro de carne e osso, o idiota, os imorais moralistas. Não um povo idealizado, idiotizado: "... um povo besta de dar dó". Povo transformado em arte, sangue, vibração e paixão; povo gerador de uma nova ficção.

Entre o público e o privado

Os conceitos de público e de privado remetem às origens do pensamento. Público, nas culturas ocidentais, inicialmente é visto como um "bem comum da sociedade"; mais tarde, estende esse valor significativo e passa a ser, também, o que está aberto à observação geral. A oposição entre público e privado, como temos atualmente, começou a ser montada no século XVII; naquele momento, "público' significava [estar] aberto à observação de qualquer pessoa, enquanto 'privado' significava uma região protegida da vida, definida pela família e pelos amigos" (SENNETT, 1998, p.30).

Fisicamente, o espaço público é, antes de mais nada, o lugar, praça, rua, praia, qualquer tipo de espaço acessível em que não haja obstáculos à possibilidade de trânsito e participação de qualquer tipo de pessoa (GOMES, 2002). Essa condição deve ser uma regra respeitada e revivida, a despeito de todas as diferenças e desavenças entre os diversos segmentos sociais que aí circulam e convivem, ou seja, as normas de convívio, diálogo e debates devem ser respeitadas.

Nesse espaço social, é permitida e tolerada a "violação moral", convive-se com o domínio do imoral, da permissividade; por outro lado, o privado é tomado como um abrigo, liderado pela família nuclear e em que os valores morais são reverenciados e buscados. Nessa perspectiva, o que se pode perceber a partir daí é uma tentativa de atribuir maior rigidez o social, através da qual "[...] procurava-se ansiosamente criar modalidades de discurso, e até mesmo de vestuário, que ordenassem a nova situação urbana e que também demarcassem essa vida, separando-a do domínio da família e dos amigos". (SENNETT, 1998, p.33)

Portanto, o espaço público é um lugar de conflitos, de problematizações da vida social, mas, sobretudo, é o terreno em que esses problemas são marcados e significados. Por um lado, ele é palco onde há, como dito anteriormente, debates e diálogo; por outro, é um

lugar das inscrições e do reconhecimento de interesses sobre determinadas dinâmicas e transformações da vida social. Na tentativa, talvez, de se protegerem dessa outra ordem pública as pessoas refugiam-se na família.

> [...] A família burguesa tornou-se idealizada como a vida onde a ordem e a autoridade eram incontestadas, onde a segurança da existência material podia ser concomitante ao verdadeiro amor marital e as transações entre membros da família não suportariam inspeções externas. Na medida em que a família se tornou refúgio contra os terrores da sociedade, também se tornou gradativamente um parâmetro moral para se medir o domínio público das cidades mais importantes. (SENNETT, 1998, p.35)

Cabe-nos, portanto, lembrar que no espaço público a sociabilidade se transforma em civilidade, em comportamento que extrapola a simples maneira convencional que uma sociedade atribui ao homem educado de se apresentar e conduzir. O espaço público é assim a mise-en-scène da vida pública, desfile variado de cenas comuns em que nos exercitamos na arte da convivência. Por outro lado, o espaço privado quebra a cena pública e sugere outros discursos mantidos dentro das casas.

Diante desses aspectos, o que deveríamos esperar é que a casa, como lugar quase sagrado, protegesse o homem da linguagem da rua, contrário do que é apontado em "A vida como ela é...", em que a linguagem da rua entra na casa e se reflete nela, rompendo com a expectativa de equilíbrio. O refúgio torna-se armadilha, expondo uma implícita confusão nas personagens quanto aos comportamentos cabíveis nos dois âmbitos.

O confronto entre o mundo da casa e o mundo da rua aparece constantemente nas histórias contadas por Nelson Rodrigues em "A vida como ela é...", que funciona como uma espécie de comporta, ora deixando a realidade embeber-se de fatalidade e imaginação, ora, e definitivamente, provocando inundações dos personagens no cotidiano de seus leitores, apresentando-lhes uma "realidade" ficcional bolorenta e mórbida. A coluna pronunciava com sotaque da cidade, abria os olhos para os paradoxos cariocas: eram desempregados,

"barnabés" e comerciários tendo como paisagens a Zona Norte, o Centro e, por vezes, a Zona Sul, aonde iam para pecar.

A rua rodrigueana está diretamente ligada à casa e esta avalia seus conflitos, baseada por elementos da rua. É justamente nesse contexto que "A Vida como ela é..." se sustenta: o reconhecimento dos conflitos das pessoas em relação à rua expostos publicamente na própria rua, além de derrubar portas e tijolos que, aparentemente, protegiam as casas .

Entre o livro e a realidade, uma cidade: o Rio de Janeiro de Nelson. A cidade do Rio é a comporta que leva a água para fazer girar a vida do povo ou que abastece as cisternas das personagens. O Rio de Janeiro é a principal personagem dos textos rodrigueanos, ele é o real e o objeto ficcional. Realidade e ficção se imbricam com a cidade e, ao torná-la substância da narrativa ou ao fazer dela a via principal por onde passava o lado que se queria invisível de sua população, transformava a cidade num enigma. Um denso e vigoroso enigma a ser decifrado. Isso não se podia aceitar.

> Na cabeça desses personagens – garantida a virgindade e a fidelidade de suas mulheres ou namoradas –, as mulheres ou namoradas dos outros eram para ser desejadas sem contemplação. O conflito se dava porque, debaixo de toda culpa e repressão, as moças tinham vontade própria e também desejavam os homens que deviam desejar. E, com isso, todos eles, homens e mulheres, viviam num estado de permanente excitação erótica. As pessoas não gostavam de admitir e preferiam chamá-lo "tarado", mas Nelson estava sendo estritamente realista em seu tempo (CASTRO, 1992, p.237).

Não podia ser mais significativo, portanto o título dessa obra que se estabeleceu no Rio dos anos 50. Rio com seu lado abissal. Rio dos contrastes, cidade que gerava seus monstros e os dissimulava. Essa cidade que até então se contentava em crescer na penumbra, vê-se, com a "Vida como ela é...", repentinamente mergulhada na deflagração da lama nas ruas e entre-quatro-paredes e virada do avesso deixa à mostra larvas da permissividade.

Olhar para a cidade, nos textos de Nelson, é vislumbrar o mundo, num país que por mais de trezentos anos estivera fechado aos influxos da civilização ocidental. A cidade fora, pois, a promessa de civilização, cuja "carte-de-visite" era a urbanidade.

Até então, lia-se urbanidade no sentido oposto de ruralidade, onde a casa-grande se voltava sobre si mesma não produzindo o "outro", senão o "mesmo" da família. Nesse sentido, vigiam costumes e formas de relação que supunham a familiaridade, senão a fraternidade. Sendo assim, o repertório comportamental visto era incapaz de transcender os vínculos de sangue e compadrio e o grupo se torna incapaz de pactuar algo – a urbanidade – que esteja fora dos moldes dessa ruralidade familiar.

Essa característica de ajuntamento familiar ainda é bem forte nos anos 50 do Rio de Janeiro, como o próprio Castro (1992, p.237) analisa:

> As famílias eram rigorosas e, o que é pior, muito mais famílias moravam juntas do que hoje. Maridos, cunhadas, sogras, tias e primas cruzavam-se dia e noite nos corredores dos casarões, sob uma capa de máximo respeito. Nessa convivência compulsória e sufocante, o desejo era apenas uma faísca inevitável.

Dessa forma, Nelson produz uma literatura que escava o chão da cidade e de lá arranca o próprio sentido do que seja o convívio urbano, como característica de uma sociabilidade pública que se rege por regras que interditam ou sancionam os comportamentos, mas que, muitas vezes, favorece as transgressões dentro da casa.

Em *O Monstro*[3] , percebe-se essa formação nuclear da família, em que os elementos vivem sob o mesmo teto, em mesma casa: "Invadiu aquela casa grande da Tijuca, onde morava com a mulher, os sogros, três cunhadas casadas e uma solteira". O homem é o chefe de família. Sua autoridade é respeitada, enaltecida e defendida, não há igualdade para todos – ideia propagada na vida pública. Assim, a vida privada "era o centro da mais severa desigualdade", ou seja, "[...] enquanto o homem se fazia em público, realizava

3. Conto publicado por Nelson Rodrigues no livro "A vida como ela é".

sua natureza no domínio privado, sobretudo em suas experiências dentro da família" (SENNETT, 1998, p.33).

A imagem de Dr. Guedes como íntegro chefe de família é o ponto forte dessa narrativa; no entanto, tal relevância moral é quebrada na história, quando o leitor se depara com a atitude de Sandra chantageando o pai.

Sob essa ótica, notamos que no espaço público, há certa conivência em relação à traição do chefe de família, no entanto, no espaço da casa, familiar ou privado, deve-se manter a imagem de homem sério e virtuoso, incapaz de trair. Por isso, a traição é escondida de todos, principalmente da família:

> [...] para os homens, a imoralidade da vida pública estava aliada a uma tendência oculta, para que se percebesse a imoralidade como uma região da liberdade, ao invés de uma região de simples desgraça, como era para as mulheres (SENNETT, 1998, p. 39).

Assim, o que constatamos nas personagens da ficção urbana rodrigueana é que parecem completamente compromissadas com a cidade e todo o comportamento de sociabilidade que ela induz. Não surpreende, então, o desprezo e a rejeição que suas personagens causavam no público, embora, paradoxalmente, fosse um sucesso sua coluna diária: possuía o sotaque carioca, o *"appeal"* do Rio de Janeiro.

Em "A vida como ela é..." pode-se contatar que a literatura rodrigueana está profundamente enraizada em solo urbano, na medida em que o autor trabalha opondo duas áreas da cidade dos anos 50: a Zona Sul, praieira, moderna, reformadora e mundana, frente à Zona Norte, suburbana, conservadora, tradicional e familiar.

Cabe lembrar que o Rio de Janeiro, ao longo dos séculos, passou por processo de desenvolvimento que se direcionava do centro da cidade para uma zona sul ainda inexistente. O centro era o lugar de passeios e encontros, onde se concentrava o glamour de chapéus e bengalas. O Rio antigo tinha a "alma" da Zona Norte: costumes, valores e pudores.

A marcação da ambiência geográfica feita por Nelson nos contos vai enquadrá-lo de tal forma que o comportamento de cada personagem – o seu estar na cidade – será intrinsecamente pautado pelo pertencimento de cada qual a seu lugar. Utilizando o espaço como metáfora para conotar o atrito entre diferentes e conflituosos "*ethos*" urbanos, o autor nos mostra em *O Monstro* certa diluição do espírito coletivo da cidade, através da fragmentação e do dilaceramento de uma família, como a nos alertar que na cidade moderna prevalecem estratégias individuais muito mais que o espírito coletivo e a solidariedade familiar.

Vemos que aquilo que era da ordem dos afetos se transforma em "tolerância", ou seja, as relações afetivas são substituídas por pactos formais e impessoais, por meio dos quais os aderentes apenas se suportam para evitar que um esgane o outro. No entanto, apesar dos conflitos familiares e da ideologização da espacialidade que toma o Rio dos anos 50, em Nelson, a representação da cidade revela que ela ainda tem potência suficiente para dar suporte e ser referência às novas formas de vida e de subjetivação que surgem nos diferentes espaços que compõem a cidade.

A corrosão dos vínculos na cidade parece oxidar cada vez mais os elos da corrente que ligam as pessoas numa certa experiência coletiva, mas ainda assim a cidade está lá. Ela está como espectadora e, ao mesmo tempo, formadora da nova ordem tecida por comportamentos inusitados.

Fica claro em "A vida como ela é" que as condutas sociais são norteadas por regras de comportamento social, tanto na esfera pública quanto na da casa. Assim, são normas de conduta moral o respeito à família, ao marido, ao olhar da sociedade em geral. É exatamente esta tentativa de padronizar a vida cotidiana que Nelson critica e, ao mesmo tempo, revela as debilidades da sociedade, de suas normas, da vida nas casas: nada é perfeito. Dessa forma, a sociedade impunha a seus participantes uma representação social diante do mundo, denunciada pelo autor.

Se as representações[4] sobre as identidades sociais vão dar, via de regra, em uma categorização, que divide em civilizado e não civilizado, inadmissível seria pensar nessa cidade exposta em chagas por Nelson. Tão poderosa se tornou tal representação da sociedade que cristalizou na opinião popular conceitos como tarado, pornográfico, selvagem, suburbano. Não se podia admitir, portanto, invasões tão bárbaras e inaceitáveis como as produzidas pelos seus textos.

Os contos rodrigueanos, portanto, partem do ponto de vista do homem comum, do homem ordinário, como patamar de generalização dos saberes e vivências particulares daquele que escreve. Quando o trivial, o ser como todo mundo, torna-se a fonte da experiência produtora do texto.

Nelson percebeu brilhantemente a lógica não civilizado/civilizado que servia como referência às representações da sociabilidade que caracterizavam a vida urbana: sem os não civilizados, sem os "cretinos" de carteirinha, sem a moral "cega e surda" o que seria da civilização e da moral?

Não há sociabilidade e ordem sem a ameaça, real ou não, de sua dissolução. Não é necessária a existência de ameaça real, desde que o imaginário da época, na sociedade, crie a possibilidade do caos e a cristalize como ameaça à ruptura do pacto social.

> Um leitor encontrou Nelson na rua, reconheceu-o pelo seu retratinho no jornal e foi sincero:
>
> – "'Seu' Nelson, não deixo minha noiva ler sua seção!"
>
> Nelson caiu das nuvens:
>
> "Mas por que, e que piada é essa?"
>
> "Porque as suas heroínas dão mau exemplo." . (CASTRO, 1992, p.238).

Entre suas personagens e leitores percebemos uma grande ansiedade relativa à ameaça à ordem social, da qual a vida urbana nas grandes capitais é a maior expressão,

4. A convivência social cria normas e condutas comportamentais e estas acabam gerando modelos de representação tanto na esfera pública quanto na privada; isso é o que Erving Goffman (1985) propõe em seu estudo; o autor utiliza o termo representação para se referir "[...] a toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência" (GOFFMAN, 1985, p. 29). Para o autor, "[...] o papel que um indivíduo desempenha é talhado de acordo com os papéis desempenhados pelos outros presentes e, ainda, esses outros também constituem a plateia" (GOFFMAN, 1985, p. 9).

uma vez que é nesse lócus que se reúne o desconhecido (as multidões, em que todos são estranhos a todos, com a ruptura dos laços comunitários que ensejam a solidariedade) com o inesperado (a possibilidade de a multidão deixar de ser uma massa amorfa e se rebelar ou, simplesmente, ver a vida como é).

Esse contexto proporciona, sem dúvida, elementos férteis para a escrita de Nelson e define sua trajetória como escritor: ele vive um armazém de Brasil, um emaranhado que se estende da Zona Norte à Zona Sul. Nelson vai, como um arquiteto urbano, construindo roteiros da cidade através de uma linguagem que é prática do espaço carioca. O Rio passeia em sua obra; a rua pela janela; o Rio-janela-aberta, entreaberta, porta cerrada em bairros, talvez faróis de comportamentos. Nelson sentava-se para e escrever e sentia a nostalgia da rua Alegre. Essa era sua verdade: a rua Alegre. Nem uma outra, mas rua Alegre.

A cidade é, nitidamente, o centro definidor da obra de Nelson, ou seja, um lugar geográfico preciso, marcado por cruzamentos de ruas e avenidas, teatros cinemas, restaurantes, confeitarias, pela travessia da cidade, da Zona Norte ao centro da Zona Sul, por meio de transporte público ou em percursos a pé, luzes banham os espaços. Os caminhos das personagens nas histórias curtas de "A vida como ela é" é uma espécie de metalinguagem espacial do próprio Rio de Janeiro.

Referências

AUGÉ, Marc. **Não-lugares:** introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994

BERMAN, Marshall. **A aventura da modernidade**. Companhia das Letras. São Paulo, 2003.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira:** momentos decisivos. v. 2. 7. ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia Ltda, 1993.

CASTRO, Ruy. **O anjo pornográfico.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DOMENACH, Jean-Marie. **O retorno do trágico.** Tradução de M. B. Costa. Lisboa: Moraes, 1968.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** Trad. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis-RJ: Vozes, 1985.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana:** ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas:** o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PEIXOTO. Nelson Brissac. O olhar do estrangeiro. In: NOVAES, Adauto et al. **O olhar.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

RODRIGUES, Nelson. **O óbvio ululante:** primeiras confissões. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A vida como ela é.** São Paulo: Agir, 2006.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público:** as tiranias da intimidade. Trad. Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Marileide Meneses Silva
Mestre em Estudos de Literatura Brasileira (2004) e Doutora em Literatura Brasileira (2011) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora titular de Literatura e Língua Portuguesa e responsável por desenvolvimento de projetos pedagógicos nessas disciplinas no La Salle Abel; responsável acadêmico de projetos de redação e revisão de texto; professora das disciplinas Pensamento e Linguagem e Formação do Leitor; Pós-graduação em Gestão Educacional e Docência do Ensino Superior pela UFRJ (2001) e Gestão de Instituições de Ensino . Atua como gestora de Língua Portuguesa no La Salle Abel, consultora acadêmica em bancas de concursos e pesquisadora na área de literatura comparada, leitura, cultura contemporânea e na interface literatura/cidade/educação.



Rio de Janeiro, Segunda metade do século XIX.
Telégrafo e o cotidiano da cidade.

Acervo - Museu Correios

Um varal no litoral - O telégrafo brasileiro no século XIX

Mauro Costa da Silva

A clothes line on the coastline - The telegraph in Brazil in the 19th century

Resumo/Abstract

Este artigo apresenta o desenvolvimento do telégrafo no Brasil a partir da sua implantação, em 1852 até o final do Segundo Reinado, em 1889. É feita uma análise de alguns fatores que influenciaram a expansão das linhas telegráficas construídas pelo governo brasileiro através do órgão público responsável por esse empreendimento, a Repartição Geral dos Telégrafos. O foco desta investigação foi analisar, ainda que parcialmente, dada a abrangência desse pesquisa, os fatores que deram ao telégrafo brasileiro a configuração assumida no final do Império.

Palavras-Chave: História da Ciência. Telegrafia. Segundo Reinado.

This article describes the development of the use of telegraph in Brazil from its implementation in 1852 to the end of the Second Regency in 1889. It analyzes a number of factors that influenced the expansion of telegraph lines built by the Brazilian government through the public body responsible for the enterprise: the General Telegraph Office [Repartição Geral dos Telégrafos]. The focus of this investigation was to analyze – though still partially, as one considers the breadth of this research – the factors that shaped the setting of Brazilian telegraph communications by the end of the Empire.

Keywords: : History of science; Telegraph communications; Second Regency in Brazil.

Introdução

Os primeiros anos da década de 1850 marcaram o início do período conhecido como apogeu do Segundo Reinado. Sérgio Buarque de Holanda (1995, p.76) dá destaque ao período citado:

> Mesmo depois de inaugurado o regime republicano, nunca, talvez, fomos envolvidos, em tão breve período, por uma febre tão intensa de reformas como a que se registrou precisamente nos meados do século passado e especialmente nos anos de 51 a 55. [...] em 1852, inaugura-se a primeira linha telegráfica na cidade do Rio de Janeiro. [...] Em 1854 abre-se ao tráfego a primeira linha de estradas de ferro do país – os 14,5 quilômetros entre o porto de Mauá e a estação do Fragoso. A segunda, que irá ligar à Corte a capital da província de São Paulo, começa a construir-se em 1855.

A extinção do tráfico negreiro, que constituía a origem de algumas das maiores fortunas brasileiras, disponibilizou os capitais até então empregados nesse comércio. Como consequência da liberação desses capitais, surgiram bancos, indústrias etc. Pode-se dizer que das cinzas do tráfico negreiro iria surgir uma era sem precedentes em nossa história comercial. Para Sebastião Ferreira Soares (1865 apud HOLANDA, 1995), o termômetro dessa transformação súbita pode ser fornecido pelas cifras relativas ao comércio exterior do Império. Até 1850, nossas importações jamais tinham chegado a atingir a soma de sessenta mil contos por ano. Entretanto, no exercício de 1850-1851, alcançaram cerca de setenta e sete mil contos, e no exercício de 1851-2, quase noventa e três mil contos. De então por diante, até 1864, registram-se alguns declínios que, contudo, não afetaram a tendência geral para o progressivo aumento de quantidade e valores.

No âmbito das mudanças em infraestrutura ocorridas nesse período, surgiram as primeiras estradas de ferro, iniciadas em 1854, como a estrada de ferro entre a Corte e Petrópolis, do empresário Irineu Evangelista de Souza (1813-1889), futuro Barão e Visconde de Mauá. Em 1855, iniciou-se construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, para ligar as Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1861, foi inaugurada a rodovia Estrada União e Indústria, cuja construção foi iniciada em 1856, que ligava Petrópolis a Juiz de Fora. No Nordeste, os empreendimentos mais importantes se concentraram em Pernambuco, como a construção da Estrada de Ferro Recife-São Francisco, iniciada em 1855. Na Região Sudeste, o café incentivou os investimentos. Por volta de 1850, a economia cafeeira do Vale do Paraíba chegou ao auge. Reunia-se aí a maior parcela da riqueza brasileira. Vassouras, considerada a capital do café, e Cantagalo destacavam-se na área fluminense do vale. Areias e Bananal constituíam os maiores centros da área paulista. Na zona da mata mineira, várias cidades, como Muriaé, Leopoldina, Juiz de Fora, Cataguases, Carangola, vinculavam-se à produção cafeeira (PRADO JÚNIOR, 1949, 2003).

Os investimentos em infraestrutura, como portos, estradas de rodagem e estradas de ferro, eram feitos visando principalmente ao escoamento da produção agrícola para exportação, além de interesses políticos. As estradas de ferro em São Paulo e no Rio de Janeiro, por exemplo, foram típicas estradas para escoamento da produção de café. Por outro lado, a Estrada de Ferro D.Pedro II teve um caráter mais político, ligado à integração regional, entre as Províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

A ação política na construção dos melhoramentos em infraestrutura dos transportes ocorreu principalmente em regiões com histórico de conturbações populares, como na Província do Rio Grande do Sul; houve também casos em que políticos usaram seu prestígio para levar as benfeitorias às suas regiões de influência, mesmo que fossem lugarejos sem importância econômica e com diminuta população que justificasse os elevados investimentos.

O telégrafo foi introduzido no Brasil no contexto das mudanças políticas e econômicas ocorridas a partir da década de 1850. Sua implantação foi motivada por interesses políticos internacionais, ligados ao combate ao tráfico de escravos. Era a principal pendenga da diplomacia brasileira com a Inglaterra. A questão foi resolvida, em 1850, com a chamada Lei Eusébio de Queiroz, do Ministro da Justiça Eusébio de Queiroz Coutinho Matoso da Câmara (1812-1868), que proibiu o tráfico de escravos. Esse ministro determinou, na ocasião, que se iniciasse a instalação do telégrafo com a suposta função de auxiliar o combate à escravidão através da comunicação entre pontos de observação da chegada de navios e os quartéis de polícia.

A inauguração da primeira linha telegráfica ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, em 11 de maio de 1852, com a ligação via cabo subterrâneo entre o Palácio de São Cristóvão e o Quartel Central no Campo da Aclamação, atual Campo de Santana, feita pelo físico Guilherme Schüch de Capanema (1824-1909) e auxiliado pelos presos da Casa de Detenção. Seu caráter experimental teve como função testar o funcionamento do novo aparelho. O experimento contou com a presença do imperador, cujo interesse pelo conhecimento científico e tecnológico era notório. Após os testes, foram comprados na Europa aparelhos do tipo Morse, fios e isoladores. Os novos aparelhos foram instalados em algumas repartições públicas na Corte, no quartel dos bombeiros, no quartel da polícia e nas fortalezas da Baía de Guanabara. Em 1857, foi inaugurada a estação telegráfica de Petrópolis, cidade de veraneio da Corte. Esta foi a estação mais distante em que as linhas telegráficas se estenderam entre 1852 e 1865.

Num período de treze anos, a extensão das linhas telegráficas brasileiras não atingiu cem quilomêtros. A questão que se levanta dessa constatação é evidente: por que o telégrafo não se desenvolveu na década de 1850, justamente num período de tantas transformações e tantos investimentos? A resposta parece estar no cerne da pergunta. O impacto da Lei Eusébio de Queiroz, de fato, extinguiu o tráfico de escravos. Os números a seguir representam a quantidade de escravos trazida para o Brasil nos últimos anos desse

comércio: em 1849, foram cinquenta e quatro mil negros; em 1850, vinte e três mil negros; em 1851, três mil negros negros; em 1852, setecentos negros (PRADO JÚNIOR, 1949; 2003). Com o fim do tráfico negreiro, o telégrafo perdeu seu principal mote de existência, e não foi substituído por outro. Isto porque o telégrafo não foi percebido como um efetivo instrumento de comunicação. Sua imagem foi marcada muito mais como um dispendioso experimento de física. Sem uma finalidade explícita, o telégrafo caiu no ostracismo de um serviço público sem função.

Para promover o desenvolvimento econômico, o governo brasileiro precisava construir e reformar principalmente estradas, ferrovias e portos a fim de melhorar o escoamento das safras agrícolas destinadas ao mercado exterior. Com tantos investimentos a fazer, o telégrafo ficou em segundo plano. A vinculação do telégrafo à expansão econômica verificou-se em países que possuíam um comércio e indústrias diversificados, onde o tráfego telegráfico intenso justificava os pesados investimentos na instalação, operação e manutenção desse sistema. Numa economia baseada na agricultura monocultora, a necessidade de uma comunicação rápida para realização de transações era bastante minimizada. Sem uma relação com o desenvolvimento econômico e a percepção de um aparelho de comunicação à distância eficaz, o telégrafo no Brasil não se desenvolveu no período de 1852 a 1865.

No período seguinte, a política internacional voltou a influenciar os rumos do telégrafo no Brasil. A partir de 1865, com a declaração de guerra contra o Paraguai, o governo resolveu investir numa experiência inédita: estender uma linha telegráfica entre a Corte e o *front*. Embora a comunicação telegráfica fosse uma tecnologia bem dominada e desenvolvida nos EUA e na Europa, não havia precedente no Brasil que pudesse garantir o sucesso de uma linha tão longa. Até então, o telégrafo só havia sido usado para despachos esporádicos entre repartições públicas e avisos de incêndio na cidade do Rio de Janeiro, ou comunicação entre essa cidade e Petrópolis, distante cerca de sessenta quilomêtros. A natureza impunha obstáculos extremamente difíceis de serem superados



Figura 1 - A batalha do Avaí, quadro de Pedro Américo.
Acervo - Museu Nacional de Belas Artes

para que se esperasse uma comunicação minimamente satisfatória. De qualquer modo, o governo julgou que os benefícios obtidos com o funcionamento dessa linha valeriam o risco dos custos de implantação. Na verdade, não houve tempo para realização de um projeto que fizesse o levantamento de campo, estudo do traçado da linha, orçamento da obra ou algo parecido. Fios e isoladores foram encomendados na Europa e, o projeto, feito durante a expansão da linha telegráfica. A decisão do traçado da linha telegráfica era tomada durante a obra. O trecho seguinte era definido enquanto o anterior era construído. Portanto, a definição pela construção da linha telegráfica entre a Corte e o *front* foi política, motivada pelo confronto, mesmo sem conhecimento prévio dos custos de implantação ou sem saber se, de fato, o telégrafo funcionaria em uma extensão tão longa.

Em 1865, foi iniciada a construção da longa linha telegráfica que atenderia o governo brasileiro durante a Guerra do Paraguai (figura 1). Para construção dessa linha, o governo convocou novamente Capanema, diretor da Repartição Geral dos Telégrafos (RGT), criada em 1855, e personagem central da telegrafia brasileira durante todo o Segundo Reinado. A obra foi concluída no ano seguinte. Com o empenho típico dos esforços de guerra, a linha foi construída quase que em regime de mutirão. As condições

locais impuseram desafios imensos durante a construção: densa mata, animais selvagens e peçonhentos, doenças, condições climáticas desfavoráveis ao trabalho de campo. Havia também o problema do transporte de material e toda a logística para os funcionários da RGT (abrigo, alimentação etc.). Parte dos problemas foi solucionada pelos proprietários de terras que, muitas vezes, contribuíram com empréstimos de animais para transportes dos materiais e de postes que frequentemente eram retirados de suas matas. Os governos municipais e provinciais também contribuíram com recursos materiais e financeiros (SILVA; MOREIRA, 2007).

A qualidade da comunicação ficou a desejar. Na pressa, os fios foram amarrados em árvores em alguns trechos; em outros, arrastavam no chão. Os pequenos cabos submarinos utilizados na atravessia de barras tiveram de ser substituídos por defeito de fabricação. Mesmo assim, não foi solução definitiva. Posteriormente, alguns desses cabos submarinos foram substituídos por fios aéreos nas travessias dos rios, alterando o traçado da linha telegráfica para um local onde o curso de água fosse mais estreito. Outro problema foi a falta de tempo para treinamento do pessoal de operação e manutenção das estações telegráficas intermediárias. Esses e outros problemas provocaram intermitência nas comunicações. Mesmo com todas as dificuldades, depois de mais de uma década, o telégrafo mostrou enfim seu potencial de utilização como meio de comunicação e, mais que isso, atuou como elo entre o poder central e os limites do país, sob condições extremas e adversas. Com a guerra, a extensão das linhas telegráficas passou de pouco mais de sessenta quilomêtros para mais de dois mil quilomêtros. Além de ter dado um grande impulso às linhas telegráficas brasileiras, a Guerra do Paraguai deu ao telégrafo uma conotação de utilidade que até então não tinha, transformando-o efetivamente num aparelho de comunicação a distância. O governo percebeu que além do uso militar, esse aparelho poderia ser utilizado como instrumento de aproximação e fortalecimento de forças políticas espalhadas pelo país (SILVA, 2003).

O fio em todo o litoral

Com a percepção de que o telégrafo poderia aproximar forças políticas, promover uma maior integração nacional sobre a égide de um governo central, além, é claro, de atender a interesses privados, o governo decidiu construir a linha telegráfica até a Província de Pernambuco. Para Laura Antunes Maciel (2001, p.133), "[...] o telégrafo deveria, ao mesmo tempo, tornar mais palpável a presença simbólica do imperador, tornada mais eficaz através da difusão de suas palavras, suas ordens e seus atos para todos os recantos". Capanema destaca o enfoque político dado às linhas telegráficas:

> O telégrafo no Brasil é uma necessidade maior talvez que em muitos outros países onde ele está desenvolvido em grande escala; as condições excepcionais do Império não permitem, porém que ele se desenvolva por si como instituição rendosa, a sua grande importância hoje é política. (CAPANEMA, 1869).

O desejo de estender a linha até a região nordeste era antigo e manisfestado por Capanema em 1854 (CAPANEMA, 1869). Discussões sobre a intenção de levar a linha à referida província já ocorriam desde o início da década de 1860, quando o governo transferiu a RGT do Ministério Justiça para o recém criado Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. A decisão política para realização da obra só foi tomada no final da década. Os recursos, entretanto, eram escassos. O mercado financeiro internacional vivia uma crise no início da década de 1870. O Brasil terminou a guerra contra o Paraguai profundamente endividado. Apesar de o preço do café no mercado internacional estar em alta e a produção brasileira em ascenção, contribuindo para que o valor das exportações brasileiras superasse as importações, cerca de 50% a 99% do saldo estava comprometido com o pagamento da dívida externa, seus juros, parcelas e comissões (FAUSTO, 2006). Os investimentos em infraestrutura foram na sua maioria

feitos com capital privado e concessões com garantia de pagamento de retorno mínimo do capital investido, caso este patamar não fosse atingido com a cobrança do serviço prestado. Era uma forma de alavancar o desenvolvimento do país sem ter de fazer todos os investimentos diretos.

A expansão da linha telegráfica até Pernambuco estava decidida, mas surgiram divergências sobre como fazê-la. As dúvidas convergiam para o fato de a ligação entre as cidades ser feita por linhas aéreas ou cabos submarinos e a respeito de quem deveria construir o sistema telegráfico: o governo, através da RGT, ou empresas privadas, através de concessões? De modo geral, os políticos conservadores se mostravam favoráveis ao investimento público, enquanto os liberais eram a favor da contratação de empresas particulares, em geral estrangeiras. Capanema defendia a construção de linhas telegráficas aéreas feitas pela RGT, tecnologicamente muito mais simples de serem construídas e economicamente mais baratas. A linha telegráfica aérea era constituída basicamente de fio, isoladores e postes. Os principais problemas desse tipo de instalação eram a aclimatação dos materiais, normalmente vindos da Europa, além da logística da obra e as condições locais da natureza.

Os cabos submarinos eram de instalação mais cara e tecnologia dominada apenas pelos países industrializados. No período em questão, apenas a Grã-Bretanha detinha o conhecimento tecnológico necessário para operação de cabos submarinos de longa extensão. França e Alemanha, envolvidas em conflitos, não ofereciam concorrência significativa à Grã-Bretanha, e os EUA, recém saídos da Guerra de Secessão (1861-1865), só expandiram suas empresas de cabos submarinos no final do século. Somente a Grã-Bretanha tinha as condições para realizar os investimentos em ciência e tecnologia necessários ao desenvolvimento da telegrafia submarina. A ciência, por sua vez, teve de resolver o problema do retardamento do sinal elétrico enviado por cabos submarinos de longa extensão. Sinais de curta duração enviados numa extremidade do cabo chegavam à outra extremidade como sinais prolongados. Dois sinais curtos poderiam ser confundidos

como um único e longo sinal. Isso comprometia completamente a comunicação via código Morse, que codificou o alfabeto em sequências de sinais curtos e prolongados. Para o transporte dos cabos submarinos foi necessário inicialmente adaptação dos navios mercantis. Na medida em que os cabos ficaram mais longos, houve a necessidade de se construírem navios especialmente para a tarefa de transporte e instalação de cabos submarinos. A telegrafia submarina era tecnologicamente muito mais complexa e de maior custo de instalação, comparando-se com a telegrafia aérea.

O relatório de 1867 do Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Manuel Pinto de Souza Dantas (1831-1894), o Senador Dantas, descreve bem as incertezas sobre como investir e prolongar as linhas telegráficas no Brasil:

> Uma questão importante suscita-se sobre este ramo de serviço de que nenhuma nação pode atualmente prescindir, é a de saber-se qual o sistema mais eficaz para o desenvolvimento das linhas telegráficas de que carece o país: se o serviço deve ser entregue aos estímulos do interesse particular, representado por uma companhia organizada de modo que dê garantias suficientes ao bom desempenho de sua missão; ou se, pelo contrário, deve continuar sob a imediata fiscalização e inspeção do governo, a quem este serviço interessa grandemente.
>
> Se consulto a experiência das outras nações, além da diferença que encontro entre as circunstâncias e as nossas, o exemplo de ambos os sistemas, dando resultados favoráveis, me coloca em dificuldade acerca da preferência a dar a qualquer deles.
>
> Estudando, porém, nossas relações, as circunstâncias especiais de clima, terreno e população das localidades, por onde a nossa linha geral terá de estender-se para abraçar todo o império, e colocar as respectivas autoridades a poucas horas do centro administrativo, adquiro a convicção de que semelhante serviço devia, como foi, começar por imediata administração do governo, que assim ficaria habilitado pela experiência a conhecer as dificuldades e o custo das linhas, a fim de poder contratar com mais vantagem o estabelecimento do telégrafo, caso venha a prevalecer ao depois o sistema contrário. (BRASIL, 1867)

O Ministro Souza Dantas, membro do Partido Liberal, considerava iniciar a construção das linhas telegráficas no Brasil feita pela RGT com objetivo de adquirir

conhecimento sobre os custos e, assim, contratar empresas privadas por condições mais justas. Essa posição entrava em conflito direto com Capanema, diretor da RGT e principal defensor da expansão do telégrafo sobre controle direto do Estado. O mesmo relatório continua dissertando sobre a questão técnica de se optar pelos cabos submarinos ou fios aéreos. O final do último parágrafo mostra claramente divergência entre Capanema e o ministro:

> É também questão, a que muito cumpre atentar, se os fios aéreos são preferíveis aos cabos submarinos. Se bem que se calcule a despesa daqueles em 1/7 ou 1/8 da que ocasionam estes, contudo está reconhecido que os cabos submarinos oferecem condições de mais duração de material e permanência do serviço, menos ocasiões de se deteriorarem e, portanto, de se interromperem as comunicações: ao passo que os fios aéreos dependem de circunstâncias, provenientes umas de causas naturais, e outras da vontade dos homens e dos instintos destruidores dos animais. (BRASIL, 1867)

É sem dúvida um parecer favorável aos cabos submarinos, que, no entanto, carrega alguns equívocos. No Brasil, como já dito, os pequenos cabos utilizados para a travessia de barras na linha do Sul tiveram de ser substituídos por defeito reconhecido pelo próprio fabricante, a *Siemens Brothers*. Era importante reconhecer que existiam problemas com os cabos submarinos: o atrito nos corais causava danos aos cabos; os "[...] instintos destruidores dos animais [...]" (BRASIL, 1867) também agiam sob a fauna marinha, como alguns crustáceos e moluscos que comiam o isolamento de guta-percha. O cabo submarino da linha de Petrópolis, instalado na Baía de Guanabara, teve de ser substituído porque, entre outras causas, havia sofrido estragos por um molusco conhecido como gusano (*Teredo Vanalis*). Ciente disso, não podia simplesmente se admitir que a duração dos cabos submarinos era superior aos fios aéreos. A "[...]maldade ou ignorância humana [...]" (BRASIL, 1867), citada pelo Ministro Souza Dantas no mesmo relatório, também ocorria com os cabos submarinos. As embarcações, mesmo avisadas, arrastavam suas âncoras e danificavam os cabos instalados na Baía de Guanabara.

O que parecia estar em jogo de fato era a privatização ou não das comunicações telegráficas. A citada declaração do Ministro Souza Dantas fornecia argumento em favor dos cabos submarinos, ainda que com pouca fundamentação. A omissão no relatório ministerial dos problemas que ocorriam nos cabos levantou a suspeita de que já se estava preparando o ambiente para a autorização do uso de cabos submarinos no Brasil.

Apesar de o momento ser favorável ao cabo submarino, com o recente sucesso do primeiro cabo transatlântico entre a Grã-Bretanha e o continente Norte-Americano, em 1866, não se deveria esquecer tão rapidamente os percalços transpostos até a conclusão dessa ligação. As primeiras tentativas ocorreram a partir de 1858, com vários fracasssos e fortunas perdidas no fundo do oceano. Mesmo ligações de menor extensão apresentaram problemas, como a ligação entre a França e a Argélia, que, iniciada em 1853, só obtive êxito em 1870 (HEADRICK, 1991).

No ano de 1869, a questão do público *versus* privado ainda era a tônica na discussão sobre como deveriam progredir as linhas telegráficas. O trecho seguinte, retirado do relatório do Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Joaquim Antão Fernandes Leão (1809-1887), exemplifica a questão:

> Não é ainda questão decidida nos países mais adiantados, se a construção e custeamento das linhas telegráficas devem constituir um monopólio do Estado, ou se convém admitir a concorrência particular. Se por um lado o exemplo ultimamente dado pela Inglaterra, pátria da liberdade industrial, recomenda o primeiro, o dos Estados Unidos, e o da França, mais significativo em razão de sua organização administrativa, demonstram as vantagens do segundo sistema. (BRASIL, 1869)

De fato, o governo britânico havia acabado de estatizar as linhas telegráficas aéreas em seu território. O valor pago pelas indenizações capitalizou as empresas de telegrafia e favoreceu a expansão dos cabos submarinos. A aquisição das linhas terrestres pelo governo britânico ocorreu em 1868, dois anos após a instalação do primeiro cabo submarino transatlântico. Isso sugere que o governo britânico tenha fechado um acordo

prévio com as empresas privadas de telegrafia como uma forma indireta de investimento na telegrafia submarina. Essa manobra do governo britânico de investimento indireto pode ser entendida no contexto histórico do desenvolvimento da tecnologia dos cabos submarinos. No início de 1858, o governo britânico contratou a *Red Sea and India Telegraph Company* para ligação telegráfica entre a Grã-Bretanha e a Índia. O cabo submarino ligando Suez a Bombaim foi assentado entre maio de 1859 e março de 1860. Problemas na transmissão logo surgiram em cinco das seis seções do cabo. Nenhum telegrama jamais atravessou todo o caminho. Mesmo sem funcionar, por força do contrato, o governo inglês foi obrigado a pagar trinta e seis mil libras por ano durante os cinquenta anos seguintes para a referida companhia. O fracasso na instalação do cabo submarino no Mar Vermelho tornou o governo britânico avesso a investir diretamente em cabos submarinos (HEADRICK, 1991).

Na dúvida sobre como investir na expansão do telégrafo, o governo brasileiro adotou várias medidas: prosseguir na construção de suas próprias linhas terrestres através da RGT; conceder concessão a uma companhia privada para construção da linha entre as Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais; e fazer a ligação entre as capitais das províncias via cabo submarino, bem como a ligação transatlântica entre o Brasil e a Europa. A ligação via cabo submarino com algumas capitais litorâneas foi concedida à companhia britânica *Western and Brazilian Telegraph Company,* que providenciou a instalação dos cabos entre 1873 e 1875. O cabo submarino transatlântico entre Recife e a Europa foi inaugurado em 1874. Sua operação foi concedida a outra companhia britânica, a *Brazilian Submarine Telegraph Company.* O conjunto de medidas, tomadas a partir de 1869, mostra a relevância que o telégrafo adquiriu para o governo brasileiro, assumindo um papel de um serviço "estratégico".

Para testar as várias possibilidades de expansão das linhas telegráficas, o governo brasileiro deu ao engenheiro F. A. Kieffer, pelo decreto no. 4350, de 5 de abril de 1869, concessão para explorar uma linha telegráfica entre a cidade do Rio de Janeiro e Ouro

Preto. Sobre essa concessão, Capanema publicou um livro (1869) onde detalhou suas objeções, entre elas: a entrega das comunicações nacionais ao controle de estrangeiros; o desconhecimento de um estrangeiro sobre a região por onde seria instalada a linha; o fraco movimento comercial do país, que não permitiria que a telegrafia fosse um investimento interessante para particulares; condições muito favoráveis ao empresário em caso de desapropriação da linha; parte do trajeto previsto na concessão de Kieffer já estava construída pela RGT; a tarifa cobrada pela linha particular entre Rio de Janeiro e Ouro Preto deveria ser vinte por cento mais barata que a tarifa cobrada pela RGT. A maioria dos argumentos usados por Capanema contra a concessão dada a Kieffer era de caráter específico. Sem discutir o mérito dos argumentos, é possível questionar, sob o ponto de vista liberal, que os problemas apontados por Capanema nesta concessão poderiam ser revistos em outras concessões, o que não comprometia a ideia de privatização do telégrafo no Brasil. Entretanto, Capanema também usou argumentos amplos que se opunham à própria ideia da concessão de linhas telegráficas a particulares. Por exemplo, uma avaliação equivocada de uma companhia privada poderia fazê-la crer na viabilidade econômica do negócio. Uma vez instalada e o prejuízo operacional comprovado, poderia levar a companhia a negligenciar a manutenção das linhas, com consequentes interrupções das comunicações. A exigência da tarifa mais barata cobrada pela empresa de Kieffer era eufemismo. Equivalia exigir que a RGT cobrasse tarifas mais elevadas. Sem avançar na análise dos argumentos de Capanema, é fato que, embora a linha telegráfica de Kieffer tenha operado com normalidade, esta foi a única linha terrestre privada construída por concessão durante o Segundo Reinado. A construção de linhas terrestres por particulares não foi mais adotada pelo governo como solução para expansão dos telégrafos no Brasil, exceto para as companhias de estradas de ferro, que usavam o telégrafo para controle do tráfego de trens.

As linhas aéreas da RGT estavam com a construção parada em Cabo Frio. O final do conflito com o Paraguai reativou a construção das linhas telegráficas estatais. Em

dois de dezembro de 1869, foi inaugurada a estação de Campos. Esta era uma das cidades comerciais mais ricas da Província do Rio de Janeiro, o que justificaria, entre outras razões, o interesse de Capenama em levar a linha àquela localidade. Para ele, era importante garantir receita à RGT que fizesse frente aos seus custos, a fim de que pudesse continuar avançando com suas linhas. É certo que investir ou não na telegrafia era uma decisão política, que envolvia outras esferas de poder, extrapolando o âmbito da direção da RGT. A esta, cabia gerir as próprias finanças para crescer suas linhas aos poucos, com dotações orçamentárias anuais.

Ao dar concessão às companhias privadas, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas ressaltou que essas concessões não deveriam prejudicar o serviço telegráfico que o governo já desenvolvia, tanto nas correções necessárias a serem feitas na linha do Sul, como o prolongamento para o Norte. No entanto, embora o governo já houvesse adquirido o material para iniciar a linha de Pernambuco, foi expedido um aviso mandando suspender os trabalhos, porque se queria conceder a comunicação do litoral a uma empresa particular. Tal aviso foi devidamente ignorado por Capanema que, devido ao prestígio e amizade que tinha com o imperador, prosseguiu com a construção da linha Norte. Após esses entraves, a linha telegráfica estendeu-se a São João da Barra, ao Norte da Província do Rio de Janeiro, em 1870. Neste mesmo ano, a linha do Sul recebeu um ramal de Pelotas a São João de Camaquan e outro de Paranaguá a Morretes. Um dos interesses do Brasil na expansão das linhas no Sul era sua interligação com a Argentina, que na ocasião havia desenvolvido suas linhas terrestres, interligando muitas de suas cidades.



Figura 2 – Ligação das linhas telegráficas brasileiras e argentinas. Fonte: Arquivo Nacional, 4Q map 40)

A ligação entre a Argentina e o Brasil, mostrada na figura 2, era um passo quase natural no processo de crescimento da rede telegráfica de ambos os países. Além do

fortalecimento das relações comerciais e políticas, a interligação ao país vizinho visava incrementar as receitas obtidas com o aumento do tráfego telegráfico. Algo semelhante ocorreu na Europa, na década de 1850: primeiro o desenvolvimento das linhas telegráficas nacionais e depois a consequente interligação dessas linhas, por meio de tratados, para promoção do comércio e agilização nas relações diplomáticas entre países vizinhos (HEADRICK, 1991).

Durante a Guerra do Paraguai, o governo pôde contar com o apoio dos municípios e de proprietários para construção da linha do Sul, com o fornecimento de boa parte dos custos de material e mão de obra. Na construção da linha do Norte o momento era outro, e o tratamento dado por políticos, proprietários e comerciantes também não foi o mesmo. Com a proximidade do fim da guerra, a Associação Comercial Beneficente de Pernambuco passou a reivindicar a construção de uma linha telegráfica ligando Recife à Corte. O Governo pediu ajuda para a obra alegando que o orçamento não comportava o empreendimento. A quantia de vinte e seis contos de réis, anteriormente oferecida pela referida Associação, foi agora negada. A Associação alegou que não poderia realizar a obra por seus próprios meios devido à situação que aquela praça enfrentava naquele momento. Além da crise financeira internacional, a região nordeste do Brasil vivia uma situação de declínio. Por volta de 1875, a participação do Brasil no mercado mundial de açúcar, que sempre fora de 10%, caiu para 5%. Isso se deveu à concorrência do açúcar de beterraba produzido na Europa, particularmente na Alemanha, e o açúcar da cana produzida em Cuba. A utilização de tecnologia pelos concorrentes e a carência desta na produção do açúcar no Brasil foram fatores responsáveis pela perda de mercado por parte do Brasil. Embora o açúcar continuasse a ser o segundo produto das exportações brasileiras, a redução de sua participação era evidente. Na década de 1860, o café e o açúcar representaram, respectivamente, 48,8% e 21,2%, e na década seguinte, 45,5% e 12,3% (FAUSTO, 2006). Esses números indicam que a decisão de levar o telégrafo a Pernambuco foi política e não econômica. Essa decisão, como já dito, foi consensual,

embora a maneira de fazê-la tivesse divergências e suas finalidades também. Se a aproximação das principais províncias via telégrafo poderia fortalecer o poder imperial, aproximaria também a oposição republicana.

A ajuda pedida pelo governo para execução da obra foi respondida pela Associação Comercial de Pernambuco, que ofereceu um empréstimo de setecentos contos de réis. Este deveria ser dividido entre as Províncias do Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, cujas capitais seriam atravessadas pela linha telegráfica.

> "A importância do empréstimo será levantada por todas as províncias a que aproveita a linha telegráfica. Nesse valor se computará igualmente o quantum dos donativos com que concorrerem os cofres provinciais" (ATA DA SEÇÃO..., 1867).

Pela proposta, a amortização e juros desse empréstimo concedido ao governo imperial seriam garantidos e pagos com a renda bruta do telégrafo construído. Pela documentação localizada, não ficou confirmado se todas as províncias atravessadas pela linha do Norte realmente participaram do rateio das despesas, e como se deu o modo de participação do governo e das províncias.

A linha que interligou as Províncias do Rio de Janeiro e de Pernambuco foi construída por partes, com trechos distintos ao longo do trajeto, que foram progressivamente sendo interligados, como mostra o mapa da figura 3.

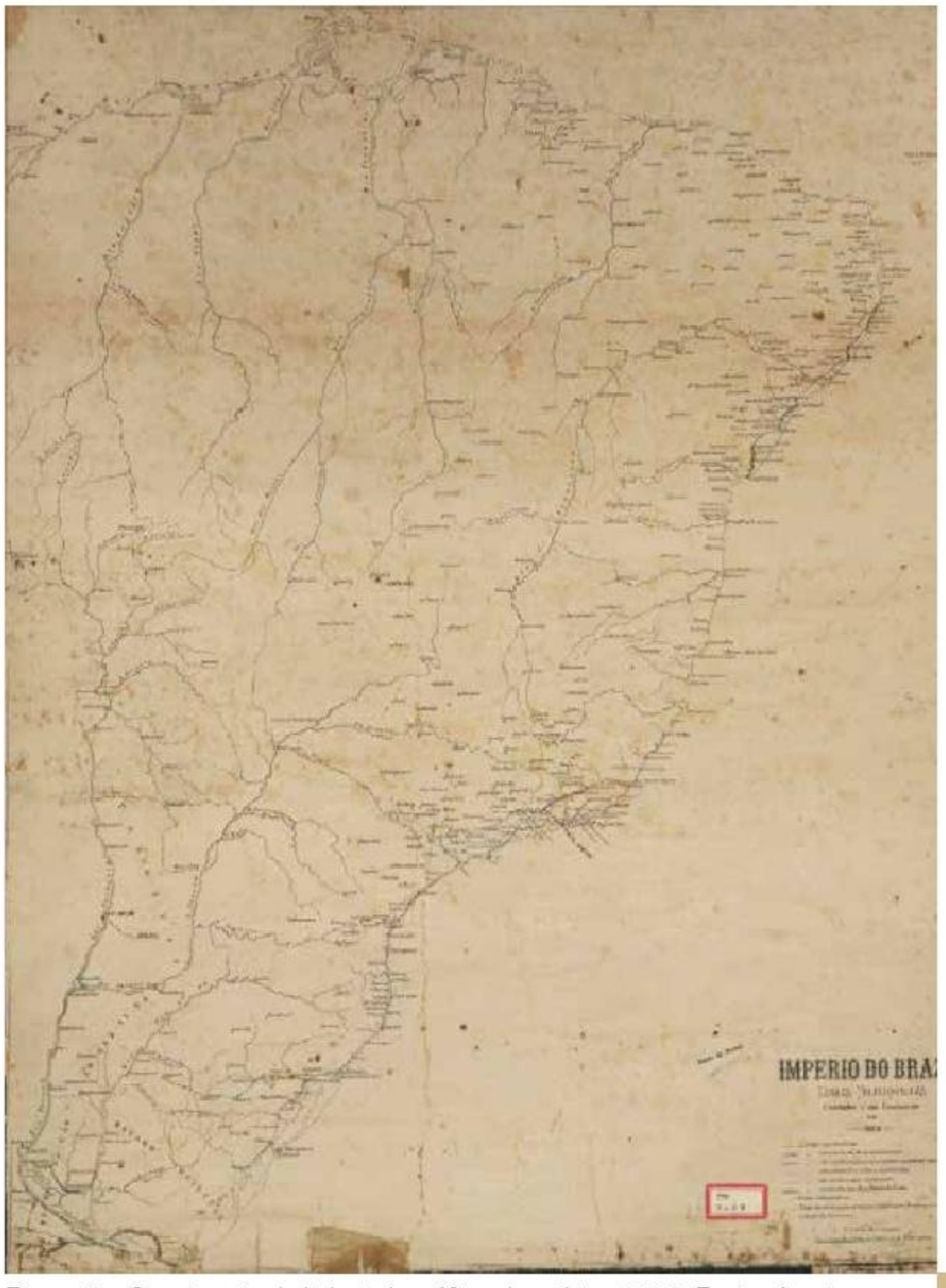


Figura 3 – Construção da linha telegráficas brasileira 1872. Fonte: Arquivo Nacional, 4Y map 442)

Em 1873, inaugurou-se a estação de Itapemirim, que possibilitava solução de continuidade até Maceió. No mesmo ano foram entregues ao tráfego duzentos e dezoito quilômetros aquém de Maceió. A RGT não se limitou à construção da linha Norte. A linha do Sul também recebeu reparos, manutenção e novos ramais. Neste mesmo ano concluiu-se a construção do ramal de Santos a São Paulo, inaugurando-se esta estação a 26 de outubro. O projeto inicial de levar a linha telegráfica até Pernambuco foi ampliado. Em 1875, já havia linha construída até a capital da Paraíba e, em 1876, até o Rio Grande do Norte; no entanto, a abertura das novas estações foi retardada devido à falta de pessoal qualificado para guarnecê-las. Das vinte províncias em que se dividia o Império, treze já haviam recebido a rede telegráfica em 1879. A inauguração de uma estação era fato sempre muito comemorado nas novas localidades atendidas pelo telégrafo. Esse fato tomava dimensões políticas amplificadas quando chegava a uma capital. Era comum a presença das mais altas autoridades na respectiva capital e na Corte Imperial, com a presença de ministros e do imperador, reconhecido por seu entusiasmo pelas inovações tecnológicas. Em 26 de fevereiro de 1881, inaugurou-se a comunicação geral até Fortaleza (RGT, 1907). Em 1884, Capanema foi acompanhar a construção da linha do Norte. Pessoalmente procedeu à determinação de várias posições geográficas, por haver queixas contra a escolha do traçado dessa linha, cujos estudos estavam em completa contradição com os mapas oficiais.

Concluída a linha até São Luis do Maranhão, foi designado pelo imperador o dia 14 de dezembro de 1884 para inauguração das novas estações. Na antevéspera da inauguração, Capanema convidou o encarregado do Telégrafo Oriental (Companhia Telegráfica do Uruguai), Eduardo Jones, para um ensaio entre Teresina, e depois São Luis e Montevidéu. A transmissão foi feita com facilidade. Durante a inauguração, telegramas foram trocados entre Montevidéu, a Corte e São Luis num intervalo de seis minutos. Num dos telegramas consta:

> A inauguração oficial das estações de São Luis do Maranhão e Piauí em 14 de dezembro ocorreu com o envio de um telegrama de 33 palavras entre São Luis do Maranhão e Montevidéu, entre o presidente da província e o cônsul geral do Brasil, e foi transmitido para a corte, depois de acusado para São Luis o recebimento correto e, desligado a comunicação para o norte, sendo recebido pelo Imperador num intervalo menor que 6 minutos, a contar do momento em que começou a transmissão em São Luis. A distância percorrida diretamente foi de 6884 km entre São Luis e Montevidéu, e chega a 9700 km adicionando a distância entre Montevidéu e a Corte. (CAPANEMA, s/d)

A última capital atendida pelo telégrafo durante o Segundo Reinado foi Belém, cuja estação foi inaugurada em 1886. No final do império, todas as capitais do litoral estavam interligadas pelas linhas telegráficas brasileiras. Nessa ocasião, a estação mais ao Sul do país era Jaguarão, onde se liga às linhas do Uruguai, e a estação no extremo Norte era a de Belém. Na cidade de Porto Alegre, dirigindo-se para Oeste, a linha se estendia até Uruguaiana. A transmissão para a Argentina podia ser feita diretamente entre as linhas nacionais e as daquele país ou através de Montevidéu, passando pela estação de Jaguarão e Uruguaiana. Em 1889, havia 10.755 quilômetros de linhas telegráficas com 18.488 quilômetros de fios condutores, ligando cento e setenta e três estações. Com a implantação da República, apenas três estados não possuíam telégrafo: Goiás, Mato-Grosso e Amazonas. (BRASIL, 1890)

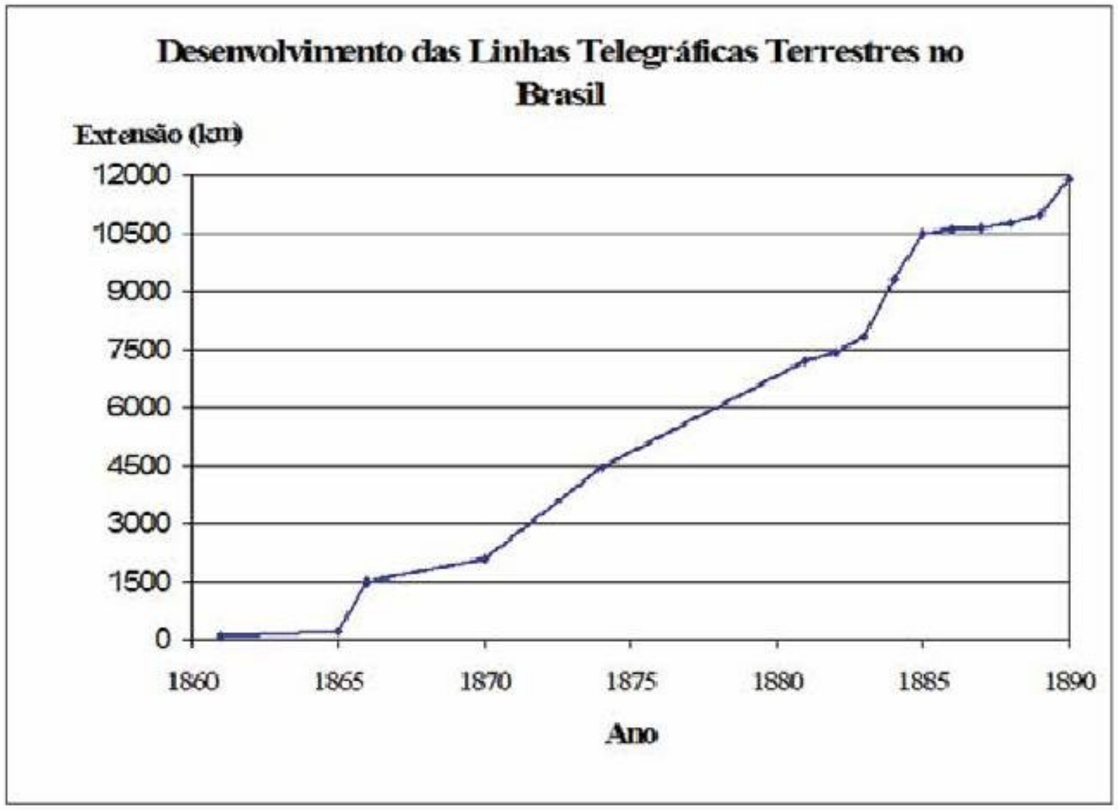


Gráfico 1 – Extensão das linhas telegráficas construídas pela RGT.
Fonte: Relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. (adaptado).

O gráfico ao lado apresenta a evolução da extensão das linhas telegráficas construídas pela RGT no período do Segundo Reinado:

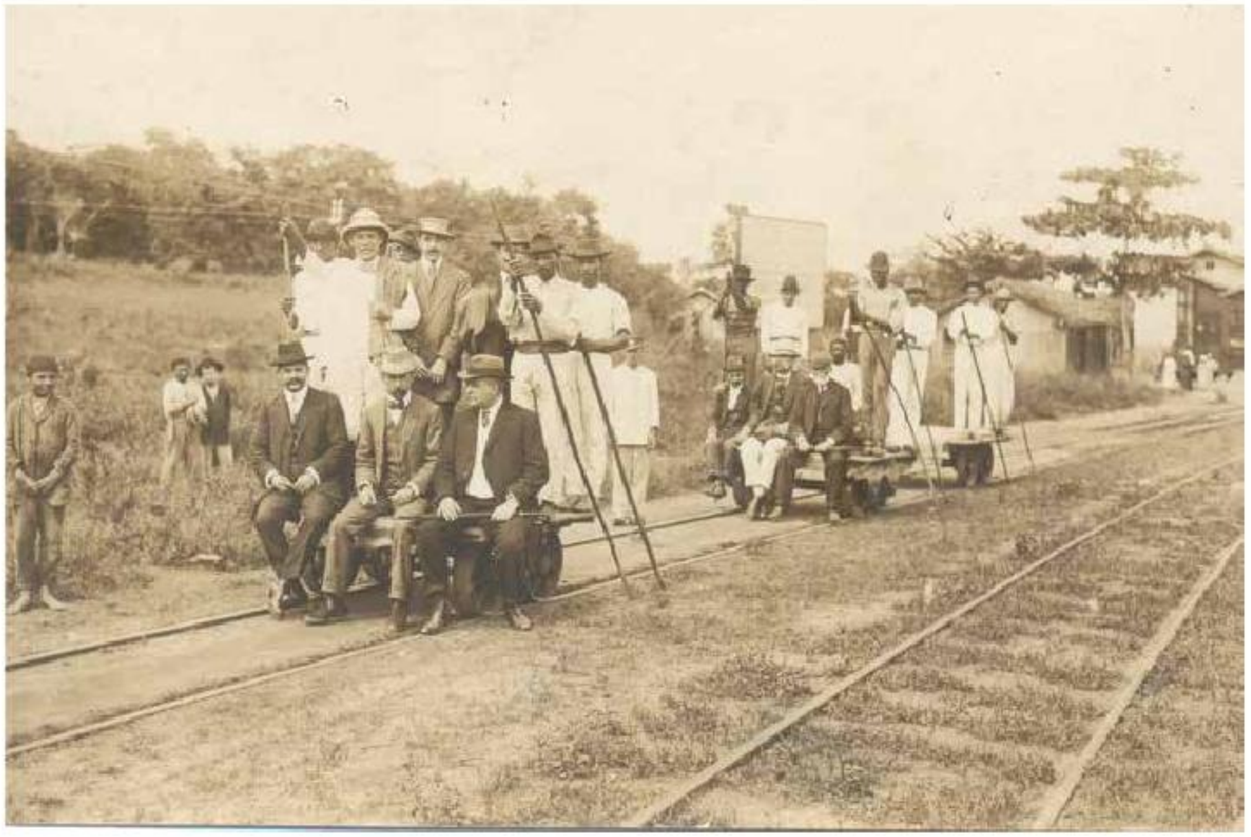


Figura 4 - Contrução da ligação telegráfica entre as cidades do Rio de janeiro e Petrópolis. Segunda metade do século XIX.
Acervo - Museu Correios

A grande inclinação da curva apresentada no gráfico 1, entre 1865 e 1866, é decorrente da linha entre a Corte e o *front* durante a Guerra do Paraguai. Após o fim da guerra, o acentuado crescimento a partir de 1870 é resultado da expansão da linha telegráfica para o Norte. Por volta de 1884, observa-se um forte crescimento da linha, num esforço final de se atingir a região amazônica, depois de ter chegado ao Maranhão.

Considerações finais

A construção das linhas telegráficas brasileiras durante o Segundo Reinado teve três momentos distintos: a fase inicial, entre 1852 e 1865, quando as linhas telegráficas ficaram restritas à cidade do Rio de Janeiro e a Petrópolis; a Guerra do Paraguai, quando a extensão das linhas passou de algumas poucas dezenas de quilômetros para mais de dois mil quilômetros; e a terceira fase, entre 1870 e 1889, quando as linhas se estenderam para o Norte do país.

A divisão em fases ajuda a compreender as razões que impulsionaram o desenvolvimento do telégrafo no Brasil. Motivado pelo combate ao tráfico de escravos, o telégrafo foi implantado no momento em que o tráfico já estava extinto. Sem outra razão de ser, foi ignorado pelas autoridades até a Guerra do Paraguai. Com a

necessidade de comunicação rápida com o *front*, as linhas foram levadas à fronteira Sul e o telégrafo mostrou pela primeira vez no Brasil seu potencial de utilização. O conflito serviu para despertar o interesse do governo pelo telégrafo, que passou a promovê-lo através da expansão das linhas telegráficas. Com o fim da guerra, o governo tratou de construir suas próprias linhas em direção ao Norte. Com verba escassa e o consequente prazo dilatado na construção das linhas terrestres, o governo optou pela ligação telegráfica via cabo submarino por concessão às empresas britânicas. A ligação litorânea atenderia à necessidade de integração dos mais importantes centros produtores, e a ligação com a Europa daria agilidade às relações comerciais e diplomáticas do Brasil. Durante o período analisado, a expansão do telégrafo no Brasil esteve diretamente ligada a motivações políticas; a economia teve papel secundário.

Referências

ATA DA SEÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL BENEFICIENTE DE PERNAMBUCO. Pernambuco: Associação Comercial Beneficiente de Pernambuco. 18-. Arquivo do Museu Histórico Nacional. Gsdo 61.1/10.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. **Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.** Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. 1867

_____. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. **Relatório do Ministério da Agricultura**, Comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. 1869

_____. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. **Relatório do Ministério da Agricultura**, Comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. 1890

CAPANEMA, G. S. **Relatório do Ministério da Agricultura**, Comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. 1867

_____. G. S. **Algumas Palavras sobre os Telégrafos e o Ministério das Obras Públicas.** Rio de Janeiro: Tipografia Imperial, 1869.

_____. G. S. Arquivo do Museu Histórico Nacional. s/d. GSpb 20.

CARVALHO, J. M. **A construção da ordem:** a elite política imperial e Teatro das sombras: a política imperial. 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FAUSTO, B. **Historia do Brasil**. 12a ed. São Paulo: Edusp, 2006.

HEADRICK, D. **Invisible Weapon:** Telecommunications and International Politics 1851 – 1945. New York: Oxford University Press, 1991.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MACIEL, L. A. **Cultura e tecnologia.** A construção do serviço telegráfico no Brasil. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.21. 2001. p.127-144.

PRADO JUNIOR, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1949. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

RGT - REPARTIÇÃO GERAL DE TELÉGRAFOS. **Memória Histórica** A Repartição Geral dos Telégrafos. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial. 1907.

SILVA, M.C. **A Introdução da Telegrafia Elétrica Estatal no Brasil durante o Segundo Império.** 2003. 212 f. Dissertação de Mestrado – História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2003.

SILVA, M. C; MOREIRA, I. C. A Intodução da Telegrafia Elétrica no Brasil (1852-1870). **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência.** Rio de Janeiro. jan/jul. 2007. v.5, p. 47-62

SOARES, Sebastião Ferreira. **Elementos de Estatística.** Rio de Janeiro, 1865. In: HOLANDA,Sergio Buarque. Raízes do Brasil. 26a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Mauro Costa da Silva
Professor Associado do Departamento de Física do Colégio Pedro II
Engenheiro Elétrico, Físico e Doutor em História e Filosofia das Ciências e das Técnicas.

Telégrafo Breguet.
Foto - Jair Xavier
Acervo - Museu Correios

Coleção Telegráfica do Museu Correios como Fonte documental para a História das Comunicações no Brasil — O Telégrafo Bréguet

Bernardo de Barros Arribada

The Telegraphic Collection of *Museu Correios* (Post Museum) as a document source for the history of communications in Brazil: The Bréguet telegraph

Resumo/Abstract

O Museu Correios detém em seu acervo grande parte da História das Comunicações no Brasil, materializada em várias coleções, dentre elas a telegráfica. O presente artigo apresenta um breve panorama da teoria do objeto enquanto documento e testemunho, com o objetivo de demonstrar como objetos de ciência e tecnologia, no caso do Museu Correios representados por essa coleção, podem ser tratados como fonte de informação, usando como exemplo um aparelho transmissor Bréguet.

Palavras-chave: acervo de ciência e tecnlogia; objeto-documento; objeto-testemunho; coleção telegráfica.

The *Museu Correios* (Post Museum) collection contains a large record of the History of Communications in Brazil, including several collections, among them the Telegraphic Collection. This article presents a brief overview of the theory of the object as a document and a testimony, to demonstrate how objects of science and technology, in the case of *Museu Correios* and represented by this collection, can be treated as an information source. It examines the case of the Bréguet telegraph transmitter.

Keywords: Science and technology acquis; Object-document; Object-testimony; Telegraphic collection.

Introdução

O desenvolvimento do processo evolutivo humano inclui um sistema de comunicação baseado na delimitação de significados e sentidos por meio de sinais sonoros (fala) e sinais gráficos (escrita), que representam seu ambiente físico e mental, permitindo com que companheiros (e inimigos) se entendam. No entanto, essa comunicação, até certo momento, estava geograficamente restrita ao alcance dos sentidos da visão e audição. Um capítulo importante da História das Comunicações pode, portanto, ter sua origem na transmissão de códigos á distância com os sons dos tambores ou pelos sinais de fumaça.

Mas o homem continuou aperfeiçoando os modos de se comunicar, e esse processo de desenvolvimento alcançou um momento relevante a partir do século XVIII e XIX, com os resultados das pesquisas sobre a eletricidade e a utilização dessa nova forma de energia na produção de objetos e mecanismos para a transmissão da informação em longa distância, ultrapassando oceanos, unindo continentes, ligando pessoas e nações. O telégrafo, o telefone e o rádio são os instrumentos de comunicação originários desse período que revolucionou o pensamento social e a transmissão de informações e, alguns, ainda estão presentes no nosso cotidiano.

Muitos desses aparelhos de comunicação formam a base das coleções de museus que se dedicam ao estudo da história e da memória das telecomunicações, como é o caso do Museu Correios, único do gênero no Brasil.

Este artigo busca demonstrar que as peças que compõem a coleção telegráfica do Museu Correios devem ser compreendidas enquanto documentos para a História da

Ciência e da Tecnologia. A partir de um objeto da coleção – o telégrafo Bréguet – será contado o início do desenvolvimento da telegrafia no Brasil, confirmando o papel exercido pelos objetos museológicos como fontes de informação para a história das ciências e das comunicações.

Objetos de museu – objetos-documento

O termo 'documento' vem do latim *docere* que significa ensinar. De complexidade semântica, o termo é usado em muitas áreas do conhecimento, como o Direito e a Arqueologia, entre outros. A museologia se apropria do conceito de documento desenvolvido pela área da Documentação, mais precisamente da definição elaborada por Paul Otlet, quando do desenvolvimento da disciplina, no início do século XX. Otlet, em seu livro *Traité de Documentation* (1934), teoriza e define práticas para o tratamento dos documentos e da informação, sendo pioneiro, inclusive, ao prever mecanismos para recuperação da informação e a futura *World Wide Web*.

De maneira geral, para o autor, documento é o registro do pensamento humano e da realidade exterior em elementos materiais (OTLET, 1934) – mais precisamente em forma de livros[1]. Ao desenvolver o conceito de documento e suas especificidades, Otlet inclui os objetos museológicos na categoria "documentos ditos substitutos dos livros":

> a) O documento escrito ou gráfico é a representação das coisas materiais ou das imagens intelectuais e abstratas das coisas. As coisas materiais em si (objetos) podem ser tidas como documentos uma vez que são criadas como elementos sensíveis, resultado de estudos, ou de provas de uma manifestação. É, então, 'documentação objetiva' e 'documentação automática'.



Figura 1. Paul Otlet
c. 1934
Fonte: Encyclopedia Britannica.

1. Cabe ressaltar, aqui, que, à época, os registros do conhecimento humano eram feitos principalmente em livros, periódicos, jornais e outras publicações, sendo esse o motivo de designar documento os registros bibliográficos.

> b) Os objetos de todas as espécies dão lugar à coleções. Assim, os objetos naturais: minerais (elementos e compostos químicos, rochas), plantas (ervas, madeiras, raízes), animais (anatomia, teratologia). Assim os objetos criados pelo homem: matéria, produtos, objetos técnicos. [...] (OTLET, 1934, p.217, tradução nossa)

E vai além quando indica que nos museus "[...] as coisas reunidas por inteiro, ou amostras (parte de uma matéria homogênea) constituem documentos [...] e são úteis ao estudo, ao ensino, à pesquisa" (OTLET, 1934, p.356, tradução nossa) prevendo o que viria a ser o trinômio principal das atividades museológicas: conservação, pesquisa e comunicação.

E sobre museografia, a ciência prática dos museus, e os objetos afirma que:

> Os museus de objetos e a museografia encontram seu lugar na **documentação**, seja considerando-os como parte integral da segunda, em sentido amplo, seja constituindo **fontes auxiliares de informação**, seja que certos princípios, certos métodos, sejam comuns a um e à outro, seja ainda que existam estreitas conexões entre museus e bibliotecas. O museu é o livro *in natura*. (OTLET, 1934, p.356, tradução nossa, grifo nosso)

Na década de 1950, a francesa Suzanne Briet, seguidora de Otlet escreve seu livro *Qu'est-ce que la documentation* corroborando com a categorização de Otlet para os objetos enquanto documentos. É possível, inclusive, perceber em Briet aspectos do conceito de musealização – objeto re-significado e deslocado de seu ambiente natural para um ambiente institucionalizado (Museu) – e de objeto museológico, quando ela defende que

> [...] uma estrela é um documento? Um seixo levado pela corrente é um documento? Um animal vivo é um documento? Não. Mas são documentos as fotografias e os catálogos de estrelas, as pedras de um museu de mineralogia, os animais catalogados e expostos em um zoológico. (BRIET, 1951, p.7, tradução nossa)

Os objetos no museu, como previsto no código de ética para museus, do Conselho Internacional de Museus (ICOM, 2013, p.6, tradução nossa), são testemunhos primários, ou seja, objetos-documentos na medida em que atuam com função de comunicação dos "[...] processos sociais e peculiaridades de caráter expressivos [...] ". Os objetos são portadores de dados, devendo ser tomados, então, como unidades informacionais ligadas "[...] ao sistema de relações sociais de produção, circulação e consumo simbólicos, onde tais relações são engendradas [...] e as funções sociais definidas [...]" (LIMA, 2008, p. 37).

Pomian (1984, p.71) forja o termo objetos *semióforos* indicando todos esses constructos apropriados e capazes de portar um significado que estabelecem uma "[...] uma mediação de ordem existencial [...] entre o visível e o invisível, outros espaços e tempos, outras faixas de realidade [...]". O conceito traz, ainda, aspectos do objeto-testemunho-documento, ou seja, de prova, aproximando-se do significado etimológico da palavra.

Ainda a respeito do caráter informacional dos objetos, o historiador Jacques Le Goff, citando o também historiador Lucien Febvre, pontua que

> [...] a história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos, paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras do ser do homem. (FEBVRE apud LE GOFF, 1994, p. 540)

Instrumentos científicos – fontes de informação em museus de ciência e tecnologia

Na história da instituição museológica e da museologia, é possível perceber uma ligação constante com a História da Ciência e da Tecnologia. Os Gabinetes de Curiosidades, enquanto instituições de pesquisa e raízes do museu contemporâneo, desempenharam papel essencial, principalmente no que diz respeito à organização do conhecimento. Esse tipo de museu foca suas coleções em exemplares que abarcassem e possibilitassem o desenvolvimento do conhecimento científico, a partir das técnicas comparativas aplicadas a espécimens da coleção, reflexo da prática empiricista pregada por Francis Bacon (1561-1626).

Atualmente, os Museus de Ciência e Tecnologia são instituições cujas coleções preservam o patrimônio material e imaterial do desenvolvimento científico. Estudar os objetos que compõem suas coleções é mais do que verificar o desenvolvimento das técnicas. Segundo Granato,

> [...] a cultura material das ciências seria o estudo não do objeto em si, um microscópio ou um voltímetro, por exemplo, mas das diferentes técnicas e tecnologias contidas naquele objeto, por quem e para quem este objeto foi construído, com que finalidade e se seu uso correspondeu ao objetivo para que foi originalmente construído. E ainda, a interação destes objetos com a ciência que o originou e os lugares e épocas onde esta foi produzida. (GRANATO, 2007, p. 3)

Em suma, os objetos científicos-documentos preservados nessas instituições museológicas, comportam informações em três níveis: físico, semiótico ou estruturalista e histórico. (GRANATO, 2007, p. 6-7). Essa afirmação vai ao encontro do que Mensch (1986) e Ferrez (1994) afirmam a respeito da estrutura informativa do objeto musealizado, também chamada de informação museológica. Para os autores, os objetos que compõem as coleções apresentam informações intrínsecas (deduzidas do próprio objeto – informações **do** objeto) e informações extrínsecas (obtidas de outras fontes – informações **sobre** o objeto).

> Um dos aspectos mais apaixonantes na pesquisa histórica é, precisamente, o trajeto percorrido pelas obras de ciência ou de arte desde o momento em que são concebidas até chegarem a um museu que é, sem dúvida, o seu natural destino. Conhecer o nome de quem as encomendou e do fabricante que as produziu, dos seus possuidores ao longo dos tempos, os preços que por elas se pagaram, que restauro sofreram, é um objetivo que o investigador nem sempre consegue. É como andar para trás com a máquina do tempo, mas a máquina, a maior parte das vezes emperra. (REIS apud GRANATO, 2007, p.8)

O Museu Correios e suas coleções

O Museu Correios, enquanto instituição museológica, tem como missão a salvaguarda da memória do serviço postal e telegráfico, da Filatelia e da Marcofilia nacional. Seu acervo é, portanto, formado por diversas coleções que buscam cumprir o papel de documentos dessa história.

Uma delas é a coleção telegráfica, ambiente de estudo deste artigo. Essa coleção é composta por aparelhos telegráficos, manipuladores morse, relés (*relais*), *sounders,* condensadores, baterias, telefones, instrumentos científicos (galvanômetros, voltímetros, etc), teleimpressores, aparelhos de telex, amostras de cabos submarinos, entre outros equipamentos e materiais utilizados na transmissão de mensagens à distância. Essa faceta do acervo permite concluir que o Museu Correios pode ser inserido na categoria de museu de ciência e tecnologia, atuando como instituição de preservação da memória do desenvolvimento tecnológico brasileiro no âmbito das telecomunicações.

Abrir um museu para contar a história dos serviços prestados pelas



Figura 2. Exposição Os Sinais e as Coisas – Da Fogueira à Internet, no Museu Correios
Foto: Jair Xavier
Acervo – Museu Correios

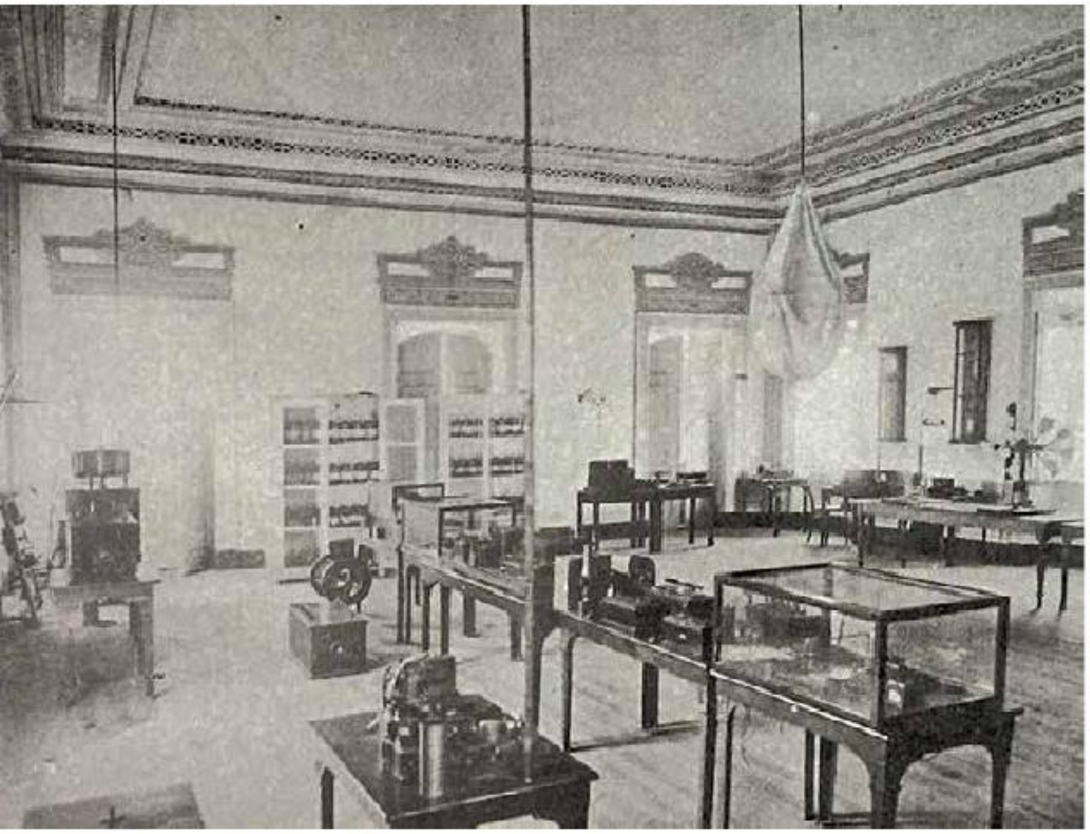


Figura 3. Sala de Experiências do Museu (Fonte: RGT, 1907)

instituições responsáveis pela comunicação no Brasil é um projeto que remonta ao fim do século XIX. De acordo com Santiago (2013, p.14) foi na administração do Dr. Luiz Betim Paes Leme (1882-1891) que foi criada a Biblioteca Postal (1888) e o Museu Postal (1889). Vale ressaltar que no texto do documento que regulamenta o museu – Portaria nº 119 de 1889 – o diretor-geral já orienta as divisões e seções dos Correios a recolher e organizar carimbos, sinetes e outros objetos não mais utilizados para compor a coleção do Museu Postal (SANTIAGO, 2013, p.15).

Na ocasião, os serviços postais e telegráficos eram de responsabilidade de órgãos diferentes – Diretoria Geral dos Correios (DGC) e Repartição Geral dos Telégrafos (RGT), respectivamente.

No âmbito da RGT, o Museu Telegráfico foi criado pelo Barão de Capanema – responsável, também, pela implantação da telegrafia elétrica no país (1852). Ao contrário do Museu Postal, o Museu Telegráfico não possui documentação que nos indique seu funcionamento (SANTIAGO, 2012, p.18). As fotografias utilizadas na publicação "Memória Histórica", da RGT, de 1907, documentam salas onde ficava o acervo exposto com etiquetas e, em alguns casos, legendas, conforme ilustrações a seguir.

A abertura do Museu Postal e do Museu Telegráfico em fins do século XIX é significativa uma vez que é somente no séc. XX que se consolidam os grandes Museus Históricos. Segundo Almeida, é a partir das primeiras décadas dos anos 1900, que

> [...] o próprio Estado exerce o papel de 'colecionador', criando museus e formando suas respectivas coleções [...] principalmente nos

> momentos de enaltecimento ou engrandecimento das 'tradições', ações que se utilizam de estratégias de 'resgate' do passado como elemento legitimador e aglutinador da nação. (ALMEIDA, 2001, p.135).

Percebe-se então o papel pioneiro que os órgãos responsáveis pela comunicação no Brasil exerceram no que diz respeito à consolidação de suas instituições históricas e culturais.

Na década de 1930, com a criação do Departamento de Correios e Telégrafos (DCT) que juntava a RGT e a DGC, foi criado o Museu Postal-Telegráfico (1931). Santiago chama a atenção, inclusive, para o caráter de pesquisa e educação com o qual a instituição havia sido pensada, citando seu decreto de criação que indica sua função de, ao despertar o interesse geral pelos objetos ali guardados, "[...] atrair, cada vez mais, um maior número de visitantes e estudiosos [...]" (ALBUQUERQUE, 1965 apud SANTIAGO, 2012, p.20). Outra característica marcante desse período é a feição educativa do museu, que servia como escola de aperfeiçoamento para novos funcionários.

Com a mudança para Brasília, a extinção do DCT e criação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) foi criado um grupo para a estruturação de uma nova instituição museológica que preservasse a memória dos serviços prestados pelo novo órgão. Em 1980, a ECT abre, agora em Brasília, as portas do seu, então denominado, Museu Postal e Telegráfico. O espaço contava a história da empresa e do serviço postal no Brasil, com ênfase nas coleções filatélicas, de marcofilia (carimbos) e de objetos relacionados à história postal e telegráfica, como aparelhos de telégrafos, equipamentos de agências postais e remanescentes de outras

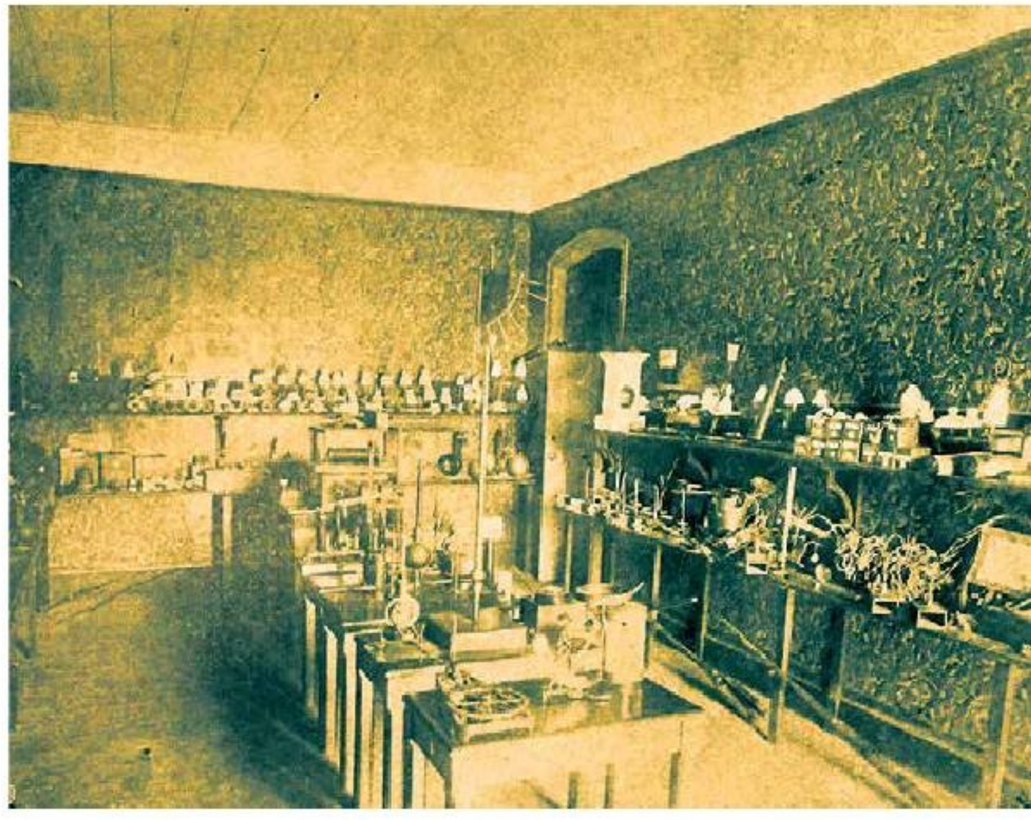


Figura 4. Museu - Sala dos Materiais e Ferramentas das Linhas
(Fonte: RGT, 1907)

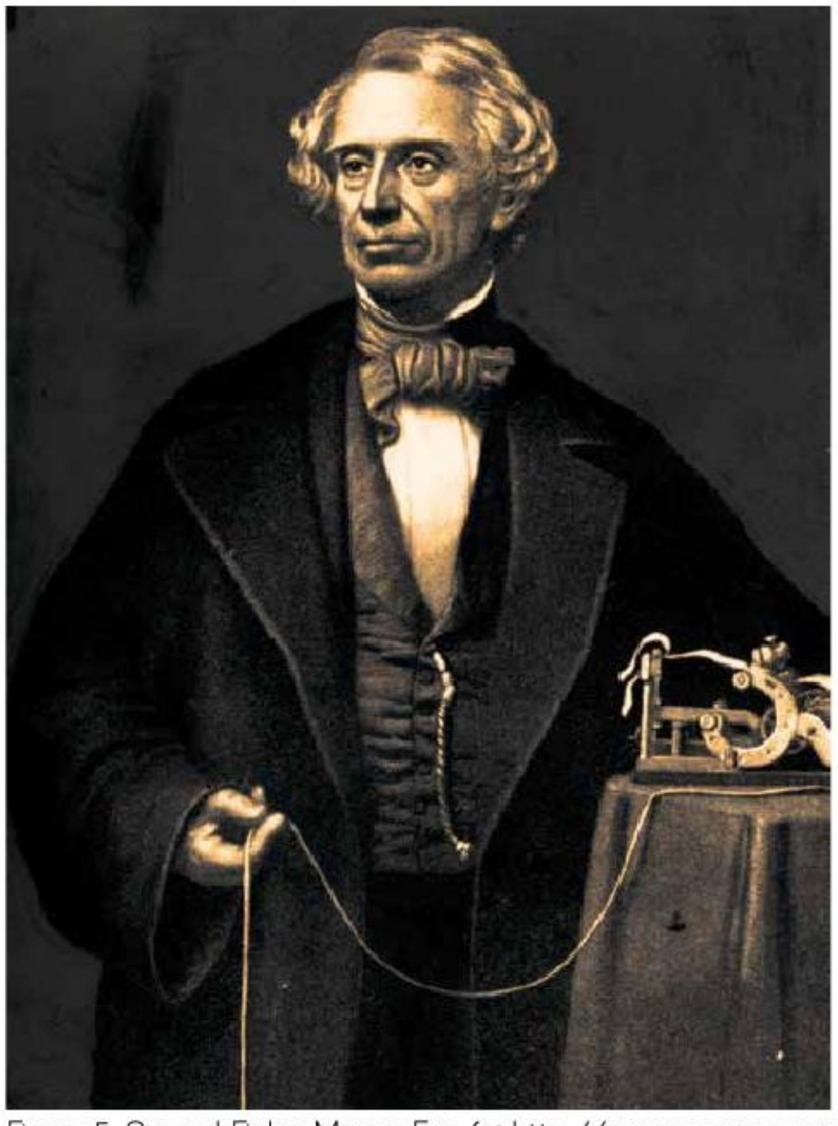


Figura 5. Samuel Finley Morse. Em: (< http://www.answers.com/topic/samuel-morse-large-image >) Acesso em: 30/04/2015 .

tecnologias empregadas nos Correios, como o caso do serviço pneumático[2].

O Museu Postal e Telegráfico funcionou até o ano de 2001. Durante a primeira década dos anos 2000, a ECT transferiu todo o acervo para outro imóvel, localizado na Universidade Corporativa dos Correios, também em Brasília, e iniciou reformas no prédio que abrigava a instituição. Um grupo de estudos foi criado, visando reestruturação do museu e das exposições para reabertura ao público, ocorrida em 25 de janeiro de 2012.

Além de exposições próprias (cuja temática gira em torno de seu acervo), o Museu Correios também recebe eventos patrocinados como exposições temporárias (fotografias, artes plásticas, etc.), eventos musicais, cinematográficos e teatrais, além de projetos de humanidades, e seminários de diversos temas.

A história da telegrafia e o aparelho Breguet do acervo do Museu Correios

A invenção da telegrafia, no século XIX, foi movida pela necessidade do homem de se comunicar independente de limitações geográficas e temporais, atingindo de forma instantânea todos os pontos do país e do mundo. Para Silva e Moreira foi, também, um período de "[...] interação entre a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico, alinhados a interesses políticos, financeiros e comerciais [...]" (SILVA; MOREIRA, 2007, p.47). A eletrodinâmica, o eletromagnetismo e outros conteúdos da física aplicada auxiliaram os cientistas norte-americanos e europeus a construir protótipos que buscavam a transmissão de informação codificada via corrente elétrica.

Destacou-se o cientista Samuel Finley Breese Morse (1791-1872) que inventou, em 1838, um sistema cujo único fio transmitia mensagens com auxílio

2.Os sistemas pneumáticos eram redes de tubos, cobrindo distâncias relativamente curtas (entre prédios próximos, por exemplo), pelos quais cápsulas cilíndricas eram propulsionadas por ar comprimido ou vácuo. As redes de transporte pneumático foram muito importantes no final do século XIX e no início do século XX para transportar pacotes pequenos e para entregas urgentes. .No Rio de Janeiro a tubulação ligava o Paço Imperial, então prédio da DGC, e o Palácio do Catete, sede do Governo Federal.

de um código – código morse – estruturado em impulsos elétricos curtos ou longos que representavam ponto ou traço, respectivamente. No entanto, esse não foi o primeiro aparelho a ser utilizado em terras brasileiras.

O desenvolvimento da telegrafia no Brasil se deu mais por questões políticas do que uma iniciativa de interesse econômico, como foi em outras partes do mundo. Além da repressão ao tráfico negreiro, o telégrafo foi instalado no Brasil como auxílio ao controle e segurança do grande território que facilitava movimentos separatistas.

> O conhecimento dos progressos que, no exterior, ia fazendo a aplicação da eletricidade à telegrafia despertou também o interesse para seu uso no Brasil. Em 1851, o governo brasileiro recebeu, por meio de um ofício do Ministro do Brasil em Washington, conselheiro Sergio Teixeira de Macedo, uma proposta do norte-americano J. L. Leonardt para estabelecer comunicação telegráfica entre diversas cidades do império brasileiro. No entanto, o empresário faleceu durante as negociações com o governo brasileiro em 1851. (SILVA; MOREIRA, 2007, p.49)

3.O telégrafo semafórico é uma tipologia de telegrafia ótica em que eram usadas bandeiras para envio de mensagens. Mais usado para controle na entrada e saída de navios nos principais portos brasileiros.

O então ministro da justiça Eusébio de Queiroz Coutinho Mattoso Câmara (1812-1868) procurou o Dr. Francisco Paula Candido (1805-1864), professor de física da Faculdade de Medicina, que se prontificou a fazer os primeiros testes, com a instalação de uma linha improvisada no quartel da polícia, na Rua dos Barbonos – atual Rua Evaristo da Veiga – até o Morro do Castelo, onde se encontrava a estação do telégrafo semafórico[3]. A primeira experiência para instalação da telegrafia no Brasil falhou. O material usado: fios de cobre, cobertos de seda embebidos de resina; isoladores de fundos de garrafa; e dois aparelhos Bréguet, pertencentes ao Gabinete de Eletricidade Prática da Escola Central cedidos pelo professor Guilherme Schüch de Capanema (1824-1909), lente de física da escola (SILVA; MOREIRA, 2007).



Figura 6. Aparelho Telegráfico
Transmissor Bréguet - Foto: Jair Xavier
Acervo - Museu Correios.

Os dois aparelhos Bréguet que pertencem ao acervo do Museu Correios, permanecem como objetos-documento, testemunhos não só dessa história, considerada em seus aspectos mais políticos ou mesmo anedóticos, mas também de um estágio da evolução científica e ecnológica, ao permitirem uma visão mais clara de como efetivamente funcionava um eterminado sistema de comunicação. Se não fosse a sua existência, materializando um onjunto de informações que pode ser complementado com outros tipos de documentos a época, em outros suportes, ficaria bem mais difícil ao pesquisador entender, em seus etalhes, o episódio em questão, bem como o processo histórico em que ele se insere.

Os aparelhos transmissores Bréguet (figura 6) são compostos por: um disco de metal om entalhes na periferia. Sobre ele, estão gravadas letras e números dispostos em círculos oncêntricos. O equipamento apresenta, ainda, uma manivela que se move sobre o círculo, qual possui um dente que se encaixa nos entalhes, além de duas chaves comutadoras e sete aídas para a ligação do aparelho, conforme é possível verificar na figura 6.

Esses modelos foram criados por Louis François Clément Bréguet (1804-1883), neto o famoso relojoeiro francês Abraham Louis Bréguet, criador da primeira marca de elógios da Europa. Educado na Suíça, aos 19 anos, começou a trabalhar na oficina da umília. Na década de 1840, depois das descobertas na área telegráfica, desenvolve uma aparelhagem que seria empregada na primeira linha francesa – Paris-Rouen, em 1845 – passando, posteriormente, a exportar para o Brasil e para o Japão (BRÉGUET, 1983).

Para provar que a falha não havia sido do equipamento, e sim da ligação, Capanema se propõe a refazer a experiência, porém agora com menor distância e aparatos, conseguindo transmitir sinais para a sala vizinha, com fiação passando pela janela. Ao saber do sucesso dessa segunda experiência, o ministro Eusébio de Queiroz solicitou ao professor uma relação do material necessário para as primeiras instalações telegráficas – entre a Quinta Imperial e o Quartel do Campo de Santana, as Secretarias de Polícia, da Justiça e a estação

do Morro do Castelo. O material incluía cabos e aparelhos telegráficos – sendo dessa vez os famosos aparelhos Morse. Nesse momento, fundava-se o Telégrafo Nacional. Guilherme Capanema foi nomeado, em 1851, aos 28 anos, encarregado dos telégrafos no Brasil.

Considerações finais

Os dois aparelhos Bréguet que testemunham essa história, como já foi dito, fazem parte, hoje, da coleção telegráfica do Museu Nacional dos Correios, composta também por outras peças-referência – objetos-testemunho – de diversos períodos da história das telecomunicações brasileira, como os isoladores e os aparelhos Morse que estavam nas primeiras instalações da telegrafia no Brasil, telefones, aparelhos telex, computadores, terminais de rastreamento (*tracking na tracing*), entre outros.

Os equipamentos que a compõem, ao serem tratados pelo processo de musealização – quando são destituídos de sua função original e tornam-se objetos museológicos, ou objetos-documentos – permitem entender, junto ao progresso da ciência e da tecnologia, a importância do seu uso em acontecimentos históricos da vida brasileira, como a participação da telegrafia para o envio de informações na Guerra do Paraguai; a expansão territorial para o interior do país, intensificada nos finais do século XIX e início do XX, período no qual a figura do Marechal Candido Mariano Rondon foi marcante na implantação de uma rede de comunicação por telégrafo e radiotelégrafo; e, também, os diferentes sistemas de codificação utilizados na transmissão das mensagens.

Mais que objetos-fetiche, marcados por sua raridade, antiguidade, conteúdo estético, ou mesmo singularidade, tais equipamentos devem ser entendidos, guardados e conservados como documentos, capazes de manter viva determinadas passagens de nossa história, em interlocução com outras fontes, de modo que o museu tenha destacada a sua função de instituição-repositório, fonte de informação, verdadeira ponte entre o passado e o futuro.

Referências

ALMEIDA, Cicero Antonio F. O "Colecionismo Ilustrado" na gênese dos museus contemporâneos. **Anais do Museu Histórico Nacional.** v. XXXIII. 2001. p. 123-140.

BRÉGUET, Claude. Louis Bréguet, construtor de telégrafos elétricos. **COFI** – Correio Filatélico. Ano 7. nº 80. out. 1983. p.12-19

BRIET, Suzanne. **Qu'est-ce que la documentation.** Paris: EDIT. 1951.

FERREZ, H. D. Documentação Museológica: Teoria para uma boa prática. **Estudos Museológicos.** IPHAN. Rio de Janeiro. 1994. p.65-74. (Caderno de Ensaios 2)

GRANATO, Marcus et alli. Objetos de Ciência e Tecnologia como Fontes Documentais para A História das Ciências: resultados parciais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIENCIA DA INFORMAÇAO -- ENANCIB, 8: Promovendo a inserção internacional da pesquisa brasileira em Ciência da Informação - Debates em Museologia e Patrimônio, 28/31 outubro 2007. Salvador. **Trabalhos apresentados...** Salvador: ANCIB; PPGCI/UFBA. 2007.

ICOM – International Council of Museums. **Code of Ethics for Museums.** Buenos Aires, 1986. Barcelona, 2001. Seul, 2004. 2013.

LE GOFF, J. **Memória e história.** 3ª Ed. Campinas: UNICAMP. 1994.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Herança cultural (re)interpretada ou a memória social e a instituição museu: releitura e reflexões. **Museologia e Patrimônio** - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, PPG-PMUS UNIRIO/MAST. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2008. p. 33-43.

MENSCH, P. van. Museology and the object as a data carrier. **Informatologia Yoguslavica.** 18 (1-2); 1986. p. 35-43.

OTLET, Paul. **Traité de documentation:** le livre sur le livre, théorie et pratique. Bruxelles: Editions Mundaneum. 1934.

POMIAN, K. Colecção. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Naciona. Casa da Moeda. 1984. p. 51-86.

RGT – Repartição Geral dos Telégrafos. **Memória Histórica** – A Repartição Geral dos Telégrafos. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial. 1907.

SANTIAGO, Miguel Angelo de Oliveira. A história centenária do Museu dos Correios. **Postais** Revista do Museu Correios. Brasília: Museu Nacional dos Correios. n.1. v.1. 2013. p. 10-25.

SILVA, Mauro Costa. MOREIRA, Ildeu de Castro. A introdução da telegrafia elétrica no Brasil (1852-1870). **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência (SBHC)**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 47-62, jan-jul. 2007.

Bernardo de Barros Arribada
Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), pós-graduado em Gestão de Projetos Culturais pelo SENAC-RJ e Mestrando em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é museólogo no Museu Correios – Departamento de Gestão Cultural/Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.



Detalhe do relógio do prédio do
Centro Cultural Correios de São Paulo
Acervo - Museu Correios

O eixo da Avenida São João e a sede dos Correios em São Paulo

Candido Malta Campos

The axis of São João Avenue and the local Central Post Office in São Paulo

Resumo/Abstract

Este artigo procura recuperar, por meio da análise crítica do processo histórico de urbanização da região central de São Paulo, e, particularmente, da sua frente de expansão Oeste, estruturada pelo eixo da Rua, depois Avenida São João, as intervenções e transformações urbanísticas que condicionaram a ocupação dessa região, marcada ora como face desvalorizada, ora como face valorizada do centro paulistano; e as circunstâncias que presidiram, num momento de valorização, com urbanismo de tom europeu e arquitetura eclética e acadêmica, a concepção e implantação da monumental sede local dos Correios e Telégrafos em ponto estratégico desse eixo - chegando ao momento atual de revalorização da região como um todo e dos edifícios históricos em si, com a proposta de usos culturais e artísticos, em consonância com a retomada do centro histórico pela metrópole pluralista e multicultural.

Palavras-Chave: São Paulo, Avenida São João, Correios.

This paper seeks to recover, by means of a critical analisys of the historic process of urbanization of São Paulo's central region, and particularly its expansion towards the West, structured by the axis of São João Street, later São João Avenue, the urbanistic interventions and transformations that conditioned the occupation of this urban quadrant, viewed in some moments as a despised area, and in others as a prestigious extension of the city's historic center; and the circumstances that presided, in a moment of added prestige, with European-inspired urbanism and academic/eclectic architecture, the conception and implementation of the monumental building that housed the local Central Post Office, on a strategic site within this axis – reaching the present moment of requalification of the region as a whole, and of the building itself, with the proposal of cultural and artistic uses, in consonance with the reoccupation of São Paulo's historic central core, and its historic buildings, by the pluralistic and multicultural 21st-century metropolis.

Keywords: São Paulo, São João Avenue, Central Post Office

Uma região ora desprezada, ora valorizada

Significados e simbolismos hoje associados a elementos tão consagrados da região central de São Paulo[1] como a Avenida São João, a Praça dos Correios, e o edifício dos Correios propriamente dito, nada mais fazem que exacerbar vocações historicamente atribuídas ao eixo da Rua, depois Avenida São João: via inicialmente desprezada que se quis transformar em bulevar à parisiense, como versão paulistana da Avenida Central que catalisou a *belle époque* carioca; área proposta para funções de prestígio, e, ao mesmo tempo, também reaproveitada para usos menos valorizados; vetor de expansão para tudo aquilo que as visões dominantes consideravam motivo de orgulho na transformação do centro, mas abrigando ao mesmo tempo usos menos bem vistos, ligados à vida noturna e boêmia da "capital do café", mal tolerada pela nascente cidade industrial.

Analogamente, a mesma vocação ambígua pode ser identificada na formação de toda a região da Avenida São João, situada estrategicamente dominando o quadrante a Oeste do centro histórico. Podemos identificar aí, ao longo do tempo, uma série de duplicações e inversões. Pobreza e riqueza, frente e fundos, modernidade e decadência, mobilidade e estagnação. Sua ocupação, travessia e transformação ocorreram por meio de sucessivos processos de valorização e de desvalorização, por vezes quase simultâneos (CAMPOS, 2008).

1. O histórico e as intervenções sobre a área central de São Paulo são enfocadas em outros trabalhos do autor como CAMPOS, Candido Malta. *Os rumos da cidade: Urbanismo e modernização* em São Paulo. São Paulo: Senac, 2002; CAMPOS, Candido Malta et al. *Centro vivo.* São Paulo: Imprensa Oficial, 2004; SOMEKH, Nadia & CAMPOS, Candido Malta. *A cidade que não pode parar: Planos urbanísticos de São Paulo no século XX.* São Paulo: Mackpesquisa, 2002; Editora Mackenzie, 2008; CAMPOS, Candido Malta. "Construção e deconstrução do centro paulistano." *Ciência e Cultura*, julho de 2003; CAMPOS, Candido Malta. "Da praça à centralidade: Evolução da ideia de centro na cidade brasileira." Anais do VIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Niterói, 9 a 12 de novembro de 2004; CAMPOS, Candido Malta. "Acrópole introvertida: São Paulo e sua colina histórica." Anais do IX SHCU, São Paulo, julho de 2006; "Eixo da ambiguidade: A região da Avenida São João nas inversões do tempo." In: ARTIGAS, Rosa; CASTRO, Ana Claudia Veiga de & MELLO, Joana de (orgs.). *Caminhos do elevado.* São Paulo: Imprensa Oficial, 2008 (principal referência para o presente artigo); CAMPOS, Candido Malta. "Centro." In: TOPALOV, Christian et al. (orgs.). *L'aventure des mots de la ville.* Paris: Robert Laffont, 2010; e CAMPOS, Candido Malta. "Cidade na colina: o sítio histórico de São Paulo. " In: LOBO, Manuel da Costa & SIMÕES JR., José Geraldo (orgs.). *Urbanismo de colina: Uma tradição luso-brasileira.* Lisboa: IST; São Paulo: Editora Mackenzie, 2012.

Desde os tempos iniciais da vila até meados do século XIX, a vertente ocidental da colina histórica paulistana, em cujo topo se implantou o núcleo urbano inicial desde o século XVI, era a menos valorizada de todas. Lado maior do "triângulo" esboçado na acrópole paulistana, contava, a princípio, com várias desvantagens. Como bem lembra José Geraldo Simões Jr., funcionava como os "fundos" de uma aglomeração voltada para o Leste – onde o pachorrento Tamanduateí era usado para acesso fluvial, abastecimento de água e alimentos – e para o Sul, onde a colina se ligava por terra ao caminho do mar, ou seja, à Metrópole e aos principais centros de povoamento na costa brasileira (SIMÕES JR., 2004).

A encosta Oeste, menos íngreme, tampouco oferecia as vantagens de localização dos pontos mais defensáveis da colina, localizados na encosta oposta, e que dominavam visualmente o entorno. Nestes, olhando para nascente e com acesso direto ao Tamanduateí, se instalaram, por ordem de chegada, as ordens religiosas de prestígio: os jesuítas pioneiros em 1554, os carmelitas em 1592, os beneditinos em 1598. A poente surgiu, ainda no Quinhentos, a Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, cuja irmandade assistia carentes e enfermos. Nessa mesma direção, já fora da cidade, surgiu a ermida de Santo Antonio, ligada aos franciscanos. Estes ganharam sítio definitivo para seu convento mais ao Sul, com acesso às águas do ribeirão Itororó, em 1644. A Noroeste, o curso inferior do rio Anhangabaú não oferecia grandes atrativos. Nessa direção desvalorizada, surgiram becos de nomes reveladores: das Casinhas, da Cachaça, do Inferno (TAUNAY, 2003).

Não obstante, pelo Anhangabaú cruzavam alguns dos caminhos principais da vila: o primeiro, a trilha indígena denominada Peabiru (TEODORO; RUIZ, 2004), cujo trecho inicial tornou-se a Rua do Ouvidor, hoje José Bonifácio; na direção Oeste/Sudoeste, sua versão seiscentista, que constituiu o caminho de Pinheiros (atual eixo Consolação-Rebouças-Pinheiros-Raposo Tavares), seguindo para Cotia, Sorocaba e Itu; o caminho para Lapa e Jundiaí (atual eixo da São João-Rua das Palmeiras-Turiassu-Francisco Matarazzo); e o do Guaré (atual eixo Florêncio de Abreu-Tiradentes), rumo ao Tietê (TAUNAY, 1954).

Entre eles, no espaço ocidental até então praticamente vago da colina, traçaram-se, no século XVII, as ruas de São Bento e Direita, únicas vias retilíneas e ortogonais da aglomeração, cruzando-se a 90 graus nos chamados "quatro cantos", que se tornaram trajetos das principais procissões religiosas – e, portanto, pontos preferenciais para as residências urbanas dos mais ricos (CAMPOS, 2012). Mas o bandeirismo contribuía para priorizar outras entradas da cidade: a Sul (caminho do mar, Santos e São Vicente) e a Leste (caminho de Mogi, Taubaté e das minas).

No século XVIII, com o aumento do número de escravos negros na população paulistana, estes formaram a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (1711), que obteve autorização para erguer sua igreja (1720-1730) no quadrante Noroeste do núcleo urbano, então menos valorizado. No início do século XX, com a valorização dessa área, a igreja foi demolida e outra construída no Largo do Paissandu, junto à São João; seu sítio original correspondia a parte da atual Praça Antonio Prado, ponto inicial da Avenida São João. Ao longo do tempo, crescia o número de alforriados, que também requeriam sua irmandade; assim, do outro lado do Anhangabaú, a capela de Nossa Senhora da Conceição tornou-se Igreja de Santa Ifigênia, em 1794 (BRUNO, 1984). Entre 1720 e 1900 o quadrante Oeste em torno da Rua de São João tornou-se, então, região que centralizava a comunidade negra local, setor mais pobre da população, cujo crescimento, paradoxalmente, exprimia o enriquecimento de São Paulo (CAMPOS, 2008).

Com efeito, como assinalou Nestor Goulart Reis, (2004), a partir do final do Setecentos, em seguida à restauração da capitania de São Paulo pelo governo pombalino em 1765, o cultivo de cana-de-açúcar na região entre Itu e Campinas e o comércio de tropas de mulas trouxeram nova era de prosperidade aos paulistas, incentivando o crescimento urbano. Consequentemente, os caminhos para Jundiaí e Campinas (pela Água Branca) e Sorocaba/Itu (hoje Rua da Consolação) ganharam importância. Ao longo, surgiam casas, ranchos e comércio rudimentar. Era a Cidade Nova, onde passou a ser interessante,

do ponto de vista dos proprietários de terras nesse setor, explorar esse movimento comercial e capitalizar essa expansão urbana. Assim, a encosta Oeste da colina foi loteada por iniciativa pessoal do governador José Chichorro da Gama (1786-1788), que abriu a Rua Nova de São José (depois Líbero Badaró) e construiu a primeira Ponte do Marechal, no eixo da atual São João. Por ela chegava-se também à Luz e ao Tietê, pela Rua da Alegria (atual Brigadeiro Tobias). Seu sucessor Bernardo José de Lorena (1788-1797) fez construir outra ponte de cantaria sobre o Anhangabaú, acessando os caminhos de Santo Amaro, Sorocaba, Itu e também o de Jundiaí, pelas atuais ruas 7 de Abril e Arouche. Convenientemente escondida entre essas entradas de "fundos" da cidade, a Rua de São José tornar-se-ia zona de prostituição, atendendo a moradores, viajantes e tropeiros.

Era também a Oeste da acrópole original que havia outra elevação mais ou menos plana, propícia à expansão urbana, na qual se instalou a Cidade Nova, e que também abrigaria, a partir do século XX, o Centro Novo. Já nos primórdios do século XIX, foi iniciado o arruamento desse trecho. Até então, a aglomeração estava limitada pelos rios Tamanduateí e Anhangabaú, que não eram apenas barreiras físicas, mas também limites legais e alfandegários (CAMPOS, 2012). Em 1806 a Câmara Municipal autorizou o Marechal Arouche a arruar e lotear a área entre o Campo dos Curros (atual Praça da República) e a Igreja de Santa Ifigênia, incluindo nova alternativa para o caminho de Jundiaí (a Rua de São João) e ligando o núcleo urbano à chácara do próprio marechal no atual Largo do Arouche, pela qual também passaria a fluir o lucrativo tráfego de tropas.

Após a chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808, instituiu-se a décima urbana, imposto predial para cuja cobrança era preciso demarcar ruas e numerar casas. Foi assim que, em 24 de junho de 1810, dia

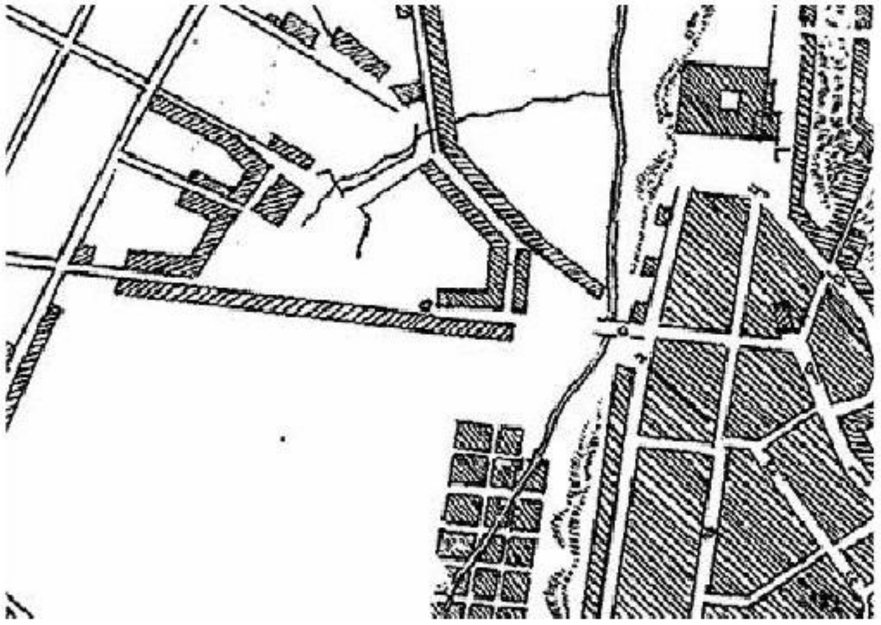


Figura 1: Detalhe de mapa de São Paulo em 1810, destacando o casario menos denso da Cidade Nova em torno do eixo da Rua de São João, em contraponto com a ocupação densa da colina histórica. Fonte: Coleção Quarto Centenário, 1954.



Figura 2: Vista da Rua de São João desde a Avenida Central em foto de Militão de Azevedo, 1887.
Acervo - Prefeitura de São Paulo

de São João Batista – orago do príncipe regente, futuro Dom João VI - uma procissão marcou a inauguração oficial da rua de mesmo nome. Nos anos seguintes, a Ponte do Marechal sobre o Anhangabaú, unindo os dois trechos da São João, foi reconstruída pelo engenheiro Daniel Pedro Muller como bela estrutura em pedra, marcada a meio por duas exedras semicirculares, que serviam como belvederes, descortinando o vale. No Piques (atual Largo da Memória), tornado principal ponto de passagem das tropas rumo ao interior, ergueu-se um chafariz de pedra marcado por um obelisco, em 1814. Junto com a Ponte do Carmo, estas foram as maiores obras do período joanino na cidade (CAMPOS, 2008).

Naquele momento, os engenhos de açúcar e o comércio de tropas já eram importantes fontes de riqueza, valorizando as terras ao redor dos acessos a Jundiaí e Sorocaba. Entretanto, a passagem ruidosa das tropas, o comércio e as estalagens atraídos por esse tráfego, como as do Bexiga; e a presença de chafarizes e pequenos açudes usados pela população mais pobre, como o tanque do Zunega (no atual Largo do Paissandu) atraíam uma ocupação mais popular.

Com a restauração da capitania na segunda metade do século XVIII, os investimentos realizados na cidade pelos sucessivos governadores da capitania, e finalmente a Independência, a capital paulista ganhou importância, estatura política e dinamismo econômico, como polo das rotas de tropeiros transportando o açúcar, e depois o café da província, rumo a Santos – além do charque e do mate do

Sul e dos animais comprados na feira de Sorocaba, destinados a Minas, ao Rio de Janeiro e às províncias mais setentrionais. Passou a atrair moradores de maiores posses; e como, para viabilizar sua residência permanente na cidade, era interessante às famílias ricas a posse de chácaras no entorno imediato da mesma, servindo não apenas como moradia, mas como fonte de abastecimento para os sobrados urbanos localizados preferencialmente nas vias processionais, áreas a Oeste e Sudoeste da aglomeração passaram a ser adquiridas e transformadas em chácaras por potentados da época: o Brigadeiro Gavião Peixoto, o próprio Marechal Arouche, capitalistas pioneiros como Antonio da Silva Prado (feito Barão de Iguape em 1848), o coronel Francisco Xavier dos Santos e seu sobrinho, o cadete Santos (depois Barão de Itapetininga) e o financista Brigadeiro Luiz Antonio de Souza Queiroz. O filho desse último, Comendador Souza Barros, fixou residência na Rua de São João, em casarão descrito por sua filha, Maria Paes de Barros, uma das primeiras memorialistas de São Paulo, em seu livro *No tempo de dantes* (BARROS, 1998).



Figura 3: Detalhe da maquete de São Paulo em 1840, montada no Museu Paulista por H. Bakkenist sob instruções de Affonso de Taunay, nos anos 1920, mostrando a Rua de São João e a Cidade Nova. Fonte: Foto do autor, 2005.

Contudo, ao longo da maior parte do século XIX a cidade continuava voltando-se para as direções Leste e Sul, caminhos para Santos e para a Corte do Rio de Janeiro, focos de atração política e comercial. A Oeste, a chácara do Barão de Itapetininga interpunha-se entre as cidades velha e Nova, o Anhangabaú corria entre plantas de chá, e as ruas abertas pelo Marechal Arouche no início do Oitocentos continuavam quase vazias, mesmo meio século mais tarde. A bela ponte no eixo da São João, imortalizada por Debret, foi destruída por uma tempestade em 1850. Em 1862, a rua de São João sequer mereceu registro do fotógrafo Militão de Azevedo, em sua célebre primeira série de vistas da cidade (na segunda série, de 1887, já aparecia) (LEMOS, 1980).

A emergência da face Oeste do centro

Foi a expansão cafeeira no Oeste paulista e a consequente chegada da ferrovia à cidade, entre 1865 (Santos-Jundiaí) e 1875 (Sorocabana) que inverteram a situação, criando barreiras adicionais à expansão urbana a Leste, junto à várzea do Carmo, e a Norte, no limite da extensa zona inundável do Tietê; ao mesmo tempo, a proximidade das estações da Luz e Sorocabana (atual Júlio Prestes) passou a ser atraente para os enriquecidos pelo café. Reformas no sistema fundiário, a partir da promulgação da Lei de Terras de 1850, permitiram que empreendedores particulares loteassem suas chácaras como empreendimentos capitalistas; já nos anos 1860 surgiram loteamentos a Oeste da cidade: no trecho mais próximo do Morro do Chá, nas terras do Barão de Itapetininga (em volta da atual rua de mesmo nome) e no atual bairro de Santa Ifigênia (ruas da Vitória, General Osório e Duque de Caxias, comemorando o final da Guerra do Paraguai). Posturas da Câmara, consolidadas em 1875, dispunham que novos arruamentos deveriam ser em quadrícula ortogonal, com ruas retilíneas, modelo modernizado, mas que seguia ainda o padrão pombalino das vias com sessenta palmos de largura, equivalentes a 13,2 metros no recém-instituído – em 1872 – sistema métrico (CAMPOS, 2008).

Na administração do presidente da Província João Teodoro Xavier (1872-1875) uma série de melhoramentos beneficiou essa porção da cidade; a partir de 1877, a Companhia Cantareira regularizou o abastecimento de água na capital. Foi em seguida que os empresários alemães Glette e Nothmann começaram a lotear a chácara do Redondo, conferindo ao empreendimento a denominação parisiense de Campos Elíseos (CAMPOS, 2002). A venda dos terrenos às famílias enriquecidas pela economia cafeeira gerou enormes lucros e incentivou a crescente febre de loteamentos em São Paulo. Em 1886 novas posturas municipais mantiveram o modelo de quadrícula ortogonal e impuseram a largura uniforme de dezesseis metros para as novas ruas, que se abriam velozmente nas

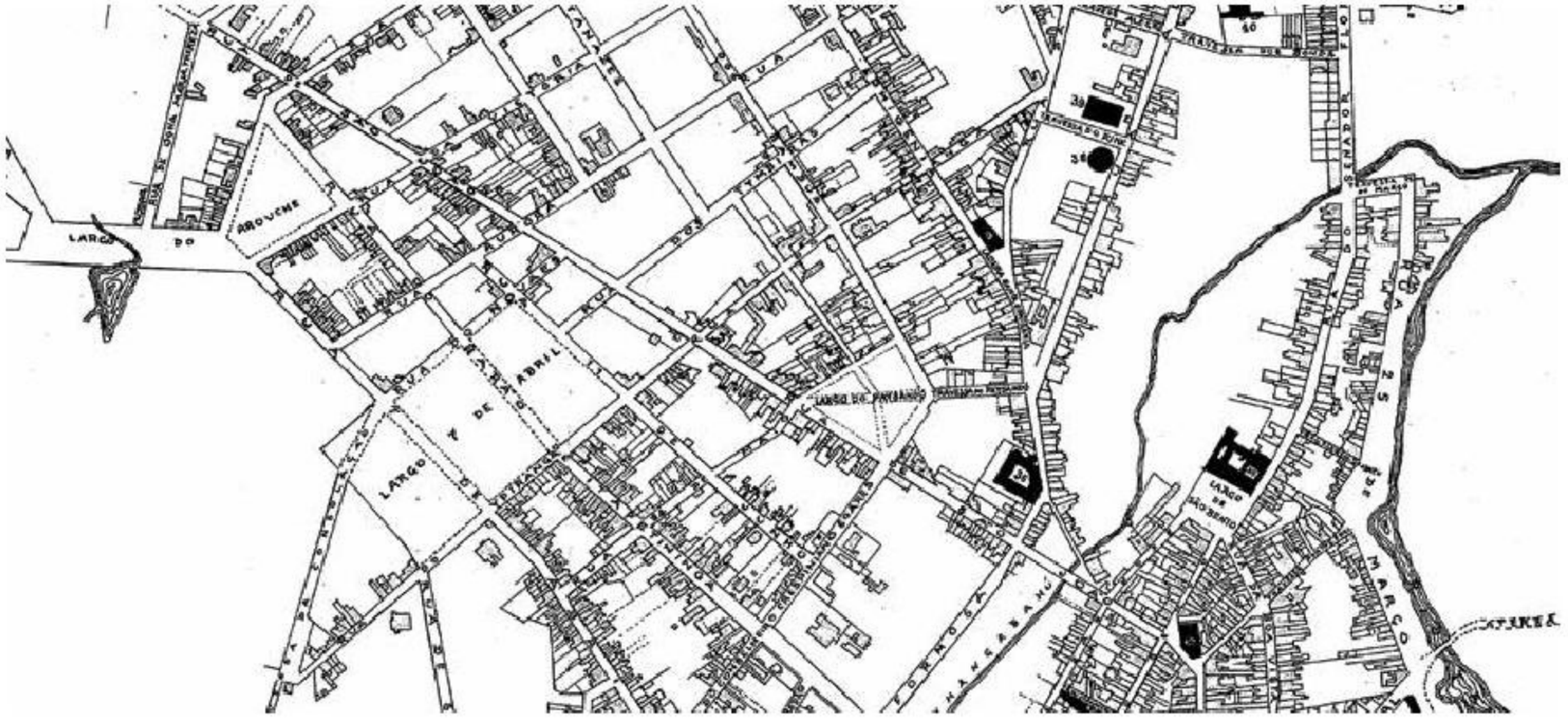


Figura 4: Detalhe de mapa de São Paulo elaborado pela Companhia Cantareira em 1881, destacando a região do Morro do Chá e de Santa Ifigênia, a Rua de São João e o Seminário das Educandas, primeira escola para meninas da cidade, no terreno depois ocupado pela sede dos Correios. Fonte: Coleção Quarto Centenário, 1954.

antigas chácaras do entorno urbano, incluindo a Vila Buarque, as regiões da Bela Vista e de Santa Cecília (TOLEDO, 1983).

Mas a região de Santa Ifigênia continuava com vocação popular, nela se instalando imigrantes e ex-escravos. Ao raiar da República, epidemias de cólera alarmaram as autoridades e levaram ao célebre levantamento dos cortiços do bairro, em 1893. A Sudoeste, as grotas do Saracura, do Bexiga e do Itororó reuniam, desde antes da Abolição, escravos fugidos e libertos. E, a despeito da presença de mansões das melhores famílias, os Campos Elíseos e Santa Cecília também abrigavam residências de diversos padrões (CAMPOS, 2008).

Foi no clima gerado pelas epidemias que se traçaram loteamentos de alto padrão em terrenos elevados a Sudoeste da cidade: Nothmann e seu novo sócio, Martin Burchard lançaram, a partir de 1891, os "bulevares Bouchard" I e II, logo rebatizados como Higienópolis (HOMEM, 2015); no mesmo ano, Joaquim Eugênio de Lima inaugurava a Avenida Paulista, como eixo central de um empreendimento similar de parcelamento. Ali, fora do perímetro urbano, era permitido construir casas isoladas no terreno, com recuos frontal e laterais, padrão imposto pelos loteadores, visando garantir o caráter mais exclusivo desses bairros, e que em seguida foi incorporado pela legislação municipal, que consagrou os recuos especiais nas avenidas Paulista, Higienópolis e Angélica, entre outras vias.

O pêndulo geográfico se invertia. A eleição dos quadrantes Oeste e Sudoeste pelas camadas sociais privilegiadas correspondia à ocupação das várzeas do Tamanduateí e do Tietê, nos vetores Norte e Leste, pelas ferrovias e pelas indústrias e armazéns atraídos pela facilidade do transporte ferroviário e pela presença de glebas amplas e terrenos mais baratos; e, consequentemente, pelas vilas operárias, casinhas de aluguel e cortiços que abrigavam a população trabalhadora (ROLNIK, 1997). Todavia, esses mesmos cortiços e casinhas ainda persistiam não apenas na colina histórica, nos trechos junto à Sé e à Rua Líbero Badaró, mas também junto aos quadrantes valorizados, nos enclaves populares do Bexiga, de Santa Ifigênia e da Barra Funda. Assim, no momento em que setores dominantes passaram a priorizar a remodelação da área central de São Paulo, visando transformá-la em núcleo comercial e institucional à altura da riqueza proporcionada pelo café, a ocupação popular e os usos desvalorizados estabelecidos na colina histórica e nos quadrantes Oeste e Sudoeste, no rumo das áreas de expansão já eleitas pelas camadas sociais privilegiadas, tornaram-se sérios obstáculos (SIMÕES JR., 2004; CAMPOS, 2002).

A ligação da colina histórica com as áreas de expansão urbana a poente, assim como o alívio do tráfego nas ruas estreitas do núcleo central, eram problemas já quase

seculares. Em 1855, a Câmara havia forçado a abertura da Rua Formosa na chácara do Barão de Itapetininga, ligando o Piques à Rua de São João; após a morte do barão, em 1876, a proposta de um viaduto ligando a Rua Direita à Cidade Nova esbarrou por anos na resistência da viúva e seu novo marido, o Barão de Tatuí, vencida apenas em 1888 (FREITAS JR., 1936). O Viaduto do Chá foi inaugurado em 1892, mas à sua volta permaneciam o mato do Vale do Anhagabaú, e os casebres e prostíbulos da Rua Líbero Badaró (SEGAWA, 2000).

O deslocamento desses últimos (grande fonte de renda para a baronesa e seu genro, o conde de Prates) para o entorno da Rua de São João, movimento que já se esboçava no final do Oitocentos, era apenas questão de tempo. Com a inauguração do mercado municipal, situado na atual Praça do Correio (1890), a área ganhava ares ainda mais populares. Tal incongruência ficou evidente a partir do momento, já no século XX, em que se elegeu o quadrante Oeste como principal beneficiário dos melhoramentos que mudariam a face do centro paulistano.

A remodelação da área central implicava não apenas em substituir seu casario de aspecto colonial por edifícios comerciais de arquitetura eclética, à europeia, e em construir sedes imponentes para as instituições dirigentes, mas também em expulsar ocupantes que não se adequavam a tal visão: moradores de cortiços, negros, prostitutas, pobres em geral. Era preciso ainda um empreendimento-símbolo, um espaço-vitrine, de preferência à imagem de um bulevar parisiense, que, a exemplo da Avenida Central carioca, resumisse tais aspirações (SOMEKH; CAMPOS, 2002; 2008).

No início do século XX, tudo isso culminou em intervenções que atingiam em cheio a região: a retificação e alargamento da já valorizada Rua Quinze de Novembro foram acompanhados em 1904 pela demolição da Igreja do Rosário (que reunia a comunidade negra) e adjacências, pelo prefeito Antonio Prado (1899-1911), onde se criou a praça de mesmo nome; um novo templo seria depois construído no Largo do Paissandu. A São

João agora originava-se no ponto mais valorizado da cidade. Outras obras de Antonio Prado (RODRIGUES, 1947) valorizaram o quadrante Oeste e o futuro "Centro Novo", com destaque para a construção do Teatro Municipal (1903-1911), a reforma do Viaduto do Chá, o alargamento da Rua Barão de Itapetininga e o ajardinamento da Praça da República (CAMPOS, 2002).

As propostas para a região no início do século XX

Com o sucesso da política de valorização do café, acordada no Convênio de Taubaté em 1906, abriu-se caminho para intervenções mais ambiciosas. Para facilitar o acesso às estações ferroviárias, encomendou-se o Viaduto Santa Ifigênia. Discussões em torno dos demais melhoramentos a serem priorizados envolviam, entre outras propostas, o alargamento da Líbero Badaró, da própria São João e o aproveitamento do Vale do Anhangabaú, assim como a localização daquela que deveria ser a "avenida central" paulistana. Porém, um bulevar que se prezasse – a exemplo daqueles abertos por Haussmann em Paris e admirados pelas elites afrancesadas da época (BENCHIMOL, 1992; PINHEIRO, 2011) deveria ser largo, retilíneo e plano, e era difícil criá-lo na topografia acidentada da cidade, a qual, ao contrário, exigia soluções em desnível, como viadutos, túneis e vias elevadas.

Na Prefeitura, o diretor de obras municipais Victor Freire simpatizava com proposta apresentada em 1906 pelo vereador Augusto da Silva Telles, de ajardinar o Vale do Anhangabaú, em conjunto com os alargamentos das ruas Líbero Badaró, São João, e outros de interesse viário. Tratava-se de superar o modelo haussmaniano, e tirar partido do sítio paulistano, acidentado e pitoresco, de acordo com modernos princípios urbanísticos calcados nas ideias do arquiteto e urbanista austríaco Camillo Sitte (SIMÕES JR., 2004). No entanto, proprietários de terrenos no vale, como o Conde de Prates, opunham-se a

qualquer esquema que impedisse seu aproveitamento imobiliário, e a Câmara inviabilizou o projeto Silva Telles em 1910.

O bairro de Santa Ifigênia, com suas ruas estreitas e cortiços, também tinha localização estratégica, entre as estações, o centro e o vetor Oeste/Sudoeste, sendo alvo de intenções similares de renovação e valorização. Um grupo de potentados locais, capitaneado pelo arquiteto Ramos de Azevedo, subscreveu proposta nesse sentido, encomendando ao jovem arquiteto Alexandre de Albuquerque, em 1909, plano de reconstrução da região em moldes parisienses. Conhecido como projeto das "Grandes Avenidas", por contar com três delas, cruzando-se num sucedâneo da *Place de l'Étoile,* a proposta baseava-se na obtenção, por esse grupo de poderosos empreendedores particulares, do direito de desapropriar a área para reurbanizá-la nesses padrões e revendê-la para edificações de prestígio, incluindo hotéis, lojas de departamentos, o Congresso Estadual, a nova catedral, a sede do governo e a sede central dos Correios e Telégrafos. Por ser por demais ambiciosa, e, principalmente, por contrariar o liberalismo e as prerrogativas dos proprietários fundiários não foi endossada pelo Governo do Estado (SOMEKH; CAMPOS, 2002; 2008).

Em seguida, com a aprovação, em 1910, da reinvindicada verba estadual de 10 mil contos para os almejados melhoramentos de São Paulo, a Prefeitura apresentou seu plano, denominado Freire-Guilhem, que incluía um parque no Vale do Anhangabaú e o alargamento da Rua de São João para formar uma avenida com inéditos quarenta metros de largura, retilínea e plana, atravessando o Vale do Anhangabaú em viaduto.

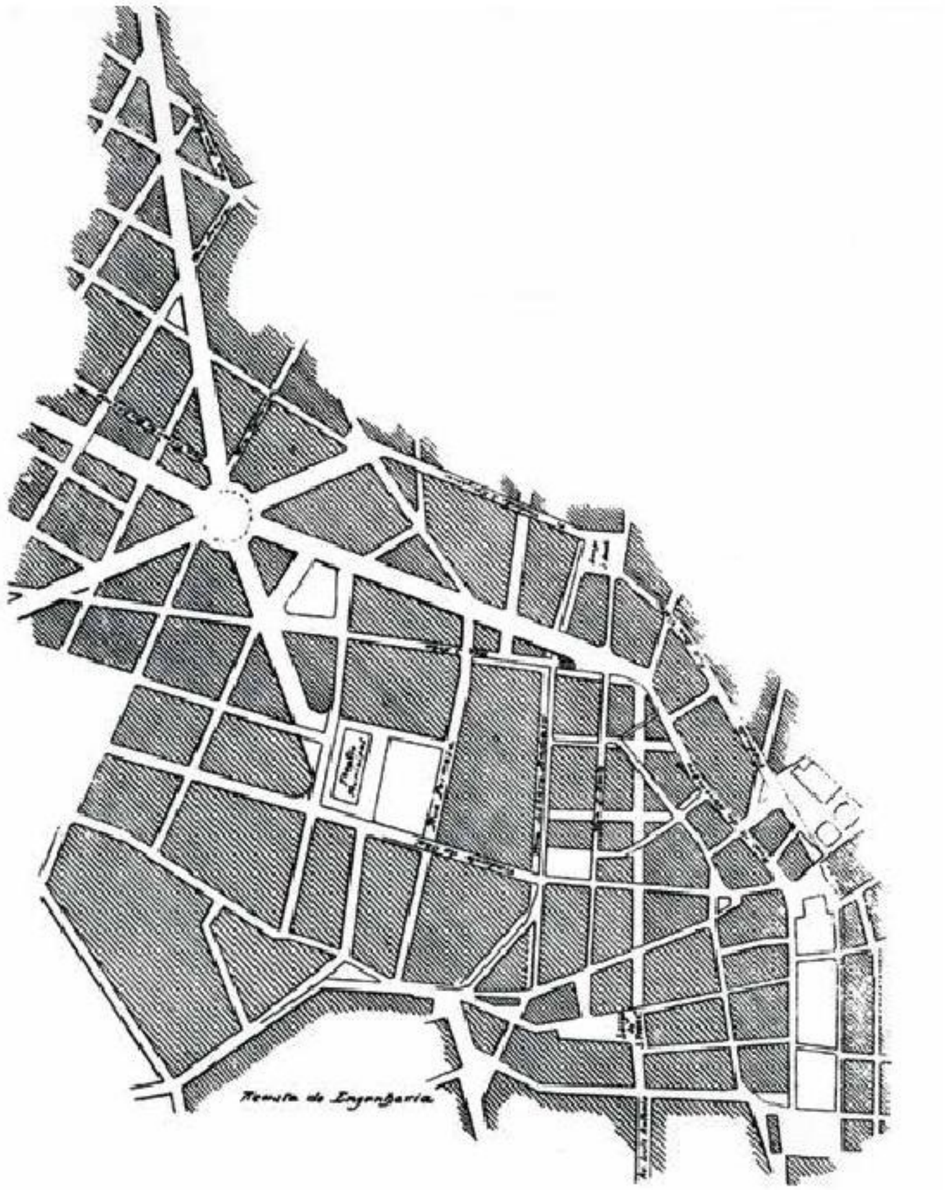


Figura 5: O projeto de Alexandre de Albuquerque, dito das "Grandes Avenidas" para a região de Santa Ifigênia. Fonte: s.n.a., 1911, p. 37.

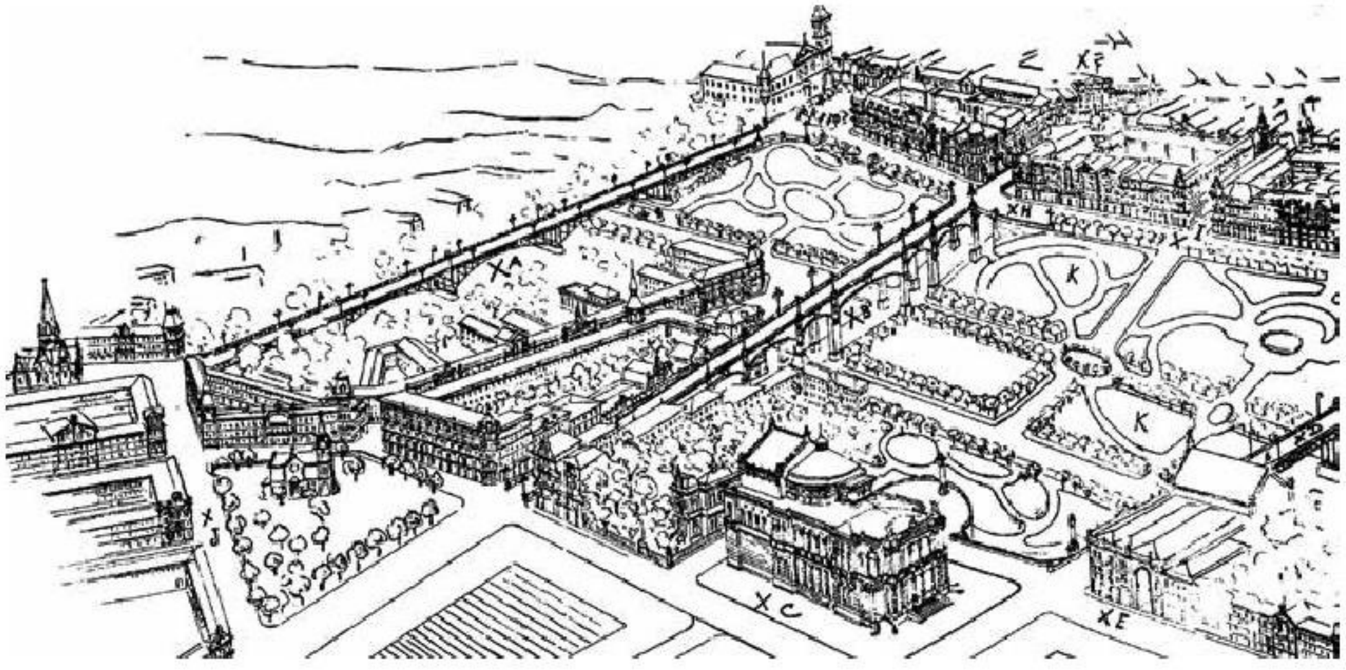


Figura 6: Detalhe da perspectiva do Projeto Freire-Guilhem para o Anhangabaú, com viaduto no eixo da Avenida São João e previsão de praça no vale, onde se situa hoje a Praça dos Correios ou Pedro Lessa. Fonte: FREIRE, 1911, s.n.p.

Entretanto, o conde de Prates obteve o aval do Governo do Estado para outro plano, assinado pelo engenheiro Samuel das Neves, que previa um bulevar no fundo do próprio vale, que seria ocupado por construções. Para reverter o impasse a seu favor, Freire fez chamar, em 1911, um consultor francês, Joseph-Antoine Bouvard, técnico da prefeitura parisiense e discípulo de Alphand (o paisagista de Haussmann), o qual formulou proposta conciliatória para o Vale do Anhangabaú: um parque pontuado por alguns edifícios nas encostas, a serem erguidos pelo próprio conde e alugados a bom preço, um deles à própria municipalidade. Bouvard também montou propostas para viabilizar a criação de outro parque na Várzea do Carmo, por meio da venda de parte dos terrenos municipais da várzea a particulares que assumissem o encargo de criar o parque (atual Parque Dom Pedro II); redesenhou a região da Sé, então sendo demolida, enquanto Centro Cívico; projetou outras ligações viárias em torno da área central (BOUVARD, 1911); e avalizou a aquisição, por um grupo privado, de enormes glebas na calha do rio Pinheiros, depois revendidas à *Companhia City* constituída em 1912, que nelas implantaria seus bairros-jardim, consagrando a ocupação do vetor Sudoeste pelas camadas de maior renda (BACELLI, 1982; SEGAWA, 2000).

O chamado plano Bouvard, que não incluía a São João, foi aprovado pela Câmara em três seções ainda em 1911, e logo o conde de Prates fazia erguer seus palacetes sobre o vale, com projeto de Samuel das Neves e seu filho Christiano das Neves, recém-formado arquiteto aos moldes *Beaux-Arts* pela Universidade da Pensilvânia. Prolongada, a Líbero Badaró ganhava ares europeus. Mas o prefeito sucessor de Antonio Prado, Raymundo Duprat, nada fez pelo parque. A visão haussmaniana prevalecia novamente, e para figurar como "avenida central" paulistana, jogaram-se todas as fichas no alargamento da Rua de São João para uma avenida com trinta metros de largura, aprovado em 1912 e iniciado em seguida. Um aterro permitiu aplainar melhor a travessia do Anhangabaú em nível, sem o viaduto antes previsto no projeto Freire-Guilhem. Para garantir o caráter parisiense do bulevar, construções na nova avenida (assim como na Rua Líbero Badaró alargada e na nova Praça de Sé) passaram a seguir normas edilícias especiais que, embora não estabelecessem gabarito fixo – regra por demais estrita para os padrões liberais gozados pelos empreendedores paulistanos - asseguravam certa homogeneidade volumétrica: as construções deveriam seguir linhas horizontais uniformes e de acordo com aquelas dos edifícios vizinhos. Os limites de altura estabelecidos pela Câmara no Padrão Municipal de 1920, muito mais permissivos do que aqueles de 1912, ou do que os propostos pelo Diretor de Obras Victor Freire em 1918 (FREIRE, 1918), contudo, passaram a admitir edifícios com altura máxima equivalente a três vezes a largura da via, em vias com 18 metros de largura ou mais.

Em 1915, a avenida já chegava ao Paissandu; em 1921, à Rua Vitória; em 1923, era a vez do trecho inicial junto à Praça Antonio Prado. Os trinta metros de largura da São João permitiam edifícios de até noventa metros, oportunidade que foi aproveitada pelo comendador Martinelli para erguer o arranha-céu que leva seu nome nos anos seguintes (HOMEM, 1984); enquanto esse ganhava altura, culminando nos 23 andares inaugurados em 1930 (após embargo da Prefeitura, pois não atendia aos parâmetros de insolação legais), o prolongamento da via atingiu a Avenida Angélica.



Figura 7: A Avenida São João e o Cinema Central, por volta de 1920.
Fonte: Cartão-postal da época.

Larga, reta e em grande parte plana, a São João era a melhor candidata local ao posto de "avenida central", e nela alinharam-se hotéis e edifícios de apartamentos de tom francês. Sobre o vale, aproveitando a crescente vocação noturna e de lazer da via, surgiu o Cassino Antarctica, importante edifício que dava às costas à área do Parque Anhangabaú, e onde foi instalado o Cinema Central (depois encampado pelo governo federal e transformado em Delegacia Fiscal, órgão arrecadatório do Ministério da Fazenda) (CAMPOS, 2002). O mercado foi demolido e em seu lugar abriu-se a Praça Verdi, atual Pedro Lessa, na qual, em 1922, inaugurou-se magnífico edifício-sede para os Correios e Telégrafos junto à nova avenida, naquele que havia sido o terreno do Seminário das Educandas.

Era o ideal da capital agroexportadora, com bairros residenciais aprazíveis rodeando um núcleo terciário central, marcado por espaços diferenciados de aparência europeia. Estruturada por linhas radio-concêntricas de bonde, e acessada pela ferrovia. Pela Avenida São João, Largo do Paissandu e Rua da Conceição (atual Avenida Cásper Líbero) chegava-se às estações ferroviárias da *Luz / São Paulo Railway,* e da E. F. Sorocabana; era um trajeto que urgia enobrecer. Todavia, a mesma proximidade atraía usos mais ambíguos, entre eles a prostituição; que, expulsa do centro velho, ressurgia junto à São João, só que em tom mais chique. Incluía estabelecimentos de luxo como o descrito no romance *Madame Pommery,* cujo personagem-título, imigrante polonesa tornada cafetina, satiriza os hábitos ocultos da elite cafeeira (TÁCITO, 1919). Em prédios afrancesados de apartamentos, surgiam moradias para solteiros (*garçonnières*), novidade escandalosa que abria caminho para inúmeras transgressões, inclusive as dos modernistas e semanistas de 1922, que se reuniam no apartamento de Oswald de Andrade.

A remodelação da área central paulistana, e sua afirmação enquanto centro terciário e núcleo decisório da capital e de todo o território paulista, e pólo da economia cafeeira, passava pela substituição do casario colonial por edifícios comerciais de arquitetura eclética, e pela construção de imponentes edifícios públicos para abrigar as instituições dominantes, como as Secretarias Estaduais da Fazenda, da Justiça e da Agricultura; os marcos da política paulista de ensino, como a Escola Normal (atual Caetano de Campos), a Escola Politécnica e o Liceu de Artes e Ofícios (atual Pinacoteca do Estado); as monumentais estações ferroviárias da Luz e da Sorocabana; o quartel da Força Pública estadual; o Palácio da Justiça (Fórum); o Mercado Municipal; o Palácio das Indústrias (pavilhão para exposições); as sedes da Prefeitura, da Bolsa de Valores, da Associação Comercial, do Automovel Club, de empresas poderosas como a Light e as Indústrias Matarazzo; e assim por diante (CAMPOS, 2002). Desde os últimos anos do regime imperial, e mais ainda ao longo da República Velha, praticamente todos os projetos de edifícios oficiais de importância eram confiados ao escritório do engenheiro arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo (1851-1928), formado na Bélgica, na Universidade de Gand, em 1878, trabalhando inicialmente em Campinas, mas fixado na capital paulista a partir dos anos 1880 (LEMOS, 1993; CARVALHO, 2000).

Embora estivesse à parte dos principais núcleos de edifícios públicos, como o Parque Anhangabaú, o Largo do Palácio, a Praça da Sé e a Luz, e fosse quase toda aproveitada por empreendedores particulares, a Avenida São João ganharia um edifício público monumental na forma da sede dos Correios e Telégrafos, concebida com a escala monumental e a grandiosidade arquitetônica exigidas para a capital do mais rico Estado brasileiro, já então a segunda maior cidade do país, e também projetada pelo Escritório Técnico Ramos de Azevedo, com autoria de seu principal assistente, projetista e, a partir de 1911, sócio, o arquiteto genovês Domiziano Rossi (1865-1920), formado em Roma[2] e desenvolvido, após a morte de Rossi em 1920, pelo seu colaborador Felisberto Ranzini (1881-1976)[3] (LEMOS, 1993).

2. Domiziano Rossi nasceu em Gênova em 1865, iniciou seus estudos na Escola de Belas-Artes de Gênova e completou-os em Roma. Imigrando para o Brasil, passou a trabalhar no Escritório Ramos de Azevedo e em 1894 tornou-se professor da recém-criada Escola Politécnica, nas disciplinas Desenho à Mão Livre, Desenho Geométrico e Composição Decorativa. Ministrava algumas aulas na sede do escritório. Também foi professor de desenho do Liceu de Artes e Ofícios. Participou dos principais projetos do escritório entre 1900 e seu falecimento em 1920: além dos Correios, o Teatro Municipal (em parceria com Claudio Rossi), o Palácio das Indústrias, o Colégio Sion, o pavilhão paulista na Exposição de 1908, entre outros (ALVAREZ, 2007).

3. Felisberto Ranzini nasceu em San Benedetto Po, na Itália, em 1881, tendo falecido em São Paulo em 1976. Chegou em São Paulo ainda criança, onde estudou no Liceu de Artes e Ofícios, no qual seria depois professor. Foi convidado a trabalhar no Escritório Ramos de Azevedo por Domiziano Rossi; após a morte deste, em 1920, foi seu sucessor como projetista-chefe do escritório e também na cadeira de Composição Decorativa da Escola Politécnica. Após 1920 tornou-se responsável por grandes projetos do escritório, como o Mercado Municipal, o Palácio da Justiça e o Clube Comercial no Vale do Anhangabaú. Adepto do neocolonial, assim como o sucessor de Ramos de Azevedo na direção do escritório, Ricardo Severo, promoveu levantamento da arquitetura colonial no Brasil (ALVAREZ, 2007).

O Edifício dos Correios em São Paulo

No início do século XX, dentre as ações priorizadas pelo governo federal para promover a integração do território brasileiro, vasto e ainda marcado por graves deficiências e lacunas em termos das infraestruturas de transportes e de comunicação, foi o impulso concedido aos serviços de correios e telégrafos, componente essencial dos esforços de modernização que buscavam aparelhar o país no sentido de atender às demandas do modelo primário-exportador centrado na exploração e exportação de gêneros tropicais e subtropicais como o café, o açúcar, o cacau, a borracha; que exigiam a ampliação e articulação das redes de transporte ferroviário, fluvial e marítimo; novas instalações portuárias e alfandegárias; e a correspondente extensão e aceleração dos serviços de comunicação postal, telegráfica e telefônica.

Serviços oficiais de postagem, atendendo principalmente a necessidades governamentais e administrativas, existiam no Brasil desde o período colonial; nos últimos anos do século XVIII a administração portuguesa promoveu várias medidas visando regularizar e oficializar todos os serviços de correspondência, até então esparsos e a cargo de iniciativas particulares (PEREIRA, 1999). Nas capitanias, foram atrelados às juntas da Fazenda real, sendo enquadrados ao mesmo tempo como um serviço público e como uma forma de arrecadação possivelmente rentável – dupla vocação que segue marcando o papel histórico dos correios desde então.

Segundo Margareth da Silva Pereira (1999), a transferência da família real e de todo o aparato governamental português para o Rio de Janeiro, juntamente com a abertura dos portos e o movimento comercial local e internacional decorrente, determinaram, a partir de 1808, maior preocupação com a organização e regularidade dos serviços postais, e o estabelecimento de conexões e linhas mais eficientes entre a Corte e as capitanias, e destas entre si. São Paulo e Minas Gerais foram as primeiras capitanias beneficiadas,

já em 1809. Após certa desestruturação após a Independência, o governo imperial voltou a se preocupar com a reorganização dos serviços postais em 1829, e política de descentralização da Regência levou à reestruturação dos serviços postais nas províncias e na Corte na primeira metade da década de 1830 (PEREIRA, 1999).

Após ser transferida do Paço para o edifício da Câmara, a sede central dos correios foi instalada em 1829 em parte do belo edifício neoclássico da Praça do Comércio (CZAJKOWSKI et al., 2000), projeto do arquiteto francês radicado no Brasil Grandjean de Montigny, e atual Casa França-Brasil, que estava fechado desde 1822 (PEREIRA, 1999). Assim, a Administração Geral dos Correios criada por decreto imperial ganhou instalações mais amplas. Contudo, tanto no Rio de Janeiro como nas províncias, os correios não tinham sede própria e funcionavam em espaços mais ou menos improvisados no interior de edifícios públicos.

A instituição do selo postal em 1843; a implantação do telégrafo no Brasil a partir dos anos 1850, acompanhando a criação das primeiras estradas de ferro, e com a criação da Repartição Geral dos Telégrafos em 1855; e a transformação da Administração Geral em Diretoria Geral dos Correios em 1865, correspondiam à ampliação dos serviços de comunicação demandada pela economia agroexportadora em expansão. Entretanto, a crescente necessidade de uma sede própria para os correios no Rio de Janeiro esbarrava nas limitações orçamentárias, conflitos políticos, descontinuidade administrativa e indecisão geral que caracterizavam o regime imperial brasileiro, ora abrindo concessões à iniciativa privada e admitindo o *laissez-faire* correspondente ao ideário liberal que presidia nossa inserção no sistema internacional de trocas, ora coibindo ações empresariais mais ousadas, que ameaçassem a dominação oligárquica e os interesses fundiários que marcavam nosso quadro social.

Assim, a nova sede dos correios na Corte foi inicialmente pensada como parte de um complexo a ser erguido pela Associação Comercial, beneficiária de decreto de

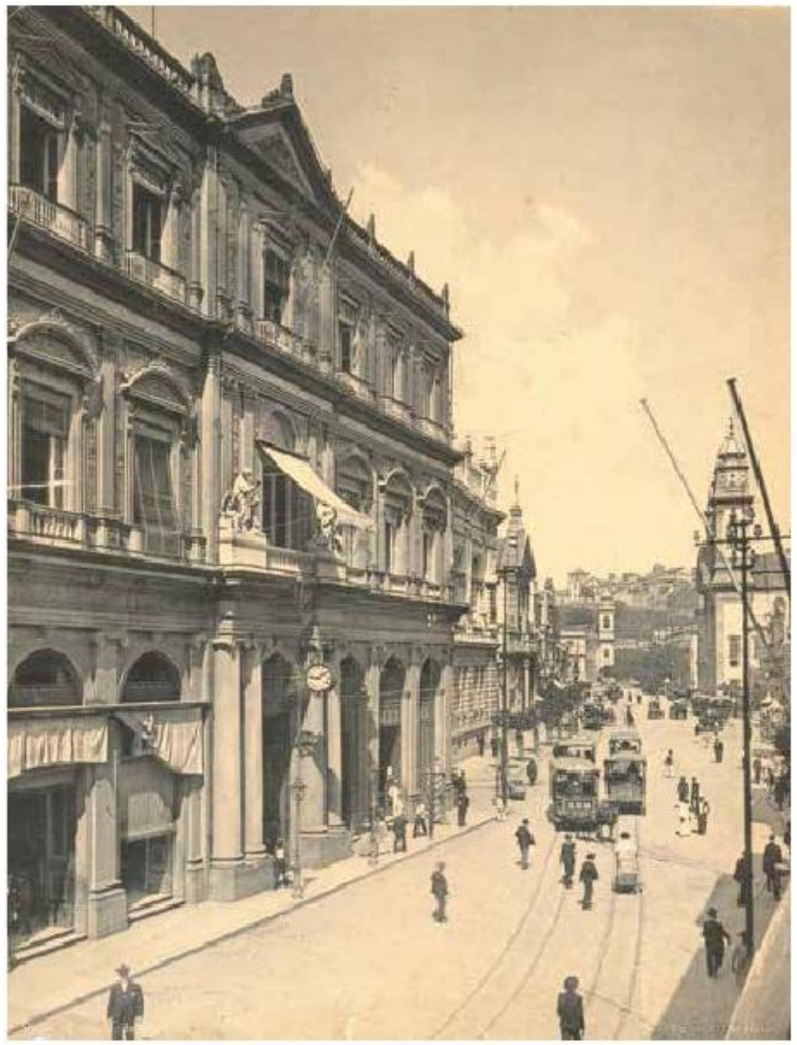


Figura 8: A primeira sede própria dos Correios no Rio de Janeiro, inaugurada em 1877.
Acervo - Museu Correios

1873 que lhe permitiria desapropriar os terrenos necessários, reunindo também a Caixa de Amortização, a Praça do Comércio e espaços comerciais de aluguel, incluindo duas galerias com cobertura de vidro (PEREIRA, 1999). Inviabilizado pelo emaranhado de projetos e litígios que se entrecruzavam nos estreitos e disputados espaços da área portuária do Rio de Janeiro, esse "Palácio do Comércio" nunca se concretizou; porém, em meio à desarticulação e aos impasses, os Correios conseguiram erguer uma sede elegante, moderna e funcional nos termos da época, terminada em 1877 (CJAIKOWSKI et al., 2000).

Precedendo por várias décadas a conclusão de outros edifícios oficiais, como o vizinho Banco do Brasil, e ganhando projeto neo-renascentista de Bethencourt da Silva, foi um dos primeiros edifícios públicos brasileiros a merecer um tratamento arquitetônico atualizado em termos do ecletismo europeu, e ao mesmo tempo ter instalações modernas, a exemplo de congêneres norte-americanos como os *Post Offices* de Albany, capital do Estado de Nova York (1872); e de Manchester, New Hampshire (1876).

O pioneirismo dos Correios nesse sentido ganharia força com o fortalecimento econômico da República, cujo caráter federativo requeria a criação de sedes igualmente monumentais e bem aparelhadas nas capitais dos principais Estados brasileiros. Em âmbito internacional, uma sede central monumental para os correios já fazia parte do programa de modernização de toda capital que se prezasse, tendo como grandes modelos o *Hôtel des Postes* completamente reconstruído em Paris entre 1878 e 1886 por Julien Guadet (atualmente objeto de grande intervenção de reciclagem, com projeto de Dominique Perrault), e a rede de monumentais *Post Offices* disseminada pelos Estados Unidos a partir de 1840, desde o *General Post Office* de Washington (1842), chegando aos de Columbus (1887), Buffalo (1899-1901), e Cleveland (1903-1910), entre outros. Muitos caracterizados pela arquitetura neo-românica de inspiração richardsoniana, e

ostentando audaciosos torreões em meio a uma volumetria movimentada, os grandiosos *Post Offices*, que associavam arquitetura eclética, de tom muitas vezes medieval, com instalações modernas, se disseminaram pelos Estados Unidos na virada do século XIX para o XX, porém frequentemente associados a outros usos federais, como tribunais e alfândegas. O edifício parisiense, por sua vez, estabeleceu um protótipo de edifício urbano de arquitetura mais clássica, geralmente neo-renascentista, marcado por símbolos cívicos como o relógio no topo. Na mesma linha, mas com instalações atualizadas, o edifício de Cleveland, inspirado pelo movimento *City Beautiful*, bloco monumental e clássico, resumia todas as qualidades esperadas de uma moderna sede de Correios no início do século XX.



9



10



11



12



13

Figuras 9, 10, 11, 12 e 13: *Post Offices* de Albany, New York, de Cleveland e de Columbus, Ohio; e *Hôtel des Postes* em Paris.
Fonte: commons/wikipedia.org e cartão-postal da época.

A primeira sede estadual em edifício especialmente projetado foi erguida como parte da nova capital do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, em exuberante linguagem eclética também calcada no Renascimento; porém a maioria das sedes estaduais continuou abrigada improvisadamente em espaços cedidos de próprios nacionais de vários tipos. A reunião dos Correios com os Telégrafos em 1910 sinalizou uma nova etapa, de grandes investimentos nas sedes estaduais, iniciada em Salvador, numa parceria com a Companhia das Docas, com arquitetura comparativamente mais austera; em Porto Alegre, cujo Correio Central foi objeto de projeto monumental e original, com torreão destacado abrigando grandes relógios, obra de Theodore Wiederspahn (1911-1914); e em Niterói, em estilo afrancesado com torreões laterais gêmeos (1910-1915) (PEREIRA, 1999).

Em São Paulo, os correios ainda funcionavam precariamente em prédio de propriedade do Conde de Prates, no Largo do Palácio. O projeto das Grandes Avenidas de Alexandre de Albuquerque, como vimos, já previa em 1909 a instalação de uma sede monumental para os Correios como parte de seu plano de remodelação das regiões do Morro do Chá e de Santa Ifigênia. O projeto Freire-Guilhem para o Vale do Anhangabaú, por sua vez, de 1910, incluía a previsão de uma praça no ponto em que o eixo da São João cruzava o vale, visando certa continuidade paisagística com o parque Anhangabaú, o qual, no entanto, acabou virando as costas para a São João, separada do parque por construções que, como o Cinema Central, depois Delegacia Fiscal, só seriam demolidas décadas mais tarde.

A praça do Correio, ocupando o fundo do vale entre a Rua do Seminário e a Rua Anhagabaú (atual Avenida Prestes Maia), onde funcionou o Mercado Municipal entre 1890 e 1920, foi inicialmente denominada Praça Verdi – talvez uma referência ao Cassino Antarctica, ao Conservatório Dramático e Musical, ao Teatro Municipal, ao Teatro São José e outros usos correlatos próximos. No mesmo momento, a Praça Ramos de Azevedo era decorada com busto de Carlos Gomes e grupos escultóricos inspirados em suas óperas. Em 1930, já rebatizada como Praça do Correio, tornou-se etapa importante da sequencia de praças que pontuavam e valorizavam o eixo da Avenida São João, desde a

Praça Antonio Prado no início da via, passando também pelo Largo do Paissandu, Praça Julio Mesquita e Praça Marechal Deodoro, articulando-se com a Praça da República, os Largos do Arouche, de Santa Ifigênia e de Santa Cecília, e culminando no Largo das Perdizes (atual Praça Padre Péricles). Espaços públicos que recebiam tratamento paisagístico cuidadoso, embora a arborização da avenida, esboçada nos anos 1930, tenha sido eliminada por questões de tráfego.

Junto à então Praça Verdi, o grande terreno do antigo Seminário das Educandas ocupava toda a face Oeste do logradouro, entre a São João e a Rua do Seminário, acessado também aos fundos pelo Beco do Paissandu ou Beco do Piolim, cujo circo ocupava o local, atual Rua Abelardo Pinto. Era o local ideal para a almejada sede local dos Correios e Telégrafos, com fácil acesso desde o centro e as estações ferroviárias, na proximidade de hotéis, do Clube Comercial, da Light... Com efeito, uma série de novas construções e aquisições foi iniciada em 1920, no governo Epitácio Pessoa, para a criação de sedes monumentais em Recife, Manaus (onde foram adquiridos edifícios recém-construídos, adaptados ao uso postal), Petrópolis (com projeto de Christiano das Neves, no seu elegante estilo Luiz XVI modernizado, construído em 1922), Paraíba (atual João Pessoa, com projeto de Francisco Basto, 1921-1923), São Paulo e Santos, que ganhou em 1924 um elegante edifício com colunas e pilastras jônicas e um torreão arredondado na esquina (PEREIRA, 1999). Na capital federal, foi construído outro edifício-sede nas proximidades do primeiro, já citado.

O projeto inicial para os correios paraibanos nos interessa particularmente, pois tinha previsto um coroamento central com relógio encimado por frontão, elemento substituído, no caso, por um brasão da República, mas retomado para o coroamento da fachada principal em São Paulo, assim como a composição geral tripartite com ênfase horizontal, a linguagem neo-renascentista, a fenestração abundante, o embasamento com bossagens, a balaustrada sobre a cornija, e os frontões coroando os centros das fachadas e os corpos laterais e de esquina, marcada pelo mesmo chanfro - fazendo da sede paulista como que



Figura 14: A sede dos Correios na cidade da Paraíba (atual João Pessoa).
Acervo - Museu Correios

uma versão ampliada do edifício da Paraíba, e deste uma versão mais baixa e volumetricamente mais rica, em virtude de seu corpo central recuado com escadaria, dos Correios paulistanos. A linguagem neo-renascentista, e a balaustrada no alto pontuada por acrotérios e pequenos frontões remetem, ainda, à primeira sede própria dos Correios no Rio de Janeiro, na Rua 1° de Março, de 1877, já citada.

Com duas grandes frentes, para a praça e para a avenida, e perspectivas favorecidas pela descida do vale e pelo alargamento da São João, o terreno escolhido na capital paulista sugeria seu aproveitamento por um bloco arquitetônico monumental quadrangular, com fachadas cuidadosamente compostas, a frontal para acentuar o enfoque na praça, realçando a entrada principal, e a lateral para acomodar a subida da avenida e abrigar uma entrada secundária.

Foi esse o partido adotado por Rossi e seguido por Ranzini, que elegeram a linguagem neo-renascentista modernizada preferida por Rossi (LEMOS, 1993) aliada a uma rigorosa e acadêmica divisão tripartite das fachadas – no sentido vertical, com embasamento destacado por bossagem no térreo; *piano nobile* e segundo pavimento entre cornijas, com pilastras colossais; andar superior destacado por janelas em arco. No sentido horizontal, o corpo central da fachada principal, junto à praça, ganhou cinco vãos, havendo no térreo cinco aberturas em arco pleno encimadas por mascarões, abrigando as três centrais grandes portas em gradil artisticamente trabalhadas (toda a serralheria ficou a cargo do Liceu de Artes e Ofícios), protegidas por uma leve marquise metálica, acessando o amplo saguão principal com pé-direito elevado, ostentando pares de colunas e pilastras jônicas

que sustentam vigas ocultas sob falsos arcos muito abatidos, destinado ao acesso ao serviço de correios pelo público em geral, atendido em longos balcões de madeira de lei. Esse espaço era prolongado ao fundo por uma galeria de colunas sob grande cobertura semicilíndrica de vidro.

O corpo central conta com grandes janelas, retangulares no primeiro pavimento, quadradas no segundo e em arco pleno no pavimento superior. Nos corpos laterais as janelas são mais estreitas e ocupam três vãos em cada pavimento: quadradas e fechadas com grades artísticas no térreo rebaixado ou porão; retangulares simples na sobreloja; retangulares, encimadas por frontões sobre mísulas alternados, ora triangulares, ora em arco abatido, no *piano nobile*; retangulares coroadas por mísulas e frontões mais amaneirados no segundo pavimento (com sutil sugestão de uma linguagem abarrocada, condizente com o estilo neocolonial caro ao projetista Felisberto Ranzini); e em arco pleno, ladeado por pilastras, no pavimento superior. O coroamento do conjunto é realizado por larga cornija sustentada por mísulas e encimada por balaustrada, esta pontuada por acrotérios simples, culminando no volume quadrangular do relógio sobre o corpo central, encimado por pequeno frontão e ladeado por figuras esculpidas decorativas, e em outros pequenos frontões sobre os corpos laterais.

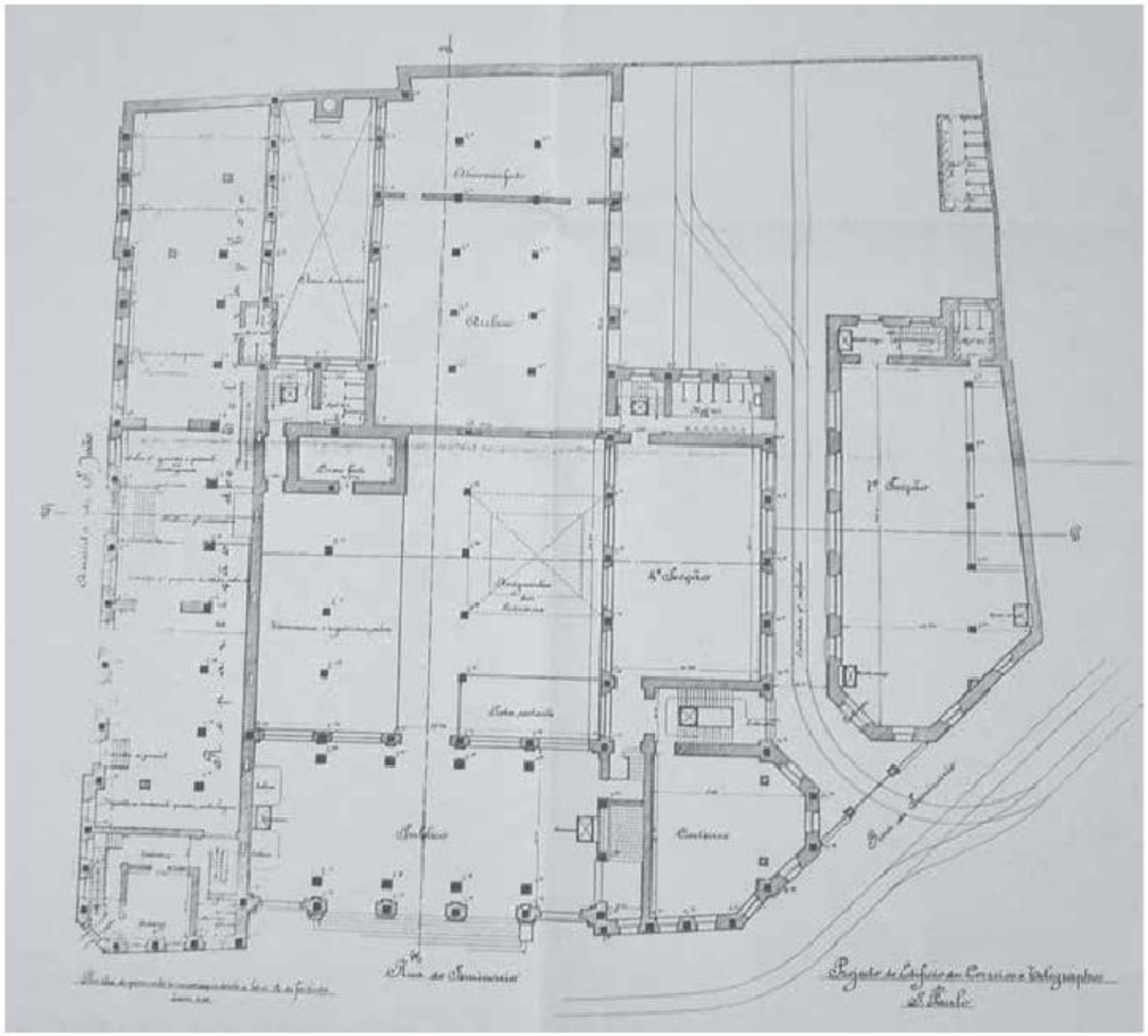


Figura 15: Planta do pavimento térreo elaborada pelo Escritório Técnico Ramos de Azevedo.
Fonte: Acervo do Escritório Técnico Ramos de Azevedo, biblioteca da FAU / USP.





Figuras 16 e 17: Vistas da obra em 1921 e em 1922, com os acabamentos da fachada e andaimes.
Acervo - Museu Correios e Diretoria Regional dos Correios em São Paulo

O encontro das fachadas lateral e frontal é resolvido por meio de um chanfro, reproduzindo a sequencia de aberturas dos corpos laterais num único vão. A fachada lateral junto à Avenida São João reproduz a mesma divisão e fenestração, estendendo o corpo central para nove vãos, dos quais os dois extremos são um pouco mais estreitos, acomodando as dimensões do terreno; no térreo, mais elevado que o do corpo central da outra fachada, só uma das aberturas é uma porta; envidraçada como as janelas, acessava o serviço de telégrafos, que funcionava de maneira independente dos correios, com nítida divisão espacial; os corpos laterais são idênticos aos da outra fachada, encimados por frontões também idênticos; porém, no coroamento desta face, o frontão central é mais modesto e não possui relógio. Um corpo edificado mais baixo na subida da Rua do Seminário completava o conjunto.

A despeito do rigor acadêmico da composição, o projeto demonstra grande preocupação com a funcionalidade dos serviços, sua lógica interna, a divisão entre correios e telégrafos; e, em particular, com a facilidade do acesso; tanto público, nas fachadas principal e lateral, como de serviços, por meio da entrada da Rua do Seminário, que desserve os fundos do edifício, onde um pátio de manobras com sistema de trilhos e carros facilitava a chegada e remessa de volumes. Pilastras e colunas disfarçam a moderna estrutura em concreto armado da edificação, e a modulação clássica das elevações corresponde a um sistema estrutural modular e racional. A iluminação natural era facilitada pelas generosas aberturas das janelas e reforçada por claraboias e forros translúcidos. A qualidade da construção, os materiais de revestimento e o requinte dos elementos de arte aplicada, realizados pelo Liceu de Artes e Ofícios, (ABDALLA, 2013) instituição patrocinada por Ramos de Azevedo, atestam não apenas a importância do serviço de correios e telégrafos em São Paulo, mas também seu poderio

econômico, avaliando-se sua arrecadação anual em 1920 na enorme soma de quatro mil contos de réis (LEMOS, 2003). A pedra inaugural foi lançada em outubro de 1920 e a obra concluída exatamente dois anos depois. Foi uma das últimas sedes estaduais dos Correios concebida como palácio de arquitetura eclética. . A partir dos anos 1930 os Correios passaram a patrocinar uma arquitetura modernizada, com elementos que hoje seriam qualificados como Art Déco, representando a renovação e atualização do departamento na Era Vargas (PEREIRA, 1999; SEGAWA, 2002).

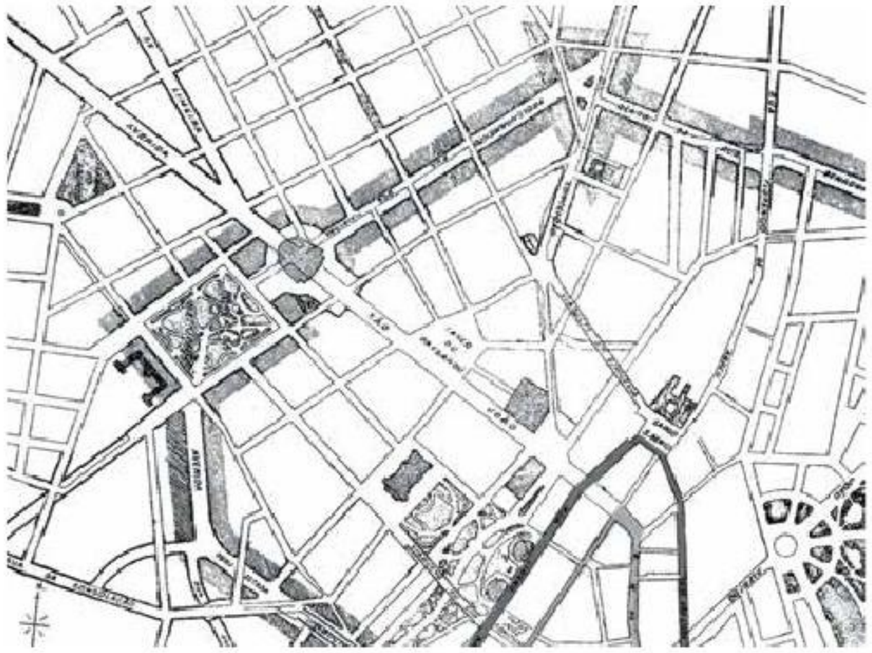


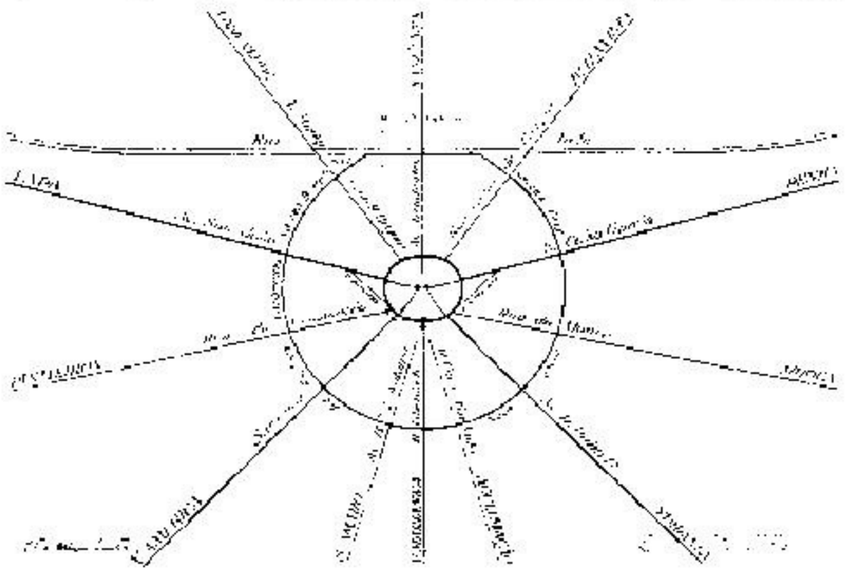




Figura 18: Fachada para a Avenida São João. Fonte: Acervo - Escritório Ramos de Azevedo, biblioteca da FAU / USP.

Figuras 19 e 20: Edifício na inauguração, em outubro de 1922, e foto interna da mesma época. Acervo - Museu Correios





Figuras 21 e 22: Detalhe da proposta de Ulhôa Cintra para o Perímetro de Irradiação, na versão de 1924, e seu esquema teórico, com a Avenida São João como uma das radiais principais, mostrando o edifício dos Correios já concluído e a proposta para o Paço Municipal no eixo da avenida. Fonte: CINTRA, 1924, pp. 331-332.

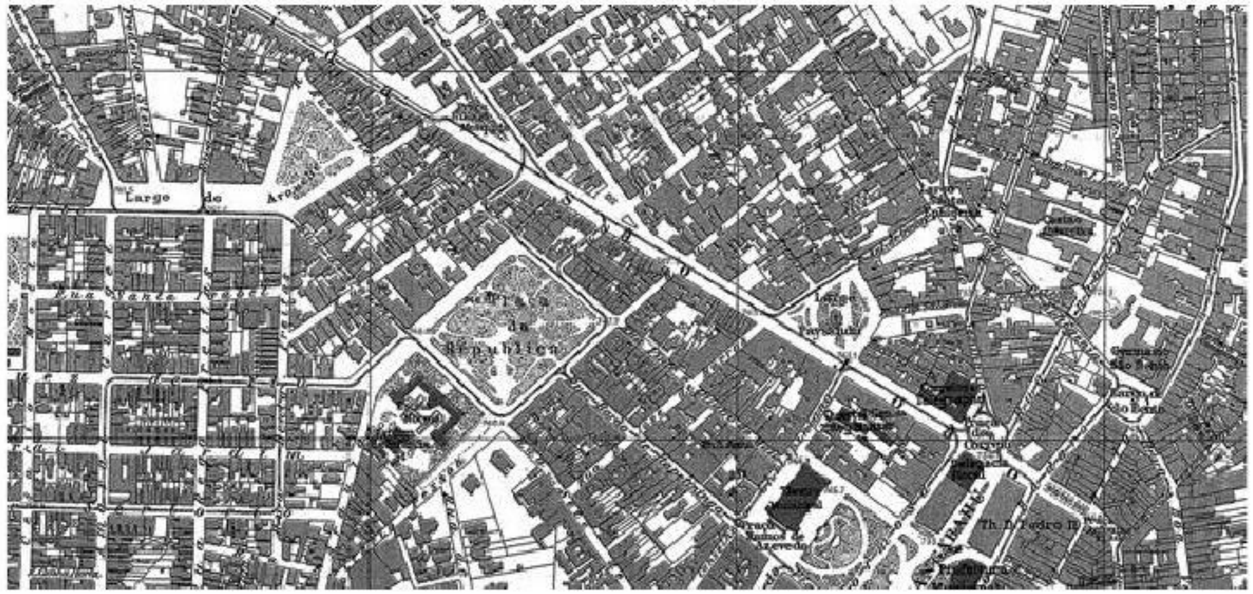
Radial, diametral Oeste, Cinelândia, boca do lixo ou do luxo...

Após a inauguração do edifício dos Correios as políticas urbanas aplicadas na região, pautadas pelo alargamento da São João e tratamento urbanístico diferenciado conferido à via e seu entorno, no sentido de enobrecer e valorizar esse eixo de expansão e de conexão com o quadrante Oeste da cidade e com as principais estações ferroviárias, foram reforçadas. A partir de 1924, como lembra Sarah Feldman (2005), a intervenção policial sobre a localização das chamadas casas de tolerância foi institucionalizada, instrumento logo aplicado na tentativa de sanear moralmente o entorno da São João, cujo alargamento, pontuado por belas praças como a do próprio Correio, o Largo do Paissandu, a da Vitória (atual Júlio Mesquita) e a Marechal Deodoro, continuou sendo, ao longo dos anos 1920, 1930 e 1940, um dos maiores investimentos da Prefeitura de São Paulo.

O Perímetro de Irradiação, anel viário proposto pelo engenheiro municipal Ulhôa Cintra desde 1921-1924 como meio de desafogar o centro, contribuiria para colocar a região no foco das intenções transformadoras, pois seu traçado, cruzando a São João, que formaria uma das vias radiais principais desse esquema (incluindo a proposta de um Paço Municipal em seu eixo, junto à Praça da República), envolveria a abertura de novas avenidas em anel, que abririam todos os trechos a Noroeste, Oeste e Sudoeste do centro histórico à expansão das funções centrais (CINTRA, 1924). O Perímetro estruturaria ambicioso esquema radial-perimetral de circulação automóvel, incentivando o crescimento horizontal e vertical, e abrindo novas frentes de ocupação vertical residencial e terciária.

Desenvolvida por Cintra e pelo engenheiro civil e arquiteto do Governo Estadual comissionado junto à Prefeitura, Francisco Prestes Maia, a ideia do perímetro ou rótula central (MAIA; CINTRA, 1924-1926) tornou-se pedra angular do Plano de Avenidas elaborado por Maia para o prefeito Pires do Rio (1926-1930) e publicado neste último ano (MAIA, 1930). Era o primeiro de uma série de circuitos perimetrais previstos, unindo as principais vias radiais, que incluíam a Avenida São João; segundo o plano de Prestes Maia, esta seria prolongada até a Avenida Água Branca (atual Francisco Matarazzo) e rebatizada como Avenida Colombo (mudança de nome que nunca se realizou, mas que exprime o caráter nobre e monumental atribuído à avenida). Também nesse quadrante, previa-se o alargamento das ruas Rio Branco e Barão de Limeira, ambos efetivados após 1940.

Um segundo circuito perimetral seria formado pelas avenidas Paulista e Angélica, mais uma via a ser criada no leito da *São Paulo Railway*, que seria transferida para a margem direita do Rio Tietê. Uma diametral Norte-Sul, atravessando o centro, uniria as avenidas Anhangabaú (atual Nove de Julho) e Itororó (atual 23 de Maio) com a Avenida Tiradentes; uma ligação Leste-Oeste uniria a Avenida São João ao Parque Dom Pedro II, por meio de um túnel que passaria sob o Largo de São Bento (nunca realizado).



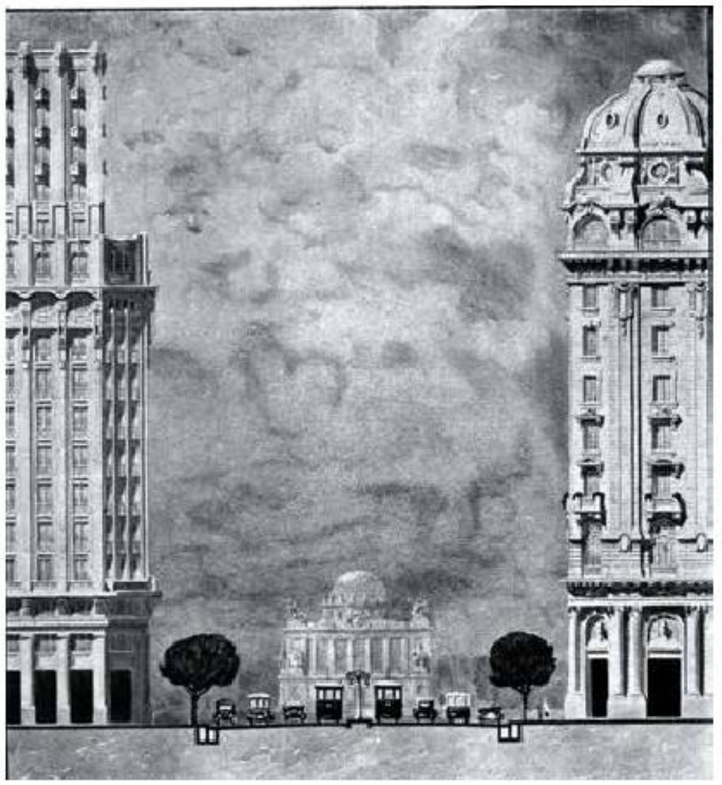


Figura 23A: A Avenida São João e a Praça dos Correios no levantamento aerofotogramétrico da SARA-Brasil, 1930. Fonte: SARA-Brasil.
Figura 23B: Seção transversal de avenida central segundo o Plano de Avenidas. Fonte: MAIA, 1930.





Figura 23C: Obras de alargamento e prolongamento da Avenida São João em 1929: Fonte: MAIA, 1945.
Figura 23D (Indicação dos contatos entre o centro e sua zona principal de Expansão (Oeste-Sudoeste) com ênfase para a Avenida São João a ser renomeadas como Avenida Colombo. Fonte: MAIA. 1930.

Embora também tivesse como metas a expansão do centro, o incentivo a uma verticalização disciplinada e a afirmação do Centro Novo, a gestão do prefeito Fabio Prado (1934–1938) não priorizou a região da São João, focando, em vez disso, o quadrante Sudoeste (alargamento da Rua Xavier de Toledo, abertura da Rua Marconi e das avenidas Nove de Julho e Rebouças). A partir do momento em que Prestes Maia assumiu a Prefeitura, em 1938, não apenas o Perímetro de Irradiação tornou-se prioridade absoluta, com a abertura das atuais avenidas Rangel Pestana, Mercúrio, Senador Queiroz, Ipiranga e São Luís, e construção dos viadutos Nove de Julho, Jacareí e Dona Paulina, como as atenções voltaram-se novamente para Oeste e Noroeste (MAIA, 1945).

Prestes Maia deu continuidade ao prolongamento da Avenida São João até o Largo das Perdizes, com viaduto sobre a Avenida Pacaembu; e ligou-a ao Largo do Arouche por meio da abertura da Avenida Vieira de Carvalho. Também alargou a Rio Branco, a Barão de Limeira e a Conceição (atual Cásper Líbero), e, quando saiu da Prefeitura em 1945,

além de deixar quase pronta a rótula central, na qual o maior destaque foi dado à Avenida Ipiranga, já havia iniciado a abertura do segundo circuito perimetral de seu esquema viário, passando agora pelo alargamento das ruas Mauá, Duque de Caxias e Amaral Gurgel e pela abertura da Praça Roosevelt (MAIA, 1945).

A mesma altura mínima obrigatória para novos edifícios, de 39 metros no alinhamento, com alturas maiores permitidas por meio de recuos (escalonamento), imposta nas avenidas Ipiranga e São Luís, Largo do Arouche, Avenida Vieira de Carvalho e Praça da República, foi aplicada à Avenida São João, do Largo do Paissandu à Praça Júlio Mesquita. Nos trechos Sul e Leste do Perímetro de Irradiação, assim como na Praça da Sé, a altura mínima foi estipulada em 22 metros.

O prefeito Prestes Maia permitiu que edifícios em pontos focais selecionados ultrapassassem o teto então vigente de oitenta metros de altura, a começar pelo edifício do Banco do Estado, espécie de *Empire State* paulistano, que passou a pontuar, ladeado pelo Martinelli e pelo edifício do Banco do Brasil, o início do eixo da Avenida São João, com uma tríade de arranha-céus. Visando renovar e valorizar a região dos Campos Elíseos, Maia propôs ainda, em 1942, a implantação de um grande centro cívico reunindo o Paço Municipal e as secretarias estaduais (MAIA, 1945). A ideia não foi adiante, mas a Praça Princesa Isabel, encontro das novas avenidas Rio Branco e Duque de Caxias, foi agraciada com imenso monumento ao patrono do Exército. A região entre o Largo do Paissandu e as avenidas São João e Ipiranga ganhava cinemas luxuosos e passava a concentrar a vida noturna de bares e restaurantes de melhor padrão, logo merecendo o apelido de Cinelândia paulistana. E a zona de tolerância da prostituição, o chamado baixo meretrício, foi transferida, em medida policial do interventor Adhemar de Barros, para o Bom Retiro, do outro lado da via férrea (FELDMAN, 2005).

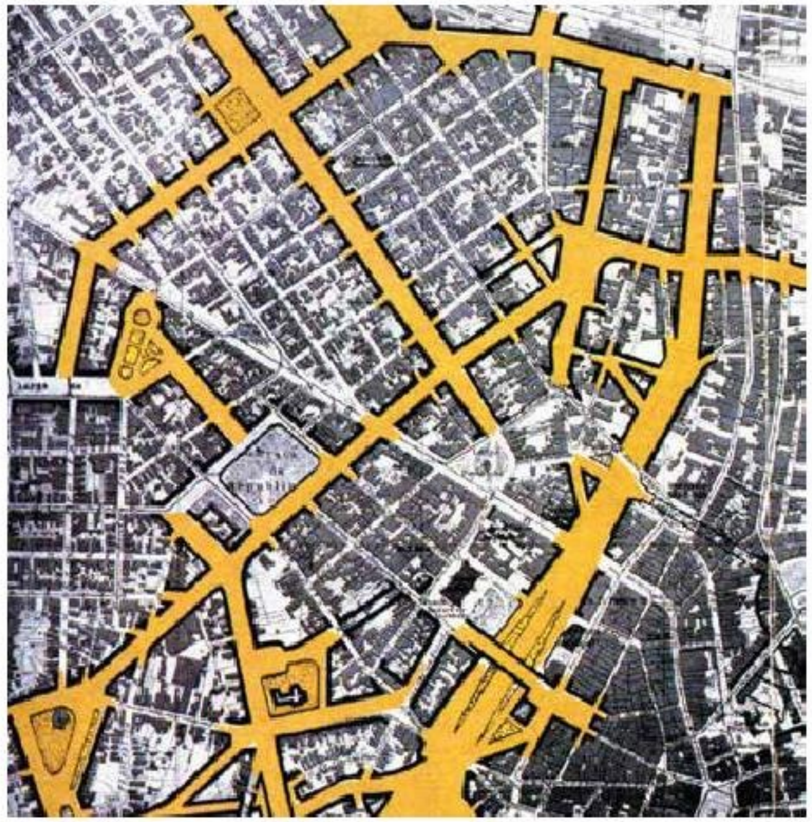


Figura 24: Detalhe de mapa mostrando as obras da gestão Prestes Maia no quadrante Oeste. Fonte: MAIA, 1945.

Buscava-se superar, em vários sentidos, o modelo que havia vigorado na São Paulo da República Velha. Passava-se do café à indústria, do centro velho ao novo, dos bondes aos ônibus, da referência europeia à norte-americana. A estrutura viária radial-perimetral implantada a partir do Plano de Avenidas, conjugando rodoviarismo, expansionismo e o reforço da centralidade em escala urbana e metropolitana, ampararia o uso do automóvel pelas camadas dominantes e a expansão da ocupação vertical em anéis sucessivos, privilegiando-se, quase sempre, o quadrante Sudoeste (VILLAÇA, 1998).

No segundo pós-guerra, enquanto o Centro Velho, congestionado e de difícil acesso por automóvel, perdia atratividade, a centralidade dominante passou para o Centro Novo. Com a crescente utilização da rede ferroviária como linhas de subúrbio, a afluência da população de menor renda às estações da Luz e da Sorocabana acentuou a mudança de perfil social dos Campos Elíseos e o caráter simultaneamente transicional e receptivo da região, favorecidos também pela instalação da Estação Rodoviária junto à Praça Princesa Isabel em 1961. Hotéis baratos, moradias de aluguel acessível, de cortiços a quitinetes, comércio popular, entretenimentos também mais populares passaram a proliferar em espaços urbanos antes pensados como pontos nobres do centro e de seu entorno.

A qualidade urbanística da região também sofria em função da exploração imobiliária. A despeito dos protestos e propostas de urbanistas reguladores como Anhaia Mello (MELLO, 1946), antes da Lei de Zoneamento de 1972, tentativas de disciplinar o crescimento vertical por meio do Código de Obras e de leis especiais perdiam espaço em face do boom de construções. O controle de coeficientes inaugurado em 1957 (MEYER, 1991) logo foi burlado pela aprovação de edifícios residenciais como hotéis ou prédios comerciais. A área central e suas frentes de expansão, incluindo o eixo da Avenida São João, foram preenchidas por grandes edifícios de escritórios, apartamentos econômicos ou quitinetes, que faziam uso de recursos da arquitetura moderna para maximizar o aproveitamento dos terrenos. Quando a Lei de Zoneamento manteve o centro histórico como zona de maior densidade (Z5) em 1972-1973, o interesse imobiliário pela região

já estava se esgotando, tendência agravada pela construção do Elevado Costa e Silva (1970-1971).

O projeto e as polêmicas em torno do Centro Cultural dos Correios em São Paulo

Ao longo das décadas de 1920 a 1980 o edifício da sede central dos Correios em São Paulo cumpriu suas funções a contento, com algumas modificações em suas acomodações internas: novos elevadores, portas trocadas, forro rebaixado no terceiro pavimento, criação de mezaninos para aproveitar os altos pés-direitos, forro encobrindo a cobertura de vidro, simplificação dos capitéis das colunas e pilastras internas, e mudanças no acesso junto à Avenida São João (SNM/EMPLASA/SEMPLA, 1984). Foram duas grandes reformas, em 1950 e 1979-1980, e outras intervenções menores. Já nos anos 1970 o edifício foi incluído na política municipal de preservação do patrimônio histórico da cidade, baseada na criação de zonas de uso especial, como ZS-200/016. Foram protegidas a fachada e o grande hall de entrada, melhor preservados.

Iniciada no Rio de Janeiro, no edifício da Rua Visconde de Itaboraí, a exemplo de outros edifícios públicos destinados a fins culturais na área central e portuária carioca, a começar pelo Centro Cultural Banco do Brasil, a Casa França-Brasil, o Paço Imperial, o Centro Cultural da Justiça Eleitoral, o Palácio Capanema, além dos originalmente existentes Teatro Municipal, Museu e Escola de Belas-Artes e Biblioteca



Figura 25: Vista do mezanino segundo levantamento da ECT em 1996.
Acervo - Museu Correios

Nacional, a reutilização das grandiosas sedes dos Correios e Telégrafos edificadas entre os anos 1910 e 1920 enquanto centros culturais correspondeu à reestruturação da ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em face de propostas de privatização, passando a franquear parte de seus serviços e a pleitear recursos da política nacional de incentivo à cultura, como os mecanismos da Lei Rouanet e outros.

No caso de São Paulo, onde a ECT inaugurou desde 1978 uma moderna nova sede central em torre de 28 pavimentos na Vila Leopoldina, a destinação do edifício da Praça Pedro Lessa/Avenida São João, agora apenas Agência Central, passou a ser debatida. Sua transformação em Centro Cultural dos Correios seguiu a tendência que ganhava corpo nos anos 1990, além de adequar-se às políticas estadual e municipal de requalificação do centro histórico paulistano, e foi objeto de um concurso aberto de projetos arquitetônicos lançado em outubro de 1996 como Concurso Nacional de Arquitetura para a Reciclagem do Prédio da Agência Central de São Paulo, prevendo a modernização da agência existente, espaços culturais, centro filatélico e de convenções. Suas diretrizes foram determinadas pelo arquiteto César Galha Bergstrom Lourenço: manter as linhas arquitetônicas e os elementos preservados do edifício, melhorar o acesso para veículos, e criar cinemas, teatro, auditório e salas para exposições (ALVAREZ, 2007).

Dos 172 estudos preliminares apresentados, cinco foram selecionados e outros dez receberam menção honrosa. Para a fase final, os cinco projetos prepararam um anteprojeto mais detalhado: A comissão foi composta por dois arquitetos da ECT e cinco professores da FAU / USP e da FAU / Mackenzie (Abrahão Sanovics, Antonio Carlos Sant´Anna, Carlos Lemos, Paulo Bastos, Pedro Paulo de Melo Saraiva, Maria Aparecida Segre e Antonio Luiz Winter). O vencedor foi o escritório Una Arquitetos, que priorizou a permeabilidade e a travessia do edifício entre a Avenida São João, o Anhangabaú/ Praça Pedro Lessa e o Beco do Paissandu ou do Piolim, atual Rua Abelardo Pinto. Dessa maneira serviria como galeria de circulação de pedestres do Anhangabaú ao Largo do Paissandu. Também teria acesso de veículos pela praça. Os desníveis seriam resolvidos

com escadas rolantes. Seria criado grande vazio central, com iluminação zenital, para interligar ambientes e ser ponto de encontro para passantes, visitantes do centro cultural e usuários da agência. Esse espaço, com linguagem arquitetônica contemporânea, requeria a demolição de grande parte do miolo da edificação. As fachadas, por sua vez, seriam preservadas e restauradas (ALVAREZ, 2007). O programa do Centro Cultural dos Correios em São Paulo previa ainda restaurante, cafeteria, auditório, salas de exposições, centro de convenções, livraria, biblioteca, um pequeno museu, uma loja filatélica, um teatro e dois cinemas, além da agência dos correios. Garagem de estacionamento, um pátio de serviços no subsolo e um andar técnico para abrigar o ar condicionado e as caixas d'água completavam o programa. Nova edificação seria construída nos fundos do terreno, sobre o antigo pátio de manobras, para abrigar as salas de espetáculos, os equipamentos e uma praça elevada.

As obras de reconversão foram iniciadas em seguida, mas as intervenções realizadas e previstas, todavia, esbarraram na vigilância dos órgãos patrimoniais, por conta da possibilidade de estarem descaracterizando e destruindo partes importantes do edifício. Os órgãos de preservação alteraram o nível de tombamento do edifício, antes restrito à volumetria, fachada e alguns elementos interiores, para englobar a edificação como um todo. Para recuperar as partes mais emblemáticas da mesma, como o grande saguão, a ECT, apoiada em liminar do Ministério Público, contratou outro escritório, a Companhia do Restauro, criando uma intervenção paralela no edifício e levando a uma pendência judicial com os arquitetos vencedores do concurso, que pretendiam atuar quase que livremente no interior da edificação, mantendo inalteradas apenas as fachadas. Podemos observar o contraste entre os tratamentos conferidos aos elementos históricos

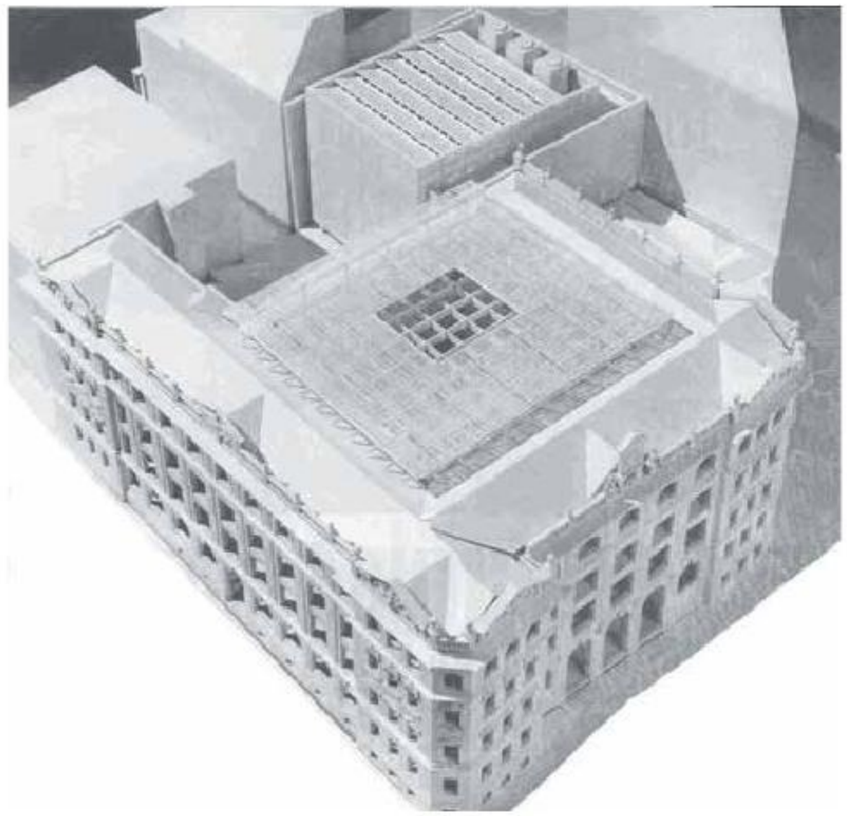


Figura 26: Maquete eletrônica do projeto vencedor, do Una Arquitetos, para o Centro Cultural dos Correios em São Paulo. Fonte: Urbs nº 4, janeiro de 1998, p. 35.

remanescentes pelos diferentes profissionais envolvidos. Enquanto o projeto vencedor do Una Arquitetos não valoriza particularmente esses elementos, prevendo novas lajes em linguagem contemporânea, cortando o espaço do saguão, há extremo cuidado por parte da Companhia do Restauro em recuperar detalhes originais e a riqueza da decoração eclética, por meio de prospecções e da reconstituição dos componentes danificados (ALVAREZ, 2007). Essa polêmica paralisou as obras e atrasou a conclusão do centro cultural, finalmente inaugurado em 2013, por vários anos.

Considerações Finais

A criação de uma macro-estrutura viária de vias expressas ou semi-expressas a partir dos anos 1960 também contribuiu para a superação do papel dominante do centro histórico de São Paulo. Ao contrário do Perímetro de Irradiação, que havia aberto a área do Centro Novo e favorecido seu aproveitamento, as novas obras, muitas em desnível, passaram a tratar a região central como mero nó de articulação e passagem na estrutura viária maior da metrópole, priorizando a circulação em grande escala em detrimento das áreas atravessadas. Peça fundamental dessa macro-estrutura, erguido entre 1970 e 1971 sobre a Rua Amaral Gurgel e grande parte da Avenida São João, para compor a ligação Leste-Oeste, criada sobre parte do traçado daquela que teria sido a Segunda Perimetral prevista por Prestes Maia, o Elevado Costa e Silva - logo apelidado de Minhocão - resultou numa desvalorização drástica e imediata do entorno, mesmo situando-se em região até então muito procurada para empreendimentos imobiliários verticais (SOMEKH, 1997).

Ao mesmo tempo, a abertura da Avenida Faria Lima (1965-1968) e da Nova Paulista (1970-1974) geravam novas centralidades de prestígio no já privilegiado vetor Sudoeste, com acesso mais fácil por automóvel, porém desvinculadas do centro histórico. Passaram a atrair a verticalização, o comércio e os serviços de alto padrão. Tal movimento continua sendo exacerbado por outras grandes obras viárias, que consagram o deslocamento da

centralidade dominante para a calha do Rio Pinheiros, e o "abandono" do centro histórico e de seu entorno pelos usuários de maior renda. Ao mesmo tempo em que a micro-acessibilidade por automóvel se tornava mais difícil, as redes de transporte coletivo – ônibus, trem e metrô - continuaram desembocando no centro tradicional e na própria Avenida São João, favorecendo sua reocupação por uma população de menor renda, configurando novo perfil e outro dinamismo para essas regiões.

Edifícios considerados obsoletos já haviam se desvalorizado rapidamente e sido ocupados por usos malvistos, com destaque para o Martinelli. Portanto, a desapropriação e reforma deste pela Prefeitura, em 1975, assim como a preservação do edifício Caetano de Campos (antiga Escola Normal) na Praça da República, ameaçado de demolição pelas obras do metrô, na mesma época, sinalizou o início de uma série de iniciativas no sentido de reverter a desvalorização da região central, fazendo uso, entre outros meios, do restauro de edifícios e de seu reaproveitamento para usos institucionais ou culturais, iniciativas que prosseguem até hoje.



Figura 27 - Vista externa do Centro Cultural Correios em São Paulo, inaugurado em 2013.
Acervo - Museu Correios

No caso da região em torno do eixo da Avenida São João e da área central como um todo, seu caráter aberto à transgressão e acolhedor da diferença passou a ganhar valor com a ascensão do multiculturalismo, do pluralismo e das identidades "tribais" e alternativas, como novos traços definidores da identidade paulistana. Com o novo século, a situação se galvanizou. De um lado, ressuscitou-se em 2009 mais uma vez a ideia de renovar e revalorizar a área de Santa Ifigênia, desapropriando e transformando a "cracolândia" em Nova Luz – proposta que esbarra na mesma proteção à propriedade privada que havia barrado o projeto das Grandes Avenidas concebido para o mesmo local





Figura 28 - Vista interna do Centro Cultural Correios em São Paulo,
Figura 29 - Vista interna com detalhe da claraboia.
Acervo - Museu Correios

em 1909. De outro, começou-se a pensar em reaproveitar elementos e situações urbanas até então desprezados, como a região da Avenida São João e o elevado, repropondo-os como ponto de partida para outras visões da cidade.

O Centro Cultural Banco do Brasil e as reformas da Catedral da Sé e do Mercado Municipal, no início dos anos 2000, já haviam criado outra atratividade para o centro histórico, alvo de movimentos de revalorização há algumas décadas, como a Associação Viva o Centro; de programas de moradia popular, como o Morar no Centro; de programas de requalificação urbana, como o Ação Centro, financiado pelo BID; e de operações urbanas consorciadas, pelas quais a Prefeitura passou a incentivar os investimentos imobiliários na região, como a Operação Urbana Anhangabaú (1990-1994) e a Operação Urbana Centro (a partir de 1996-1997, com impacto mais decisivo a partir de 2010). A Praça das Artes, projeto do escritório Brasil Arquitetura, inaugurada em 2012, preenchendo os espaços subocupados de uma das primeiras quadras da Avenida São João, entre as ruas Formosa e Conselheiro Crispiniano, funcionando como extensão do Teatro Municipal e do Conservatório, gerou um novo início para o eixo da São João, recuperando o veio musical e dramático da região. Finalmente, o Centro Cultural dos Correios, aberto em 2013, deu continuidade a essa transformação - formando, em contraponto com o CCBB, a Biblioteca Mário de Andrade reformada e os grandes equipamentos culturais já estabelecidos e/ou reformados desde os anos 1990 na região da Luz – Museu de Arte Sacra, Pinacoteca do Estado, Estação Pinacoteca, Sala São Paulo - outro polo de animação cultural a reerguer o castigado, mas sempre resistente centro paulistano.

Referências

ABDALLA, Antonio Carlos (org.). **Capital:** São Paulo e seu patrimônio arquitetônico. Fotografias de Juan Esteves e pesquisa de Denise Machado Lorch. São Paulo: Imprensa Oficial, 2013.

ALBUQUERQUE, Alexandre de. As grandes avenidas e os melhoramentos. **Revista de Engenharia.** nº 2. vol. I. jul. 1911, p. 44-45.

ALVAREZ, Carmem. **A reciclagem de edifícios com permanência de uso em São Paulo.** 2007. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2007. Orientador: Candido Malta Campos.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. Introdução. In: SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos.** São Paulo: Ática, 1991.

BACELLI, Ronei. **A presença da Companhia City em São Paulo e a implantação do primeiro bairro-jardim.** 1982. Dissertação (Mestrado). Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1982.

BARROS, Maria Paes de. **No tempo de dantes.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos:** Um Haussmann tropical. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.

BOUVARD, Joseph-Antoine. Relatorio apresentado ao Sr. Prefeito Raymundo Duprat. Os melhoramentos de São Paulo: O relatorio do Sr. Bouvard. **Revista de Engenharia.** nº 2. vol. I. São Paulo. jul. 1911, p. 42.

BRUNO, Ernani da Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1984.

CAMPOS, Candido Malta. **Os rumos da cidade:** Urbanismo e modernização em São Paulo. São Paulo: Senac, 2002.

_____. Eixo da ambiguidade: A região da Avenida São João nas inversões do tempo. In: ARTIGAS, Rosa. CASTRO, Ana Claudia Veiga de. MELLO, Joana de (orgs.). **Caminhos do elevado.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2008. p. 19-45.

_____. Cidade na colina: o sítio histórico de São Paulo. In: LOBO, Manuel da costa. SIMÕES JR., José Geraldo (orgs.). **Urbanismo de colina:** Uma tradição luso-brasileira. Lisboa: IST; São Paulo: Editora Mackenzie, 2012. p.123-174.

CARVALHO, Maria Silvia Wolff de. **Ramos de Azevedo.** São Paulo: Pini, 1999.

CINTRA, João Florence de Ulhôa. Projecto de uma avenida circular constituindo perimetro de irradiação. **Boletim do Instituto de Engenharia.** nº 24, vol. V, São Paulo, jan-ma. 1924. p.331-336.

CJAIKOWSKI, Jorge Paul (org.). **Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: PCRJ/Casa da Palavra, 2000.

FELDMAN, Sarah. **Planejamento e zoneamento:** São Paulo 1947-1962. São Paulo, Edusp, 2005.

FICHER, Sylvia. **Os arquitetos da Poli:** Ensino e profissão em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2005.

FREIRE, Victor da Silva. Os melhoramentos de São Paulo. Conferência no Grêmio Polytechnico em 15 de fevereiro de 1911. **Revista Polytechnica.** nº 33, vol. VI, fev-mar. 1911. p.91-145.

_____. Um capítulo de urbanismo e economia nacional. **Boletim do Instituto de Engenharia.** nº 3, vol. I, São Paulo, fev. 1918.

FREITAS JR., Afonso de. Origem do Viaduto do Chá. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo.** nº 25, vol. III, jul. 1936. p.175.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O prédio Martinelli:** A ascensão do imigrante e a verticalização de São Paulo. São Paulo: Projeto, 1984.

_____. **Higienópolis:** Grandeza de um bairro paulistano. São Paulo: Edusp, 2015.

LAGO, Pedro Correia do. **Iconografia paulistana.** São Paulo: Metalivros, 1998.

LEITE, Aureliano. História da civilização paulista. São Paulo: Saraiva, 1954.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **São Paulo em três tempos.** São Paulo: s.c.p., 1980.

_____. **Ramos de Azevedo e seu escritório.** São Paulo: Pini, 1993.

_____. Organização urbana e arquitetura em São Paulo dos tempos coloniais. In: PORTA, Paula (org.). **História da cidade de São Paulo:** A cidade colonial 1554-1822. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MAIA, Francisco Prestes. **Introdução ao estudo de um Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo.** São Paulo: Melhoramentos, 1930.

_____. Os melhoramentos de São Paulo. São Paulo: PMSP, 1945.

MAIA, Francisco Prestes. CINTRA, João Florence de Ulhôa. Um problema actual: Os grandes melhoramentos de São Paulo. **Boletim do Instituto de Engenharia** nº 26/27 (vol. VI). São Paulo, outubro 1924-março 1925; **Boletim do Instituto de Engenharia** nº 28 (vol. VI), São Paul, março-junho 1925; **Boletim do Instituto de Engenharia** nº 29 (vol. VI), São Paulo, julho-outubro 1925; **Boletim do Instituto de Engenharia** nº 31 (vol. VI), São Paulo, março-junho de 1926.

MEYER, Regina Maria Prosperi. **São Paulo anos 50:** Metrópole e urbanismo. 1991. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.

MORSE, Richard M. **Formação histórica de São Paulo.** São Paulo: Difel, 1970.

OS MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO: Projecto Alexandre de Albuquerque. **Revista de Engenharia.** nº2 (vol. I), São Paulo, julho 1911a, pp. 37-38.

OS MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO: Projecto Freire-Guilhem. **Revista de Engenharia.** nº 2 (vol. I), São Paulo, julho 1911b, p. 40.

PINHEIRO, Eloisa Petti. **Europa, França e Bahia:** Difusão e adaptação de modelos urbanos. Salvador: EDUFBa, 2011.

PEREIRA, Margareth da Silva. **Os Correios e Telégrafos no Brasil:** Um patrimônio histórico e arquitetônico. São Paulo: MST/EBCT, 1999.

PRADO JR., Caio. O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo. In: _____. **Evolução política do Brasil e outros estudos.** São Paulo: Brasiliense, s.d. p.

REIS, Nestor Goulart. **São Paulo:** Vila, cidade, metrópole. São Paulo: PMSP, 2004.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **São Paulo e outras cidades.** São Paulo: Hucitec, 1993.

RODRIGUES, José Honório. Antonio da Silva Prado. **Digesto Econômico.** nº 30, vol. III. São Paulo. maio. 1947.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei:** Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

SEGAWA, Hugo. **Prelúdio da metrópole:** Arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

_____. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990.** São Paulo: Edusp, 2002.

SILVA, Janice Theodoro da. **São Paulo, 1554-1880:** Discurso ideológico e organização espacial. São Paulo: Moderna, 1984.

SIMÕES JR., José Geraldo: **Anhangabaú:** História e urbanismo. São Paulo: Senac, 2004.

SNM/EMPLASA/SEMPLA. **Bens culturais arquitetônicos no município e Região Metropolitana de São Paulo.** São Paulo: PMSP, 1984.

SOMEKH, Nadia. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador.** São Paulo: Studio Nobel, 1997.

SOMEKH, Nadia. CAMPOS, Candido Malta. **A cidade que não pode parar:** Planos urbanísticos de São Paulo no século XX. São Paulo: Mackpesquisa, 2002; Editora Mackenzie, 2008.

TÁCITO, Hilário. **Madame Pommery.** São Paulo: Est. Graph. Mário de Andrade, 1919.

TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. **História da cidade de São Paulo.** São Paulo: Melhoramentos, 1954.

_____. **São Paulo nos primeiros anos.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

TEODORO, Janice; RUIZ, Rafael. São Paulo, de vila a cidade: A fundação, o poder público, a vida política. In: PORTA, Paula (org.). **História da cidade de São Paulo:** A cidade colonial 1554-1822. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 74-86.

TOLEDO, Benedito Lima de. **São Paulo:** Três cidades em um século. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

_____. **Anhangabahú.** São Paulo: FIESP, 1989.

_____. **Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo.** São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, 1998.

Candido Malta Campos
Arquiteto e urbanista; Doutor pela FAU/USP (1999); professor do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Dossiê
DOCUMENTOS FUNDADORES

Ordenações Filipinas

The Philippine Ordinances (legal compilation sanctioned by King Philip)

Na história do direito português, antes da chamada Idade Contemporânea, destacam-se três grandes compilações de leis, identificadas pelos nomes dos soberanos reinantes durante a sua promulgação: Ordenações Afonsinas (1446), Ordenações Manuelinas (1521) e Ordenações Filipinas (1603). Essa última foi publicada no período da União Ibérica (1580-1640), no governo do rei Felipe II de Espanha (ou Felipe I de Portugal) e acresce às Ordenações Manuelinas diversas leis extravagantes, isto é, não integrantes dos códigos anteriores. As Ordenações Filipinas têm uma grande importância também para a história do direito brasileiro, pois vigoraram durante a maior parte do período colonial e somente começaram a ser paulatinamente substituídas no Brasil Império, na medida em que surgiam novos códigos: Código Criminal (1830), Código de Processo Criminal (1832), Decreto 737 (regulação processual comercial e civil, de 1850) e Código Comercial (1850). O livro IV das Ordenações Filipinas, relativo ao processo civil, continuou parcialmente em uso em nosso país até 1916, quando surgiu o código que vigorou até 2002.

O Livro V, de que se transcreve aqui o Título VIII, equivalia a um código penal, preocupando-se com as punições de diversos crimes. O trecho que nos interessa refere-se à penalização de violações contra o segredo (ou o sigilo, como se diz hoje) das correspondências. Não se trata do primeiro documento a respeito do assunto: na realidade, atualiza o Título LXXX do Livro V das Ordenações Manuelinas. Foi escolhido para reprodução aqui pelo seu alcance temporal, principalmente no que se refere às terras brasileiras. Note-se como as suas disposições refletem as distinções de uma sociedade corporativa, estamental, em que as penas são aplicadas não só de acordo com a natureza do crime, mas com a posição social de quem o pratica e também da vítima.

Livro V – Título VIII

Dos que abrem as Cartas del-Rey, ou da Rainha, ou de outras pessoas[1]

1. Fonte: Código Philippino ou Ordenações e Leis do reino de Portugal recopiladas por mandado d´El-Rey D. Philippe I. 14 ed. Por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870, p. 1158-1159.

Dos que abrem as Cartas del-Rey, ou da Rainha, ou de outras pessoas

Qualquer, que abrir nossa Carta, assinada per Nós, em que se contenhão cousas de segredo, que specialmente pertenção à guarda de nossa pessoa, ou stado, ou da Rainha minha mulher, ou do Príncipe meu filho, ou à guarda e defensão de nossos Reinos, e descobrir o segredo della, do que a Nós poderia vir algum prejuízo, ou desserviço, mandamos que morra por isso.

1. E esta pena haverão os que abrirem as Cartas e descobrirem os segredos della, que alguns grandes ou outras pessoas nos enviarem cerradas, que isso mesmo specialmente pertenção à guarda de nossa pessoa, ou stado, ou da Rainha ou Príncipe, ou de nosso Reino.

E se as ditas Cartas nos sobreditos casos abrir, e não descobrir os segredos dellas, se fôr Scudeiro, ou pessoa de igual ou maior condição, perca os bens, que tiver, para a Corôa do Reino, e seja degradado para Africa para sempre; e se tal não fôr, além do dito degredo, seja publicamente açoutado.

E se somente abrir outras nossas Cartas cerradas, que forem assignadas per Nós, em que mandamos dizer algumas cousas, que a Nós apraz ou que pertencem a nosso serviço, que não são taes como as que acima declaramos, ou abrir Cartas que para Nós vierem de qualquer pessoa que sejão, do que lhe aprouver, ou pertencer a nosso serviço, se fôr Scudeiro, ou de semelhante ou maior condição, seja degradado quatro anno para Africa, e seja riscado de nossos livros, se fôr nosso morador.

E se não fôr da dita qualidade, seja publicamente açoutado e degradado dous anno para Africa.

2. E as mesmas penas acima ditas haverão os que abrirem nossas Cartas, assignadas per nossos Dezembargadores e Officiaes de Justiça ou da Fazenda e seladas com nosso sello.

3. E todo o que dissemos das nossas Cartas, se entenderá nas da Rainha e nas que a ella forem enviadas: e bem assi nas do Príncipe, segundo a differença que nas nossas fazemos.

4. E se abrir Cartas dos Infantes, Duques, Mestres, Marquezes, Condes, Bispos ou de outros Prelados semelhantes, ou de outras pessoas, que a Nós forem mui chegadas em parentesco, se fôr Scudeiro ou pessoa de igual ou maior condição, seja degradado para Africa até nossa mercê; e sendo de menor condição, seja publicamente açoutado.

E o sobredito se guardará também nas Cartas das mulheres que às ditas pessoas são iguaes em condição e stado.

5. E os que abrirem as Cartas de outras pessoas serão punidos segundo a qualidade das pessoas que as enviarem e a quem forem enviadas, e ao que nella fôr conteúdo e da pessoa que as abrir.


ORDENAÇOẼS
E LEIS DO REINO
DE PORTUGAL
RECOPILADAS PER MANDADO
DO MVITO ALTO CATHOLICO
& poderoso REI DOM
Philippe o Pr.

Página de rosto da ediçãodo Código Filipino de 1603.

Documentos do correio-mor do Reino

Documents of the Postmaster-General of the Kingdom

Carta de nomeação do correio-mor do Reino

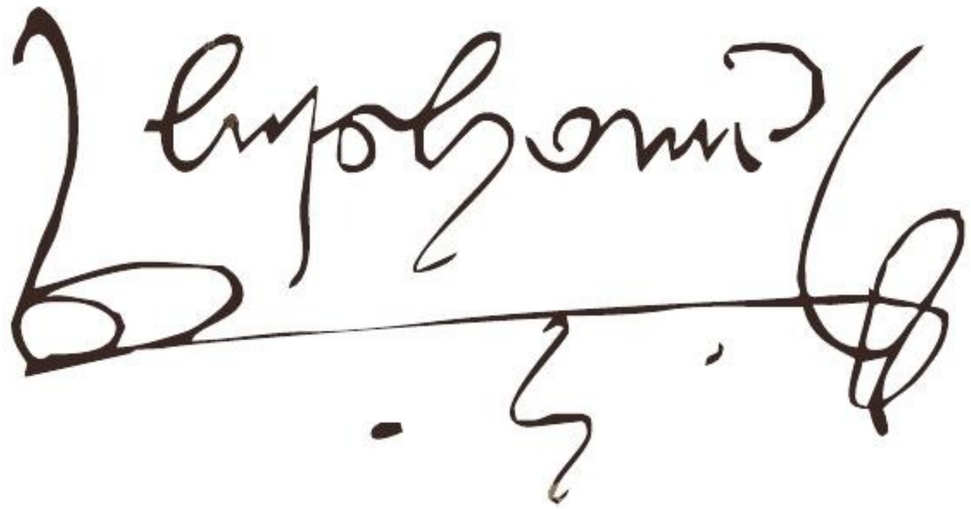
A carta em que D. Manuel I faz mercê a Luís Homem do ofício de correio-mor do Reino, "com todos os privilégios, graças e liberdades que os correios-mores têm nos outros reinos" pode ser considerada, em todos os sentidos, o documento fundador dos serviços postais não só em terras portuguesas, mas em todo o império ultramarino. Luís Homem era cavaleiro da Casa Real e já vinha exercendo o serviço de mensageiro privado do rei, que também contava com os moços de estribo para levar suas cartas e recados. O documento de sua nomeação, embora relativamente curto, é muito rico. Além de ressaltar o direito dos usuários do correio à "fieldade e ao segredo" em suas comunicações, ele traz para as terras portuguesas a grande novidade do sistema postal da Idade Moderna: um serviço potencialmente aberto a toda a população, ou seja, que poderia ser usado por todos, mediante pagamento.

Regimento do correio-mor do Reino

O Regimento de 27 de fevereiro de 1644 é um documento notável. A família dos Mata, detentora do ofício de correio-mor, aderiu na primeira hora ao movimento de Restauração, a despeito de suas origens espanholas e de ter adquirido o cargo dos monarcas castelhanos. Em 28 de junho de 1641, D. João IV confirmava, por carta régia, Antônio Gomes da Mata como seu correio-mor, nos termos da venda do ofício realizada no período filipino. Em 20 de outubro de 1643, um alvará sedimentava a submissão dos assistentes de correio aos Mata. O Regimento do correio-mor do Reino complementa, de certa forma, essa confirmação dos privilégios dessa poderosa família, mas, ao mesmo tempo, reafirma que a coroa não abria mão de seu papel de reguladora do sistema postal, fixando preços e condições de operação. Foi evidentemente redigido com o intuito maior de regular o serviço postal prestado aos órgãos da Administração Central portuguesa e à própria coroa, no que se refere tanto ao custo dos envios quanto a regularidade, a celeridade e a segurança deles. A preocupação com essas questões é um indubitável indício da importância da estrutura postal naqueles momentos turbulentos que se seguiram à ascensão dos Bragança. Apesar de muito preocupado com o serviço prestado à coroa, o documento é um testemunho de práticas aplicáveis ao serviço prestado a toda população e permite compreender pormenores da logística empregada. Como diz Godofredo Ferreira, "[...] é como assistíssemos à partida dos correios e os víssemos transpor lestamente os obstáculos do caminho, para fugir à cadeia, que implacavelmente os esperava, se não dessem conta do recado [...]" [1]

1. FERREIRA, Godofredo. Dos correios-mores do reino aos administradores-gerais dos correios e telégrafos. Lisboa: Serviços Culturais dos CTT, 1963, p. 69.

Carta de nomeação do primeiro correio-mor do reino[2]



Assinatura de Luis Homem.

Dom Manuell etc. fazemos saber a quantos esta nosa Carta virem que avemdo nos Respeito aos serviços que temos Recebidos e ao diamte experamos Receber de Luis Homem cavaleiro da nosa casa e por ser pessoa que no oficio de correo moor de nosos Reynos nos sabera bem servyr e asy a todos os mercadores e pesoas que quiserem enviar cartas de humas partes pera outras e com todo Recado fyelldade e segredo que pera tall caso compre e querendo-lhe fazer graça e mercee temos por bem e o damos novamente daqui em diamte por Correo moor em nosos Reynos e queremos e nos praz que elle tenha com o dito oficio todollos os privilégios graças liberdades que hos Correos mores tem nos outros Reinos omde hos aa e soy de aver e elle será obrigado dar continoadamente em nosa Corte e asy ter por sy pessoa que por elle este na nosa Cidade de Lixboa e de ter sempre todollos correos que forem neceçaryos pera yrem a quaesquer partes que sejaa asy com cartas nosas como de quaesquer mercadores e pessoas que lhas quiserem dar e levara por isso o preço que se com cada pesoa concertar

segundo a desposição do tempo e os logares pera omde as taes Cartas overem de hir e o tempo em que quiserem que lhas levem e porem nenhum mercador nem pessoa outra nom podera fazer Correo que leve Cartas pera nenhuma parte de que se aja de levar porte senam per mam do dito Luis Homem sallvo se quiserem mandar suas cartas per

outras pesoas que nam sejam Correos pode-lo-am fazer sob pena de quallquer que os ditos correos fizer pagar cem cruzados por cada vez a metade pera a nosa Camara e a outra metade pera o dito Luis Homem e elle levara aos correos que asy fezer o dizimo

de que overem de portes das ditas cartas como se costuma levar nas outras partes e sera obrigado de os encaminhar e fazer agasalhar e lhe arrecadar e fazer boons seus

2. Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Manuel, Liv. 37, f. 98, apud Documentos dos séculos XIII a XIX relativos a correios. Coligidos por Godofredo Ferreira. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, p. 28-29.



Azulejo português - Paço d'Arcos, Oeiras, Portugal.

portes de maneira que nam posam perder nenhuma cousa E asy nos praz pêra melhor aviamento dos ditos Correos que nos logares de nosos Reinos omde parecer ao dito Luis Homem que sam eceçarios cavallos de postas aja em cada lugar te dous homes obrigados a terem os ditos cavallos e de os darem aos ditos correos por seu dinheiro e estes queremos que sejam excusos de todollos carregos do concelho como se tevessem disso privilegios por nos asynados e pasados pella nosa chancellaria e mostramdo certidam do dito Luis Homem como estam a iso obrigados e tendo os ditos cavallos seram como dito he dos ditos carregos excusos noteficamo-llo asy a todollos nosos corregedores juizes e justiças oficiaes e pesoas a que esta nosa carta for mostrada e lhe mandamos que ajam o dito Luis Homem por correo moor e em que todo o que lhes Requerer pera bom aviamento dos ditos correos o ajudem e favoreçam e lhe compram e guardem como se nella contem e ajam os ditos homes obrigados por excusos e lhe dem as ditas penas a execuçam sem a esto ser posto duvida nem embargo algum porque asy he nosa merce.

Dada em a nosa cidade d'Evora a VI dias de novembro Gaspar Seraiva a fez de mil V.cXX.

e este dizimo levara aos correos que ele tever somente e os mercadores poderam dar suas cartas e envia-las per quaesquer pesoas que quiserem nom sendo os proprios correos que o dito Luis Homem tever e estes homes privilegiados seraam nos lugares que nos per noso Regimento ordenarmos. E esto sera emquanto nosa merce for ao ter e servir o dito oficio.

Regimento do correio-mor do Reino ordenado por D. João IV e apostilas de 29 de Fevereiro e 20 de Dezembro de 1644, 5 de Abril de 1645 e 12 de Fevereiro de 1661[3]

Eu El Rey faco saber aos que este meu Regimento virem que porquanto tenho emtendido que no officio de Correo mor não ha regimento e regra serta perque se governem os officiaes que nelle servem e minha fazenda se despende todos os dias em correos em tâo grande quantidade sem aver nella o resguardo que convem ficando tudo na confiança dos ministros que inda que de presente servem com toda a limpesa e verdade que delles se deve esperar contudo pelo risco que pode aver de não ser sempre o que convem; e não ser justo que tanta fazenda minha se despenda sem aver Regimento ou forma serta com que se faça; e querendo prover nisto Hey por bem que daqui em diante se guarde o seguinte

1 Como o correo mor tinha pessoas pela maior parte deste Reino a que chamaõ seus asistentes elugar tenentes nas cartas dos officios que lhes passa; e nesta Corte tinha official maior que vem a ser o mesmo huns, e outros averaõ juramento asj como o há o dito Correo mor para que debaixo delle fiquem obrigados a que com toda a verdade e pontualidade apoupem minha fazenda e dem o melhor espediente aos correos

2 Naõ poderaõ fazer os partes[4] dos correos que partirem para qualquer parte do Reino senaõ as sobreditas pessoas que estiverem obrigadas pelo dito juramento ou pelo menos hiraõ asinados por elles nem menos por nas partes chegadas dos que forem e vierem com respostas das ditas viagens

3 Estando impididos de maneira que não possaõ asinar os ditos partes nomeara o correo mor pessoa tal que possa asistir na dita absencia a fazer o dito officio ficando sempre o Correo mor obrigado a dar conta pelos taes seus officiaes no cazo que algum delles cometa couza contra meu serviço por que mereça castigo

4 Que o dito correo mor ou seus asistentes não despachem correos nenhuns para

3. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, Colecção Pombalina, COD 122, f. 533-536, apud Documentos dos séculos XIII a XIX relativos a correios. Coligidos por Godofredo Ferreira. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, p. 207-211.

4. As partes são documentos de remessas e controle dos correios.

nenhuma parte sem vir ordem per escrito do tribunal que despachar o dito correo em que declare a diligencia em que hade hir e voltar e ao pee do dito escrito se começara o parte do dito correo

5 Que hindo algum correo despachado por algum tribunal se avizara logo as Secretarias de Estado e mercês para se saber se he para a parte para onde vaj aquelle correo ha alguma couza de meu serviço que possa levar ou emcaminhar; e hindo para as fronteiras se fara a mesma diligencia na junta dellas para com isso se impidir o duplicarem-se os correos por não se saber quando para as mesmas partes se despacha

6 Que mandando-sse algumas cartas para hirem os ditos correos se fara distinçaõ das partes declarando na addição de cada huma de que tribunal são para que assim passem certidaõ os ministros com clareza de como recebem e se dem rezão dellas nas voltas dos ditos correos de como são entregues

7 E avendo occasião de se despachar de alguma das sobreditas partes para mais longe terra da para que vaj o dito correo se o principal despacho não depender da reposta passara avante o dito correo levando as mais cartas ainda que a diligência em que vaõ seja menor da em que ate ly tinha hido.

8 E se a diligençia em que o dito correo for seia de calidade que dependa de tornar com reposta as cartas que levar para mais longe entregara ao official maior ou asistente do dito correo mor se naquella parte o ouver ou as justiças da terra para que as remeta para quem vaõ cobrando certidão authentica das que eraõ; e do dia e ora em que as entregarão para sua descarga.

9 Que quando se despache algum correo em diligençia sera obrigado o dito correo mor ou seus asistentes buscar correo sufficiente que bem faça a dita viagem não havendo respeito a que haja muito pouco tempo que tenha feito outra porquanto o que convem a meu serviço he que a dita viagem se faça

10 E sendo cazo que algum correo naõ sirva a dita viagem em que foi mandado por culpa sua sem trazer certidão authentica do impidimento que teve para deixar de a servir salvo se o tal impidimento for publico de enchentes de rios e grandes envernadas que se não possaõ dar sera prezo na cadea publica e se dara conta ao ministro que o tiver despachado para assim se saber o dano que se cauzou de se não servir a dita viagem e a lhe dar o castigo que merecer alem de se lhe naõ fazer pagamento della.

11 E trazendo o dito correo certidão authentica per que conste do impidimento que teve para nãoservir a dita viagem vera o dito correo mor se he de calidade que se deva levar em conta ao dito correo e sendo-o se levara fazendo porem no Rol que se der da conta da dita viagem declaraçaõ da dita certidaõ.

12 Que quando eu faça iornada fora desta Corte levaraõ os correos hum tostaõ cada dia que estiverem asistentes tirado os em que fizerem viagem ou voltarem della e nesta conta de levarem tostaõ cada dia naõ entraraõ os criados selariados do dito correo mor.

13 Que esta conta dos correos que nas taes jornadas asistirem sera feito e pago o dinheiro aos correos pelo seu asistente que haja tomado juramento como dito he o qual declarara os nomes dos ditos correos e quando asistio cada um em particular.

14 Que esta taxa de tostaõ cada dia se naõ entendera estando eu em Alcantara ou huma legoa ao redor desta Corte porque no tal cazo se pagaraõ os correos somente as viagens que fizerem.

15 Que nos partes que fizerem naõ uzaraõ de lingoagem vai hum correo a tal parte senaõ nos ditos partes se dara parte a fulano nomeando o correo por seu nome; e ao pee da taxa que se fizer da dita viagem dara quitação o dito correo de como recebeo todo o dinheiro que assim lhe foi taxado por rezaõ da dita viagem e asinara de seu sinal ainda que seja huma cruz e dara fee o dito asistente ou official maior em como he o sinal da propria pessoa contheuda no dito parte.

16 Que o dito Correo mor ou seus asistentes, ou seu official maior naõ faraõ conta aos correos das legoas que andaraõ sem vir declarado nas certidões que derem aos ministros ou pessoas a quem forem despachados quantas legoas saõ donde o dito correo partio athe donde lhe for dado o despacho que levar; e nos partes que se fizerem se fara esta declaração as sobreditas pessoas dizendo nos ditos partes como isto he ordem minha em que assim o mando

17 Que quando se faça conta do que importarão cada huma das viagens se declarara por extenço quantas legoas andaraõ os ditos correos a hida e quantas a vinda.

18 Que a nenhum correo se pagara Barcos salvo aquelles a quem se mande tomar que constara da ordem que se der por seu despacho e a este tal correo se não pagara as legoas do mar mais que a meo tostaõ por legoa visto como naõ tendo boa mare cumpraõ com mostrar certidão quando chegaõ a banda dalem porque dalj comessaõ sua viagem; e estas legoas do mar se contaraõ a meo tostaõ somente aos correos que forem em grande diligencia porque aos outros sera somente a trinta reis por legoa.

19 Que nos roiz que se fizerem dos ditos correos se naõ uzara de palavra e levaraõ os correos contheudos nas tantas viagens tanto senaõ se fara sua addição de cada huma em a mesma forma dos de sima salvo nos mandados que não passarem de huma legoa de comprido porque somente estes poderaõ ir todos incluzos em huma só addição.

20 Que haveraõ os correos de seu salario os que forem as vinte legoas a cem reis por cada legoa; e os que forem as quinze a meo tostaõ, e os que forem as dez legoas a trinta reis.

21 Que estando eu fora desta Corte em qualquer parte do Reino e convenha a meu serviço aver correo ordinario com meus despachos cada semana como de prezente se faz para Entre Douro e Minho e Alemtejo se o tal correo for a custa do dito correo mor seraõ os portes das cartas que levar seus e sendo pago por minha fazenda farão também por conta dela os portes das ditas cartas, e se pagará ao offiçial que asistir na tal parte o

tanto que he cos-tume por se fazerem boas as ditas cartas, por ser este o percalço que os taes asistentes custumaõ levar; e a decima que tambem lhe he aplicada.

22 Que convindo a meu serviço que haja outra vez correos de cavalo se pagara a cada correo huma pataca por cada legoa dous tostois para os cavalos e seis vinteis para o correo, e tera obrigaçaõ este correo de andar nas viagens extraordinarias em cada duas oras e mea tres legoas; e o ordinario a legoa por ora; e este não levara nunca carga nenhuma mais que o que se lhe der na sacretaria e despachos de meu serviço que haja no officio de correo mor ainda que seja de ministros.

23 Que a estes correos de cavalo se naõ pagarão as legoas do mar mais que a seis vinteis cada huma salvo quando se lhe mandar fretar e naõ a pataca como ate gora se fazia, e não servindo sua viagem se guardara nelles a forma que se ha-de guardar nos correos de pee.

24 Que das viagens particulares de meus vassalos naõ levará o dito correo mor mais do que se leva das que vaõ de meu serviço.

Pello que mando a Luis Gomes da Mata fidalgo da minha caza e meu correo mor e officiaes que servem com elle guardem inteiramente daqui por diante tudo o contheudo neste Regimento por asim convir muito a meu serviço e melhor expediente delle e das partes, e maior segurança a minha fazenda pelo que derogo todos os custumes e estilos ou posse que haja em contrario porque assim o hej por bem não se alterando nada no tocante a carta do officio do dito correo mor porque com ella e com este novo Regimento o servira como ate gora o fez e este se registara nos Livros de minha fazenda e nas mais partes onde tocar e o conselho de minha fazenda terá particular cuidado de fazer que asim se cumpra pelo tempo adiante emviolavelmente e que se dara em culpa grave tudo o que em contrario se obrar. João da Silva o fez em Lixboa a 17 de fevereiro de 1644. Fernão Gomes da Gama o fez escrever // Rej //1

E ao pee do dito registo estaõ tres postillas que saõ as seguintes

Hej por bem que os correos de que se faz menção no Regimento asima escrito que ouverem de asistir na corte estando eu fora della e haõ-de ser pagos a tostaõ por dia naõ passem de oito porque parecem bastantes para o despacho ordinario e quando as ocaziões das causas pedirem que seja mais se me dara entaõ conta para eu mandar o que for servido; e os correos que forem em diligencia ordinaria a que conforme o dito Regimento se manda dar 30 reis por legoa se lhes naõ pagara senão por dia contandolhe

a cento e sesenta reis por cada dia em que serão obrigados andar oito legoas como hé estilo; e com esta declaraçaõ se comprira o dito Regimento e esta postilla taõ inteiramente como nelle se conthem por convir assim a meu serviço. Joaõ da Silva a fez

em Lisboa a 29 de fevereiro de 1644 annos. Fernão Gomes da Gama o fez escrever. Rej. Gama.

Postilla 2.ª

Porquanto em hum dos Capitulos deste Regimento se declara que a nenhum Correo se pague barca salvo aquelles a que se mandar com expres-sa ordem tomar e se tem alcansado por experiência que a tal declaraçaõ he muito contra meu serviço como tem acontecido algumas vezes por se dilatarem os correos que vem despachados com avizos de importançia e convem que isto se remedee logo para que naõ suçeda o referido Hej por bem e mando que sem embargo do que esta disposto no dito Capitulo que os correos que se despacharem pela posta ou em diligencia das vinte legoas naõ havendo occaziaõ de maré fretem barco que se lhe pagara pelo preço e no modo e forma que ate gora se fez e sempre se custumou fazer e com esta declaração se cumprira o dito Regimento e esta postilla como nelle se conthem a qual sera escrita a margem do Registo do dito Regimento dos Livros de minha fazenda aonde esta registado Joaõ da Silva o fez em Lixboa a 20 de dezembro 1644. Fernaõ Gomes da Gama a fez escrever. Rej

Postilla 3.ª

Soposto que no Regimento que mandei dar ao Correo mor se lhe ordena que com os avizos que tiver das pessoas que lhos podem dar despache correos as dez legoas dando-se a trinta reis por cada huma Hej por bem e mando que daqui por diante se não despachem mais correos nesta forma porque tirados os que vaõ as quinze e as vinte legoas quando a necessidade o pede nenhum outro hira senaõ na diligencia ordinaria que se entendera ser de oito legoas por dia dando-sse aos correos que forem nesta forma a oito vinteis por dia e naõ por legoas e com esta declaraçaõ se comprira o dito Regimento e esta postilla como nelle se conthem que será registada na forma das outras Joaõ da Silva o fez em Lixboa a 5 de Abril de 645 Fernaõ Gomes da Gama o fez escrever. Rej.

[À margem]

Copia

O official maior do Correo mor tenha emtendido que daqui em diante se haõ-de pagar as despezas dos correos que por esta junta se expidirem do dinheiro das decimas aplicado a guerra por sua Magestade asj ordenar por decreto de 14 de dezembro do anno passado em rezaõ de a consignaçaõ que na arca do tesoureiro mor se distinou para este pagamento e outras couzas varias, se ter demenuido de maneira que naõ pode suprir em nenhuma forma a esta despeza feita com os ditos correos para se lhe passar a ordem neçessaria para o tesoureiro mor dos tres estados fazer pagamento do que for devido em Lixboa a 12 de fevereiro de 1661. Com tres Rubricas dos ministros da dita junta.



Azulejo português - Caiscais, Lisboa, Portugal.

Documentos do correio-mor do mar

Documents of the Postmaster-General of the Sea

Regimento do correio-mor do Mar

O Regimento de 9 de junho de 1657 é o documento inaugural de um conjunto que pode ser considerado o pilar para as tentativas de instituição de um serviço de correio oficial na América portuguesa. O conjunto é integrado também pela carta de doação para Luís Gomes da Mata do novo ofício de correio-mor das cartas do mar, datada de 26 de outubro do mesmo ano, e pelo decreto de 27 de fevereiro de 1658, mandando que as nomeações dos assistentes do correio-mor do Reino nas Conquistas fossem primeiro aprovadas pelo Conselho Ultramarino. A opção aqui, tendo em vista as limitações de espaço, é por transcrever apenas o Regimento com as apostilas que depois lhe foram acrescentadas. O novo ofício foi criado, contra o parecer das Cortes de 1644, aparentemente mais para prover o combalido tesouro régio de novos recursos, embora não se possa descartar uma real preocupação com as comunicações marítimas em um tempo de guerra. No Regimento, entre outras questões, é patente a tentativa de criar medidas de segurança que preservassem o sigilo dessas comunicações no caso de apresamento de navios por embarcações inimigas.

Nomeação de João Cavaleiro Cardoso

Uma tradição já bem antiga reporta à designação do alferes João Cavaleiro Cardoso como o marco inicial dos serviços postais oficiais no Brasil, pois foi o primeiro assistente do correio-mor das cartas do mar a tomar posse e a exercer efetivamente o ofício durante alguns anos. Tendo por base esse episódio histórico, os Correios brasileiros comemoraram os 300 anos de sua fundação em 1963 e os 350 anos em 2013. A menção historiográfica mais antiga ao fato encontra-se nas Memórias Históricas do Rio de Janeiro, do monsenhor José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo, em passagem relembrada por relembrada por Varnhagen em na sua História Geral do Brasil. Ao longo dos anos, surgiram controvérsias com relação ao dia de comemoração, pois a data apontada por monsenhor Pizarro e Varnhagen (25 de janeiro) não encontra respaldo na documentação primária até agora conhecida, embora seja mantida até hoje em respeito à tradição, assim como outras datas comemorativas (Natal, por exemplo). O certo é que o primeiro despacho de nomeação do novo assistente por parte do correio-mor é datado de 25 de novembro de 1662 e confirmado por provisão régia emitida em 19 de dezembro do mesmo ano, a qual aqui se transcreve, com os respectivos anexos, entre os quais se inclui uma transcrição do Regimento do correio-mor do mar. Do que não há dúvidas também é quanto ao ano em que João Cavaleiro Cardoso assumiu o novo cargo: em 30 de julho de 1663, o assistente tomava posse junto à Câmara do Rio de Janeiro[1] .

1. Há mais de um despacho, com datas diferentes, em que o correio-mor nomeia João Cavaleiro Cardoso como seu assistente, conforme transcrições em: Documentos dos séculos XIII a XIX relativos a correios. Coligidos por Godofredo Ferreira. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, p. 246-247. O primeiro deles é de 25 de novembro; o segundo de 8 de dezembro de 1662, além de haver um terceiro, datado de primeiro de fevereiro de 1663, conforme se pode verificar no próprio documento aqui transcrito. Com relação à data de tomada de posse do assistente, ver: MACHADO, Luiz Guilherme. História geral dos correios portugueses nos séculos XVI ao XVIII. Disponível em: <http://historiapostal.blogspot.com.br>. Acesso em: 27/04/2015.

Regimento do correio-mor das cartas do mar[2]

EV ElRey faço saber aos que este Regimento virem, que por justas cõsiderações de meu seruiço, na segurãça das conquistas, & bem de comercio de meus Reynos, & a petição dos homens de negocio delles: ouue por bem instituir hum officio de Correo mór do mar, & vnillo ao de Correo môr da terra, pella conuiniencia que tem hum com outro, como mais largamente se conthem na carta que delle mandey passar a Luis Gomez da Matta, Correo mòr deste Reyno, & porque he necessario darselhe regimento.

Ordeno, & mando, que o dito Correo mòr do mar, presente, & os que lhe succederem, vsem do regimen-to, & modo per que se serue o officio de Correo mor da terra, & com os mesmos preuilegios, preheminencias, jurisdição, & direito, que ao Correo mór do mar se possaõ aplicar, que tudo hey por declarado, como se de tudo fizera expreça mençaõ, de verbo adverbum, com mais as declaraçoens seguintes.

O Correo mòr do mar, enuiará, & receberá todas as cartas, que forem, & vieræ, para qualquer, & de qualquer parte fora deste Reyno, assi Ilhas, & Cõquistas delle, como dos Reynos, e Prouincias estrangeiras, em Europa, & fora della, excepto as cartas da India Oriental, porque essas ficaram liures para irem, & virem como até gora, sem se incluirem em maneira algøa, neste officio.

Para receber, & enuiar as ditas cartas, que lhe pertencem poderá ter h_a falua, á sua custa, a qual não chegara as embarcaçoens, que vierem sem primeiro estarem nellas guardas dalfandega como he custume, & regimento della, & nenh_a pessoa de qualquercalidade, condiçaõ, & officio que seja, de paz, ou guerra, natural, ou estrangeiro hauerá assi as ditas cartas, nem as tirará dos nauios, sob as penas conteúdas neste ponto, pella carta, & regimento do officio do Correio mòr da terra.

Terà cuidado de saber as embarcaçoens, que estão pera partir, pera qualquer parte, & fará por na sua porta idital disso, pera que as pessoas que quizerem o saibaõ, & posaõ escreuer, & elle mandará auiso particular aos meus Secretarios de estado expediente guerra,

2. Fonte: Jornal do Comércio de 25 e 28 de novembro de 1908/Arquivo Geral da Bahia, Livro 19, fls. 4, apud ROSÁRIO, Irari. Três séculos e meio da história postal brasileira (1500-1843). Rio de Janeiro: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1993, p. 21-25.



Grande panorama de Lisboa (detalhe).
Gabriel de Barco.
Paço da Ribeira. Lisboa. c.1700.

& fazenda, & aos tribunaes de minha Corte, para que o tenhaõ entendido, & isto

mesmo faraõ os assistentes, que ha de ter nos portos maritimos deste Reyno, & das conquistas (excepto nos da India Oriental, que ficaõ exceptuados) auizando aos Gouernadores, ou ministros mayores das partes em que assistirem.

Ordenará que os sacos das cartas, que forem deste Reyno, & vierem para elle nas embarcaçoens, se lancem ao mar, sendo ellas tomadas de inimigos, & que para que logo vaõ ao fundo tragaõ algum pezo.

Querendo eu, ou meus ministros, algøa embarcaçam, para mãdar algum auizo a qualquer parte, será obrigado a dalla prompta, com da os Correos da terra, pagandoselhe o que for justo de minha fazenda.

Auerá de porte de høa carta vinte réis, & os mesmos vinte réis auerà de qualquer masso em que venhaõ quatro folhas de papel, & vindo mais serà o porte a esse respeito. Porem dos breues, & Bullas que vierem de Roma se lhe pagará o porte a pezo, contando por cada onça trinta réis.

Se por certidaõ do assistente que tiuer em qualquer parte, constar que até ly pagou porte de algøa carta, ou papel que viesse de outra parte, para enuiar a este Reyno, se lhe pagarà tambem, o q tiuer pago o dito seu assistente.

As listas, & tudo o mais necessario, para as cartas dadas com breuidade, & segurança, fara na forma que se via no officio de Correo mór da terra, & pêra que no sobredito naõ aja duuida o mandarey aduertir assi aos Consulles, & Ministros das nações estrangeiras,

pera que em tudo se execute, & mostrando o tempo, q he necessario, ou conueniente, acrescentarse, ou deminuirse algøa cousa neste regimento o mandarey fazer, com tanto que em tudo o que for justo cõseruarey o direito que fica adquerido ao dito Correo môr do mar, pella merce que agora lhe faço, & o dito acrescentamento, ou deminuição se fara sem seu prejuizo, em quanto o permitir o bem commum, & a justiça.

E este Regimento quero q se guarde como ley nesta materia sem embargo de qualquer outra em contrario, que todas para este effeito hey por derrogadas, como se dellas fizera expressa mençaõ em contrario. João da Silua o fez em Lisboa a noue deJunho de mil seiscentos cincoenta e sete annos, Fernaõ Gomes da Gama o fiz escreuer.

RAINHA.

230. 1657, Outubro, 26, Lisboa

Provisão porque Sua Magestade faz mercê ao Alferes João Cavalleiro ao officio de correio desta capitania (Rio de Janeiro)[3]

"Pedro de Mello eu vos envio digo eu EI Rey vos envio m. tº saudar, tive por serviço meu mandar annexar o officio de Correyo mór do mar ao mesmo de Correyo mór do Reyno e porque pª se ex Zercitar nas conquistas he necessário q. o Correyo mór ponha nellez seos aSistentes, e convir que sejão de minha satisfação Conveniente ao meu Conselho oltramarino e aprovação das tais pessoas pello qual se aprovou pª essa Capitania do Rio de Janeiro ao Alferes João Cavaleyro Cardozo que com esta Carta voz ade aprezentar nomeação do Correyo mór Luiz Gomes da Matta dequeyroz deque voz quiz avizar para o terdes entendido e encomendo-vos que em tudo o que vos requerer e for justo e conforme ao reqimentº do dito officio e para sua exzecução lhe deiz ajuda e favor que convir e for necessário porque assy o hei por bem ao meu serviço e escripto em Lisboa a dezenove de dezembro de mil seiscentos e sessenta e tres-Rey"[4] para o governador do Rio de Janeiro – Segunda Via – Por el-Rey" a Pedro de Mello governador do Rio de Janeiro – Segunda Via – Heronimo de Mello Castro – Francisco de Miranda Henriquez."

"Treslado do Regimento" que acompanhou a referida Provisão: "eu El-Rey faço saber aos que este regim.to virem que por justas considerações de meu serviço na segurança das conquistas e bem de meu commercio de meus Reynos e a petição dos homens de negocios

3. Fonte: Jornal do Comércio de 25 e 28 de novembro de 1908/Arquivo Geral da Bahia, Livro 19, fls. 4, apud ROSÁRIO, Irari. Três séculos e meio da história postal brasileira (1500-1843). Rio de Janeiro: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1993, p. 21-25.

4 Há um erro de transcrição nessa data, o que pode ser confirmado pela data do translado do documento, constante em seu final: vinte e oito de julho de 1663 (ou seja, ele não poderia ser transladado antes de ser escrito). Por outro lado, há pelo menos outra cópia da mesma provisão que confirma isso, em anexo ao requerimento de Antônio Alves da Costa a D. João V, em que pede a sua reintegração no lugar de assistente de correio da cidade do Rio de Janeiro e Minas: "Pedro de Mello; Eu El Rei vos envio muito saudar; tive por serviço meu mandar; Espressado; o offissio de correo mor; do mar; ao mesmo de Correio Mor do Reinno; e porque pera se eixecutar; nas conquistas he nescescario que o Correio Mor ponha nelle seus; asistentes; e Com que seiam de minha satisfasam cometi; ao meu Comselho; ultramarino; a approvassam; das taes pessoas; pelo qual se aprovou para a Capitania do Rio de Janeiro; ao alferes Joam Cavalleiro Cardozo; que com esta carta uza de aprezentar nomeassam do Correo Mor Luis Gomes da Matta // de que vos quis avizar pera terdes; entendido e emcomendo-vos que em tudo; o que vos Requerer; e for justo Comforme ao Regimento do dito; offissio e para sua eixecussam; lhe deis a ajuda e face ao que Cumprir, e for nescescario porque assim; o hey por bem; a meu Servisso; escrita em Lisboa; a dezanove de dezembro; de mil; e seis senctos; e sessenta e dous // Rey // Para; o governador; do Rio de Janeiro // Segunda via // Por El-Rei; a Pedro de Mello governador do Rio de Janeiro. // Segunda via //Hironimo de Mello de Castro. //Francisco de Miranda Henriques. //"(Documentos dos séculos XIII a XIX relativos a correios. Coligidos por Godofredo Ferreira. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, p. 308)

déllas ouve por bem de constetuir hú officio de Correyo mór do mar, e o mesmo de Correyo mór da terra pellaz comveniencias que tem huns com os outros largamente se conthen na carta que delle mandey passar a Luiz Gomes da Matta Correyo mór deste Reyno, e porque hé necessário darse reqim.tº, ordeno, emando que odº Correyo mór do már prezente os que lhe susedér e Uzem do Regim.tº em modo porque se serve o officio de Correyo mór da terra e com os mesmos privilégios preminencias jurisdição edireyto que ao Correyo mór do már seposão aplicar que tudo ey por declarado como sedetudo fizerão expresa mensão deverbum adverbum com as mais declarações seguintes "o Correyo mór do mar em viará e receberá todas as cartas que forem e vierem pª qual quer ede qual quer parte fora deste Reyno asy Ilhas e com quistas delle, como dos Reynos e provincias as cartas da India Uriental por que esses ficaram livres para hirem e virem como athe agora sem seincluirem em maneyra algúa neste officio para heceber e enviar as ditas cartas que lhe pertence poderá ter hua falua a Sua custa aqual não chegarão embarcaçõis que virem sem primeyro estarem nellas quando da Alfandega Como hé Custume Regimento dellaz e neuhúa pessoa de qualquer qualid.e condição e officio que Seja de pax ouguerra natural Ou estrangeiro, averá aSim asd.tas Cartas bem astirará dos pavios sobre as penas Conthendaz neste ponto pella Carta e Reqim.tº do officio de Correyo mór da terra" terá cuidado de Saber das embarcaçõiz que estão para partir pª qual quer parte, efará por na sua porta edital disso pª que as pessoas que quizerem o Saibão eposão escrever e elle mandará aviso particular aos meus secreptarios de estado expediente guerras fazenda e aos tribunais de minha corte pª o que o tenhão entendido eisto mesmo farão os assistentes que adverter nas partes maritimas deste Reyno e das conquistas excepto nas da India orientar que ficão exceptuadas avizando aos governadores ou menistros maiores daspartes em que assistirem" ordenará que os sacos daz cartas que forem dezte Reyno evierem para ella nas embarcaçõis salansem como sendo ellas tomadaz de enemigos, eque pª que logo vão ao fundo tragão algu pezo, equerendo aver algum de meos ministros algúa embarcação para mandar algú avizo aqual quer parte, será obrigado a dalla prompta como dá aos Correyos daterra pagando-selhe oque for justo de minha fazenda" averá de parte de hua carta vinte Réys, e os mesmos vinte



Assinatura Luiz Gomes da Matta

Réis avera dequal quer masso em que venhão quatro folhas de papel evindo mayz será aparte aesse Respeito, porem dos breves, e bullas que vierem de Roma se lhepagara aparte apezo por cada onsa trinta Réys sepor certidão doasistente que tiverão qual quer parte constar que athé a Sy pagou de algua carta ou papel que viece deoutra qual quer parte q a emviar deste Reyno Selhe pagará tambem oque tiver pago odito será asistente" as Listas, etudo omays necessario pª as cartas serem dadas, combrevidade, e Segurança fará naforma que se uza no officio de Correyo mór da terra epara que nosobre dº não aja duvida omandarey advirtir a S. m aos Cortezõis e menistros dos nossos estrangeiros pª Que entudo se ezecute, emostrando otempo q. hé necessario ecomveniente acrescentar ou de minuir algúa couza neste Regimento omandarey fazer, Contando que entudo oque for posto ao dito Correyo mór do már, pella mercê que agora lhe faço ao dº acrescentamento ou de minuição sefará sem seu prejuizo emq.tº opermitir o bem Comú e a Justiça, eeste Regimento que ao que Seguarde como Ley nesta materia Sem embargo dequal quer outra encontrario que todas para este efeito ey por derrogadas como se dellas fizera expressa menção en contrario, João da Silva o fez em Lxª a nove de Junho de mil eseis centos esincoenta e sette annoz Fernão Gomez da Gama ofez escrever Rainha" nomeyo para meu aSistente no Rio de Janeiro naforma da provisão de sua Magestade que Deos guarde a João Cavaleyro Cardozo, e jurará namão dequal quer ministro guardar sua obrigação servindo bem e fielmente. Lisboa opº de Fevereiro de seiscentos e sesenta e trez, Luiz Gornez da Matta Correyo mór.

cumprase e rezistese Como carta de Sua Mag. e Rio de .Janº e Julho doze de seis centos e sesenta e trez Mello" Cumprase Rio de .Janº de Julho doze deseis centos e sesenta e trez Sampayo. Oqual treslado de Regimento e Carta de Sua Majestade eu George de Souza escrivão da Camara nesta cid.e do Rio de .Janrº tresladeyaque dos proprios que tomey aparte a que entodo e por todo me Reporto eo Corry Con Sertey sobs crevy oje vinte eoito de Julho de Seis Centos e Sesenta etres annos George de Souza. Consertado por mim escrivão da Camera George de Souza. Recebi os proprios .H ... Cardoso [...]

Colaborações

Artigos e resenhas para Revista Postais devem ser enviados para o e-mail revistapostais@gmail.com, seguindo as seguintes orientações:

a) A Revista do Museu Correios aceita trabalhos originais inéditos, de autoria individual ou coletiva, submetidos sempre à Comissão Editorial;

b) Trabalhos não inéditos são aceitos apenas a convite da Comissão Editorial ou em caso de edição esgotada, de tradução de original em língua diversa do português ou quando se tratar de textos que tenham sido publicados apenas em veículos editados em outros países;

c) São aceitos artigos científicos, resenhas e entrevistas nas áreas de interesse da revista;

d) São aceitos trabalhos em português, espanhol, inglês, italiano e francês;

e) Os trabalhos devem ser digitados em Word, em formato A 4, A fonte a ser utilizada é a Times New Roman, tamanho 12, com espaço 1,5;

f) A extensão máxima dos textos é 20 páginas, incluindo figuras, fotos, gráficos e bibliografia.
Textos maiores poderão ser aceitos quando de relevante interesse científico, a critério da Comissão Editorial;

g) É obrigatório resumo (e abstract), com extensão entre 5 a 10 linhas, em fonte de tamanho 10, acompanhado de pelo menos, três palavras-chave (e keywords);

h) As citações no interior do texto devem ser digitadas entre aspas, em fonte normal, sem itálico, grifo ou sublinhado. No final da citação, devem constar, entre parênteses, o sobrenome do autor, o ano e a(s) página(s) da publicação. Exemplo:
(MOURÃO, 1999, p. 190);

i) As citações com mais de três linhas devem ser destacadas do parágrafo e digitadas em espaço simples, com fonte de tamanho 10, sem aspas;

j) Todas as obras citadas devem constar ao final do texto, em fonte de corpo 10, por ordem de sobrenome de autor;

m) As eventuais notas de rodapé, em corpo 10, devem ser usadas apenas para comentários necessários ao desenvolvimento do texto principal, não devendo ser utilizadas para citações bibliográficas;

n) A obtenção de permissão para reprodução de ilustrações é de responsabilidade do autor. As imagens devem ser gravadas em formato tif, gif, jpg, jpeg ou bmp, com no mínimo 300 dpi;

o) A Comissão Editorial reserva-se o direito de realizar nos textos todas as modificações formais necessárias à adaptação ao projeto gráfico da revista, sendo vedadas quaisquer outras interferências sem prévio conhecimento dos autores;

p) Todas as traduções deverão ter a sua autoria indicada.

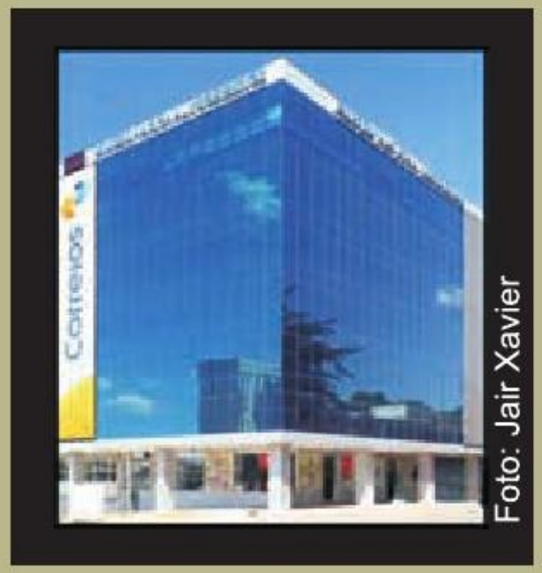


Foto: Jair Xavier

Herdeiro de iniciativa que vem desde o final do século XIX, o Museu Correios está em Brasília desde 1980. É dividido em sete pavimentos, sendo quatro salas de exposição, sala multifuncional, auditório e foyer, onde acontecem exposições históricas e de arte, mostras de cinema e vídeo, além de apresentações de música e artes cênicas. Localizado na zona central de Brasília, sua coleção abrange História Postal e Telegráfica.

MUSEU Correios


Correios
Ministério das
Comunicações
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA